

ALFA
Revista de Lingüística

Editora
UNESP
FUNDAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Antonio Manoel dos Santos Silva

Vice-Reitor

Luiz Roberto T. Ramalho

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Antonio Manoel dos Santos Silva

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Assessor Editorial

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Conselho Editorial Acadêmico

Aguinaldo José Gonçalves

Álvaro Oscar Campana

Antonio Celso Wagner Zanin

Carlos Erivany Fantinati

Fausto Foresti

José Aluysio Reis de Andrade

Marco Aurélio Nogueira

Maria Sueli Parreira de Arruda

Roberto Kraenkel

Rosa Maria Feiteiro Cavalari

Editor Executivo

Tulio Y. Kawata

Editoras Assistentes

Maria Aparecida F. M. Bussolotti

Maria Dolores Prades



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Linguística

ISSN 0002-5216
ALFAD5

Alfa	São Paulo	v.41	n.esp.	p.1-215	1997
------	-----------	------	--------	---------	------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados a:
Correspondence and articles for publication should be addressed to:

ALFA: Revista de Linguística
Av. Rio Branco, 1210, Campos Elíseos
01206-904 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: (011) 223-7088

Comissão Editorial

Jeane Mary Sant'Ana Spera
Mirtes Rocha Rodrigues
Erotilde Goreti Pezatti
Marize Mattos D'Aglio Hattmher
Marcelo Magalhães Bulhões
Lourenço Chacon Jurado Filho
Odette Gertrudes L. A. de S. Campos
Fernando Brandão dos Santos

Editora Responsável

Odette Gertrudes L. A. de S. Campos

Assessoria Técnica

Marcia Cortese Barreto
Maria Concheta Casalle

Revisão dos Abstracts

Ademar da Silva – FCL – Araraquara – UNESP

Publicação Anual/*Annual publication*

Solicita-se permuta/*Exchange desired*

ALFA, Revista de Linguística (Fundação para o Desenvolvimento da UNESP)
São Paulo, SP, Brasil, 1962-1977; 1980 – Suplemento em: 1984, 28
1962-1977, 1-23
publicação interrompida, 1978-1979
1980-1989, 24-33
1990-1996, 34-40
1997, 41 – nº especial

Os artigos publicados na ALFA – *Revista de Linguística* são indexados por:

The articles published in ALFA – Revista de Linguística are indexed by:

Bibliographie Latinoamericaine D'Articles; Clase-Cich-Unam; Índice de Revista; Sección de Humanidades y Ciencias Sociales; MLA – International Bibliography of Books and Articles on Modern Languages and Literature; Nichtkonventionelle Literatur Linguistik; Sociological Abstract; Sumários Correntes Brasileiros: Ciências Sociais e Humanas; Sumário de Educação.

APRESENTAÇÃO

As investigações sobre a linguagem articulada, sua estrutura e usos remontam aos primórdios das civilizações. Os diferentes povos e grupos étnicos, não importa o seu grau de desenvolvimento tecnológico, sempre procuraram compreender os fenômenos lingüísticos que os intrigavam. Para nós, os exemplos mais familiares e conhecidos são os fornecidos pela Bíblia. Nela encontramos uma tentativa de explicação para a diversidade de línguas e para o fenômeno de nominação. A primeira é apresentada como um castigo divino: irritado com a pretensão dos homens, Deus os pune confundindo suas línguas e impedindo ou, pelo menos, dificultando sobremaneira a intercomunicação. A segunda, a designação dos seres, é também atribuída à competência divina: tendo criado os céus e a terra, Deus contemplou-os satisfeito e convidou o homem para nomeá-los.

Essa preocupação com a linguagem é bastante natural, afinal ela ocupa um lugar determinante na vida de cada indivíduo e de cada comunidade. Por meio dela pensamos, nos comunicamos, negociamos, arquivamos conhecimento, criamos e destruimos civilizações, nos libertamos de fantasmas e nos acorrentamos a outros. Até nossos sonhos passam por ela. Não é por outro motivo que, para certos grupos étnicos, as crianças são consideradas como seres humanos apenas após o domínio da linguagem articulada.

Essa multiplicidade de usos suscitou, evidentemente, uma série de especulações tanto entre os povos ocidentais quanto entre os orientais. As proposições da gramática greco-latina e da gramática do sânscrito, ambas de séculos atrás, atestam que as investigações sobre a linguagem ocupavam um lugar proeminente naquelas civilizações. Todavia, apenas mais recentemente é que esse filão adquire um estatuto mais científico.

Com efeito, foi no século passado que um conjunto de estudiosos, autodenominados *neogramáticos*, propôs hipóteses e princípios metodológicos explícitos capazes de explicar os fenômenos de mudança lin-

güística Com Saussure, já nas primeiras décadas deste século, surge na Europa o estruturalismo, e a linguística constitui-se, verdadeiramente, como ciência Nos EUA, quase simultaneamente, Bloomfield e Sapir, entre outros, também desenvolvem uma versão estruturalista de estudos linguísticos A década de 1950 vai assistir ao nascimento da escola gerativo-transformacional e às mudanças provocadas por esse novo paradigma

O período compreendido entre as produções estruturalistas e as gerativistas foi ocupado por um grupo de brilhantes estudiosos que se organizaram em uma espécie de entidade denominada Escola Funcional de Praga Os membros dessa associação ocuparam-se principalmente com a fonologia, e produziram análises científicas primorosas Os outros níveis gramaticais, embora sem receber um tratamento tão sistemático e completo, lançaram as bases de uma investigação que seria retomada posteriormente Já naquela época, os integrantes da Escola de Praga concebiam a linguagem articulada como um sistema de comunicação, preocupavam-se com os seus usos e funções, rejeitavam as barreiras intransponíveis entre diacronia e sincronia e preconizavam uma relação dialética entre sistema e uso

Essa concepção de linguagem e as consequências implicadas por ela foram retomadas nas duas últimas décadas, tanto na Europa quanto nas Américas, sob o rótulo de FUNCIONALISMO, denominação que abriga correntes na verdade distintas Halliday,¹ ao considerar as diferenças entre a abordagem funcionalista e a formalista da linguagem, afirma a respeito da primeira

there are many cross currents, with insights borrowed from one to the other, but they are ideologically fairly different and it is often difficult to maintain a dialogue
(1985)

Bates, jocosamente, assevera que o funcionalismo é como o protestantismo um grupo de seitas em conflito, que concordam somente na rejeição à autondade do Papa (apud Neves²)

Observações como as apresentadas acima, se, por um lado, corajosamente desnudam o estado atual das abordagens funcionalistas, por outro, poderiam ocultar os aspectos que unem as diversas vertentes abrangidas sob o rótulo *Funcionalismo* Perplexo com os diferentes usos do termo *função* e seus correlatos, sem uma figura central e solitária a quem se possa remeter, um novato poderia erroneamente crer, então,

1 HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

2 NEVES, M. H. A. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

que o único denominador comum entre as correntes funcionalistas sena um traço negativo – a rejeição à autondade papal

Acreditamos que a metáfora religiosa de Bates descortina apenas parcialmente o quadro geral das correntes funcionalistas. Com efeito, mais do que a rejeição às explicações formalistas, o que une os funcionalistas das diversas tendências é a concepção de linguagem que sustentam e as consequências dela advindas. Consistentemente, desde Praga, os diferentes funcionalistas vão conceber a língua como fenômeno primariamente social, com a função básica de servir à comunicação. Dessa concepção necessariamente deriva a priorização do nível pragmático, a defesa de uma análise que leve em conta a interação entre sistema e uso. A necessidade de incluir na descrição e explicação dos fenômenos linguísticos o componente social, os aspectos do evento de fala, o esmaecimento das rígidas fronteiras entre diacronia/sincronia e entre língua/fala, o papel não-exclusivo a ser atribuído à intuição decorrem coerentemente da maneira como os funcionalistas concebem a natureza da língua.

Despontadas na década de 1970, como dissemos anteriormente, essas abordagens vêm, gradativamente, ganhando mais espaço nas universidades, congressos e cursos. No Brasil são, no entanto, escassas as publicações destinadas a fornecer um panorama mais abrangente das análises funcionalistas desenvolvidas atualmente pelos pesquisadores brasileiros.

Os textos aqui apresentados visam suprir essa lacuna. Eles refletem a produção de pesquisadores de diversas regiões brasileiras e versam sobre temas relevantes para o funcionalismo em linguística: ordem, coesão, informação, o discurso e seu papel, entre outros.

O primeiro artigo desta coletânea, de autoria de Neves, é dedicado a discutir o modelo funcionalista como uma integração da sintaxe e da semântica em uma teoria pragmática mais ampla. A autora mostra que a interdependência entre discurso e gramática é um princípio basilar de diversas abordagens funcionalistas, e detém-se em alguns modelos que exemplificam bem um tratamento da frase não como unidade sintática independente, mas como ato de interação.

Tomando por base o binômio restrições/escolhas, a autora mostra que em qualquer teoria funcionalista da linguagem o termo *competência* tem de ser estendido a fim de se referir não apenas à capacidade que o falante nativo tem de acionar o seu conhecimento linguístico (capacidade de jogar com as restrições), mas também de “proceder a escolhas comunicativamente adequadas”.

Assim, nas abordagens funcionalistas, especificações funcionais são integradas na descrição gramatical. A variação, tanto na sua dimensão temporal quanto na espacial, é igualmente incorporada por essa visão, na medida em que as regras de gramática são concebidas como tendências relativizadas em razão de objetivos comunicativos, e não como regras absolutas com condições rígidas de aplicação.

A base cognitiva da estrutura e do funcionamento da língua é ressaltada no artigo de Votre, que enfatiza a extensão e os desdobramentos do princípio de iconicidade. Situando-se em um paradigma funcional mais específico – o da gramaticalização –, o autor ressalta a importância do princípio de iconicidade na explicação da trajetória do significado e dos processos de deslizamento semântico e metafórico nas línguas humanas, sejam elas línguas orais ou gestuais.

Utilizando alguns exemplos de metáforas em português, o autor mostra que os processos de mudança semântica são marcados, no seu início, pela transparência da relação forma/significado, e que a perda da iconicidade gera, por sua vez, opacidade, aparente arbitrariedade, podendo, assim, levar à “desgramaticalização” de um elemento linguístico. Sustenta, ainda, a hipótese de que os princípios propostos pelo paradigma da gramaticalização são de natureza universal e podem explicar fatos estruturais das línguas orais e das línguas gestuais.

A relação entre fluxo de informação e organização linguística, já acenada no artigo de Neves como um dos principais eixos de integração discurso/gramática, constitui objeto de estudo de diferentes artigos desta coletânea. O trabalho de Braga & Silva, “Discurso e abordagens quantitativas”, recoloca a questão da análise e categorização de fluxo informacional do discurso, referindo-se às diferenças entre uma abordagem cognitiva e uma abordagem textual.

Na primeira parte do artigo, as autoras apresentam a fundamentação teórica dos dois modelos, salientando as dificuldades de aplicação de categorias como *dado* e *novo* à análise de dados de fala. Na segunda parte, mostram a operacionalização do princípio de distribuição de informação na análise de fenômenos variáveis de ordenação de constituintes na oração, e de orações no período. Visto em termos de variável independente, o fluxo informacional revela-se sistematicamente associado à ocorrência de variantes linguísticas, e contribui para a identificação de ordens não marcadas.

O artigo de Berlinck se concentra na correlação, geralmente aceita, entre posição pré-verbal/*status* velho, posição pós-verbal/*status* novo. Pela análise de fontes escritas do português brasileiro e do português europeu, a autora persegue as mudanças em três configurações estruturais com sujeito posposto, ressaltando a possibilidade de ocor-

rência de sujeitos pospostos com *status* velho. A análise criteriosa dos sujeitos pospostos velhos salienta a importância do grau de “dadidade” do sujeito, medido em termos de distância, na distinção entre as três formas de posposição do sujeito.

A extensão das unidades de análise para níveis cada vez maiores dá lugar de destaque à redefinição e categorização de gêneros de discurso. Esse é o foco do artigo de Paredes Silva, que ressalta a necessidade de conjugação de critérios formais e funcionais na classificação de gêneros de discurso. A fim de validar essa proposta, na primeira parte do artigo a autora procede à revisão de diversas abordagens da questão dos gêneros, acentuando suas deficiências e dificuldades de aplicação.

A distinção entre três níveis de classificação (as estruturas discursivas, as unidades comunicativas e o nível da função/propósito) permite à autora propor uma tipologia mais generalizante e alcançar uma categorização integrada dos gêneros de discurso, uma categorização que possibilita a identificação dos “exemplares prototípicos” e das superposições entre gêneros.

A ordem dos constituintes é considerada por Pezatti & Camacho e por Paiva. Os primeiros investigam a posição do Sujeito (S) no português do Brasil e defendem a existência de dois padrões de ordenação igualmente relevantes: um em que o sujeito ocorre após o verbo (P1-V-S-O) e outro em que o sujeito aparece antes do verbo (P1-S-V-O). Da primeira, ordem que é a primitiva do português, teria derivado a segunda. Mostram os autores que a opção por um ou outro desses padrões é significativa e que se explica por princípios pragmáticos mutuamente atuantes, muitas vezes em competição. Vale lembrar, por fim, que a explanação multifuncional para os fenômenos de ordenação se vê enriquecida pela discussão sobre a classificação tipológica do português brasileiro.

Paiva analisa a posição dos sintagmas preposicionais (SPreps) e das orações (Os) que codificam causa segundo a distribuição da informação. Procede a uma dupla abordagem: uma atomística, em que considera o *status* informacional dos SPreps e das Os desvinculados dos segmentos que codificam consequência: e outra, não-atomística, em que investiga o mesmo *status* informacional, dessa vez levando em consideração a inter-relação entre SPreps ou Os e o segmento que codifica consequência. As diferenças entre SPreps e Os, observadas por ocasião da análise atomística, se desfazem na segunda abordagem. Paiva mostra que, quando transmitem informação já mencionada, tanto os SPreps quanto as Os tendem a vir antepostos ao segmento consequência, dessa forma preservando a coesão discursiva e o princípio de que a informação velha deve preceder a nova.

Dutra também focaliza o fluxo informacional ao investigar o discurso direto e as onomatopéias não-lexicais – isto é, a reprodução de ruí-

dos de vários tipos – na fala cotidiana. Mostra que o discurso direto, em oposição ao indireto, visa tornar o discurso mais real, imitar, reproduzir a realidade, promover maior envolvimento, codificar aspectos expressivos da língua, entre outras características. Com relação às onomatopéias, considera inicialmente seu uso nos quadrinhos, fora e dentro do balão, e as diferenças estruturais e funcionais associadas ao lugar em que aparecem. O cotejo entre o discurso direto e as onomatopéias utilizadas na fala cotidiana, por sua vez, revela semelhanças gramaticais e funcionais além de exibir as mesmas restrições gramaticais e serem usadas para emprestar um tom “realístico”, fatural aos relatos, funcionam como estratégias discursivas responsáveis pela manutenção do fluxo informativo entre sequências não contíguas no discurso.

Mollica analisa as anáforas em relativas no português do Brasil e mostra como elas constituem estratégia de ênfase no sistema da língua. Sustenta que a ocorrência das anáforas se correlaciona primordialmente com variáveis semânticas e com a distância entre o relativizador e o SN antecedente. As anáforas tendem a ser usadas quando os SNs antecedentes exibem os traços [+humano], [-especificado] e [+coletivo], e quando há elementos intervenientes entre o SN antecedente e o relativizador. As correlações estatísticas observadas permitem afirmar que as anáforas exibem um papel discursivo-pragmático relevante: o de referencializar, singularizar entidades indefinidas, e, ainda, facilitar o processamento sintático no nível da sentença.

O último artigo é o de Scherre, que questiona a relevância de explicações funcionalistas para a compreensão da concordância de número nos SNs. As variáveis já mencionadas – *status* informacional, posição tópica – e também o caráter resumitivo do SN não se revelaram pertinentes para a explicação da ocorrência do morfema de plural no SN. Ao estudar a realização não-categorica da marca de número em SNs, Scherre salienta que o princípio da economia, repetidas vezes invocado como explanação para o cancelamento de marcas redundantes de plural, não se sustenta. Defende que a instanciação do morfema de plural se explica, principalmente, pela *configuração sintagmática do SN* – variável que combina posição, classe de palavra e relação entre as classes – pela coesão interna entre os elementos que compõem o SN e pelo princípio do processamento paralelo, no caso, a pluralidade do contexto.

Mana Helena Moura Neves
Mana Luiza Braga
Mana Conceição Paiva

SUMÁRIO/CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS/ORIGINAL ARTICLES

TEMA CENTRAL

ESTUDOS EM GRAMÁTICA FUNCIONAL

- A gramática de usos é uma gramática funcional
The grammar on the use is a functional grammar
Maria Helena de Moura Neves 15

- Um paradigma para a lingüística funcional
A paradigm for the functional linguistics
Sebastião Votre. 25

- Discurso e abordagens quantitativas
Discourse and quantitative approaches
Maria Luiza Braga, Giselle Machline de Oliveira e Silva 41

- *Nem tudo que é posposto é novo*: estatuto informacional do SN e posição do sujeito em português
Not everything postposed is new: the informational status of NP and the subject position in Portuguese
Rosane de Andrade Berlinck. 57

- Forma e função nos gêneros de discurso
Form and function in discourse genres
Vera Lúcia Paredes Silva. 79

■	Ordenação de constituintes na sentença: uma interpretação funcional	
	Sentence word order: a functional interpretation	
	<i>Erotilde Goreti Pezatti, Roberto Gomes Camacho</i>	99
■	Isomorfismo informacional entre período simples e período composto	
	Informational isomorphism between simple and complex sentences	
	<i>Maria Conceição Paiva</i>	127
■	Discurso direto e a onomatopéia: a mímica verbal na fala cotidiana	
	The direct speech and the onomatopoeia: the verbal mimic in everyday speech	
	<i>Rosália Dutra</i>	141
■	Anáforas em relativas no português do Brasil	
	Anaphora in the relative clause in Brazilian Portuguese	
	<i>Maria Cecília Mollica</i>	171
■	Concordância nominal e funcionalismo	
	Nominal agreement and functionalism	
	<i>Maria Marta Pereira Scherre</i>	181
	ÍNDICE DE ASSUNTOS	207
	SUBJECT INDEX	209
	ÍNDICE DE AUTORES/AUTHORS INDEX	211

TEMA CENTRAL
ESTUDOS EM GRAMÁTICA FUNCIONAL

A GRAMÁTICA DE USOS É UMA GRAMÁTICA FUNCIONAL

Maria Helena de Moura NEVES¹

- **RESUMO:** Este trabalho discute as relações entre discurso e gramática. As diversas propostas funcionalistas são examinadas para mostrar que a gramática de usos é uma gramática funcional, isto é, uma gramática que relaciona padrões gramaticais e padrões discursivos, abrigando estrutura e função.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Gramática funcional; discurso e gramática.

Um dos grandes temas em discussão nas reflexões sobre linguagem de base funcionalista diz respeito às relações entre discurso e gramática. Se afirmações como “a gramática de hoje é o discurso de ontem” ou “o discurso de hoje é a gramática de amanhã” têm parecido muito extremadas, a noção de que a gramática é sensível às pressões do uso parece não poder ser negada. Diz Du Bois (1993a) que o que equaciona as relações entre discurso, ou uso, e gramática são as seguintes proposições: a) a gramática molda o discurso; b) o discurso molda a gramática; ou: “a gramática é feita à imagem do discurso”; mas: “o discurso nunca é observado sem a roupagem da gramática” (p.11).

É assim que as reflexões sobre o modo funcionalista de investigação da linguagem têm de começar pelo próprio modelo de interação linguística. Na verdade, entender a gramática como sensível às pressões do uso – mais especificamente pela capacidade de escolha do falante na

1 Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

sua produção linguística – é integrar a organização gramatical em uma teoria global da interação. Concebendo a língua como instrumento que estabelece relações comunicativas entre os usuários, o paradigma funcional (Dik, 1978; 1989) coloca a expressão linguística como mediação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário. Assim, a expressão linguística não pode ser analisada autonomamente sem a consideração de que ela é função, de um lado, da intenção e da informação pragmática do falante, e, de outro, da informação pragmática do destinatário, bem como de sua conjectura sobre qual tenha sido a intenção comunicativa do falante. Quando o falante diz algo, ele tem uma intenção comunicativa, um plano mental relativo a alguma modificação na informação pragmática do destinatário, e isso vai determinar escolhas na formulação linguística: a formulação tem de ser capaz de provocar no destinatário o desejo de modificação da informação pragmática tal como a pretendeu o falante, e este, por sua vez, tem de ter sido capaz de antecipar a interpretação que sua formulação poderia obter daquele destinatário, naquele determinado estado de informação pragmática. Isso implica dizer que, do lado do destinatário, a interpretação da formulação linguística se faz basicamente segundo a informação pragmática que ele já possui, enquanto, do lado do falante, a seleção do que deve constituir a expressão linguística, embora provenha de sua intenção comunicativa, depende da informação que ele possua sobre qual seja a informação pragmática de seu destinatário naquele momento.

O que está implicado nesse modelo é uma integração de sintaxe e semântica, dentro de uma teoria pragmática, o que envolve intervenção:

- dos papéis envolvidos nos estados de coisas designados pelas predicções (funções semânticas);
- da perspectiva selecionada para apresentação dos estados de coisas na expressão linguística (funções sintáticas);
- do estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicativo em que eles ocorrem (funções pragmáticas).

Trata-se, como diz Gebruers (1984), de uma teoria que procura oferecer “um quadro para a descrição científica da organização linguística em termos das necessidades pragmáticas da interação verbal, na medida em que isso é possível” (p.349). A gramática é vista, então, como uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal. Requer-se dela, pois, que seja “pragmaticamente adequada” (Dik, 1978, p.6), embora se reconheça que a linguagem só

pode funcionar comunicativamente por meio de arranjos sintaticamente estruturados (Dik, 1980, p.2). A especificação gramatical de uma expressão, por outro lado, inclui a descrição semântica, não se admitindo a existência de uma sintaxe autônoma (Dik, 1989, p.2).

Qualquer uma das propostas funcionalistas pode ser invocada para verificar o tratamento da frase enquanto ato de interação, enquanto peça de comunicação real. Basta ver as “camadas” de Dik (predicação – proposição – frase), ou as “funções” da frase, de Halliday, além da proposta de De Lancey (1981) sobre as noções de “fluxo de atenção” e de ponto de vista”, ligadas à organização das frases no discurso.

Dik propõe níveis, ou camadas, de organização da estrutura subjacente da frase. No nível 1 está o predicador, que designa relações e propriedades, e os termos, que se referem a entidades; no nível 2 se produz a predicação, que designa um estado de coisas, uma codificação linguística que o falante faz de uma situação; no nível 3 está uma estrutura de ordem mais alta, a proposição, que designa um “conteúdo proposicional”, ou seja, um fato possível; a proposição revestida de força ilocucionária constitui, no nível 4, a frase (“clause”, em Dik), que corresponde a um ato de fala.

Nas três metafunções (isto é, tipos de função) de Halliday, chamadas de “textual”, “ideacional” e “interpessoal”, a “oração” é a “realização simultânea” de três “significados”: uma “mensagem” (significado como relevância para o contexto), uma “representação” (significado no sentido de “conteúdo”), e uma “troca” (significado como forma de ação). Segundo Halliday (1985), diferentes redes sistêmicas codificam diferentes espécies de significado, ligando-se, pois, às diferentes funções da linguagem. Assim, o sistema de *transitividade*, especificando os papéis dos elementos da oração, como “ator”, “meta” etc., codifica a experiência do mundo, e liga-se, pois, com a função ideacional; o sistema de *modo* (do qual deriva o de *modalidade*), especificando funções como “sujeito”, “predicador”, “complemento”, “finitude”, diz respeito aos papéis da fala, e liga-se, pois, com a função interpessoal; os sistemas de *tema* e de *informação*, especificando as relações dentro do próprio enunciado, ou entre o enunciado e a situação, dizem respeito à função linguisticamente intrínseca, a função textual. Dentro de cada sistema, as escolhas se fazem com respeito a um determinado nível gramatical. Assim, no nível da frase, é obrigatória a escolha referente ao sistema de *modo*, já que toda e qualquer frase há de ser ou declarativa, ou interrogativa, e assim por diante. Cada sistema maior implica subsistemas, nos quais o modo de operação se repete, levando a escolhas cada vez mais específicas. Cada elemento da língua é explicado por referência à sua função no sistema linguístico total. Nesse sentido, uma gramática funcio-

nal é aquela que constrói todas as unidades de uma língua – suas orações, suas expressões – como configurações orgânicas de funções, e, assim, tem cada parte interpretada como funcional em relação ao todo.

Hengeveld (1989) apresenta um modelo de análise da frase em dois níveis, no qual se pode ver uma certa integração do funcionalismo da escola da Holanda (Dik e seguidores) com o de Halliday:

1) Representacional (relacionado com o evento narrado): o enunciário compreende a que situação (real ou não) se faz referência.

2) Interpessoal (relacionado com o evento de fala): o enunciário reconhece a intenção comunicativa do enunciador.

No nível representacional estão os estados de coisas, entidades às quais as sentenças (como “expressões referenciais”, que ocorrem em algum tempo e lugar) se referem. No nível interpessoal há uma estrutura ilocucionária abstrata, que expressa a relação entre o falante, o destinatário e a mensagem, ou conteúdo transmitido.

A “cláusula”, ou frase, representa a combinação dos dois eventos, o narrado e o de fala; nessa análise, a predicação preenche duas funções:

a) designa o estado de coisas no nível representacional (a “predicação” de Dik);

b) representa o conteúdo do ato de fala no nível interpessoal (a “proposição” de Dik).

De um ponto de partida que é a predicação, passa-se, subseqüentemente:

a) à expressão referencial;

b) à expressão referente à unidade de informação (ou conteúdo transmitido em um ato de fala);

c) finalmente, à fala real.

No modelo de Halliday se encontra estabelecida uma relação sistemática entre a análise lingüística e o contexto de ocorrência dos enunciados, de tal modo que se pode encontrar, já nas suas primeiras propostas (Halliday et al, 1964), três variáveis situacionais de registro associadas aos três componentes metafuncionais do sistema lingüístico: o “campo” do discurso (a atividade social implicada), ligado ao componente experiencial; o “teor” do discurso (a distância social entre os parti-

cipantes), ligado ao componente interpessoal; o “modo” do discurso (o canal entre os participantes), ligado ao componente textual.

Duas possibilidades alternativas são assentadas como base para a organização da teoria lingüística, numa gramática funcional sistêmica, como a de Halliday: a “cadeia” (o sintagma) e a “escolha” (o paradigma) (Halliday, 1963). Como aponta Hudson (1986, p.809), há dois tipos de categorias em uma gramática sistêmica, os traços e as funções: o traço é uma categoria paradigmática, que relaciona um item com outros itens da língua que, sob algum aspecto relevante, são similares, enquanto a função é uma categoria sintagmática. Uma gramática sistêmica é, acima de tudo, paradigmática, isto é, coloca nas unidades sintagmáticas apenas a realização, reservando, para o nível abstrato e profundo, as relações paradigmáticas. A consideração do sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma, sob a idéia de que escolha produz significado. A gramática é, afinal, o mecanismo lingüístico que liga umas às outras as seleções significativas que derivam das várias funções da linguagem, e as realiza numa forma estrutural unificada (Halliday, 1973a, p.364). A gramática organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas, seja qual for o uso que esteja fazendo da língua (1973b, p.365).

A questão das “escolhas” tem de ser vista, também, dentro da dicotomia restrições/escolhas que representa a própria duplicidade básica implicada no complexo em que se constitui a atividade lingüística dos falantes. Na verdade, a competência lingüística dos sujeitos é entendida, numa teoria funcionalista da linguagem, como a capacidade que os falantes têm não apenas de acionar a produtividade da língua (jogar com as restrições), mas também – e primordialmente – de proceder a escolhas comunicativamente adequadas (operar as variáveis dentro do condicionamento ditado pelo próprio processo de produção).

A primeira decorrência da adoção dessa dicotomia como diretriz de investigação é o estabelecimento de duas asserções aparentemente contraditórias:

1) As diversas modalidades de língua (falada e escrita), assim como os diversos registros (tenso, frouxo etc.) têm as mesmas regularidades (tanto nas estruturas como nos processos), e a mesma gramática.

2) As diversas modalidades e os diversos registros têm, entretanto, características diferentes e peculiares, ligadas à própria implementação das determinações do sistema, para a qual, em princípio, são relevantes as condições de produção.

Desse modo, pode-se dizer que o sistema é o mesmo, mas que o aproveitamento das possibilidades é dependente das condições de produção. A gramática busca regularidades, busca especificar a sistematicidade da atividade lingüística, porque sua finalidade não é dar conta de peculiaridades ou idiosincrasias de um determinado enunciado que um determinado falante produz em uma determinada situação. O que se põe em exame é a produção de sentido, e ela se opera no jogo que equilibra o sistema: o jogo entre as restrições e as escolhas, estas inscritas na natureza da atividade lingüística, bem como na sua função, suas condições de produção, suas estratégias, seu processo de produção, e até seu acabamento formal.

Mackenzie (1992) afirma que a gramática funcional ocupa uma posição intermediária em relação às abordagens que dão conta apenas da sistematicidade da estrutura da língua ou apenas da instrumentalidade do uso da língua. Ela tem como hipótese fundamental a existência de uma relação não-arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (a gramática). Em outras palavras, a gramática funcional visa explicar regularidades dentro das línguas e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua.

Como diz De Beaugrande (1993b, p.5), enquanto nas gramáticas formais se tende a deixar certas especificações funcionais para o domínio fluído da semântica, da pragmática e da estilística, nas gramáticas explicitamente "funcionais", pelo contrário, especificações funcionais ricas são acomodadas no esquema, de tal modo que a "descrição gramatical" contenha dados amplos para auxiliar uma descrição semântica, pragmática e estilística. Na verdade, é evidente uma oposição entre o funcionalismo e o estruturalismo, que colocou sob estudo a "langue" (a língua em si e por si mesma), descrevendo cada subdomínio (nível ou componente) por critérios internos, o que levava a uma ênfase nos dados formais. Ao apresentar a oposição entre as duas correntes, De Beaugrande (1993a, p.19) indica que o funcionalismo não aceitou essa atribuição dos dados funcionais ao uso da língua (à "parole"), ou à interação entre os subdomínios, e defendeu uma perspectiva mais integrativa na qual todas as unidades e os padrões da língua seriam compreendidos em termos de funções. Indica, ainda, que, desse modo, a "gramática" passa a incluir não somente os morfemas e as estruturas sintagmáticas, mas o seu embasamento cognitivo no conhecimento que a comunidade tem de como os processos e seus participantes são organizados (por exemplo, se uma Ação tem um Iniciador). O "discurso", por outro lado, é a rede total de eventos comunicativos relevantes, incluindo gestos, ex-

pressões faciais, manifestações emocionais e outros. E os dois conjuntos de subdomínios estão relacionados não pelo tamanho e pela constituição, mas por funções mutuamente controladoras, como as curvas de entonação que são típicas de certos padrões gramaticais em certos domínios do discurso (por exemplo, discursos políticos).

Na gramática funcional, noções “pragmáticas” – relativas às escolhas que o falante faz para distribuir a informação dentro de seu enunciado – são entendidas como internas à gramática. Essa visão, que necessariamente relaciona padrões discursivos a padrões gramaticais, faz uma integração da pragmática na gramática. O “fluxo de informação”, por exemplo, entra como fenômeno a ser investigado na gramática, e organizações como a de uma “estrutura argumental preferida” (Du Bois, 1987, 1993a, 1993b) são tomadas sob análise, uma análise que olha a forma que a estrutura argumental toma, e relaciona essa forma com a codificação da informação (nova ou velha).

O fluxo de atenção, segundo Chafe (1987), diz respeito aos aspectos cognitivos e sociais da “embalagem” que as pessoas fazem do conteúdo ideacional, quando falam. Em outras palavras, mais do que com o conteúdo ideacional do enunciado, o fluxo de informação tem que ver com a organização que nele obtêm categorias como “tópico e comentário”, “sujeito e predicado”, “informação dada e informação nova”, ou, ainda, “unidades de entonação”, “orações”, “frases” e “parágrafos”. O fluxo de informação determina a ordenação linear dos sintagmas nominais na frase, que se faz na seqüência que o falante considera adequada para obter a atenção do ouvinte, mas alterações da ordem podem atuar para controlar o fluxo de atenção.

Uma maneira de investigar a organização do fluxo de informação é exatamente considerar o “fluxo de atenção”. Levando-se em conta as noções de “fluxo de atenção” e de “ponto de vista” (De Lancey, 1981), entende-se que os eventos descritos no discurso e as entidades neles envolvidas não têm todos a mesma importância comunicativa, dispondo a organização discursiva de mecanismos capazes de marcar a relevância relativa dos diferentes eventos e entidades que se seguem no discurso. De Lancey distingue um fluxo de atenção natural, referente às estruturas perceptuais, e um fluxo de atenção lingüístico, referente aos mecanismos lingüísticos pelos quais esses valores são marcados nas frases; do fluxo de atenção lingüístico pode-se dizer, por exemplo, que, seguindo a ordem natural, ele parte de Origem (Agente, Experimentador) para Meta, e que ele se situa na posição mais à esquerda, na frase. O fluxo de atenção natural tem como base a ordenação temporal dos eventos, que deve ser refletida na frase, a não ser que haja alguma motivação especial

– potencialmente ligada ao próprio ponto de vista – que cause a não coincidência, e torne marcado o enunciado. Os pontos de vista a partir dos quais se descreve uma cena são dois, o de um observador externo e o de um dos participantes. Entende-se que os pontos de vista, valores essencialmente dêiticos, são especificados nas frases por meio de mecanismos lingüísticos apropriados que cada língua possui.

O que se postula, nessas propostas de investigação, é uma relação entre gramática e discurso que entende que o comportamento sintático-semântico pode ser mais bem explicado dentro de um esquema que leve em conta a interação de forças internas e externas ao sistema.

Entretanto, à estrutura conceptual dos estruturalistas (na qual as únicas forças que organizam a língua são as internas) não é necessário opor-se uma estrutura conceptual ligada a um funcionalismo do tipo que Du Bois (1985) denomina *transparente*, ou *sincrônico* (no qual se presume que *todos* os fatos sintáticos aparentemente autônomos são realmente resultados transparentes dos objetivos funcionais do falante). Du Bois indica uma posição intermediária que postula a interação de forças internas e externas em competição e que se resolvem no sistema. Afinal, exatamente por constituir uma estrutura cognitiva é que a gramática é sensível às pressões do uso; ou seja: flexível, porque ajustável (a partir de centros categoriais, ou núcleos nocionais), a gramática é passível de acomodação sob pressões de ordem comunicativa. Assim, na resolução do equilíbrio entre a determinação das forças externas e as estruturas, Du Bois (1985) propõe que as gramáticas sejam tratadas como sistemas adaptáveis, isto é, como sistemas parcialmente autônomos (por isso, sistemas) e parcialmente sensíveis a pressões externas (por isso, adaptáveis). Na explicação das gramáticas como "sistemas adaptáveis", forças motivadoras originadas em fenômenos externos penetram no domínio da língua, onde se encontram com forças internas. Nessa visão, fenômenos reconhecidos como intrinsecamente lingüísticos são tratados como forças dinâmicas, em vez de estruturas fixas, categorias, ou entidades.

Um dos pontos importantes na avaliação dessa posição é exatamente o fato de que, concebendo as regras e os princípios da gramática mais como tendências do que como regras absolutas com condições rígidas de aplicação, essa noção de uma competição de princípios, que atua tanto dentro de uma mesma língua como entre línguas, liga-se a uma aceitação da variabilidade da língua no espaço e no tempo, isto é, à concepção – fundamental no estudo do uso lingüístico – de que as línguas têm um caráter dinâmico.

NEVES, M. H. de M. The grammar on the use is a functional grammar. *Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp., p.15-24, 1997.

- **ABSTRACT:** *This paper discusses the relations between discourse and grammar. The various functionalist views are examined in order to show that a grammar of usages is a functional grammar, i.e., a grammar that relates grammatical patterns and speech patterns, putting together structure and function.*
- **KEYWORDS:** *Functional grammar; discourse and grammar.*

Referências bibliográficas

BEAUGRANDE, R. de. *Introduction to the Study of Text and Discourse*. Wien: Universitäts Verlag, 1993a. cap.1. (Pré-impressão).

_____. *Functionality and Textuality*. Wien: Universitäts Verlag, 1993b. cap.3. (Pré-impressão).

CHAFE, W. Cognitive constraints on information. In: TOMLIN, R. *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p.21-51.

DE LANCEY, S. An interpretation of split ergativity and related patterns. *Language*, v.57, n.3, p.626-57, 1981.

DIK, C. S. *Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1978.

_____. *Studies in Functional Grammar*. London: Academic Press, 1980.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

DU BOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.) *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.343-65.

_____. The discourse basis of ergativity. *Language*, v.6, n.4, p.805-55, 1987.

_____. Discourse and the ecology of grammar: strategy, grammaticization, and the locus. RICE SYMPOSIUM, 1993. Santa Barbara: University of California, 1993a. (Mimeogr.).

_____. La estructura argumental preferida y el cero absoluto. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA (ALFAL), 20, 1993. Veracruz, 1993b. (Mimeogr.).

GEBRUERS, R., DIK, C. S. Advances in functional grammar. *Lingua*, v.62, p.349-74, 1984.

HALLIDAY, M. A. K. Class in relation to the axes of chain and choice in language. *Linguistics*, v.2, p.5-15, 1963.

- HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the Functions of Language*. London: Edward Arnold, 1973a.
- _____. The functional basis of language. In: BERNSTEIN, B. (Ed.) *Class, Codes and Control*. London: Routledge and Kegan Paul, 1973b. p.343-66.
- _____. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. et al. *Linguistic Sciences and Language Teaching*. London: Longman, 1964.
- HENGEVELD, K. Layers and operators in functional grammar. *Journal of Linguistics*, v.25, p.127-57, 1989.
- HUDSON, R. Systemic grammar. *Linguistics*, v.24, p.791-815, 1986. (Review Article).
- MACKENZIE, J. L. What is functional grammar? CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOGIE ROMANES, 20, 1992, Zürich. Zürich, 1992. (Mimeogr.).

UM PARADIGMA PARA A LINGÜÍSTICA FUNCIONAL

Sebastião VOTRE¹

- **RESUMO:** Neste trabalho adoto uma versão moderada do funcionalismo lingüístico na qual aceito a autonomia parcial da sintaxe em relação aos componentes semânticos e pragmáticos da gramática. São enfatizadas a gramaticalização e a desgramaticalização dos itens lexicais e das construções.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Gramaticalização; variação lingüística; mudança; autonomia; gramática.

Introdução

Os estudos do uso da língua em situação real de comunicação, especialmente neste final de século, vêm dando ênfase peculiar ao usuário. Com efeito, o usuário da língua vem sendo concebido como criador, autor, ator, transformador das estruturas, dos itens e dos processos que se verificam nas línguas, e, enfim, como responsável pelos processos e formas da língua, em toda abordagem de uso em que se lhe aborde a estrutura e o funcionamento.

Esse foco de interesse recai, em última análise, nas propriedades cognitivas do usuário, em suas potencialidades e restrições, bem como na busca e/ou formulação de princípios gerais que conformam a produção e recepção lingüística, que mostram como a língua opera em situação de interação. Um dos princípios centrais da lingüística funcional de orientação em Talmy Givón (1993) é o princípio da iconicidade. Em ter-

¹ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense – UFF – 24040-080 – Rio de Janeiro – RJ.

mos informais, esse princípio prevê motivação na relação entre forma e significado. Sua formulação clássica, no domínio da lingüística funcional, encontra-se na condição de preservação de Bolinger (1977, p.X): “the natural condition of a language is to preserve one form for one meaning, and one meaning for one form” [“a condição natural de uma língua é preservar uma forma para um significado, e um significado para uma forma”].

O foco deste texto é desdobrar alguns dos aspectos em que se estendeu e aprimorou, nas duas décadas que nos separam da formulação de Bolinger, o princípio da iconicidade, até sua inclusão no paradigma da gramaticalização, como uma das tendências teóricas da lingüística funcional contemporânea. Paradigma está tomado aqui em seu sentido elástico, como modelo em processo de reformulação e consolidação, que oferece pontos de referência para a reflexão teórica e para a pesquisa empírica.

Um paradigma na lingüística funcional

Tomemos o princípio da iconicidade como primeiro ponto de referência. Em sua acepção mais forte, esse princípio nos diz que tende a haver uma relação de motivação entre forma e significado, de modo que os humanos agem com correspondência entre forma e função em termos lingüísticos, embora nem sempre possamos identificar os traços dessa correspondência na produção de cada ato verbal. Isso implica que, por hipótese, nada se dá por acaso na língua. Razões de economia, eficiência e eficácia levam, naturalmente, os humanos a gramaticalizarem, regularizarem, sistematizarem suas ações verbais, operando com o menor número de signos e de princípios e regras de organização desses símbolos em mensagens.

Entretanto, uma análise cuidadosa dos itens do léxico ou das relações da sintaxe, em qualquer texto ou fragmento de texto, como por exemplo na palavra inicial deste parágrafo, mostra que nem tudo na língua é icônico. Pelo contrário, há partes em que é opaca e aparentemente arbitrária a relação entre forma e significado, no sentido de que se perdeu total ou parcialmente o significado original. É o que se vê no exemplo seguinte.

(1)*Entretanto, uma análise cuidadosa...*

Observe-se que *entretanto*, hoje, tem significado adversativo, de alguma forma opositivo, distante e completamente distinto (ao menos,

parcialmente oposto ao) de seu significado etimológico, de *no interior de algum espaço físico ou de algum espaço de tempo*. No curso de sua trajetória, perdeu-se a idéia neutra ou não-comprometida, em troca de uma idéia de envolvimento do emissor.

Polissemia e sinonímia

Este ensaio teria outro saber e outro sabor, outro tom, outro nível de verificabilidade, se pudéssemos observar o surgimento e desenvolvimento gramatical de uma língua numa comunidade humana. Dado que isso é impossível, porque todos os humanos, ao nascerem, já pertencem de alguma forma a uma comunidade lingüística, admitamos, por hipótese, que no campo da linguagem a ontogênese recapitula a filogênese: cada indivíduo, no processo de seu desenvolvimento, repete, de certo modo, a história do desenvolvimento da espécie humana. Assim, contentemo-nos com o que conseguimos observar, que já não é pouco. É verdade que não temos as evidências sobre como seria criar o sistema gramatical de uma língua a partir do nada. Entretanto, estamos em condições teóricas e metodológicas de dar conta do processo através do qual se forma e/ou se desenvolve a gramática de uma língua em condições especiais. No caso, estou referindo-me aos pidgins e sobretudo na sua passagem para crioulos, ao mesmo tempo que estendo essas observações para as línguas em geral.

Admitamos que num primeiro momento, num pidgin, a forma *a* denota o significado *a'*. Para dar conta do significado *a''*, estreitamente assemelhado a *a'*, os usuários desse pidgin utilizam-se da mesma forma *a*. Ora, nesse primeiro momento pode-se verificar oscilação, dúvida, insegurança sobre a qual dos dois significados a forma *a* se aplica. Essa fase de ambigüidade, entretanto, supera-se à medida que, via repetição, o significado fica mais transparente e se regulariza o novo uso.

Logo, os contextos dos dois estratos de sentido, ou dos dois usos tendem a ser distintos o suficiente, de modo a configurar polissemia diacrônica, construída no curso do tempo, com um ou vários traços em comum entre os dois usos, mas com diferenças contextuais suficientes para distingui-los. É o que se vê no Tok Pisin, língua resultante do pidgin de mesmo nome, de Papua/Nova Guiné, com a forma *bambai*, tomando como referência os estudos de Gillian Sankoff e Penelope Brown, na década de 1970. Essa forma *bambai* deslizou progressivamente do significado original de “daqui a pouco, pouco a pouco” (*he comes by and by*), para o significado gramatical irrealis, de morfema preso, como prefixo modo-temporal de futuro:

- (2) *bambai* > *bai*: *klostu **bai** i daí*
em breve **daqui a pouco** ele morre
"Ele vai morrer em breve".

Observe-se também que a forma *bambai* passou a *bai*, por um processo de redução fonológica, típica dos mecanismos de gramaticalização, e fixou progressivamente sua posição sintática.

Dado o quadro que acabo de esboçar, entende-se que o processo de deslizamento semântico, e que resulta no item polissêmico, é o caminho natural para dar conta de novos usos. Por outro lado, na teoria funcionalista aqui defendida, não há lugar para a sinonímia. Com efeito, a sinonímia é antifuncional, por ser antieconômica, estática (antievolucionista) e inverossímil. É o que se prova, à saciedade, na excelente coletânea de estudos de Dwight Bolinger (1977), na década de 1970, intitulada *Meaning and form*, e se representa a seguir para dois dos itens que ele estudou, *any* e *some*:

- (3) a. He accepts some
b. He doesn't accept any.

O autor mostra que o significado de *some* é distinto do de *any*, e prova que é impossível aceitar o conceito de **sinonímia**. Sua tese é que enquanto a polissemia é normal e produtiva, a sinonímia (se existe) é estranha e rara, "pela razão de que a mente é mais livre do que a língua" [sic].

Bolinger levanta algumas questões relacionadas ao significado, que são fundamentais na Linguística Funcional: a) como dar conta do que é a parte central da mensagem, em oposição à parte periférica? b) como nós nos situamos a nós mesmos no evento que reportamos?

Numa atitude aparentemente contraditória (por trabalhar com frases isoladas, no espírito dos anos 70), mostra que as diferenças de significado não podem ser previstas a partir da estrutura interna da sentença e dependem de relações discursivas. Envolvem repetição, apagamento, pronominalização, enfim todo e qualquer tipo de transformação. Assim, nos exemplos 4-6 seguintes, também de Bolinger, podem-se ver, claramente, nuanças de sentido associadas a cada um dos processos neles referidos.

- (4) - Why don't you go shopping with me?
- I'd like to
- I'd like to go shopping with you.

O exemplo 4 ilustra uma situação em que a forma reduzida, *I'd like to*, tem sentido distinto da desenvolvida, e é mais enfática do que aquela. Observe-se agora, em 5, que a forma *bought*, quando repetida, dá

idéia de excesso, enquanto a ausência da repetição não implica nenhum tipo de julgamento ou apreciação:

- (5) - She bought a red dress, a green one and a blue one
- She bought a red dress, she bought a green dress, and she bought a blue dress.

Por fim, Bolinger demonstrou que há uma diferença apreciável entre a construção com *he* e a construção sem *he*, no exemplo seguinte, estando implicada, no primeiro exemplo, a idéia de uma ação única, monolítica, em oposição a duas ações distintas no segundo.

- (6) - George came in the room and turned off the lights
- George came in the room and he turned off the lights.

Deslizamento metafórico e iconicidade

Inicialmente, cabe apresentar o conceito de metáfora no contexto lingüístico dos estudos de gramaticalização. Em termos gerais e não técnicos, metáfora tende a ser entendida como um processo de transferência semântica, em que usamos uma forma ou construção para representar um significado estreitamente relacionado com o significado a que, até então, a forma vinha sendo relacionada.

Segundo esse conceito, a linguagem usual é essencialmente metafórica, no sentido de que raramente, quase nunca se criam novas formas, mas novos significados surgem constantemente, estão sendo continuamente criados para as formas já disponíveis na língua. Na lingüística, o termo metáfora é empregado para dar conta de parte dos deslizamentos semânticos que resultam em uma série de conteúdos, estreitamente relacionados entre si, associados a uma mesma forma ou construção. Assim, o exemplo seguinte mostra novos usos, mais abstratos, associados aos usos originais das velhas formas *mão*, *roda* e *ferro*:

- (7) a. Teu sistema é uma *mão na roda* em minha firma.
- b. Ele dirige sua empresa com *mão de ferro*.

Mão na roda e *mão de ferro* representam dois casos de transferência metafórica bastante transparente, no sentido de que podemos prontamente recuperar a motivação da transferência e dar conta da comunicação indireta. Assim, interpretamos com relativa segurança a idéia de ajuda, em *mão na roda*, e de disciplina, em *mão de ferro*.

O segundo conceito que vale elucidar é o da motivação da metáfora. Por definição, toda metáfora é icônica até certo ponto, uma vez que está baseada num grau de semelhança, ou compartilhamento semântico entre o significado fundante e o significado derivado. As ocorrências de *bai*, no fragmento seguinte de Tok Pisin, mostram que seu significado deslizou progressivamente de *advérbio de tempo* para *futuro*:

- (8) ... nait, em i no inap kaikai,
... à noite ele não comeu,
a) em *bai* pilei long graun igo igo igo nait tru nau,
ele ia brincar na rua até meia noite,
b) *bai* em i laik slip,
até que ele estivesse para dormir,
c) *bai* em *bai* kaikai.
então ele ia comer.

Em a), temos o sentido de tempo durativo, pela combinação de *bai* com a repetição tripla do verbo: *igo igo igo*. Em b), temos a idéia de “até que”, embutida numa acepção de futuro no passado. Esta acepção aparece também em c), onde co-ocorre a idéia de ato posterior, que prenuncia futuro.

Os estudos desenvolvidos sob o paradigma da gramaticalização, ora em desenvolvimento e consolidação no seio da lingüística funcional, apresentam duas propostas de trajetória de significado, muito semelhantes em sua parte essencial. Ambas respeitam o princípio da iconicidade e postulam a unidirecionalidade da mudança, no sentido da abstratização progressiva do significado.

Uma proposta de trajetória de deslizamento do significado que vem-se firmando no grupo de estudos Discurso & Gramática, em funcionamento no Departamento de Lingüística da Faculdade de Letras da UFRJ, parte da formulação original de Closs-Traugott & Heine (1991). Segundo essa proposta, as formas associam-se a novos significados, progressivamente mais abstratos, partindo da noção de espaço, podendo passar ou não pela noção de tempo, e desembocando na categoria mais abstrata de texto, conforme se vê no esquema seguinte: espaço (tempo) texto/discurso. Sweetser (1991) propõe que as séries polissêmicas se formam pela incorporação progressiva de traços segundo a trajetória real experiencial discursiva. Podemos considerar a formulação de Sweetser como variante da proposta de Closs-Traugott. A trajetória espaço (tempo) texto permite entender como, por um processo de reanálise, o dêitico espacial *that* converte-se no conectivo *that*:

(9) I want *that*: you go home I want *that* you go home.

Esta proposta de origem espacial de significados temporais e discursivos vem tendendo a firmar-se como um universal de gramaticalização. Está presente em várias formulações teóricas sobre a organização da representação linguística, além do que se verifica nos estudos de gramaticalização. Um exemplo típico na gramática gerativa é a formulação de Jackendoff, que estabelece o espaço como ponto de partida para a derivação semântica.

Uma segunda proposta, um pouco mais radical, em termos da origem dos significados, e mais sofisticada em termos dos graus de gramaticalização, apresenta-se em Heine et al. (1991): pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualificação.

Aqui tudo provém do corpo da pessoa do falante, ou a ele se refere, e desse ponto de partida caminha, por sucessivos deslizamentos semânticos, até o nível mais abstrato de representação, que é o que faz qualificação, ou avaliação subjetiva. Observe-se que há estreito paralelismo entre as duas propostas. Entretanto, Heine parte do corpo humano como fonte natural de todo o processo metafórico e vê o próprio espaço como projeção da oposição dentro *versus* fora do corpo. Por outro lado, a idéia de *qualificação* de Heine está muito próxima da idéia de *texto* de Coss-Traugott. É nesse estágio que se representam as relações mais abstratas. Nessa proposta de Heine, os objetos são concebidos à imagem e semelhança do corpo humano, com *frente, costas, em cima, embaixo, direita, esquerda, braço, perna, pé*, como se vê nas metáforas (ou sinédoques) seguintes:

(10) Apoiou o *pé* da cadeira numa pedra.

Está com uma *cabeça* de prego no joelho.

Apoiou as *costas* do sofá na *perna* da mesa.

Quebrou o *bico* da prancha contra um coral.

Motivos do deslizamento semântico

É controversa a literatura sobre os motivos ou as motivações do deslizamento semântico, na geração de novos significados, tanto para itens léxicos como para as construções sintáticas. Entre as motivações, citam-se normalmente a necessidade comunicativa, o impulso à criatividade e o acaso. A seguir, vou destacar e ilustrar aqui a transferência metafórica, pelo fato de esse processo ser um forte candidato a universal de

mudança semântica. O processo de transferência metafórica funda-se em algum tipo de semelhança entre o significado que já está associado a uma forma e um novo significado. Essa semelhança pode representar, em inúmeros aspectos, um vínculo entre os dois significados. A título exploratório, passo a listar alguns dos vínculos mais comuns entre o significado original e o novo significado, dele derivado:

- (11) - semelhança de cor: *deu um branco*
- semelhança de formato: *é um cara chato*
- semelhança de função: *é uma mão na roda*
- semelhança de matéria constituinte: *é um cara de pau*
- semelhança de som: *é uma diferença gritante*
- semelhança de combinação de diferentes aspectos mencionados: *tremeu na base.*

Os mecanismos de mudança por transferência metafórica atingem sobretudo as categorias lexicais maiores, que são os nomes e os verbos. Atuam com menor frequência nos adjetivos e nos advérbios (representados neste trabalho pela trajetória *meio/meia*). Aqui, vamos mostrar alguns exemplos de sua atuação nos nomes e nos verbos.

- (12) Nos nomes: *casa > casa de botão*
casa de marimbondo
casa da sogra.
- (13) Nos verbos: *amarelar > o milho amarelou*
o homem amarelou.

Há casos em que o vínculo entre os dois significados envolvidos é menos transparente, ou mesmo opaco para os não iniciados no subgrupo que cunhou os novos significados para a forma, como na expressão seguinte, envolvendo *desinfiltrado*:

- (14) O cara está desinfiltrado,

para dizer que alguém está desinchado, por ter parado de beber, por estar bebendo menos, ou por ter de alguma forma perdido líquido, ter emagrecido.

A perda da iconicidade na mudança e na variabilidade

Por hipótese, todo item ou construção que, num determinado estágio da mudança, é icônico e transparente na sua relação com o conteú-

do será ou tenderá a ser, um dia, opaco e aparentemente arbitrário em termos dessa mesma relação. Logo, prevê-se que, nos estágios finais da trajetória de mudança, os mecanismos de processamento serão mais automáticos e menos transparentes para cada item da língua. Aos processos verificados nesses estágios finais está sendo provisoriamente atribuído o rótulo *desgramaticalização*. Com o prefixo *des-* queremos indicar que os itens, simultaneamente com o empaldecimento do significado, perdem suas restrições de co-ocorrência, e nesse sentido escapam às restrições distribucionais que configuravam sua gramática. Passam a ocorrer em outros contextos que não aqueles que lhes eram originariamente previstos como regulares pelo sistema da língua. Ao mesmo tempo, passam a significar coisas mais genéricas, menos específicas, mais vagas. É o que se verifica no exemplo seguinte para a partícula *né*. Observe-se que, fora de sua acepção original, *né* não pede confirmação, nem qualquer tipo de assentimento do ouvinte, uma vez que a narrativa está apenas começando:

- (15) A minha narrativa é diferente, *né*, não é todo mundo que tem uma narrativa assim.

Também por hipótese, os sons e os gestos mais icônicos situam-se num ponto imaginário na linha do tempo em que, por uma espécie de equilíbrio instável, mantém-se regularidade e previsibilidade das restrições de ocorrência das formas e das relações que essas formas mantêm com seus significados. Donde se conclui que existe relação entre desgramaticalização e perda de iconicidade.

No percurso de consolidação do paradigma da gramaticalização, deparamos com várias propostas de princípios que visam captar as generalizações mais relevantes do ajuste formal e do deslizamento semântico. Nesse espírito foram formulados os princípios de Hopper (1991), tendo em vista o início dos processos de estabilização sintática e semântica das formas, de sua entrada na gramática. Estabilização relativa e aparente, uma vez que, nos termos de Hopper, ou a gramática não existe, ou está sempre emergindo. Nos nossos termos, parte da gramática está estável, parte está emergindo e parte está submergindo. A lista original de Hopper inclui estratos (*layers*), especialização, divergência e descategorização. Hopper & Closs-Traugott (1993) retomam os princípios e os aprofundam, ao tratarem da hipótese da unidirecionalidade da mudança, no sentido concreto > abstrato.

Dois dos princípios mais importantes para nós, aqui reformulados, são *estratos* e *descategorização*. Em relação ao conceito de *estratos*, em nossa leitura as formas e os significados fundantes e os derivados dis-

põem-se em estratos de recobrimento parcial, de complementaridade ou de competição, de modo que numa cadeia de formas consideradas variantes é possível estabelecer uma trajetória de derivação morfosintática, e numa cadeia polissêmica **sempre** é possível identificarem-se traços do significado imediatamente originador do *novo* significado. Nessa visão, *estrato* representa o lugar para a variação estável, para a variação instável e para os tipos de mudança que se encaixam no paradigma funcionalista da gramaticalização. Supõe o desenvolvimento de formas e de sentidos e a interação de uso e de estrutura linguística. A metáfora geológica dos estratos ou camadas de rocha permite-nos afirmar que diferentes formas de dizer coisas assemelhadas podem conviver, coexistir ou competir por períodos mais ou menos longos de tempo. Em alguns casos, os usos dessas formas variantes podem estar em relação de distribuição complementar fraca, como é o caso de *nós/a gente*, em que a forma mais recente parece ter alguns contextos em que ainda pode substituir a forma mais antiga, *nós*. Em outros casos, a forma mais antiga continua restrita a certos usos ou contextos mais formais e a forma mais recente restringe seu uso a certos contextos sociais e textuais mais informais, a exemplo de *cantarei/vou cantar*.

Descategorização responde pelos espaços ou interstícios entre as categorias, em que se encontram muitos itens em trânsito, sincréticos, em interseção, que já não mais pertencem a suas categorias-fonte, de origem, mas ainda não adquiriram todos os traços das categorias-alvo. Em nossa leitura, dá conta da natureza prototípica e não discreta das categorias gramaticais, e permite compreender que um item *já saiu* de uma categoria, mas *ainda não se incluiu completamente em nenhuma outra categoria*.

O item *meia*, no exemplo seguinte, ilustra bem nossa interpretação dos dois princípios, uma vez que está em distribuição complementar com *meio*, configurando um tipo de variação estável (registrada na língua desde a fase medieval), ainda mantém parte da idéia de partição, e está a meio caminho entre adjetivo e advérbio.

(16) Hoje ela está *meia* cansada

A nova formulação dos princípios é mais abrangente, em termos do lapso de tempo coberto, e mais adequada à trajetória, em termos globais. Abre uma alternativa fecunda de intercâmbio entre linguística funcional e sociolinguística variacionista. *Estratos*, nessa nova proposta, contempla a idéia de persistência da forma e do sentido fundante e associa-se a sobreposição/aposição de forma e de sentido, de modo que pode haver casos em que duas ou mais variantes formais, bem como

dois ou mais significados estão apostos, mas um não guarda, rigorosamente falando, traços nítidos quer da forma, quer do significado-fonte. A forma ou o significado mais recentes podem guardar apenas uma leve associação não explícita com o original, sobretudo nos processos de erosão morfosintática e de desgramaticalização da forma, cujo significado se torna genérico, vago ou empaldecido.

Logo, na nova formulação, cobrimos simultaneamente os processos de gramaticalização e desgramaticalização. Nesse novo construto, a gramática está simultaneamente com alguns itens ou construções **emergindo**, icônicos, e outros itens ou construções **submergindo**, com diminuição ou perda total da iconicidade, donde resulta a aparência de relação arbitrária entre forma e conteúdo.

Gramaticalização e perda parcial de transparência

Uma expectativa de orientação sincrônica poderia aguardar que os processos de gramaticalização chegassem a um termo de transparência e estabilidade, e que esse estágio fosse duradouro. Nada mais falso. O movimento é contínuo e irreversível. Pode ser acelerado ou retardado, mas nunca reprimido, nem nunca dirigido.

Nesse viajar sem fim, que ele não sente, o usuário da língua envolve-se com um processo de mudança de cada item e/ou construção que atinge um ponto de equilíbrio e transparência na relação entre forma e significado. Por ser dinâmico, esse ponto está naturalmente em desgaste e modificação em ambos os seus componentes, isto é, na forma e no significado. É o que se observa com a forma *né*, originária de *não é verdade?*.

Desgramaticalização e perda total de transparência

A condição natural para qualquer item ou expressão da língua é o desgaste na forma e a transferência metafórica no significado, com conseqüente perda de transparência na relação entre essas duas faces do signo.

Os efeitos do uso na forma verificam-se por processos de erosão fonética, como desgaste ou enfraquecimento da sílaba tônica, redução fônica e eventual desaparecimento. No significado, conforme já frisa-

mos, os efeitos do uso verificam-se através dos processos de abstratização e genericização, com conseqüente desbotamento, indistinção progressiva e eventual esvaziamento semântico.

O efeito combinado desses dois processos é a impressão, sincrônica, de uma substancial parcela da língua comportando estruturas opacas, aparentemente arbitrárias, em termos da relação que as formas guardam com seus significados, quando efetivamente conseguimos atribuir-lhes algum. Veja-se, por exemplo, o que ocorre com *embora*, derivado de *em boa hora*. Em sua derivação, o item perdeu a conotação positiva e migrou para uma acepção oposta, de concessão.

Mecanismos de compensação

Já frisamos que para cada emparelhamento entre *forma* e *significado* podemos estabelecer pelo menos três momentos:

1) um momento de origem e consolidação progressiva do processo, com nova associação metafórica entre forma e significado. Esse processo comumente está associado com indefinição de forma e com tateamento no uso, donde surge a impressão de variação, com mais de um significado associado a uma só e mesma forma, como vimos com *bai*;

2) um momento de estabilização aparente, com gramaticalização regularizadora das relações entre forma e significado;

3) um momento de desgaste, com desgramaticalização das relações entre forma e significado, com liberdade progressiva da forma em termos de restrição de ocorrência, e com liberdade progressiva do significado em termos de empalidecimento e mesmo de esvaziamento semântico. Por convergência semântica, pode verificar-se a existência de mais de uma forma para, aparentemente, dar conta do mesmo significado.

No momento de estabilização verifica-se o nível de iconicidade máxima, com relação transparente entre forma e significado, representando-se assim o máximo de economia comunicativa, o máximo de rentabilidade sistemática.

Entretanto, a estabilidade é ilusória e, mesmo nos casos de ilusão, de duração extremamente breve (embora, no relógio das línguas, os eventos se meçam em unidades distintas do relógio da vida humana; as unidades contam-se em décadas, séculos e mesmo milênios).

Sabemos que tudo que se sistematiza envelhece. Esta é a tendência inevitável dos sistemas. Como resultado inexorável do envelhecimento, afrouxam-se e perdem-se as relações icônicas entre forma e significado.

Estamos admitindo por hipótese que os princípios e mecanismos aqui descritos se aplicam a todo e qualquer processo humano de comunicação, seja ele a língua áudio-oral, a língua dos sinais das comunidades de surdos, ou qualquer código articulado.

Vejamos o que se passa com a língua dos sinais. Admitimos, por força do paradigma que nos guia, que num primeiro momento são icônicas as relações entre forma e significado, em qualquer língua de sinais do mundo e, portanto, são universais.

Por que, então, as pessoas não-iniciadas nas línguas dos sinais de uma comunidade lingüística não entendem, imediata e prontamente, o que os surdos comunicam entre si? No máximo, como não-iniciados, conseguimos "ver" em certos gestos alguns traços que são mais dêiticos, mas mesmo esses traços se apresentam esmaecidos, enfraquecidos de suas arestas gestuais, como por exemplo os que identificam o falante e o ouvinte. Também esses sinais vêm-se tornando progressivamente menos transparentes, mais indiretos em seu poder de representação.

Há uma ilustração interessante da opacidade da língua dos sinais para os não-iniciados no filme *Rio selvagem*, em que mãe e filho, dominados e controlados por dois bandidos num bote, comunicam-se plenamente, à vista dos dois bandidos que os controlam, sem serem compreendidos, embora os bandidos percebam que algo está sendo transmitido, que eles não concebem captar. A mensagem, cifrada para os bandidos, e transparente da mãe para o filho, diz: "seu pai está vivo e vai nos salvar".

As línguas áudio-orais estão cheias de signos que, hoje, são opacos na relação entre forma e significado, mas um dia já foram transparentes nessa relação. Estamos falando de um fato digno de menção, que é a amnésia da gênese da linguagem, entre seus usuários (que, em sua instância última, desautoriza o princípio de persistência, de Paul Hopper). Com efeito, quem de nós relaciona, hoje, *entretanto* com *entre tanto espaço* > *entre tanto tempo*? Ou quem consegue, à primeira vista (à primeira audição), relacionar a forma *então* com *em um certo lugar* (*in tunc*)?

Há um mecanismo de balanço compensatório entre grau de iconicidade, ou transparência, e velocidade de processamento: quanto mais icônica, quanto mais transparente for a codificação, mais pesada será a manifestação formal da mensagem, com praticamente nada a ser inferi-

do, ou automatizado. Por outro lado, quanto menos transparente, mais automática será, e portanto mais veloz, mais econômica em termos de quantidade de matéria fônica a ser despendida na produção do significado.

O lugar dos sinais no processo de gramaticalização e de desgramaticalização

Embora sejam cinco as entradas sensoriais (visão, audição, gosto, tato e olfato), razões cognitivas e pragmáticas, de eficiência, economia e eficácia, levaram os humanos a especializar a audição (combinada com a visão) ou, no caso dos deficientes auditivos, a especializar a visão, como entradas perceptuais para o som e o gesto, respectivamente.

Assim, as saídas motoras correspondentes são as línguas oral-audiais e as línguas de sinais-visuais (estas comumente conhecidas como línguas dos sinais). Dado o quadro aqui esboçado, as línguas orais são não-marcadas, enquanto as línguas de sinais são marcadas, no sentido de serem menos freqüentes, mais complexas em termos visuais (e não no sentido de serem mais difíceis de processar?).

Nas línguas orais, codificadas para e em razão das especificidades auditivas dos interlocutores, os processos de gramaticalização e desgramaticalização de itens e de construções estão relativamente bem estabelecidos, e vêm-se investigando intensamente na tradição da lingüística histórica e, mais recentemente, no paradigma da gramaticalização. A literatura específica, conforme se vê nas referências de *Approaches to Grammaticalization*, organizada por Closs-Traugott e Heine em 1991, é variada e abundante.

Nas línguas de sinais, a exemplo de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), os estudos lingüísticos, ainda incipientes, abrem vasta área de investigação tanto em termos de pesquisa pura quanto em termos de intervenção. As áreas se referem:

a) aos mecanismos de emergência de novos signos, em que, por hipótese, atuam os mesmos processos de deslizamento metafórico, discutidos em (1), com as vicissitudes típicas de transferência, em que um significante passa a dar conta de novos significados, estreitamente associados ao(s) significado(s) já vinculado(s) a esse significante;

b) ao grau de iconicidade nos casos de gramaticalização em curso, bem como nos processos de desgramaticalização;

c) aos princípios que regem os processos gestuais de desgramatização: neutralização, arquigesto, fusão gestual, redução gestual e virtual desaparecimento do gestema.

VOTRE, S. A paradigm for the functional linguistics. *Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp., p.25-40, 1997.

- **ABSTRACT:** *In this paper I adopt a moderate version of the linguistic functionalism in which I accept the partial autonomy of syntax with respect to the semantic and the pragmatic components of grammar. I emphasize grammaticalization and degrammaticalization of lexical items and constructions.*
- **KEYWORDS:** *Grammaticalization; linguistic variation; change; autonomy; grammar.*

Referências bibliográficas

- BOLINGER, D. *Meaning and Form*. London: Longman, 1977.
- CLOSS-TRAUGOTT, E. Pragmatic strengthening and grammaticalization. ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 14, 1988, Berkeley. *Proceedings...* Berkeley, 1988.
- CLOSS-TRAUGOTT, E. HEINE, B. (Org.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.
- DUBOIS, S., VOTRE, S. *À procura da essência da linguagem*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. (Mimeogr.).
- GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- _____. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984-1990. 2v.
- _____. *Functionalism and Grammar: a Prospectus*. Oregon, 1991. (Mimeogr.).
- _____. *Grammar of English: a Function-Based Introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1993.
- HEINE, B. et al. *Grammaticalization: a Conceptual Approach*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: CLOSS-TRAUGOTT, E., HEINE, B. (Org.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.
- HOPPER, P., CLOSS-TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

- SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- VINCENT, D., VOTRE, S., LAFOREST, M. Grammaticalisation et post-grammaticalisation. *Langues et Linguistique (Québec)*, Université Laval, n.19, 1993.
- VOTRE, S. *Linguística funcional: teoria e prática*. Québec: Université Laval, 1992.
- _____. Gramaticalização de achar. *CADERNO de Sociolinguística Aplicada (São Paulo)*, PUC, 1993.
- _____. A base cognitiva da gramática. CONFERÊNCIA PARA O CONCURSO DE PROFESSOR TITULAR DE LINGÜÍSTICA, 1994, Rio de Janeiro.
- VOTRE, S. et al. *Projeto integrado iconicidade na fala e na escrita*. Rio de Janeiro, 1992. (Mimeogr.).
- _____. *Projeto integrado iconicidade, cognição e gramaticalização*. Rio de Janeiro, 1994. (Mimeogr.).

DISCURSO E ABORDAGENS QUANTITATIVAS

Maria Luiza BRAGA¹
Giselle Machline de Oliveira e SILVA²

- **RESUMO:** Este artigo revê o comportamento de diversos fenômenos de acordo com o estatuto informacional de seus referentes: a ocorrência de artigos definidos, a ordem do sujeito em relação a seu predicado, a topicalização de objetos diretos, as sentenças clivadas, a ordem de orações de causa e de condição, e os marcadores discursivos. Ele mostra que a informação é uma restrição poderosa para a maioria dos fenômenos que tratam da ordem, mas muito menos relevante para a colocação de artigos definidos e a co-ocorrência com alguns marcadores discursivos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Estatuto informacional; ordem; discurso.

Introdução

As abordagens funcionalistas da linguagem, dada sua concepção de linguagem, concedem um lugar privilegiado à informação e ao seu tratamento. Dik (1989), por exemplo, concebe as línguas naturais como instrumentos de interação social com a função principal de estabelecer a comunicação entre seus usuários. A comunicação, por seu turno, é considerada um padrão interativo de atividades através das quais se efetivam mudanças na informação pragmática dos interlocutores. A informação pragmática inclui informação geral sobre o universo, informação situacional e contextual e é crucial para a distinção entre informação velha e informação nova. Será considerada velha a informação que, na ava-

1 Departamento de Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp – 13083-970 – Campinas – SP.

2 Bolsista do CNPq – UFRJ.

liação do falante, integra a informação pragmática do ouvinte, e nova aquela que não a integra. A avaliação, então, da informação pragmática do ouvinte determinará a maneira como o falante organizará seu enunciado.

A preocupação com a informação é fundamental também em Halliday (1967), para quem a linguagem é estruturada de modo a permitir a instanciação de três tipos de significados: ideacionais, interpessoais e textuais. A codificação de tais significados se processa por meio de três redes sistêmicas: a de transitividade, relacionada à representação lingüística da experiência extralingüística; a de modo, relacionada à organização dos participantes na situação de fala; e a de tema, relacionada à estrutura de informação da cláusula. O tema tem a ver então com a relação do que está sendo dito com aquilo que foi dito antes no discurso e com sua organização interna em um ato de comunicação. Halliday distingue dois tipos de informação – *dada* e *nova* –, a diferença entre elas decorrendo de uma opção do falante que a concretiza mediante escolhas fonológicas. Informação *nova* é aquela que o falante apresenta como não sendo recuperável do contexto, enquanto informação *dada* é aquela apresentada como recuperável.

A preocupação com a informação e seu tratamento, exemplificados pelos enfoques de Dik e Halliday, não é nova nem restrita aos lingüistas europeus. Com relação a “novidade”, vale lembrar que a oposição fundamental entre informação velha/*dada*/conhecida, por um lado, e informação nova/*não-conhecida*, por outro lado, bem como suas correlações com o tema/*rema* já se encontram estabelecidas em Mathesius (apud Firbas, 1987) nas primeiras décadas desse século. Quanto à difusão desses conceitos, cumpre recordar a literatura que vem sendo produzida na América (Chafe, 1976, 1987, 1988, 1992; Prince, 1981, 1992; Payne, 1987 etc.).

O trabalho que apresentamos insere-se nessa linha. Retoma diversas análises que investigaram o papel da informação a partir de um enfoque metodológico variacionista. Embora a investigação pioneira de Labov (1972) incidisse basicamente sobre fenômenos fonológicos e morfossintáticos, os adeptos da teoria da variação alargaram o leque de fenômenos variáveis e, ao estudarem fenômenos sintáticos variáveis, enfrentaram um tríplice desafio: a identificação das variantes, do seu contexto de ocorrência e do tipo de correlação capaz de explicar a seleção de uma construção em detrimento de outras parcialmente equivalentes. A esse alargamento correspondeu evidentemente um alargamento do tipo de fatores correlacionados, donde a inclusão de variáveis de natureza pragmático-discursivas. Dentre essas sobressaem os tratamentos

da codificação da informação. As dificuldades, as correlações entre essa variável e a natureza do fenômeno em análise, os ganhos teóricos metodológicos advindos de tal aplicação, aspectos a serem considerados a seguir, constituem o objeto deste artigo.

Os modelos e as dificuldades

Para investigarem a distribuição da informação, os analistas cujas investigações serão apresentadas aqui salientam o trabalho pioneiro de Halliday (1967), mas optam ou pela versão proposta em Prince ou em Chafe. Esses dois modelos teóricos, embora se sobreponham parcialmente, apresentam fundamentação diferente. O primeiro, o desenvolvido por Prince, quer-se primordialmente textual: as entidades, para nos conservarmos fiéis à terminologia princeana, seus indícios e suas âncoras deverão ser rastreados no texto. Somos apresentados a entidades *evocadas*, *inferíveis* e *novas*. A âncora textual não pode, todavia, ser absoluta. O texto, quer em sua versão escrita congelada, quer na sua produção oral *on-line*, não consegue escapar à presença dos seus produtores e às condições de produção. Ou melhor, às conseqüências lingüísticas que estas impõem. Assim Prince incorpora as entidades *situacionalmente evocadas*, isto é, aquelas que são contextualmente salientes. Mais ainda, entre as *novas*, há que diferenciar as que integram o conhecimento compartilhado daquelas que não o integram e que, conseqüentemente, estão sendo construídas no momento e pelo ato de fala.

A óptica de Chafe é outra. Ele parte dos estados de consciência. A distinção primária entre *given/new*, estabelecida em 1976, enriquece-se pela incorporação de um terceiro estágio intermediário – a informação acessível –, ao mesmo tempo em que se aprofunda a base cognitiva geradora desses três tipos de informação.

De uma maneira geral, como mencionamos previamente, os artigos a serem enfocados transitam entre os dois modelos, alterando-os, modificando-os para que se tornem mais operacionalizáveis. A exigência da teoria da variação de caracterizar todas as ocorrências alternantes de um fenômeno segundo os mesmos fatores requer essa flexibilização do modelo teórico, usualmente não testado em *corpora* empíricos maiores.

Várias dificuldades emergem da aplicação de quaisquer desses modelos. A mais crucial, a nosso ver, decorre da inacessibilidade aos estados de consciência dos interlocutores do discurso. A nossa prática reforça a observação de Chafe, a de que estamos, ou deveríamos estar,

continuamente, checando o estado de consciência do interlocutor para assim adequarmos os conteúdos cognitivos que desejamos transmitir. Alçados à posição de analistas, é-nos vedado tal acesso. Dispomos tão-somente das pistas deixadas no texto. Baseados nelas, alicerçaremos nossa investigação e caracterizaremos o *status* informacional das entidades que nos interessa estudar. Tentando fugir a tal dilema, qual seja, aos erros que podem advir de uma incorreta avaliação do *status* informacional de uma entidade, alguns dos nossos colegas têm levado às últimas conseqüências o critério textual. Passam, então, a considerar *novo* o que está sendo emitido pela primeira vez, e *velho/evocado*, o que já foi previamente introduzido pelo/no texto. Tal posição não é desprovida de razão. Particularmente, os analistas preocupados em recuperar estágios passados da língua, em verificar o efeito do *status* informacional enquanto categoria capaz de explicar a mudança lingüística sentem-se mais seguros com tal enfoque. Afinal, como seria o conhecimento compartilhado de há três séculos? Que elementos, que crenças, filosofias ou entidades preencheriam esse estanque compartilhado? Seria lícito impor a ele nossas crenças, nossa percepção do século XX?

Todavia, mesmo essa abordagem que se quer mais precisa não soluciona todas as incertezas ou dúvidas do estudioso. Qual a duração do “*estado novo*” de uma entidade? Chafe alerta que o tempo de permanência de uma entidade no foco de consciência é curto. Ela transita de um estado a outro, a consciência focal não comporta demasiada informação, daí a consciência periférica e a consciência de longo termo. O analista, sem acesso direto a tais estados, só pode utilizar as pistas deixadas no texto e a partir delas procurar inferir a consciência dos interlocutores no momento da construção do texto.

A proposta de Prince também é suscetível de questionamentos. Suas entidades evocadas apresentam problemas semelhantes. A menção de um referente, não importa a que altura do texto, garantiria o *status* de *evocado*? Entidades com propriedades semânticas diferenciadas duram o mesmo tempo? Sabemos que as entidades com o traço [+humano], por usualmente agruparem numerosos papéis, tendem a ser mais salientes tópica e cognitivamente. O fato de haver menor cancelamento de pronomes objetos que codificam entidades [+humanas] (Omena, 1978), de haver maior quantidade de pronomes pessoais em correferência com entidades humanas (Braga, 1987; Braga & Mollica, 1986) testemunha a relevância desse traço. Deverão, então, os referentes diferentes ser tratados de maneira uniforme quando se trata de sua recuperação textual?

Feitas essas considerações, passemos aos trabalhos.

Os trabalhos

Começaremos a ilustrar a abordagem variacionista da informação com a análise de Oliveira e Silva (1982) a propósito do uso de artigo definido antes de possessivo e patronímico. O fato de os pronomes possessivos já identificarem com aparente precisão o referente de um SN e, mais ainda, fazê-lo com respeito às pessoas do discurso, deveria, em princípio, inibir o aparecimento do artigo definido, dada a redundância de sinalizações. Observações semelhantes se aplicam aos nomes próprios, também empregados para a identificação de um referente único. Todavia o português não se conforma a tais moldes, favorecendo, pelo contrário, a alternância entre as variantes com e sem artigo definido: **o** meu filho/ meu filho; **o** Arthur/Arthur. O uso dos artigos definidos em tais contextos deixa-se explicar pela atuação de variáveis distintas, uma das quais o *status* informacional do referente do SN. A frequência geral (*overall*) de tal uso modificou-se ao longo dos séculos e também deixou-se afetar por variáveis geográficas: o português continental e o português brasileiro diferem quanto aos contextos que facultam o emprego do artigo. Além do mais, o primeiro já exhibe uma regra quase categórica, enquanto o segundo, o brasileiro, ostenta os mesmos índices de quatro séculos atrás, quando da época da colonização. Faixa etária é outra correlação importante, com as crianças mostrando-se menos sensíveis à atuação desta variável, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Uso do artigo antes de possessivo e de patronímico

	Possessivo			Patronímico		
	N	%	Prob.	N	%	Prob.
Crianças [+ novo]	32/87	37	,51	269/401	67	,52
[- novo]	196/667	29	,49	432/602	72	,48
	N	%	Prob.	N	%	Prob.
[+ novo]	247/457	54	,54	218/319	68	,56
Adultos [- novo]	782/1948	40	,46	352/494	71	,44

(Oliveira e Silva, 1982)

A estreita interdependência entre *status* informacional e distribuição dos constituintes na cláusula tem sido assinalada por numerosos es-

tudiosos. Halliday, por exemplo, salienta a parcial congruência entre *status* dado/novo e a variável tema/rema. Chafe, ao explicar a distribuição da informação no discurso oral, recorre a duas restrições: a restrição *uma-idéia-nova de cada vez* e a restrição do *sujeito leve*. A primeira estabelece que as unidades entonacionais codifiquem apenas uma idéia *nova* de cada vez, embora possam adicionalmente codificar informação *dada* ou *acessível*. A segunda estipula que a informação codificada pelo sujeito seja informação *não-nova*, isto é, que a informação seja *dada* ou *acessível*. Também Prince se refere às restrições que atuam no nível da distribuição linear da informação e que impedem a ocorrência de referentes *novos* na primeira posição de um enunciado. Construções tais como *it-clefts*, *there existencial*, deslocamentos para a esquerda justamente atenderiam a tal restrição. Essas várias considerações, assumam elas a forma de princípios ou restrições, compartilham um aspecto: todas reconhecem que a informação velha deva preceder a informação nova e que a distribuição traz repercursões para a sintaxe.

A distribuição dos constituintes não-oracionais nas construções de tópico e nas sentenças clivadas, bem como a ordem do sujeito ante seu verbo vêm comprovar empiricamente os princípios, restrições aludidos anteriormente.

Segundo Prince (1981), Braga (1984) considera como construções de tópico aquelas que se conformam à seguinte descrição estrutural:

$$\left[\begin{array}{c} [X1] \\ S \quad SN \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} [X2] \\ S \quad SN \end{array} \right]]$$

O trecho (Ex.1) a seguir, extraído do Banco de Dados do Censo da Variação Lingüística do Rio de Janeiro, ilustra uma construção de tópico:

Ex. (1)

E: Caramba, quanta operação! E nenhuma delas você teve complicações assim? Não.

F: Não, graças a Deus. Tive não. Não tive não.

E: Não tem lembrança desagradável nenhuma em relação a elas?

F: Não, não, correu tudo bem né? **Pós-operatório**, todo mundo tem. (11 136).

A análise dos SNs topicalizados (pós-operatório), segundo as categorias elencadas por Prince, em combinação com o traço especificidade, revela que a maioria esmagadora dos referentes é constituída por entidades *inferíveis* ou *evocadas*. A ocorrência de entidades *novas* na posi-

ção mais à esquerda é bastante reduzida, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 – Construções de tópico e informação

Categoria	N	%	PR
Inferível	23/47	49	,73
Velho [+ específico]	16/36	44	,61
Velho [- específico]	30/110	27	,45
Novo [+ específico]	5/36	14	,25
Novo [- específico]	9/108	8	,18

(Braga, 1984)

Para Braga, ao privilegiar referentes inferíveis ou evocados em construções semelhantes a (1), o falante mostra-se sensível a condicionamentos relacionados à ordem neutra das palavras em português e ao lugar preferencial em que aparece a informação *nova* na cláusula: e a ordem não-marcada dos constituintes tende a ser Suj-Verbo-Comp e a informação *nova*, a ser expressa pelo objeto direto. Ora, uma construção de tópico com objeto direto transmitindo informação nova constituirá um duplo desvio: desvio da ordem não-marcada e desvio da tendência de informação *velha* preceder informação *nova*. Daí a conseqüente rejeição de referentes novos na posição de objeto direto mais à esquerda (Pontes, 1980).

Berlinck (1989), ao estudar a ordenação Sujeito-Verbo, também atesta a relevância da variável *status* informacional. Vale-se de quatro fatores – *novo*, *inferível*, *dado em sentença não imediatamente anterior*, *dado em sentença imediatamente anterior* – e três *corpora*, correspondentes aos séculos XVIII, XIX e XX. Mostra que a ordem Verbo-Sujeito, bastante freqüente no século XVIII, restringe seu âmbito gradativamente e também que a hierarquia dos grupos de fatores que condicionam tal ordenação altera-se ao longo dos anos. Assim, no século XVIII, *status* informacional era o determinante mais poderoso da ordenação SV, isto é, quanto maior a “novidade” do referente do SN, maiores as chances de ele ocorrer posposto ao verbo. No decorrer dos anos, essa variável perde primazia, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – A ordem sujeito-verbo

Séc. XVIII	N	%	PR
Novo	114/212	54	0.62
Inferível	53/122	43	0.53
Dado sentenM não imed. ant	29/213	26	0.47
Dado sentM imed. ant.	7/39	18	0.38
Séc. XIX	N	%	PR
Novo	73/205	36	0.53
Inferível	41/137	30	0.50
Dado sentenM não imed ant	27/109	25	0.55
Dado sentM imed ant	3/18	17	0.41
Séc. XX	N	%	PR
Novo	87/331	26	0.57
Inferível	83/327	25	0.59
Dado sentenM	80/461	17	0.46
Dd sentença	13/143	9	0.38

(Berlinck, 1989)

Uma outra análise a salientar a contribuição da variável *status* informacional dos referentes incide sobre as construções clivadas. Aqui serão considerados os resultados para apenas duas variantes, denominadas respectivamente, *Clivadas propriamente ditas* e *Pseudoclivadas*, e ilustradas a seguir.

Ex. (2)

- Clivadas propriamente ditas

E: O que você quer?

F: O que que eu quero? Eu quero continuar estudando, sabe? Se der pra me formar tudo bem, né? Se não der eu ir aranzar uma coisa melhor pra mim viver minha vida. Eu sozinha, sabe? Sem ter que morar na casa dos outros. *É isso que eu quero.* (SU 351 A145).

- Pseudoclivadas

F: Essa pelada que eu joga lá no Acari foi criada pela gente mesmo. Então era... era todo mundo da mesma rua. Entendeu? Então... *Quem toma conta é até o tio da minha esposa* (JA 751 A344).

A análise dos referentes dos constituintes focalizados, em negrito nos exemplos, segundo as categorias *novo*, *evocado* e *inferível* de Prince é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 – Sentenças clivadas e *status* informacional do c¹

Categoria	Clivadas			Pseudoclivadas		
	N	%	PR	N	%	PR
Evocado	52	42	,52	19	15	,16
Inferível	6	20	,38	10	33	,24
Novo	4	11	,12	22	59	,64
Total	62			51		

(Braga, 1989)

Os números constituem evidência empírica forte para as teses de Halliday, Chafe e Prince quanto à distribuição não-marcada da informação. As *sentenças clivadas propriamente ditas* e as *Pseudoclivadas* distribuem-se quase que complementarmente. Assim, as primeiras, aquelas que colocam o SN focalizado à esquerda, são utilizadas quando se quer salientar referentes *evocados*. São, porém, evitadas se o referente a ser ressaltado constituir informação *nova*. Já as Pseudoclivadas, aquelas estratégias que empurram o referente a ser focalizado para a extrema direita, invertem tal tendência. Os reflexos dessa preferência incidem sobre as seleções no nível morfossintático e sobre o tamanho dos constituintes salientados.

Vale acrescentar também que o tratamento da informação nas sentenças clivadas constitui um interessante teste empírico para o princípio funcionalista que equaciona a diferença formal à diferença funcional. A análise das construções clivadas aponta que, embora a correspondência entre forma e função seja mais complexa do que aquela defendida pelo princípio do isomorfismo (Haiman, 1985), de um modo geral, aspectos discursivos mais complexos tais como a distribuição da informação podem explicar os mecanismos que subjazem à escolha de uma alternante em detrimento de outra.

A correlação entre *status* informacional e ordem não se restringe aos constituintes não-oracionais. As cláusulas também se submetem a tal pressão e se conformam aos princípios mais gerais a que nos referi-

mos anteriormente. As tabelas a serem consideradas a seguir, extraídas dos trabalhos de Paiva (1991) e de Gryner (1990), ilustram tal afirmação.

Paiva analisa a ordenação das cláusulas de causa, rótulo que inclui as causas *stricto sensu*, as razões e justificativas. Interessam-lhe tanto aquelas introduzidas por conector explícito quanto as justapostas. Ao investigar o *status* informacional, a autora focaliza o predicado, independentemente do *status* do referente sujeito, e distingue quatro tipos: *informação nova*, *inferível*, *disponível* e *velha*. O primeiro tipo corresponde à informação introduzida no texto no momento da enunciação da sequência de causa. Trata-se, pois, de informação não mencionada previamente, não inferível do co-texto anterior. Os demais tipos remetem a diferentes graus de “velhice” dos referentes. Informação *inferível* é aquela dedutível ou de informações já mencionadas pelo falante ou da própria cláusula feito. A informação *velha* distingue-se da anterior por reiterar uma informação já apresentada. A informação *disponível*, por sua vez, integra um esquema (*frame*), uma informação que pode ser considerada compartilhada a partir do conhecimento da realidade física ou cultural. Os trechos seguintes exemplificam esses vários tipos:

Ex. (3)

- Causa nova

E: Mas dizem que filha única é muito cheia de mimo, é verdade?

F: Bom, eu nunca fui cheia de mimo, *porque minha mãe sempre foi pelo justo*, sabe? (C., Val. 24, 4)

- Causa inferível

F: Não vou a um cinema há quanto tempo.

E: A senhora se lembra ainda do último filme que a senhora viu?

F: Se fazem três anos. Foi aquele filme que estava aí... Quando nós fomos ver as passagens, aí nós passamos e estava passando esse filme com Roberto Leal. Como é? Português, meu avôzinho, né? Acho que é isso. Aí meu marido entrou e foi ~ E ela entrou também *porque ela podia entrar esse~ nesse~ para assistir esse filme*. (C. Ari, 30, 144-5)

- Causa velha

F: E. Mas ela (a gata) nunca passou, né? pra casa dele, porque lá no final tem um portão, mas minha mãe já evitou, né? Ela tampou tudo né, pra pular, né?

E: E o seu vizinho não reclama do gato? Esse gato não briga com~

F: Não porque esse gato~ A gente~ Como eu disse, né? *A gente tampou tudo*, ele num tem modo pra passar pra lá, né? (C. Val. 24, 44)

- Causa disponível

E: Eu gostaria de saber uma coisa: quando você casar como é que você pretende educar seus filhos?

F: Deixa eu ver. Acho que eu tenho que dar assistência a eles, sabe? Cuidar deles da melhor maneira possível, dar amor pra eles, pra eles poder gostar de mim também. E quando eles for crescendo, aí eu ponho eles na escola pra eles aprenderem. E~ e no final de semana, sair com eles, passear, *que criança gosta muito de se divertir*, sabe? (C. Sam. 1, 13-14)

Os resultados de Paiva (Tabela 5) conformam-se às tendências já mencionadas, quais sejam, a informação *nova* tende a se pospor à informação *velha*, independentemente da presença de conector.

Tabela 5 – Ordenação da cláusula de causa: posposição

	[- Conector]			[+ Conector]		
	N	%	P.R.	N	%	P.R.
Causa nova	343/549	62,48	,51	1311/1615	81,18	,55
Causa infer.	73/95	76,84	,68	289/358	80,73	,52
Causa dispon.	31/50	62,00	,40	133/160	83,14	,38
Causa velha	27/64	42,19	,38	168/243	69,14	,38

(Paiva, 1991)

Gryner (1990) investiga a variação de tempo-modo e conexão nas cláusulas condicionais do português e considera quatro variantes, distinguidas segundo o tempo verbal da condicional: futuro do subjuntivo, presente do indicativo, gerúndio e ausência de conector, como mostram os exemplos seguintes:

Ex. (4)

- Futuro do subjuntivo:

R: (...) eu acho que o fundamental mesmo para um casal é a confiança.
(*Se não tiver confiança*, não casa. (06:51:681))

- Presente do indicativo

P: Como você fica quando não dorme bem?

R: *Se eu não durmo*, eu acordo de mau humor. (71:29:2276)

- Gerúndio

P: Hum..hum... E bebida? O que... você acha que...que faz mal?

R: Bom, a bebida não faz mal, *sabendo beber*. (12:05:64)

- Justaposição

P: E mudança de residência?

R: (...) Isto depende muito assim do lado do emprego, né? do lado do aluguel também, emprego, né, que, às vezes, vamos supor, *eu estou aqui morando aqui, né? o aluguel aqui tá, vamos supor, dez mil cruzeiros, ali na frente eu acho por cinco ou seis, eu vou mudar mesmo, né?* (09:02:718)

O exame da correlação entre *status* informacional e posição da cláusula condicional mostra os resultados exibidos a seguir (Tabela 6). Vale lembrar que tais resultados aplicam-se às ocorrências de futuro de subjuntivo cujo *status* informacional foi codificado segundo categorias textuais, isto é, menção no contexto discursivo precedente.

Tabela 6 – Cláusulas condicionais, *status* informacional e posição

Fatores	N	%	PR
Totalmente mencionada	4/49	8	,51
Parcialmente mencionada	3/63	5	,37
Não mencionada	6/20	30	,83

(Gryner, 1990)

Os números da Tabela 6 evidenciam então que as cláusulas não mencionadas se pospõem àquelas com as quais se relacionam, adequando-se assim ao princípio mais geral que controla a distribuição da informação na linearidade do texto.

Por fim, gostaríamos de considerar as correlações entre a variável que nos ocupa e o uso de marcadores discursivos. Tal categoria, tão recorrente quanto *escorregadia*, tem desafiado numerosas análises. Oliveira e Silva & Macedo (1992), trabalhando com um *corpus* oral, distinguem e agrupam diversos tipos de marcadores, segundo sua posição, função e distribuição. Um destes tipos, o dos que requisitam apoio discursivo do interlocutor (RADs: *né? sabe?...*), mostra-se sensível à variável *status* informacional da seqüência discursiva que tais marcadores

recortam. Seus resultados mostram que eles tendem a solicitar mais a confirmação de informação quando esta é compartilhada pelos interlocutores. As diferenças entre a quantidade de RADs atrelados a enunciados conhecidos e desconhecidos, embora não muito acentuadas, são significativas e muito recorrentes nos falantes. Ou melhor, os números globais (apresentados na Tabela 7) reproduzem o comportamento individual dos falantes. A explicação para os resultados é auto-evidente, isto é, apenas se pede confirmação de uma informação compartilhada. Se o interlocutor desconhece a informação, não poderia confirmá-la. Por fim, vale lembrar que diferentemente do que ocorre no francês do Canadá e do uso esporádico a que podem ser submetidos por um ou outro falante, os RADs não são pontualizadores mecânicos, "vícios de linguagem", evidência que nos é fornecida, entre outros aspectos, pela correlação com *status* informacional.

Tabela 7 – Influência do *status* informacional sobre os RADs

Fatores	N	%
Conhecido	847/4819	17,5
Desconhecido	565/4284	13,2

(Oliveira e Silva & Macedo, 1992)

Conclusão

Neste artigo consideramos alguns tratamentos que vêm sendo concedidos à codificação lingüística da informação. Referimo-nos às dificuldades e ganhos explanatórios que advêm da inclusão dessa variável quando da análise de fenômenos de variação e mostramos que ela se revela pertinente para o estudo de fenômenos de nível não-oracional, oracional e discursivo.

BRAGA, M. L., SILVA, G. M. de O. e. Discourse and quantitative approaches. *Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp., p.41-55, 1997.

- **ABSTRACT:** *This article reviews the behaviour of several phenomena according to the informational status of their referents: the occurrence of definite articles, the ordering of the subject in relation to its predicate, the topicalization of direct objects, the cleft sentences, the ordering of causal and conditional clauses, and the discourse markers. It demonstrates that information is a powerful constraint to most phenomena dealing with order but it is much less relevant to the placement of definite articles and to the co-occurrence with some discourse markers.*
- **KEYWORDS:** *Informational status; order; discourse.*

Referências bibliográficas

- BERLINCK, R. A. A construção V-SN1 no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 1989.
- BRAGA, M. L. Tópico e ordem vocabular. *Boletim da ABRALIN*, v.6, p.159-63, 1984.
- _____. Esta dupla manifestação de sujeito, ela é condicionada linguisticamente. SEMINÁRIO DO GEL, 34, 1987. *Anais...* Campinas: Unicamp, 1987. p.106-15.
- _____. *As sentenças clivadas no português falado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1989. (Relatório apresentado ao CNPq).
- BRAGA, M. L., MOLLICA, M. C. M. Marcas segmentais e/ou supra-segmentais entre o sujeito e o predicado e sua função discursiva. *Série Estudos* (Uberaba), v.12, p.24-40, 1986.
- CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view. In: LI, C. (Ed.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- _____. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. S. (Ed.) *Coherence and Grounding in Discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1987.
- _____. Linking intonation units in spoken English. In: HAIMAN, J., THOMPSON, S. (Ed.) *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p.1-28.
- _____. The flow of ideas in a sample of written language. In: MANN, W., THOMPSON, S. A. (Ed.) *Discourse Description Diverse Linguistic Analysis of a Fund Raising Text*. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p.267-94.
- DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Providence: Foris Publications, 1989.

- FIRBAS, J. On the delimitation of the theme in functional sentence perspective
In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in Linguistics*. Amsterdam:
John Benjamins, 1987.
- GRYNER, H. A. *Variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais
em português*. Rio de Janeiro, 1990. Tese (Doutorado) – Universidade Feder-
al do Rio de Janeiro.
- HAIMAN, J. *Natural Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English. *Journal of Lin-
guistics*, v.3, n.2, p.199-244, 1967.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania
Press, 1972.
- OLIVEIRA E SILVA, G. M. *O estudo da regularidade na variável do possessivo no
português do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1982. Tese (Doutorado em Lin-
güística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA E SILVA, G. M., MACEDO, A. T. Discourse markers in the spoken
Portuguese of Rio de Janeiro. *Language, Variation and Change*, v.4, n.2,
1992.
- OMENA, N. P. *Pronome pessoal de 3ª pessoa: suas formas variantes em função
acusativa*. Rio de Janeiro. 1978. Dissertação (Mestrado em Lingüística) –
Pontifícia Universidade Católica.
- PAIVA, M. C. *Ordenação das cláusulas causais: forma e função*. Rio de Janeiro,
1991. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal do Rio de Ja-
neiro.
- PAYNE, D. L. Information structuring in Papago narrative discourse. *Language*,
v.63, n.4, 1987.
- PONTES, E. Da importância de tópico em português. ENCONTRO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA, 5, 1980, Rio de Janeiro.
- PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.)
Radical Pragmatics. New York: Academic Press, 1981.
- _____. The ZPG letter: subjects, definiteness, and information status. In:
MANN, W., THOMPSON, S. A. (Ed.) *Discourse Description: Diverse Linguis-
tic Analysis of a Fund Raising Text*. Amsterdam: John Benjamins, 1992.
p.295-326.

NEM TUDO QUE É POSPOSTO É NOVO: ESTATUTO INFORMACIONAL DO SN E POSIÇÃO DO SUJEITO EM PORTUGUÊS

Rosane de ANDRADE BERLINCK¹

- **RESUMO:** Esse artigo discute a associação corrente entre, por um lado, posição pré-verbal e informação dada e, por outro, posição pós-verbal e informação nova. A análise da posição do sujeito em um *corpus* diacrônico do português brasileiro e do português europeu mostra que essa associação não é necessária. De fato, sujeitos informacionalmente dados também podem ser pospostos. Além disso, o sujeito posposto pode aparecer em duas configurações diferentes – VXS ou VXS –, dependendo do grau de dadidade ou de previsibilidade dos elementos do comentário. A ordenação desses elementos segue um princípio de “equilíbrio da informação”, segundo o qual o último elemento da frase é o mais “pesado” do ponto de vista da informação, quer ele seja o sujeito ou um complemento.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Língua portuguesa; variação lingüística; ordem de palavras; posição do sujeito; estatuto informacional.

Introdução

O estudo da ordem de palavras e, em especial, da posição do sujeito na frase está tradicionalmente ligado à idéia de que há uma correspondência entre o fluxo informacional no discurso e o modo como os constituintes são dispostos na frase. Essa idéia, que nos vem modernamente das propostas do Círculo Lingüístico de Praga (Mathesius, 1929; Firbas, 1964; Sgall, 1967, 1969), foi amplamente explorada em um número grande de estudos (Hetzron, 1975; Lira, 1982; Givón, 1976, 1977, 1978, 1979, 1983, 1988; Payne, 1987a, b; Delbecque, 1987; Berlinck,

¹ Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

1988, 1989), provando que constitui, no mínimo, uma intuição empiricamente fundamentada.

Apesar de os princípios da “Perspectiva Funcional da Sentença”, como definida pelos estudiosos de Praga, estabelecerem diversos graus de *dinamismo comunicativo* segundo os quais os elementos da frase seriam ordenados, boa parte dos estudos que testaram a validade dessa correlação se limitou a um enfoque binário (*dado* versus *novo*). Como resultado dessas análises, concluiu-se que os elementos pré-verbais tendem a ser “dados”, enquanto o traço “novo” caracteriza os elementos pós-verbais. Essa oposição reflete a estrutura funcional da frase, composta de duas partes principais – o *tema* e o *rema*. A posposição do sujeito teria assim uma função essencialmente “apresentativa”, introduzindo novos referentes no discurso.

Meu objetivo aqui é questionar a associação “pré-verbal – dado/pós-verbal – novo”, com base em resultados de um estudo recente sobre a posição do sujeito em português (Andrade, 1995). Minha proposta não é de todo original. Ela é, de fato, tributária das conclusões de Votre & Naro (1986) sobre a correlação entre o estatuto informacional do SN-sujeito e a posição que este ocupa na frase. No entanto, minha análise difere dessa em alguns aspectos. Antes de estabelecer essas diferenças, é necessário, porém, considerar o que constitui, em linhas gerais, a proposta dos dois autores.

A análise de Votre & Naro

Votre & Naro (1986) afirmam que, embora o valor “apresentativo” se associe com frequência à ordem VS, não é ele que explica a ocorrência da posposição do sujeito. Sua afirmação se baseia na análise de 400 ocorrências de ordem Verbo Sujeito e um número correspondente de ocorrências de Sujeito Verbo na variedade falada do português do Rio de Janeiro. O *corpus* se limita aos casos potencialmente variáveis, excluindo, assim, toda frase que, segundo os autores, não poderia ter ocorrido na outra ordem. Como decorrência desse critério, foram também excluídos os casos com objeto direto realizado, já que praticamente não apareceram na ordem VS.

Entre os vários fatores considerados na análise, Votre & Naro examinam a possível correlação entre a ordem dos constituintes e o estatuto informacional do SN em razão de sujeito. Para isso, propõem quatro categorias distintas de conteúdo informacional: *evocado*, *disponível*, *parcialmente novo* e *completamente novo*.

A primeira delas corresponde à noção de “dado” no discurso, não necessariamente sob uma forma idêntica. O conceito de “disponível”, por sua vez, supõe que o referente é “*prontamente acessado pelo ouvinte*”, mesmo sem ter sido mencionado anteriormente. Isso inclui casos de referentes “únicos” (como “o sol”, “o Ministro da Fazenda”), referentes “irrelevantes” para o prosseguimento do discurso (como os indefinidos “todo mundo”, “gente”, “tudo”), referentes que são do conhecimento compartilhado pelos interlocutores e referentes “inferíveis” (na acepção de Prince, 1981).

Por *parcialmente novo*, os autores designam os referentes que ainda não estavam nem presentes nem disponíveis no discurso, mas cuja introdução é feita por meio de algum tipo de conexão com um elemento “evocado” ou “disponível”. É o caso do SN em “*Aí, enche o estacionamento da “Casa da Banha”*”, já que “a Casa da Banha” constitui um referente acessível para o ouvinte (Votré & Naro, 1986, p.468). Finalmente, *completamente novo*, como sugere o termo, se refere aos elementos totalmente ausentes do discurso até o momento de sua menção.

A idéia corrente de que a posposição serve basicamente para “apresentar” referentes supõe que estes sejam novos no discurso. Os resultados da análise de Votré & Naro mostram que essa expectativa não reflete os fatos:

Tabela 1 – Distribuição dos referentes de VS e SV pelas categorias informacionais principais (adaptado da Tabela 1, de Votré & Naro, 1986, p.469)

Ordem	S	V	V	S
Categoria informacional	N	%	N	%
Completamente novo	0	-	5	2,89%
Parcialmente novo	19	12,60%	54	30,70%
Disponível	35	23,20%	67	38,19%
Evocado	97	64,20%	50	28,10%
Total	151	100%	176	100%

Nos casos de SV o sujeito é preferencialmente *evocado*, como previsto. No entanto, em VS, a esperada concentração do sujeito nas categorias que exprimem o conceito de “novo” (*parcialmente novo* e, sobretudo, *completamente novo*) não acontece. O sujeito de VS é, na maioria dos casos, *disponível*. Essa categoria, porém, é seguida de perto pelos casos de

parcialmente novo e *evocado*. Por outro lado, constata-se a raridade das ocorrências de *completamente novo*, tanto em SV, quanto em VS.

Esse quadro é interpretado pelos autores, muito corretamente, como um indício de que o estatuto informacional do SN em razão de sujeito, pelo menos da forma como foi analisado, não é um fator suficiente para explicar a ocorrência da posposição. Em contrapartida, Votre & Naro propõem um outro princípio explicativo: o princípio da *polaridade*. Segundo eles, a ordem em que um elemento aparece na frase depende do grau em que esse elemento é central ou periférico em termos comunicativos. O *pólo* (ou ponto de referência) da frase corresponde ao constituinte apresentado como central na comunicação. Discursivamente, isso corresponde ao elemento para o qual a informação é apresentada como pertinente. No nível sintático, a coincidência entre o *pólo* e o sujeito é o caso mais frequente.

A variação entre SV e VS se define, assim, em razão do “fluxo discursivo”. Ao contrário do que ocorre com o sujeito na ordem SV, o sujeito pós-verbal é periférico em relação ao fluxo. Na ordem VS, a informação não é dirigida para o sujeito; na verdade, a frase é apresentada como um bloco indivisível de informação relativa a um acontecimento ou a uma dada circunstância. No nível do texto (em especial em textos narrativos), esse tipo de frase é utilizado para contextualizar ou para reforçar a idéia central que é comunicada, e não para fazer avançar a narração. Ou seja, a frase VS faz parte do que convencionou-se chamar *backgrounding* nos estudos relativos à estruturação do texto, por oposição a *foregrounding* (frases SV) (Givón, 1977, 1982; Hopper, 1979; Hopper & Thompson, 1980, entre outros).

Embora a análise de Votre & Naro constitua um avanço inegável para compreendermos a variação da ordem de palavras, ela não esgota a relação entre esse fenômeno e o estatuto informacional do SN. Isso se deve, a meu ver, às características próprias ao *corpus* analisado pelos autores: constituído a partir da variedade falada do português brasileiro, ele reflete o estado atual do fenômeno na língua. Minha análise mostra que é possível aprofundar a relação já citada se ampliarmos o espectro de fontes linguísticas observadas.

Novos problemas

Um dos objetivos principais de meu estudo sobre a posição do sujeito em português (Andrade, 1995) é detectar possíveis mudanças na

ocorrência da posposição do sujeito, comparativamente no português brasileiro (doravante, PB) e no português europeu (doravante, PE) Para isso compus um *corpus* abrangendo três momentos históricos distintos das duas variedades – os séculos XVIII, XIX e XX O enfoque diacrônico determinou o trabalho com fontes linguísticas escritas ²

Essa maior abrangência do material analisado proporcionou uma maior variedade das possibilidades de posposição Em trabalhos anteriores (Berlinck, 1988, 1989) já havia mostrado que, em períodos mais antigos do PB, a ordem VS ocorria não apenas em construções mono-argumentais, como também, com frequência significativa, em construções pluri-argumentais O mesmo se dá na análise de 1995, como ilustram as frases em (1) e (2), respectivamente ³

(1)

- a) () tirando aquella unica vez, que o encontrou, como declarado tem, o não tornou mais a ver, e muito menos teve com elle comunicação alguma, sendo certo, *que logo muito poucos dias depois succedeu a sua prisão*
(PB – século XVIII) (Inconfidência, 63 78)
- b) Com semelhante jardineiro não murchará o alecrim de D. Clons
(PE – século XVIII) (Judeu, 211 6)
- c) As pedras, é verdade, acabaram, *mas não acabaram as pancadas que se deram*
(PB – século XIX) (baianas, 113 13)
- d) Quero tirar-lh'a, o gajo põe a mala no chão para me pregar dois estalos – e eu agarrei os dois estalos, mas fui também agarrando a mala!
– Apenas lhe deito a unha – não vos conto nada – eu vos conto tudo!
– não foi mais do que dizer ao melro – “Vae roubar a tua avó torta!” Zaz-traz! – *desapareceu o gatuno!* Foi com certeza roubar a avó!
(PE – século XIX)(Garndo, 124 1)

2 Buscou-se minimizar o viés da escrita pela seleção de textos que representam formas relativamente mais distensas de uso da língua. Assim, o *corpus* foi formado, basicamente, a partir de correspondência privada e peças de teatro (especialmente comédias). A escassez de fontes para o século XVIII determinou o recurso a modalidades diferentes de texto para esse período – autos de inquéritos e relatos de viagens.

3 As indicações em parênteses junto aos exemplos referem-se à fonte de onde foram retirados, com número de página e linha.

(2)

- a) Avistada a Tropa com o cabo *lhe pediu João Leite que fizesse a resenha prometida tantas vezes não só em S.Paulo, mas no Sertão, (...)*
(PB – século XVIII)(Sertanistas, 123:9)
- b) Meu filho chegou bem e sexta-feira parte para essa Universidade, e rogo vivamente a V.S^a o advirta em tudo e tome sempre na sua proteção *para que cumpra elle com os seus deveres.*
(PE – século XVIII) (Pina, 124:3)
- c) *Tinha eu meus quinze anos* quando lá apareceu, vindo do Maranhão, o Sr. Ambrósio.
(PB – século XIX) (Pena, 302:31)
- d) Um homem de uma fortuna immensa, um negociante retirado, Thomaz José Marques...hade conhecer... – Não conheço: admira-me. – Tem estado quasi sempre no Brasil e em Inglaterra, veio estabelecer-se aqui agora. Compra tudo quanto apparece em bens de raiz. *Esta manhã ficou elle de me trazer aqui o dinheiro.*
(PE – século XIX) (Garrett,11:37)

A possibilidade de VS em construções pluri-argumentais contrasta fortemente com o que se observa no PB moderno, como provam os resultados de Votre & Naro (1986) e de Kato et al. (no prelo). Além disso, esse fato traz novos desafios para a compreensão do fenômeno. Se, por um lado, fica reforçada a afirmação de Votre & Naro de que a função “apresentativa” é apenas uma das funções da posposição, deixa-se em aberto a questão de qual seria a função de VS no contexto pluri-argumental. Até que ponto o princípio da *polaridade*, proposto pelos dois autores, é aplicável a casos de posposição em construções pluri-argumentais?

Um segundo aspecto a considerar é a posição do sujeito posposto. Desde os estudos de Tarallo & Kato (1989) não se pode mais ignorar a natureza heterogênea da posposição. Não vou me deter aqui nesses trabalhos, cujas propostas discuto em outros textos (Andrade, 1995; Berlinck, em preparação). Limito-me a lembrar as diferentes possibilidades de ordem VS apresentadas por esses autores: os casos de “anteposição do verbo” (3a-c) e o “deslocamento à direita” ou “antitípico” (4a-b).

(3)

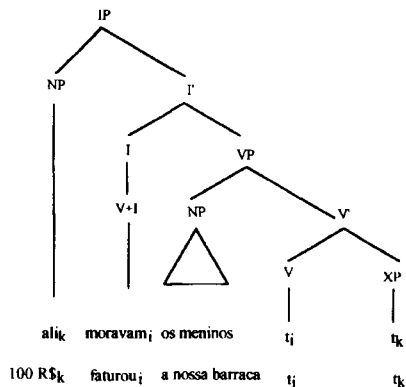
- a) Telefonou um cliente.
- b) Ali moravam os meninos.
- c) 100 R\$ faturou a nossa barraca.

(4)

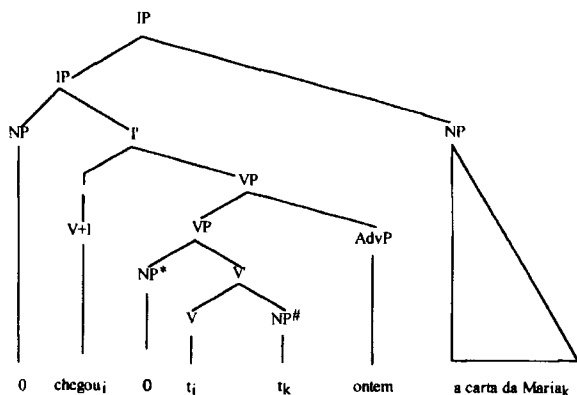
a) Chegou ontem a carta da Maria.

b) Tá pronto o vestido azul.

De acordo com Tarallo & Kato, tem-se em cada caso uma estrutura diferente: no primeiro, o sujeito se encontra no domínio da frase; no segundo, o SN está colocado fora da frase, em adjunção a ela.⁴ Minha análise revela, porém, que essas duas configurações estruturais não esgotam todas as possibilidades de posicionamento do sujeito posposto. Tomemos as frases em (5).



(4a)



4 As representações que seguem ilustram as diferenças estruturais propostas pelos autores. Elas se baseiam nos princípios de descrição gramatical do modelo gerativo (Chomsky, 1981, 1982; Koopman & Sportiche, 1991).

(5)

- a) Tendo chegado aqui as Ordens, como V.S^{ra} sabe, para nova eleição dos Governadores e para tomar o Comandante de Armas a patente mais graduada, recaiu este comando em Manuel Pedro.
(PB – século XIX) (baianas, 76:11)
- b) – Vai buscar o meu capote, e cobre-o, que está tremendo o miserável.
(PE – século XVIII) (Judeu, 181:24)
- c) Aí está como acontece a um naturalista uma coisa que nada tem de natural!
(PB – século XIX) (Tribofe, 53:31)

Segundo a proposta de Tarallo & Kato, (5a) constitui um caso de “anteposição do verbo” e (5b) um exemplo de “deslocamento à direita” ou “antitópico”. A frase em (5c), no entanto, não se enquadra em nenhuma dessas análises: o sujeito aparece em posição final de frase, mas não pode ser interpretado como antitópico, pois a variante com um pronome co-referente em posição inicial não é possível (cf. (6)). A exigência de o sujeito estar colocado imediatamente após o verbo também elimina a possibilidade de interpretar a estrutura como um caso de anteposição do verbo.

(6)

* Aí está como ela , acontece a um naturalista uma coisa que nada tem de natural , !

A partir desses fatos, quero defender a necessidade de uma terceira configuração possível para VS – VXS, com o sujeito no domínio da frase. Assim, o sujeito posposto pode ocupar três posições básicas, que correspondem às três configurações seguintes: VSX, VXS e VX # S.⁵ A determinação dessas configurações passa, inevitavelmente, por um exame do estatuto informacional do SN-sujeito e de seu valor discursivo. É a pertinência dessas idéias que desejo demonstrar a seguir através da discussão dos resultados que obtive.

5 O símbolo # marca o limite do domínio da frase, indicando que S se encontra fora desse domínio, em adjunção a ele. A variação X corresponde a um complemento, seja de natureza actancial ou circunstancial.

Uma análise “parcialmente” nova

Sem perder de vista as conclusões de Votre & Naro (1986), meu estudo da posição do sujeito em português (Andrade, 1995) tenta refinar a análise do estatuto informacional do SN. Num primeiro momento, esse aspecto foi avaliado qualitativamente. As categorias propostas pelos dois autores foram mantidas, com duas modificações: os casos de *inferível* foram classificados em uma categoria independente dos outros “disponíveis” e a categoria *evocado* foi desmembrada em duas, distinguindo-se os casos em que a menção é dada textualmente daqueles em que o referente é dado no contexto situacional (pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoas e dêiticos, principalmente). Os resultados gerais dessa análise para os períodos modernos das duas variedades estudadas (PB e PE) estão na Tabela 2.

Tabela 2 – Frequência de ordem VS segundo o estatuto informacional do sujeito, no PB e no PE modernos

Estatuto informacional	Dado na situação	Dado textual	Inferível	Disponível	Partil novo	Completa. novo	Total
Variedade							
PB	11,5% (8/69)	12% (59/501)	17% (97/568)	16% (78/486)	27% (73/267)	62% (92/149)	20% (408/2040)
PE	25% (6/24)	12% (41/348)	16% (56/341)	49% (176/357)	30% (78/260)	49% (37/76)	28% (394/1406)

Desses resultados se depreende que, embora seja sensível à maior novidade do referente do sujeito, a posposição é possível mesmo com sujeitos relativamente mais “dados”, o que vem confirmar as conclusões de Votre & Naro. A ocorrência da ordem VS com sujeitos “novos” não constitui um problema para as análises do fenômeno: sempre se pode argumentar que a posposição cumpre, nesses casos, uma função apresentativa. Esse argumento, porém, não pode ser facilmente estendido aos sujeitos “dados”. Assim, propus um exame mais detalhado dos casos de posposição com sujeitos desse tipo.

Limitando-me aos casos de *dado textualmente*, operei uma análise quantitativa do conteúdo informacional do SN, que situa a menção analisada em relação ao contexto que a precede (Givón, 1983, 1988). A idéia básica subjacente a essa avaliação é de que a noção “dado no dis-

curso” esconde uma gama heterogênea de graus de “dadidade”. As diferentes distâncias possíveis entre a menção analisada e a menção anterior de um mesmo referente equivalem a SNs relativamente menos ou mais “dados”. A hipótese de que essas diferenças de grau pudessem ter algum tipo de correlação com a variação entre as configurações possíveis de posposição se mostrou pertinente. Vejamos esses resultados.

A análise mediu a distância entre o SN analisado e sua menção anterior em número de orações que as separam. Seguindo Givón (1983, 1988), considerou-se o limite de 20 orações anteriores. Os SNs cuja menção precedente se situa há mais de 20 orações foram incluídos na categoria [20 ou +]. Tendo em conta, ainda, as diferentes posições que o sujeito posposto pode assumir, os casos de VSX e de VXS foram analisados separadamente.⁶ As Figuras 1 e 2 apresentam esses resultados para o PB e o PE modernos.

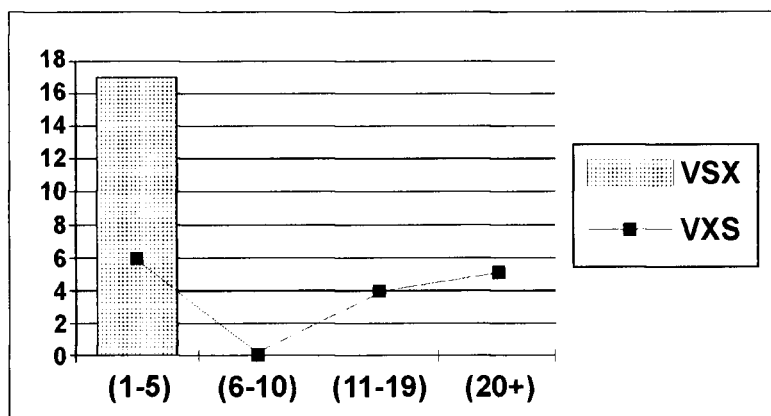


FIGURA 1 – Distribuição do número de casos de sujeitos pospostos de tipo *dado textualmente*, segundo a configuração em que ocorrem e a distância que os separa da menção anterior, no PB moderno.

6 Os resultados que seguem se limitam aos casos em que o elemento X é lexicalizado. Sem essa restrição, não é possível indicar, sem lançar mão de outros critérios que os meramente formais, qual é a posição exata do sujeito posposto. Esse mesmo critério me levou a analisar conjuntamente os casos de VXS e de VX # S, nesse primeiro momento, já que na maioria das vezes não são formalmente distintos na modalidade escrita.

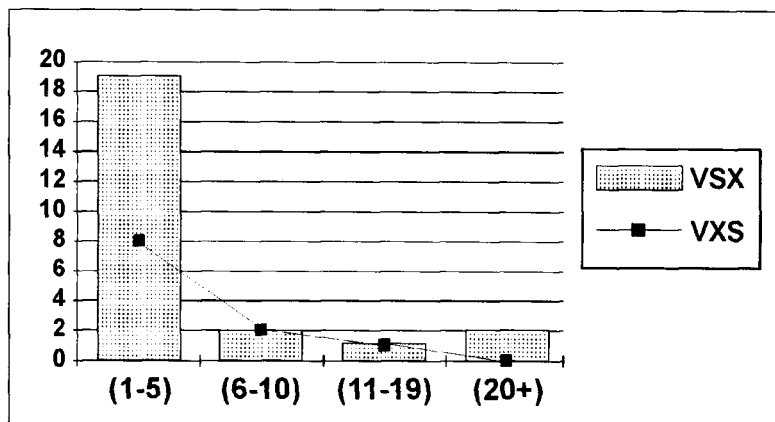


FIGURA 2 – Distribuição do número de casos de sujeitos pospostos de tipo *dado textualmente*, segundo a configuração em que ocorrem e a distância que os separa da menção anterior, no PE moderno.

Vários comentários podem ser feitos a partir dessas figuras. Um fato que chama a atenção imediatamente é a predominância dos casos de VSX sobre os de VXS. Outro dado interessante é a concentração dos casos de VSX na faixa de (1 – 5); ou seja, o S de VSX tem sua menção anterior predominantemente no contexto imediato próximo. Os resultados do PE diferem em relação aos do PB, na medida em que também encontramos ocorrências de VSX com sujeitos cujas menções anteriores se situam a distâncias relativamente maiores. Ainda assim a correlação preferencial entre VSX e o traço [*dado* no contexto precedente imediato] é inegável para ambas as variedades do português. Esse padrão fica confirmado ao se analisarem dados de outros períodos da língua, como mostra a Tabela 3.

Os resultados abaixo revelam que, no português dos séculos XVIII e XIX, assim como nos estágios modernos da língua, o sujeito da configuração VSX é tipicamente *dado* no contexto precedente imediato. Essa consistência de comportamento leva a afirmar que tal correlação constitui uma característica geral da ordem de palavras em português.

Já a configuração VXS, por outro lado, não apresenta um padrão consistente de distribuição. Na verdade, tanto a tendência observada para VSX quanto a aparente ausência de tendência para VXS exigem mais explicações, que apenas a análise de alguns dados vai revelar.

Tabela 3 – Distribuição de sujeitos pospostos de tipo *dado textualmente* segundo a distância que os separa da menção anterior, na configuração VSX, no PB e no PE dos séculos XVIII e XIX

Variedade	P	B	P	E
Data	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XVIII	Séc. XIX
Distância				
(1 – 5)	68 (82%)	24 (96%)	31 (74%)	39 (87%)
(6 – 10)	7	1	7	3
(11 – 19)	3	0	3	3
(20 +)	5	0	1	0
Total	83	25	42	45

(7)

- a) Não quis negar o grande talento poético do Junqueiro; só quis mostrar a sua absoluta nulidade como poeta-filósofo. Li há pouco a notícia, dada muito a sério pelo Agostinho de Campos, de que o homem decidira deixar os seus escritos filosóficos, em testamento, como a mais preciosa cousa do universo – ao Estado, à Nação Portuguesa. (v. *Antologia Portuguesa*, do Aillaud e Bertrand, Junqueiro, Introdução, p.XXIX. Toda essa Introdução merece ser lida, como documento da mentalidade portuguesa.)

Diz o homem que em duzentas e cinqüenta páginas nos vai dar “um sistema completo de filosofia, como o de Comte...” (Sérgio, 155:14)

- b) Lourival me disse que tinha estado aí e falou em vocês, principalmente na Lulu. *Acha ele que você vai bem.* (Graciliano, 131:15)
- c) Mas que hei de fazer? O médico aconselhou-me uma série de banhos de mar; e, morando em Santa Tereza, *seria isso impossível...* (Gonzaga, 6:8)

Nas frases em (7), o sujeito, que aparece numa configuração VSX, é *dado* no contexto precedente próximo. Em (7a,c), o referente do SN aparece mencionado duas orações antes; em (7b), ele está presente na oração imediatamente precedente. Em todos os casos, o sujeito é expresso por um pronome ou por uma expressão nominal anafórica. Comparemos agora esses dados com as frases em (8).

(8)

- a) Recebi também o cartão que você me mandou no outro dia. Quando eu tinha saúde mental, ou tinha mocidade, nem sei! eu sempre fui muito sensível a êsses artiguetes efusivos de admiração com que os rapazes, na verdade, mais exercem a glória de ser do que nos compreendem. Mas ultimamente dei pra me comover com essas manifestações felizes. É generoso, é abastança, é força da vida, é mocidade, é principalmente mágico. Talvez nada exista de mais sublimemente trágico nas relações do homem para com a Divindade do que êsse rito da magia como (sic) que o homem constringe o Deus e O obriga a praticar o que o homem quer. *Tem muito dessa magia a admiração dêsses rapazes* e no rito dos seus escritos explosivos êles nos convertem muito à sua imagem e semelhança. (Mário, 124:10)
- b) Havia uma folha do *Magriço* quasi impressa: mas que importava; ainda assim eu o abandonava e ia para a *Divina-marca* com elle que lá se imprimirá mais baato e tam bem, e a diferença dá demais para a perda do que está feito. Agora porém tudo está suspenso por outra razão. Se minha mulher estiver capaz, em um mez ou pouco mais, da viagem – do C. eu acceito o generoso e sincero convite dos meus amigos sem duvida, sem hesitar um momento – porque me parece que os conheço e me conheço. Senão, será mais uma desgraça minha – e no rol de tantas, paciência! venha mais essa. – Assim bem vê o meu bom amigo (e os meus amigos ambos – que para ambos é esta carta; e eu nem cabeça nem tempo tenho para fazer separação) que só por todo o março poderei ir, se puder. E só accrescento, que *fico contando as horas*. – Mas se eu não puder ir a tempo aviso. – *Por ora até segunda ordem fica pois suspensa a impressão do “Dom Magriço”*. – (Garrett, 29:31).

Ao contrário do que se vê em (7), as frases em (8) apresentam uma configuração VXS. Os sujeitos – “a admiração dêsses rapazes” e “a impressão do Dom Magriço” –, embora *dados textualmente*, se encontram a uma distância relativamente grande de sua menção anterior – 15 orações antes (8a) e 19 orações antes (8b) – e não são expressos por meio de pronomes, mas de SNs plenos.

Analisando comparativamente essas características, conclui-se que os sujeitos das frases em (8) têm uma carga informativa maior que aquela dos sujeitos em (7). A distância que separa as menções constitui um fator significativo na determinação desse conteúdo: quanto mais distante estiver de sua menção anterior, menos previsível será o referen-

te e maior a necessidade de expressá-lo por meio de um sintagma nominal pleno, a fim de que possa ser recuperado (Ariel, 1987). Elementos que “carregam” mais informação correspondem ao *foco* da sentença. Assim, chega-se a uma associação entre a posição final de frase e o valor focal.

Essas correlações permitem também uma leitura inversa, que é comprovada pelos dados. Quanto mais próximo de sua menção precedente, mais previsível é o referente. Sendo facilmente recuperável, ele pode ser expresso (quando o for) através de pronomes ou expressões nominais anafóricas. Normalmente, esse elemento não tem valor focal, aparecendo, quando posposto, entre o verbo e um complemento.

Algumas exceções aparentes vêm confirmar o quadro que acabo de expor.

(9)

- a) Um dia, Santini lembrou-se de que o inventor das palavras se esquecera também de registrar a propriedade dessa invenção. *E registou-a ele*, tornando-se proprietário da língua que falamos, desapossando-nos legalmente do uso que dela fazíamos havia muitos séculos. (Abeilaira, 46:22)
- b) Achou estranho que há tantos mezes tussa, num paiz como o nosso e, mal tocou batendo com o punho nos dois lados por cauza do som, embora eu não achasse diferença, *achou-a elle* e disse que era “mattuité que j’avais”. (Nobre, 56:12)
- c) Mamãe: Recebi agora a sua carta e uma nota para compra de feijão, carne, farinha, etc. Não li a nota, mas penso *que estavam nela os objetos mencionados*. (Graciliano, 114:7)

Nesses três casos de VXS, ao contrário do que vimos até agora, os sujeitos são *dados* no contexto precedente imediato. Além disso, em (9a-b) eles são expressos por pronomes. O que parece contrariar as tendências reveladas anteriormente, no entanto, é apenas uma variação do valor focal que recebe o elemento em posição final de frase. Com efeito, todos os sujeitos em (9) representam o *foco* da sentença, mas um *foco contrastivo*. Em todas as frases, a “novidade” que outorga o valor de *foco* ao sujeito está no contraste que se estabelece entre o sujeito e um ou mais elementos, presentes no contexto anterior (casos de a-b) ou pressupostos a partir da própria enunciação do SN-sujeito (9c). Assim, conclui-se que a distância “quantitativa” entre as menções é apenas uma das possibilidades de manifestação de uma distância “qualitativa”, que corresponde ao grau de previsibilidade do referente. A imprevisibilidade

de, que caracteriza a interpretação de *foco*, pode ser dada não necessariamente por um número elevado de orações intervenientes, mas pela presença de referentes concorrentes no contexto próximo.

As frases em (10), que poderiam representar outras exceções ao padrão observado para VXS, são, de fato, exemplos de um tipo diferente de estrutura – o *deslocamento à direita* ou *antitópico*.

(10)

- a) Porque assumir uma atitude, pregar coisas contra as minhas convicções ou dúvidas, era sempre perseverar no teatro, e num teatro em que a minha idade e experiência já não me permitem mais ser galã. Ora o meu gênero, a minha posição de ribalta me impõem a personalidade do galã. *É sarcástico isto...* Mas, não sei si pelo pêso da minha honestidade ou pela seriedade que ponho em tudo quanto faço. (Mário, 28:19)
- b) Esta peste deu no portador dêste, um menino, aliás, predestinado, pois se chama Jesus da Silva. Um nome que não pode ser simplesmente mais alto e mais humilde – porque o apelido Silva é quase equivalente a zero. *Tem 22 anos o meu Jesus*, e está, com a mãe e os irmãos menores, atolado na famosa miséria brasileira... (Lobato, 85:1)

Nesses casos, o sujeito *dado* no contexto precedente próximo não possui valor focal, mas constitui, na verdade, o *tópico* da sentença. Seguindo a análise proposta por Tarallo & Kato (1989), adoto para essas frases a estrutura em que o SN está fora do domínio da sentença (v.4, estrutura (4a)), que represento aqui de modo simplificado como VX # S.

Assim, os resultados aparentemente pouco expressivos obtidos para a configuração VXS (Figuras 1 e 2) são o efeito da natureza heterogênea dos casos incluídos nessa categoria. Por um lado, temos casos em que o sujeito tem valor de *foco* (“contrastivo” ou “não marcado”). Por outro lado, estão as ocorrências de construção de *antitópico*. As duas construções se diferenciam igualmente segundo a distância que separa o SN-sujeito analisado de sua menção anterior. No primeiro caso (VXS), a menção precedente pode tanto estar no contexto anterior imediato, quanto muito distante da oração em análise. No caso do *antitópico* (VX # S), apenas a primeira opção está disponível. As diferenças funcionais das duas construções justificam e determinam a adoção de estruturas distintas.

Conclusão ou por que nem tudo que é posposto é “novo”?

A análise dos casos de sujeitos pospostos de tipo *dado textualmente* na seção 3 revelou que o caráter heterogêneo da posposição, postulado primeiramente por Tarallo & Kato (1989), comporta três estruturas distintas, em que o sujeito se caracteriza por valores discursivos diferentes: VSX, VXS e VX # S. Seria possível encontrar algum princípio geral subjacente a essas três possibilidades?

Segundo os princípios que regem o ato de comunicação, especialmente o princípio da *cooperação* (Grice, 1975, p.45-6), considera-se que a expressão de uma informação “nova” constitui uma condição necessária para o sucesso do ato comunicativo. Por outro lado, a expressão do elemento “conhecido” serve de base de sustentação para o elemento novo, na medida em que indica para que “arquivos” de sua memória o interlocutor deve dirigir esse último elemento.

A distribuição das informações *dada* e *nova* na frase se caracteriza igualmente por um aspecto quantitativo: uma frase contextualizada tende a ter mais de uma “peça” de informação conhecida, mas, geralmente não apresenta mais que uma “porção”⁷ de informação nova (Givón, 1984; Du Bois, 1987; Chafe, 1987). Isso se explicaria pelo fato de que a percepção do que é novo, e que, conseqüentemente, exige um esforço maior de atenção, constitui uma capacidade cognitiva limitada.⁸

Tendo em mente essas idéias, voltemos aos dados.

(11)

- a) *seria isso impossível...*
- b) *Tem muito dessa magia a admiração dêsses rapazes (...)*
- c) *Tem 22 anos o meu Jesus, (...)*

As frases em (11) reproduzem um exemplo de cada uma das três construções com sujeito posposto: VSX, VXS e VX # S, respectivamente.

7 O termo “porção” (minha tradução para “chunk”) foi emprestado de Givón (1990, p.898), que destaca a ausência de uma definição precisa dessa idéia. Ele afirma que, geralmente, uma “porção” corresponde à palavra que funciona como o sujeito, o objeto, o verbo, ou ainda um adjetivo ou um advérbio.

8 Ver Givón (1990, p.939), para uma referência aos estudos sobre outros “subsistemas de atenção”.

Minha análise centrou-se no sujeito, definindo-o como o *foco* da sentença em (11b) e como *tópico* em (11c). O sujeito de (11a) não pode ser definido nem como *tópico* nem como *foco*, nos moldes dos dois outros. Assim, apenas em (11b) o sujeito carrega a informação “nova” da sentença. Se, no entanto, toda sentença tende a trazer uma “peça” nova para a construção do discurso, é preciso supor que também em (11a) e (11c) vamos encontrar um elemento informativamente “novo”. Efetivamente, é possível considerar que o elemento em posição final de frase – “impossível” em (11a) e “22 anos” em (11c) – constitui o *foco* dessas sentenças.

Conclui-se então que os elementos que compõem o que se convencionou chamar de *comentário* (por oposição a *tópico*) obedecem a um princípio de equilíbrio da informação: o último elemento da frase é o mais “pesado” do ponto de vista da informação, quer ele seja o sujeito ou um complemento. Isso fica particularmente evidente nas frases em que o *comentário* é complexo, ou seja, quando é composto por mais de um elemento além do verbo (como em (11a-b)). Tomemos, por exemplo, (11b). Nessa frase os dois elementos que seguem o verbo já foram dados no contexto precedente. No entanto, a menção anterior do complemento “dessa magia” está relativamente mais próxima da frase analisada do que a menção precedente de “a admiração desses rapazes”, como se pode verificar em (8a). Assim, “dessa magia” é relativamente mais previsível que “a admiração desses rapazes”, aparecendo antes desse na ordem linear da frase.

A análise de sentenças com *comentário* complexo em que o sujeito não é *dado textualmente*, mas se caracteriza por estatutos informacionais diferentes, permite generalizar o “princípio de equilíbrio”, como mostram as frases em (12) e (13)

(12)

- a) *Tinha eu meus quinze anos* quando lá apareceu, vindo do Maranhão, o Sr. Ambrósio. (Pena, 302:31)
- b) Lozinha: Recebi hoje o seu telegrama. *Vai a resposta em carta por vários motivos*: primeiro porque talvez chegue aí mais depressa que se fosse pelo arame; segundo porque posso escrever mais coisas; terceiro porque o correio cobra menos que o telégrafo; quarto e último, porque sábado lhe mandei notícias e uma pelega nova que você naturalmente já recebeu. (Graciliano, 132:4)
- c) *É a tatarana, mesma, a lagarta-de-fogo, com pelos urticantes. Crêem uns que se trate de uma variedade maior, de tatarana.* (Rosa, 27:32)

(13)

- a) Nenhuma das vezes encontrou o director, e como receava que não fosse recomendável ver o nosso querido Amigo, não o quis fazer sem autorização expressa do médico. Deixou-lhe o pedido de lhe fazer saber a sua decisão, mas nunca recebeu resposta, depreendendo de aí que achavam preferível não o ver. *Disse-lhe o enfermeiro que o achava um pouco melhor.* (Luísa, 239:29)

Em (12) os sujeitos são, respectivamente, *dado no contexto situacional*, *inferível* e *disponível* (do subtipo “irrelevante”). Em todos os casos, a comparação com os complementos que os seguem na frase mostra que esses últimos carregam muito mais informação do que os sujeitos. O mesmo se pode dizer da frase (13), em que o sujeito aparece posposto ao verbo, mas não imediatamente após ele. Nesse caso, o elemento que se encontra antes do sujeito na ordem linear da frase – um clítico dativo – é relativamente mais previsível que o próprio sujeito. Enquanto o referente do clítico já fora dado no contexto precedente, o sujeito é *inferível*.

Os fatos observados permitem expressar o que chamei de “princípio de equilíbrio da informação” em uma “fórmula” que descreve a composição do *comentário*. Assim, teríamos

[V – elemento relativamente – (...) – elemento relativamente]
+ previsível – previsível .

Note-se que essa “fórmula” recupera, de certo modo, a idéia de “dinamismo comunicativo” de Firbas (1964). No entanto, aqui não se trata de definir a ordem relativa dos componentes do *comentário* em razão de traços semânticos, mas sim a partir do papel que os elementos desempenham no discurso em termos informacionais.

Considerando as conclusões a que cheguei, torna-se necessário rever algumas das idéias propostas por Votre & Naro (1986). A percepção da frase VS como um “bloco indivisível de informação relativa a um acontecimento ou a uma dada circunstância” não condiz com todos os dados que analisei. Essa interpretação parece adequada para os casos de posposição com verbos monoargumentais, como os exemplos dados em (1), mas não dá conta de frases em que a composição do *comentário* é mais complexa. Nesses casos, muitas vezes a frase é utilizada para efetivamente fazer avançar a narração (cf. (2a), (5a), (9a-b) e (13), por exemplo), ao contrário do que propõem os autores.

Além disso, a definição de *pólo* (ou “ponto de referência”) e sua associação com a ordem SV também me parecem apresentar problemas. Se o *pólo* é o elemento “que recebe o conteúdo do enunciado, no sentido de que o falante apresenta a informação como sendo relevante para o *pólo*” (Votre & Naro, 1986, p 457), temos que admitir que, no nível da sentença, os sujeitos das configurações VSX constituem o *pólo* do enunciado. Em geral, nesses casos, é o referente do sujeito que determina o fluxo principal da comunicação, é para ele que a informação vem sendo dirigida. Assim, mais uma vez, as conclusões dos dois autores foram determinadas pelo tipo de “dado” linguístico levado em conta em sua análise, que não inclui configurações VSX.

Finalizando, gostaria de reafirmar as vantagens da análise histórico-comparativa. Foi ao estender a análise do fenômeno de posposição do sujeito a mais de uma variedade do português e a estados anteriores da língua que pude chegar à percepção de fatos nem sempre observáveis no português moderno e, assim, a uma melhor compreensão geral do fenômeno. Desse modo, mais do que “usar o presente para explicar o passado”, para lembrar o título do clássico texto de Labov, trata-se de empreender uma viagem de ida e volta ao passado para verificar o que há de próprio a cada momento e aquilo que pode ser considerado característica geral da língua.

BERLINCK, R. de. A. *Not everything postposed is new: the informational status of NP and the subject position in Portuguese. Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp., p.57-78, 1997.

- **ABSTRACT:** *This paper discusses the current association between the preverbal position and the given information, on the one hand, and the postverbal position as well as the new information, on the other. The analysis of the subject position in a diachronic corpus of Brazilian and European Portuguese shows that this association is not necessary. In fact, informationally given subjects can also be postposed. Moreover, the postposed subject may appear in two different patterns – VSX or VXS –, depending on the degree of givenness or predictability in the elements of the comment. The ordering of these elements follows the “informational balance” principle, according to which the last element of a sentence is the “heaviest” from an informational point of view, either it is the subject or a complement.*
- **KEYWORDS:** *Portuguese language; linguistic variation; word order; subject position; informational status.*

Referências bibliográficas

- ANDRADE, R. *La position du sujet en portugais: étude diachronique des variétés brésilienne et européenne*. Leuven, 1995. Thèse (Doctorat) – Katholieke Universiteit Leuven.
- ARIEL, M. Referring and accessibility. *Journal of Linguistics*, v.24, p.65-87, 1987.
- BERLINCK, R. A. *A ordem V SN no português do Brasil – sincronia e diacronia*. Campinas, 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas.
- _____. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 1989. p.95-112.
- _____. *A posposição do sujeito e a condição de mono-argumentalidade: revisão à luz de um estudo histórico-comparativo do português brasileiro e do português europeu*. (Em preparação).
- CHAFE, W. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. (Ed.) *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. *Some concepts and consequences of the theory of government and binding*. Cambridge: MIT Press. 1982. (Linguistic Inquiry Monograph, n.6).
- DELBECQUE, N. *Problèmes et méthodes de la variation syntaxique: le cas de la position du sujet en espagnol*. Leuven: Universitaire Pers Leuven, 1987.
- DU BOIS, J. W. The discourse basis of ergativity. *Language*, v.63, n.4, p.805-55, 1987.
- FIRBAS, J. On defining the theme in functional sentence analysis. *Travaux Linguistiques de Prague*, v.1, p.267-80, 1964.
- GIVÓN, T. On the VS word-order in Israeli Hebrew: pragmatics and typological change. In: COLE, P. (Ed.) *Studies in Modern Hebrew Syntax and Semantics*. Amsterdam: North-Holland, 1976.
- _____. The drift from VSO to SVO in Biblical Hebrew: the pragmatics of tense-aspect. In: LI, C. (Ed.) *Mechanisms for Syntactic Change*. Austin: University of Texas Press, 1977.
- _____. Definiteness and referentiality. In: GREENBERG, J. et al. (Ed.) *Universals of Human Language*. Stanford: Stanford University Press, 1978. v.4.
- _____. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- _____. Topic continuity in discourse: the functional domain of switch-reference. In: HAIMAN, J., MUNRO, P. (Ed.) *Switch Reference, Typological Studies*. Amsterdam: John Benjamins, 1982. v.2.

- GIVÓN, T (Ed) *Topic Continuity in Discourse* quantitative cross-language studies Amsterdam John Benjamins, 1983
- _____ UTE interrogatives In CHISHOLM, W (Ed) *Interrogativity* Amsterdam John Benjamins, 1984 (Série TSL4)
- _____ The pragmatics of word-order predictability, importance and attention In HAMMOND, M et al (Ed) *Studies in Syntactic Typology* Amsterdam John Benjamins, 1988 p 243-84
- _____ *Syntax* a functional-typological introduction Amsterdam John Benjamins, 1990 v 2
- GRICE, H P Logic and conversation In COLE, P, MORGAN, J L (Ed) *Syntax and Semantics* New York Academic Press, 1975 v 3
- HETZRON, R The presentative movement or why the ideal word order is V S O P In LI, C (Ed) *Word Order and Word Order Change* Austin University of Texas Press, 1975
- HOPPER, P Aspect and foregrounding in discourse In GIVÓN, T (Ed) *Discourse and Syntax* New York Academic Press, 1979 v 12
- HOPPER, P, THOMPSON, S Transitivity in grammar and discourse *Language*, v 56, p 251-99, 1980
- KATO, M A, TARALLO, F Restrictive VS syntax in Brazilian Portuguese its correlations with invisible clitics and visible subjects GEORGETOWN ROUNDTABLE IN LANGUAGE AND LINGUISTICS, 34, 1988
- KATO, M A, NASCIMENTO, M, NICOLAU, E, BERLINCK, R, BRITTO, H Padrões de predicação na gramática do português falado In KATO, K (Ed) *Gramática do português falado* Campinas Ed Unicamp, Fapesp v 5 (No prelo)
- KOOPMAN, H, SPORTICHE, D The position of subjects *Lingua*, v 85, p 211-58, 1991
- LIRA, S A *Nominal, pronominal and zero subject in Brazilian Portuguese* Pennsylvania, 1982 Dissertation (Ph D) - University of Pennsylvania
- MATHESIUS, V Zur Satzperspektive in modernen Englisch *Archiv für das Studium der modernen Sprachen u Literaturen*, v 84, n 155, p 200-10, 1929
- PAYNE, D Information structuring in Papago narrative discourse *Language*, v 62, p 783-804, 1987a
- _____ Meaning and pragmatics of order in selected South American Indian Languages Ocho Rios 1987 CONFERENCE ON THE ROLE OF THEORY IN LANGUAGE DESCRIPTION 1987b
- PRINCE, H Toward a taxonomy of given-new information In COLE, P (Ed) *Radical Pragmatics* New York Academic Press, 1981 p 223-55

- SGALL, P. Functional sentence perspective in a generative description. *Prague Studies in Mathematical Linguistics*, v.2, p.203-25, 1967.
- _____. L'ordre des mots et la sémantique. In: KIEFFER, F. (Ed.) *Studies in Syntax And Semantics*. Dordrecht: Reidel, 1969.
- TARALLO, F., KATO, M. A. Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística. *Preedição*, v.5, 1989.
- VOTRE, S., NARO, A. *Emergência da sintaxe como um efeito discursivo*. Rio de Janeiro, 1986. p.454-81. (Relatório final do Projeto Subsídios Sociolingüísticos do Projeto Censo à Educação).

FORMA E FUNÇÃO NOS GÊNEROS DE DISCURSO¹

Vera Lúcia PAREDES SILVA²

- **RESUMO:** Este artigo apresenta reflexões sobre os gêneros do discurso e/ou tipos de texto. Em primeiro lugar, são discutidas as definições de discurso de acordo com os dois principais paradigmas correntes na lingüística – o formalista e o funcionalista. Em seguida, os conceitos de gênero do discurso (ou tipos de texto) são relacionados a tais definições. Finalmente, oferece-se uma categorização de gênero em níveis, com base nos critérios estrutural e funcional. No primeiro nível, são examinados os traços lingüísticos dos textos, o que permite a identificação das estruturas do discurso; no segundo, considera-se o uso da estrutura em unidades comunicativas convencionais; e no terceiro, avalia-se o propósito comunicativo do autor.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Gênero do discurso; tipo de texto; categorização de gênero; critérios estrutural e funcional; propósito comunicativo.

Introdução

A questão dos gêneros de discurso vem ocupando um espaço cada vez maior nas análises lingüísticas. Podemos relacionar essa tendência ao fato de, nos últimos vinte anos, a lingüística ter ampliado seu escopo de investigação para abranger mais do que a construção formal e descontextualizada de sentenças: os princípios organizadores do discurso, seus aspectos interacionais, o contexto em que se atualiza, as

1 Este artigo se baseia em relatório apresentado ao CNPq em janeiro de 1995, como fruto de pesquisa de pós-doutorado desenvolvida na Universidade de Georgetown, no segundo semestre de 1994, sob supervisão da Dra. Deborah Schiffrin – processo n.201042/ 94.

2 Departamento de Lingüística – Faculdade de Letras – UFRJ – 21941-590 – Rio de Janeiro – RJ.

condições sob as quais opera – tudo aquilo, enfim, que se pode abngar sob o rótulo tão amplo quanto vago de análise do discurso

Nesse sentido, é claro que uma classificação dos gêneros de discurso se torna necessána, na medida em que cada gênero impõe restrições específicas à maneira como se começa ou acaba um texto, e se associa a determinadas situações de uso, e não a outras

No entanto, formular uma classificação dos gêneros de discurso não é tarefa fácil. Para começar, lembremos que há uma forte tradição associando o próprio termo *gênero* a estudos literános, o que deixa muitos linguistas pouco à vontade em usá-lo. Daí a tendência a substituí-lo pela expressão *tipo de texto*, considerada mais neutra³

Podemos identificar várias linhas de pesquisa que se interessam por unidades maiores que a sentença. Algumas mais frequentemente examinam narrativas, gênero cujos limites, planos e organização interna já foram bastante explorados (sociolinguística varacionista, funcionalismo givoniano, retórica contrastiva). Outra tradição de peso é a que analisa o diálogo, desde os simples pares adjacentes até sequências mais longas de conversa (teoria dos atos de fala, etnografia da comunicação, análise da conversação). Em todas elas perpassam referências aos gêneros de discurso, seja para descrevê-los (Labov, 1975, Hopper, 1979), seja para estabelecer limites entre segmentos de discurso (Jefferson, 1978), mas quase sempre se pressupõe que seja possível identificar os gêneros, que são tomados como uma espécie de primitivo.

Além disso, o interesse crescente pelas relações entre fala e escrita, vistas não como uma dicotomia, mas como um *continuum*, também tem despertado a atenção dos pesquisadores para a necessidade de se examinarem os gêneros, para que não se atribuam a diferenças de modalidade (oral/escrita) traços que na verdade são peculiares a certos tipos de texto (Biber, 1988).

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre o tema *tipologia de textos* (ou *gêneros de discurso*) e sobre os possíveis critérios que permitam melhor orientá-la. Longe de propor soluções, ele pretende levantar algumas questões formuladas a partir de minha própria experiência na análise de cartas pessoais, um tipo de texto à primeira vista homogêneo, mas capaz de incorporar muita variação interna (cf. Paredes Silva, 1988). Na tentativa de destrnçar o emaranhado dos gêneros, proponho

3 Acrescente-se a isso uma tendência recente em estudos sociolinguísticos, já observada também em português, a usar gênero como substituto de *sexo* na caracterização de variáveis, para ser “politicamente correto”.

que se trabalhe com critérios de diferentes ordens para chegar a uma classificação (ou, talvez, apenas a uma "clarificação", conforme Swales 1990). Como é muito grande o número de perguntas que surgem quando se discute o tema, o espaço de um capítulo exige que se limitem os aspectos tratados.

Para melhor entender os vários caminhos que se oferecem aos que têm buscado identificar e delimitar seqüências de discurso, começo por distinguir algumas tendências teóricas da lingüística atual e nelas situar diferentes concepções de *discurso*, de acordo com Schiffrin (1994). Em seguida, indico como algumas abordagens à análise do discurso lidam com a questão dos *gêneros*. Finalmente, procuro conciliar contribuições advindas das várias perspectivas, propondo critérios para uma *classificação em níveis* dos tipos de discurso.

Concepções de discurso

É consenso entre os estudiosos que há, no panorama da investigação lingüística atual, duas linhas que se destacam, pressupondo diferentes concepções sobre a natureza da linguagem, os objetivos da teoria lingüística e os métodos de investigação. Nichols (1984) as identifica como a *lingüística formal* (na qual inclui a estrutural e a gerativa) e a *lingüística funcional*, sob a qual se abrigam várias interpretações do termo *função*, apresentadas pela autora no referido artigo. Schiffrin (1994) também menciona a variedade de rótulos com que se podem designar essas duas vertentes, e apresenta, seguindo Hymes (1974), um conjunto de propriedades que serve para opor o paradigma formal (estrutural) ao paradigma funcional (interativo). Em termos bastante gerais, a visão formalista defende a autonomia do sistema gramatical, enquanto a funcionalista acredita que o sistema gramatical está condicionado (ou mesmo determinado) pelas funções comunicativas que realiza, encontrando, assim, suas motivações numa esfera fora da língua.

Tais concepções naturalmente se refletem na definição de *discurso*, ora entendido como uma unidade estrutural acima do nível da sentença, ora como uma unidade da língua em uso, e, por conseguinte, nos critérios usados para identificação dos *gêneros de discurso*. Reconhecendo a necessidade de melhor se aprofundarem as relações entre a perspectiva formal e a funcional, Schiffrin (1994) discute concepções de discurso dentro de cada um desses paradigmas e ainda propõe uma terceira possibilidade, como tentativa de conciliar os dois. Assim, o discurs-

so é apresentado: 1) como o que extrapola o nível da sentença; 2) como uso da língua; 3) como enunciados (*utterances*).

A primeira dessas concepções é associada a uma visão teórica *formalista/estruturalista*, no sentido de que a análise do discurso não faria senão segmentar o discurso, também neste nível mais alto, em suas unidades mínimas, entendidas ora como sentenças (apud Schiffrin, 1994), ora como proposições (Grimes, 1975), ora como cláusulas (Linde & Labov, 1975). Aliás, a autora assinala este como um ponto frágil dessa concepção, uma vez que identificar as unidades constituintes do discurso é freqüentemente uma difícil tarefa. A própria sentença, geralmente entendida como uma construção gramatical autônoma, revela-se uma noção problemática quando aplicada à fala (Chafe, 1982, 1987, 1990). Além disso, muitas análises têm apontado que as propriedades sintáticas de orações ou de sentenças influenciam/são influenciadas pelas estruturas do texto em que se inserem (Mathiessen & Thompson, 1988), o que acabaria por trazer certa circularidade a esta concepção.

Outro traço típico da visão estruturalista de discurso – reflexo das concepções estruturalistas de um modo geral – é a análise da relação das unidades constituintes entre si, mas não de suas relações funcionais com o contexto.

Transpondo a questão para uma análise dos gêneros, caberia, nessa concepção, a segmentação de uma narrativa, por exemplo, em suas partes constituintes, e análise da articulação das partes entre si, mas não seriam consideradas as diferentes situações comunicativas, os contextos em que uma narrativa ocorre.

A concepção de discurso como *língua em uso* está relacionada a uma visão teórica *funcionalista*. Ela se encontra em autores como Brown & Yule (1983), que ressaltam a necessidade de a análise do discurso não se restringir à descrição de formas, mas considerar a função a que essas formas servem nas relações humanas. Podemos dizer que o traço principal que distingue essa abordagem da estrutural é que aqui sempre se considera o discurso vinculado ao contexto em que se realiza, e aí se incluem os participantes, a situação social, os dados culturais etc. Em qualquer das suas versões (radical ou moderada), tal visão teórica considera o discurso interdependente da vida social, no sentido de que sua análise se interliga com significados, atividades e sistemas externos a ele.

Um exemplo clássico de abordagem funcionalista do discurso seria a proposta de Jakobson (1969) para as funções da linguagem. Nela estão incluídos os componentes da situação comunicativa – emissor,

destinatário, contexto etc. – na dependência dos quais será definida a função predominante num texto.

A crítica que Schiffrin (1994) apresenta a esse tipo de abordagem do discurso é que, ao levar em conta todas as relações entre linguagem e contexto, acaba-se por ter em mãos uma gama muito variada de fenômenos, mascarando-se o objeto específico da análise do discurso. Por exemplo, variações de pronúncia correlacionadas a determinados contextos sociais podem ter interesse sociolinguístico, mas certamente pouco contribuem para a identificação do propósito comunicativo de um enunciado. Em outras palavras, essa concepção corre o risco de ser extremamente abrangente, ao englobar como objeto da análise do discurso todos os usos da linguagem e não estabelecer um lugar definido para o discurso, dificultando que se identifique sua ordem específica de fenômenos e que se descubram suas regularidades. Classificações dos gêneros de discurso baseadas em funções da linguagem, como a de Kinneavy (1983), se encaixam nessa perspectiva.

A terceira concepção – *discurso como enunciados* – no entender de Schiffrin (1994), procura conciliar as duas anteriores. Por um lado, assume que a unidade do discurso é algo de maior extensão (está hierarquicamente acima de outras unidades), mas, por outro, contextualiza essas unidades e nos leva a considerá-las na sua seqüência. A autora reconhece as dificuldades de um consenso quanto ao que são enunciados, muitas vezes compreendidos como a realização de sentenças. Propõe entendê-los como “unidades de produção linguística (oral ou escrita) que são inerentemente contextualizadas” (p.41), não conseguindo, assim, escapar à mesma armadilha que aponta na concepção funcionalista anteriormente discutida – uma definição extremamente abrangente.

De qualquer forma, é a partir desse ponto de vista que formula dois objetivos para a análise do discurso que parecem perfeitamente apropriados também à discussão dos gêneros de discurso:

- objetivos seqüenciais, relativos a princípios subjacentes à ordem em que um enunciado (ou um tipo de enunciado) se segue a outro;
- objetivos semânticos e pragmáticos, referentes à influência da organização do discurso e do significado e uso de determinadas construções na transmissão e interpretação do conteúdo comunicativo do que é dito. (p.41)

Levando em consideração as concepções apresentadas, um gênero de discurso, enquanto um tipo de enunciado, também se identifica em parte por sua relação com outros enunciados, presentes na seqüência ou dela ausentes (intertextualidade), em parte por seu papel na situa-

ção comunicativa (perspectiva funcional) mas também por seus princípios de organização interna – suas partes constituintes e as combinações regulares entre elas (perspectiva estrutural). Nas seções seguintes deste artigo procurarei focalizar essas perspectivas.

Os gêneros em algumas abordagens à análise do discurso

Os autores que trabalham com a noção de *gênero* são unânimes em reconhecer a dificuldade em lidar com um conceito que se apresenta como “amplo e indistinto demais para ser de muita utilidade para uma análise formal e funcional detalhada.” (Briggs & Bauman, 1992, p.132). Tradicionalmente associados à literatura, os estudos sobre gênero parecem à primeira vista pouco acrescentar ao nosso conhecimento dos processos linguísticos usados no dia-a-dia. Além disso, aplicam-se geralmente a categorizar discursos, e todos os que fazem análises empíricas sabem como é difícil estabelecer classificações que consigam dar conta das sutis diferenças encontradas nos usos reais.

No entanto, várias abordagens à análise do discurso (Schiffrin, 1994) têm tocado de um modo ou de outro na questão dos gêneros. Dentre elas, duas serão aqui destacadas: a etnografia da comunicação, pela frequência com que menciona o conceito; a sociolinguística variacionista, pelas discussões aplicadas à análise de dados. Serão, ainda, exploradas algumas contribuições de Bakhtin, pensador russo cujas idéias sobre gêneros têm despertado o interesse tanto de linguistas como de estudiosos de literatura.

Para outras teorias do discurso (a Teoria dos Atos de Fala, a Pragmática, por exemplo), a questão dos gêneros não tem maior relevância, sendo apresentada de uma perspectiva bem limitada. As extensões de discurso tipicamente analisadas nessas abordagens não necessitam de mais do que um par de enunciados para poder definir o tipo de ato de fala que se realiza ou para perceber que máximas/princípios (relevância, quantidade etc.) estão em jogo. Por essa razão, não há um interesse maior em tipologias textuais: o tipo de discurso que geralmente ilustra seus postulados são fragmentos de conversas ou de entrevistas.

A questão do gênero na *etnografia da comunicação*, abordagem baseada na antropologia e na linguística, exige um preâmbulo. Briggs & Bauman (1992), num panorama crítico do lugar ocupado pelo gênero nas duas disciplinas, afirmam que o interesse pelos estudos de gênero se ori-

gina na convergência entre a antropologia lingüística e os estudos de folclore, em razão da preocupação dos pesquisadores nessas áreas em classificar formas de discurso oral. A classificação seria um recurso útil para categorizar e arquivar textos particulares. Uma tendência na antropologia é a representada por Franz Boas e seus seguidores, que focalizam aspectos culturais e sociais na classificação, levando em conta como os nativos entendem e usam os diferentes tipos de textos. Como toda categorização, no entanto, essa tende ao estabelecimento de tipos ideais, dos quais os textos reais muitas vezes se afastam. A par da tradição de Boas, outra linha na antropologia lingüística busca definir gêneros enquanto estruturas, sob influência do formalista russo Vladimir Propp. São valorizados os aspectos morfológicos (portanto, formais) das unidades discursivas: a estrutura morfológica estável daria identidade ao gênero. Desse ponto de vista, mitos e contos, por exemplo, não seriam distintos. Conforme observam Briggs & Bauman (1992), o que torna uma definição formal incompleta é que ela leva em conta apenas a composição interna de um gênero, e ignora o contexto (não-verbal) em que o gênero ocorre, porque este pode trazer fatores externos que extrapolam o território da lingüística.

Mas é nos anos 60 e 70, com Hymes e os estudos de etnografia da comunicação, que a discussão sobre gênero ganha lugar de destaque. Hymes privilegia categorias de uso, e não categorias estruturais, colocando-se numa perspectiva claramente funcionalista no que diz respeito ao discurso. Distingue como unidades de análise o ato de fala, o evento de fala e a situação de fala, em que entram em jogo não só a competência lingüística, mas a competência comunicativa – o conhecimento do uso apropriado da gramática – e o próprio conhecimento cultural. Uma das tarefas em que o autor se empenhou foi a de relacionar o conceito de gênero a tais unidades de análise.

Para Hymes, os gêneros de discurso “freqüentemente coincidem com eventos de fala, mas devem ser tratados como analiticamente independentes deles” (Hymes, 1974, p.61), já que podem ocorrer em diferentes circunstâncias. Por exemplo, o sermão, um gênero que tem seu lugar típico numa igreja, durante uma cerimônia religiosa, pode ser levado (com suas propriedades) para outras situações, assumindo efeitos humorísticos. Para o autor, a conversa ou a entrevista seriam um gênero, porque dizem respeito a uma atividade que está se realizando, na qual o uso da língua (discurso) é um dos componentes centrais. Já situações em que a fala é apenas incidental – por exemplo, durante um exercício físico –, não seriam eventos comunicativos, não havendo, portanto, um gênero de discurso a eles tipicamente associado.

Embora a definição de Hymes privilegie as atividades comunicativas onde se dá o discurso, o aspecto formal dos gêneros não é esquecido: para Hymes, a noção de gênero implica a possibilidade de identificar características formais tradicionalmente reconhecidas. Em outras palavras, o que define o gênero na perspectiva da etnografia da comunicação é a organização convencional de recursos e estruturas formais, em níveis que ultrapassam o da sentença, estruturas essas que “constituem esquemas de referência complexos para a prática comunicativa”. (Briggs & Bauman, 1992, p.141)

A noção de “prática comunicativa” nos remete à obra de Bakhtin. Dos vários ensaios que dedicou à questão dos gêneros de discurso, tomaremos como referência *Speech Genres* (1986). Uma de suas inovações é substituir a visão estática dos gêneros por uma concepção dinâmica, interacional, levando em conta o processo de produção e recepção do discurso. Por essa razão, Bakhtin contesta esquemas onde só o falante parece ter um papel ativo (por exemplo, o de Saussure). Para ele, um ouvinte que recebesse passivamente a fala do outro não seria um verdadeiro participante no processo da comunicação. Qualquer enunciado não passa de um elo numa cadeia de enunciados de organização muito complexa. E o ouvinte não está alheio a isso. Além disso, este processo se constrói na interface com outros enunciados – todo texto remete a outro texto, é intertextual.

Ao longo do ensaio, os gêneros de discurso aparecem várias vezes identificados como “formas típicas de enunciados” (p.60, 63, 78) ou “tipos relativamente estáveis de enunciados” (p.61). Dois aspectos ressaltam dessas definições: a valorização do *enunciado* enquanto unidade de análise e o caráter *típico* dos gêneros. Consideremos cada um desses pontos.

Assumindo uma postura crítica à dicotomia saussureana *langue/parole*, Bakhtin defende que a verdadeira unidade de comunicação na fala é o enunciado. A fala só ganha existência na forma de um enunciado pertencente a um sujeito falante específico. Aprender a falar é aprender a construir enunciados, e não meramente a construir sentenças (concepção de discurso de Schiffrin (1994), anteriormente mencionada). Para isso o falante não conta apenas com o sistema linguístico que está usando, mas também com enunciados anteriores – dele próprio e de outros –, com os quais se relaciona de algum modo o que está agora sendo produzido.

Os enunciados podem variar amplamente em termos de extensão, conteúdo e estrutura, mas têm traços em comum enquanto unidades de

comunicação. Apresentam também limites precisos, definidos pela mudança de falantes (que corresponderia à troca de turno na conversa). A mudança de falante assume formas diferentes dependendo da atividade humana que se desenrola e das funções da linguagem em jogo. É a partir disso que podemos distinguir os *gêneros de discurso*. A mudança pode ser observada de maneira simples e direta em situações de diálogo – forma clássica de comunicação linguística, correspondente a um gênero de discurso primário. Outros gêneros são mais complexos, os chamados gêneros secundários, entre os quais menciona os romances, dramas, o discurso da pesquisa científica (Bakhtin, 1986, p.62) – gêneros que surgem em situações de alta organização cultural. Nesses últimos, os gêneros primários se integram e se modificam para adquirir outra realidade, no contexto do enunciado maior. Por exemplo, uma carta pessoal num romance não perde suas características de carta, mas só adquire significação no plano do romance como um todo. Observe-se que com isso se reconhece a necessidade de estabelecer níveis de categorias, o que é indispensável a uma classificação.

A outra constante das definições de gênero de Bakhtin diz respeito a seu caráter *típico*. Ele defende que a *fala (parole)* não tem o caráter individual que Saussure lhe atribui, isto é, não depende puramente de escolhas do indivíduo, restando todo o lado social para a *langue*. Ressalta que ao lado das formas da língua, há também modos de combinação dessas formas, que seriam os gêneros de discurso, mais flexíveis, menos impositivos que as formas da língua (da gramática), embora sirvam para organizar nossa fala quase do mesmo modo como as formas gramaticais. “Assimilamos formas da língua somente em formas de enunciados e em conjugação com essas formas” (Bakhtin, 1986, p.78). Bakhtin afirma, ainda, que “se os gêneros de discurso não existissem e nós não os tivéssemos dominado, se tivéssemos que criá-los durante o processo da fala e construir cada enunciado à vontade pela primeira vez, a comunicação seria quase impossível” (p.79).

Para ele, portanto, a língua se realiza através de enunciados, sejam eles orais ou escritos. Tais enunciados se distribuem pelas diversas áreas de atividade humana, todas elas envolvendo o uso da língua. E cada uma das atividades humanas se caracteriza por condições específicas e objetivos específicos. Como são inúmeras as atividades humanas, são também inúmeras as possibilidades de discurso associadas a cada esfera de atividade, em que tipos relativamente estáveis de enunciados se desenvolvem. Esses tipos estáveis de enunciados são os *gêneros de discurso*. Ao utilizarmos a língua, sempre o fazemos num dado gênero, ainda que possamos não ter consciência disso.

Partindo de outras motivações, a abordagem varacionista tem aberto espaço à discussão dos tipos de texto. É sabido que a sociolinguística varacionista muito se beneficiou das narrativas de experiência pessoal como rica fonte para obtenção de dados. Nos últimos anos esse espaço vem se ampliando, seja porque os gêneros têm sido tomados como variáveis condicionantes de fenômenos, seja porque o âmbito da análise varacionista vem se estendendo para outras unidades além de narrativas.

Schiffn (1994), ao discutir a aplicação do modelo laboviano ao que chama *unidades de discurso*, exemplificadas inicialmente por narrativas, acaba por fazer algumas incursões na caracterização dos tipos de texto.⁴ Mais uma vez se observa o confronto entre a perspectiva estrutural e a funcional com relação aos gêneros. Schiffn reconhece que, se, por um lado, narrativas podem ter certa autonomia, enquanto estruturas com uma organização característica, por outro, elas são sensíveis ao contexto em que se desenrolam, às experiências de quem as conta.

A comparação entre estruturas textuais, por exemplo, entre narrativas e listas, estas definidas como “estruturas descritivas centradas em categorias e membros de categorias” (Schiffn, 1994, p. 291) pode, segundo a autora, ajudar-nos a compreender melhor por que identificamos uma dada cadeia de enunciados como ocorrência de um gênero de discurso e não de outro.

Listas e narrativas são apresentadas como *unidades discursivas* revelam uma estrutura discursiva particular e fornecem um contexto no qual é possível definir restrições a variantes linguísticas. Schiffn acredita que comparar diferentes estruturas textuais é uma aplicação viável da análise varacionista que pode contribuir não só para nosso conhecimento da variação no nível do texto, como para a nossa identificação de instâncias de gêneros.

Para a autora, a diferença básica entre narrativas e listas é que aquelas contam algo que aconteceu, enquanto estas descrevem uma categoria. Em outras palavras, as unidades básicas de que se constroem seriam distintas: o evento e a entidade, respectivamente.

Mais que isso, esses tipos de texto se caracterizam por diferentes modos de organizar a informação, ou seja, diferentes *estruturas de informação* (cf. 3, a seguir). Schiffn distingue três tipos de estruturas de informação: temporal, descritiva e avaliativa.

Segundo Labov (1975), vê na estrutura temporal o critério central que define uma narrativa. Os eventos são apresentados em orações que

4 A autora evita propositalmente o termo gênero (comunicação pessoal).

se sucedem linearmente no discurso, de tal modo que entendemos que o tempo muda de um evento para outro. Já a estrutura descritiva prescindindo de organização linear (Linde & Labov, 1975), o que a identifica é a presença de predicados estativos (verbos ser, haver etc.). Tais estruturas também ocorrem em narrativas, mas não de forma dominante, como nas listas. Quanto ao terceiro tipo, a estrutura avaliativa, esta aparece relacionada ao grau de subjetividade humana subjacente à atividade da fala, aos recursos de expressividade. Na mesma linha de Labov, a autora atribui à estrutura avaliativa um peso especial na reconstrução de uma experiência como uma estória: a avaliação é o que dá vida a uma narrativa. Embora listas também possam incorporar estruturas avaliativas, estas serão de teor diferente daquelas presentes numa estória.

Em síntese, Schiffrin faz uma distinção entre *estruturas* (temporais, descritivas, avaliativas) e *tipos de texto* (narrativas, listas) ou *unidades discursivas*, e os últimos podem comportar diferentes estruturas, mas são marcados pela predominância de uma delas. O que está latente nessas considerações é a necessidade de estabelecer pelo menos dois níveis distintos em que se pode falar de uma tipologia de textos. Isso nos leva à nossa proposta.

Níveis para uma tipologia de textos

Seguindo as duas tendências observadas na teoria lingüística, de valorizar ora aspectos da estrutura interna da língua (*formais*), ora aspectos externos, relativos a seu funcionamento na comunicação (*funcionais*), podemos, também na consideração dos gêneros de discurso, privilegiar esta ou aquela perspectiva. Em outras palavras, dependendo da orientação teórica que adotemos, podemos estabelecer parâmetros de natureza formal ou funcional para uma tipologia de textos. A proposta que se segue pretende fornecer algumas diretrizes para o tratamento dos gêneros, aproveitando as contribuições das abordagens anteriormente expostas.

1 No espírito da proposta de Schiffrin (1994), creio poderemos distinguir um nível de *estruturas discursivas*, entendidas também como modos de organização de informação, que representariam as potencialidades da língua, as rotinas retóricas ou formas convencionais que o falante tem à sua disposição na língua quando quer organizar o discurso. No dizer de Bakhtin, esses são os modos de combinação das formas da língua que nos ajudam a organizar a fala. Para cada uma dessas estrutu-

ras haveria um conjunto de traços lingüísticos característicos, que, sob risco de simplificação, apontaria como referentes a: tempo/aspecto/modo verbal, tipo de predicado, unidade semântica básica, pessoa do discurso referida, unidade sintática básica.

Essa perspectiva valoriza as estruturas discursivas disponíveis na língua, que não passariam de uma lista limitada de tipos, correspondentes em linhas gerais ao que tradicionalmente se identifica com os gêneros de discurso: estruturas narrativas, descritivas, expositivas, expressivas, procedurais, dialógicas.

Desse modo, uma *estrutura narrativa* será caracterizada pelo verbo no pretérito perfeito em predicados de ação, em torno de eventos referentes à primeira ou à terceira pessoas, sintaticamente organizadas em orações com junção temporal.

Já uma *estrutura descritiva* terá o verbo numa forma não perfectiva, num predicado estativo em torno de entidades (mais freqüentemente de terceira pessoa), sintaticamente centrada em estruturas nominais.

Estruturas procedurais têm em comum com as narrativas a exigência de uma organização seqüencial. A referência à pessoa tem menos interesse que o processo em si – daí a incidência de sujeitos genéricos ou a impessoalidade – e o verbo se apresenta no modo dos diretivos – o imperativo, podendo encontrar-se também nas formas de futuro ou infinitivo. Sintaticamente se observa o predomínio de orações independentes.

À classificação estrutura avaliativa de Schiffrin (1994) prefiro a de *estrutura expressiva*. Essa designação é reservada a estruturas com verbo preferencialmente no presente, em predicados com verbos de opinião, avaliativos ou subjetivos, de um modo geral (verbos de cognição, percepção, volição, sentimento, por exemplo) em que predomina a primeira pessoa.

A essas podemos acrescentar as *estruturas* de tipo *expositivo/argumentativo*, cuja unidade semântica será a proposição, em construções sintáticas mais complexas (subordinação). Os verbos são usados em formas não perfectivas, havendo forte contingente de construções hipotéticas. Há ainda *estruturas dialógicas*, facilmente identificáveis pela alternância de participantes/pessoas do discurso envolvidas.

À exceção do último tipo, tais estruturas estão disponíveis na língua para atualização na modalidade falada ou na escrita.⁵ A diferença

⁵ Ainda assim, as estruturas dialógicas podem se ver reproduzidas em certas formas de escrita, como cartas pessoais.

entre os gêneros orais e escritos aparecerá na medida em que considerarmos as atividades ou situações comunicativas a que se associam. Isso nos leva ao segundo nível de nossa proposta.

2 O nível seguinte de identificação de tipos de texto deixa o plano das potencialidades da língua para voltar-se para o *uso* dessas estruturas em situações reais de comunicação. Corresponde à atualização dos traços linguísticos acima descritos em *unidades comunicativas* bem delimitadas, ocorrendo em contextos específicos – instâncias de uso das estruturas, em que elas aparecem sob organizações típicas. Haveria aqui um número bem maior de possibilidades do que no nível anterior, já que esses “tipos relativamente estáveis de enunciados” (cf. Bakhtin) estão associados às diversas atividades que desenvolvemos. Por exemplo, a *conferência*, a *estória*, a *piada*, a *reportagem policial*, o *editorial*, a *carta* etc.

Claro está que, ao distinguirmos esses dois níveis, estamos ao mesmo tempo contemplando critérios formais, internos (para as *estruturas discursivas* do nível 1) e funcionais, do âmbito do discurso, para as *unidades comunicativas*.

Relacionando os dois níveis propostos e ilustrando esta concepção, podemos dizer que *estruturas* do tipo narrativo se realizam em *unidades* como *estórias*, *novelas*, *contos*, *relatos*. Estruturas expressivas aparecem em cartas de recomendação. Estruturas expositivas em artigos acadêmicos, e assim por diante.

Esse nível estaria mais próximo das unidades discursivas de Schiffrin: a *estória*, as *listas* etc. A propósito, a própria autora sugere que listas são “uma realização no nível do discurso de uma categoria descritiva” (Schiffrin, 1994, p.296).

Nesse nível deverá haver alguns exemplares prototípicos que se destacam, ou seja, alguns tipos que apresentam todas (ou quase todas) as propriedades que permitem a mais rápida identificação daquele tipo de texto com uma estrutura de referência, servindo assim como ponto de referência para instâncias não tão claras. Assim, a *estória* ilustra, tipicamente, a concretização de uma estrutura narrativa. A *receita*, de uma estrutura procedural. Outras unidades discursivas seriam, certamente, mais problemáticas pela variedade de estruturas que podem incorporar: a *entrevista*, entre os gêneros orais; a *carta pessoal*, entre os escritos (gêneros secundários, segundo Bakhtin).

Uma categorização baseada na noção de protótipo vem se opor à teoria clássica (aristotélica) de categorização (Taylor, 1989). Na visão clássica, as categorias são claramente definidas; não cabe perguntar,

por exemplo, até que ponto um exemplar pertence a uma dada categoria. Já numa teoria de protótipos é possível trabalhar com escalas, graduações. Para uma tipologia dos gêneros, tal teoria tem a vantagem de conferir maior flexibilidade ao tratamento das categorias e reconhecer a impossibilidade de, muitas vezes, se traçarem limites nítidos, quando examinamos os dados empíricos. Assim, como classificar seqüências de discurso que obedecem a uma ordem cronológica, em que são relatados acontecimentos do passado, centrados numa pessoa, mas cujo verbo característico é o imperfeito, e não o perfeito, e que não visam ressaltar um ponto, como uma estória? Silva & Macedo (1989), ao analisarem a freqüência de uso de marcadores conversacionais nesse tipo de discurso, constataram seu caráter limítrofe entre estruturas narrativas e descritivas e optaram por chamá-las de descrições de vida.

As entidades são categorizadas com base em seus atributos, mas, segundo Taylor (1989), eles podem ser também de ordem funcional (dizem respeito ao uso que fazemos dos objetos) ou interacional (como as pessoas manuseiam o objeto) (p.41). Ora, o que fazemos tipicamente com uma estória? Podemos contá-la simplesmente para relatar a alguém distante o que se passou num momento de nossas vidas, como em cartas pessoais. Ou usá-las como um episódio exemplar, capaz de reforçar nossa argumentação. Chegamos, assim, a um terceiro nível de classificação.

3 Considero, portanto, que há ainda a possibilidade de examinar os tipos de texto de uma perspectiva mais abrangente – um nível que leve em conta a *função/propósito comunicativo* (Nichols, 1984) com que dada unidade discursiva é empregada, sua força ilocucionária ou a variedade de eventos comunicativos a que se associa. Por exemplo, uma unidade discursiva como uma estória pode ser utilizada para dar um conselho; ou uma lista pode servir para destacar o ponto principal de uma estória. Nesse plano dificilmente encontraremos um gênero “puro”. É o terreno das superposições, em que nossa atenção se volta para identificar qual a intenção predominante, à semelhança do que propõe Jakobson (1969) para as funções da linguagem.

Nesse sentido, uma questão que se coloca de imediato é a da extensão de discurso que se considera. Por exemplo, narrativas, que são o gênero de discurso mais investigado nos estudos lingüísticos, não receberam toda essa atenção por acaso. Unidades narrativas (estórias) são mais facilmente identificáveis e delimitáveis que outros tipos de texto. Há mesmo quem as considere o tipo básico de texto, podendo servir a qualquer função discursiva (Virtanen, apud Marcuschi, 1992). Porém, as

inúmeras análises da organização do discurso narrativo (Labov, 1975; Polanyi, 1985; Gee, 1986; Hopper, 1979; Chafe, 1980, 1987; Schiffrin, 1984, entre muitas outras) sempre tomam como referência unidades (estórias) completas, com complicação e resolução. Se entendemos narrar como relatar experiências numa ordenação temporal que tenta reproduzir, no discurso, a seqüência temporal dos eventos na realidade, há muitas instâncias de narrativas. Algumas mais longas e com vida própria – um conto, por exemplo. Outras bem mais curtas, podendo chegar à “narrativa mínima” – duas orações com juntura temporal, como vemos muitas vezes inseridas em cartas pessoais. Nesse caso, a narrativa mínima pode apenas servir de pano de fundo para um discurso de natureza expressiva, centrado nos comentários subjetivos do emissor (Paredes Silva et al., 1994). Portanto, a nosso ver, nem todas as instâncias de narrativas serão, necessariamente, estórias, ou terão sua extensão.

Essa questão nos remete à discussão de Polanyi (1985), quando a autora distingue *estórias* de *narrativas*. Para ela, *estórias* têm uma organização narrativa, no sentido de que há uma ordem de eventos que deve refletir a ordem real em que ocorreram. No entanto, nem todas as narrativas são histórias. “Para ser uma história, um relato de eventos e circunstâncias deve ter um ponto, ser contado para transmitir uma mensagem sobre o mundo em que falante e ouvinte vivem” (p.189).

Na verdade, a autora retoma, com rótulos diferentes, uma observação de Labov (1975), ao afirmar que a narrativa, para valer a pena, tem que levar a um ponto, sob o risco de o interlocutor, ao seu término, perguntar: e daí? Em outras palavras, uma narrativa tem que ser contada de um modo que valorize o que está sendo relatado, para que o ouvinte se sinta compensado (e não frustrado) pela atenção que despendeu. Esse resultado só é obtido na medida em que o narrador é capaz de explorar os recursos avaliativos. E aqui já estamos em outro plano, o do papel que a história contada em meio a uma conversa desempenha na interação, a função social que a história pode ter, no sentido do auto-engrandecimento do narrador, por exemplo (Schiffrin, 1984).

De acordo com a classificação em níveis aqui proposta, essa distinção poderia ser trabalhada como resultante da diferença entre a estrutura de um gênero (narrativa), sua ocorrência num tipo de enunciado (estória) e a inserção da unidade/estória num tipo de discurso mais abrangente, onde teria uma função peculiar, um propósito comunicativo específico, realizando um ato de fala. Parece, portanto, claro que estamos lidando com níveis hierárquicos distintos de conceitos.

A questão que se coloca, mais do que a do reconhecimento da estrutura, é quando uma narrativa/estória constitui por si uma unidade de

comunicação ou quando está inserida em uma unidade maior. Por exemplo, estórias freqüentemente são contadas no correr de uma conversa, entrevista ou carta (gêneros secundários, para Bakhtin), sem perder suas características enquanto tais. Mas nesse ponto, pergunta-se: a qual propósito estão servindo? Trata-se, portanto, do nosso terceiro nível de análise.

Chegamos, assim, a uma proposta em que os *gêneros* podem ser inicialmente entendidos como modos de organização da informação ou de estruturação discursiva; num segundo momento, como *unidades de uso* dessas estruturas discursivas em situações comunicativas particulares; ou ainda como categorias que incorporam vários modos de condução discursiva, de um modo mais complexo e abrangente, como a carta pessoal e a conversa, onde diversas unidades menores coexistem, sem, no entanto, perder suas características enquanto unidades discursivas. Desse modo, são considerações de ordem formal e de ordem funcional que se integram na categorização.

Considerações finais

Parece claro que uma das grandes dificuldades encontradas nas classificações de gêneros de discurso, de um ponto de vista lingüístico, decorre da falta de distinção entre os planos ou níveis de análise. Se colocamos lado a lado cartas e narrativas, conferências e descrições, como gêneros de discurso, estamos misturando ao menos duas ordens de critérios: formais (estruturais), no sentido das características internas à organização da língua, e funcionais, no sentido de unidades típicas do discurso.

Acrescente-se a isso o fato de a categoria de *gênero* ser normalmente atribuída a textos completos. Ora, um de nossos problemas, ao fazer análises empíricas, é exatamente identificar e delimitar porções de discurso inseridas em outras unidades maiores (por exemplo, trechos argumentativos ou narrativos dentro de entrevistas ou cartas). Qual a extensão desejável para se considerar que uma seqüência está representando uma instância de gênero? E como trabalhar com essas inserções e superposições, senão com o estabelecimento de planos, levando em conta as marcas formais e ao mesmo tempo os diferentes propósitos em jogo?

Poderíamos, como Biber (1988), ter adotado uma diferença terminológica, distinguindo *gênero* de *tipo de texto* a partir da aplicação de

critérios externos e internos, respectivamente: para ele, categorias de *gênero* se definem com base no uso, no propósito do falante, e não na forma. Esta serviria para agrupar o que ele chama de *tipos de texto*. Preferimos, no entanto, aplicar os termos *estruturas* (narrativas, descritivas etc.) quando se levam em conta recursos formais, considerando, como Hymes e Bakhtin, que o *gênero* sempre se realiza no enunciado, ou seja, no discurso. Uma instância de gênero (uma unidade como uma *estória*) poderá ficar registrada num texto, mas cada realização poderá obter novos efeitos discursivos. A “mesma” estória, contada em diferentes situações, por diferentes pessoas para uma audiência também diferente continuará provocando as mesmas reações e cumprindo a mesma função?⁶

Muitas questões foram aqui apenas mencionadas. Sabemos que a análise dos gêneros se situa na confluência dos estudos sobre o *continuum* fala/escrita: há gêneros tipicamente orais (a conversa) ou escritos (o artigo acadêmico), mas outros se aplicam igualmente às duas modalidades (a estória). Essa diferença aparece a partir de nosso segundo nível de análise, já que, em termos de estruturas discursivas, os recursos estão disponíveis para uso em uma ou outra modalidade.

Outro conceito complexo, freqüentemente imbricado com o de gênero, é o de *estilo*. Será o chamado discurso acadêmico, por exemplo, um gênero ou um estilo em que se escrevem (e inscrevem) várias estruturas discursivas? Nesse ponto, parece ter razão Swales (1990), ao afirmar que traços de estilo (ou registro) dizem respeito a escolhas que fazemos no nível da sintaxe ou do vocabulário, mas não do texto como um todo, onde estão as restrições relativas ao gênero.

Ao adotarmos a distinção de Gülich (apud Marcuschi, 1992) entre classificações e tipologias, podemos dizer que este trabalho se iniciou como uma categorização, em bases empíricas, mas evoluiu para a formulação de critérios que dessem conta das generalizações captadas – uma tipologia, portanto.

Contudo, dada a abrangência do tema, dificilmente conseguiremos chegar a um acordo quanto a uma tipologia única. Outros critérios fossem estabelecidos e, certamente, teríamos outras tipologias. Acredito, no entanto, que sem uma teoria do discurso que procure integrar os aspectos formais e os funcionais não se conseguirá avançar muito na análise dos gêneros.

6 Não estou incluindo nesse conjunto de variáveis as diferenças culturais, que certamente trariam problemas de outra ordem.

SILVA, V. L. PAREDES. Form and function in discourse genres. *Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp., p.79-98, 1997.

- **ABSTRACT:** *This article presents some reflections on the issue of discourse genres and/or text types. First of all definitions of discourse are presented according to the two main current paradigms in linguistics – the formalist and the functionalist. Then concepts of discourse genre (or text types) are related to those definitions. Finally genre categorization in levels is offered, taking into account structural and functional criteria. On the first level, linguistic features of the texts are examined, allowing the identification of discourse structures; on the second, the use of the structure in conventional communicative units is considered, and on the third, the communicative purpose of the author is evaluated.*
- **KEYWORDS:** *Discourse genre; text type; genre categorization; structural and functional criteria; communicative purpose.*

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. M. *Speech Genres and other late Essays*. Austin: University of Texas Press, 1986.
- BIBER, D. *Variation Across Speech and Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BRIGGS, C., BAUMAN, R. Genre, intertextuality, and social power. *Journal of Linguistic Anthropology*, v.2, n.2, p.131-72, 1992.
- BROWN, G., YULE, G. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CHAFE, W. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: _____. (Ed.) *The Pear Stories: Cognitive, Cultural and Linguistic Aspects of Narrative Production*. Norwood, NJ: Ablex Press, 1980.
- _____. Integration and involvement in speaking, writing and oral literature. In: TANNEN, D. (Ed.) *Spoken and Written Language*. Norwood: Ablex, 1982.
- _____. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. (Ed.) *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987.
- _____. Some things that narratives tell us about the mind. In: BRITTON, B., PELLEGRINI, A. (Ed.) *Narrative Thought and Narrative Language*. Hillsdale: Erlbaum, 1990.
- GEE, J. Units in the production of narrative discourse. *Discourse Processes*, v.9, p.391-422, 1986.
- GRIMES, J. E. *The Thread of Discourse*. The Hague: Mouton, 1975.

- HOPPER, P. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVÓN, T. (Ed.) *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax*. New York: Academic Press, 1979. v.12.
- HYMES, D. *Foundations in Sociolinguistics*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- JEFFERSON, G. Sequential aspects of storytelling in conversation. In: SHENKIN, J. (Ed.) *Studies in the Organization of Conversational Interaction*. New York: Academic Press, 1978.
- KINNEAVY, J. A pluralistic synthesis of four contemporary models for teaching composition. In: FREEDMAN, PRINGLE, YALDEN (Ed.) *Learning to Write: First Language/Second Language*. London: Longman, 1983.
- LABOV, W. *Language in the Inner City*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1975.
- LINDE, C., LABOV, W. Spacial networks as a site for the study of language and thought. *Language*, v.51, n.4, p.924-39, 1975.
- MARCUSCHI, L. A. *Sugestões para o desenvolvimento de uma tipologia de texto falado e escrito*. Recife, 1992. (Mimeogr.).
- MATHIESSEN, C., THOMPSON, S. The structure of discourse and "subordination". In: HAIMAN, J., THOMPSON, S. (Ed.) *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review Antropology*, v.13, p.97-113, 1984.
- PAREDES SILVA, V. L. *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. Rio de Janeiro, 1988. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PAREDES SILVA, V. L., SAGRES, M. T., CARMO, L. A. Narrativas em cartas pessoais. In: ENCONTRO DA ASSEL, 3, 1994, *Anais...* Niterói: UFF, 1994.
- POLANYI, L. Conversational storytelling. In: VAN DIJK, T. (Ed.) *Handbook of Discourse Analysis*. London: Academic Press, 1985.
- SCHIFFRIN, D. How a story says what it means and does. *Text*, v.4, n.4, p.313-46, 1984.
- _____. *Approaches to discourse*. Cambridge: Blackwell, 1994.
- SILVA, G. M. O., MACEDO, A. *Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais*. Rio de Janeiro, 1989. (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq).
- SWALES, J. *Genre Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TAYLOR, R. *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Clarendon Paperbacks, 1989.

Bibliografia consultada

- LONGACRE, R. E. *An Anatomy of Speech Notions*. Lisse: Peter de Ridder Press, 1976.
- OCHS, E. Planned and unplanned discourse. In: GIVÓN, T. (Ed.) *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax*. New York: Academic Press, 1979. v.12.
- POLANYI, L. Linguistic and social constraints in storytelling. *Journal of Pragmatics*, v.6, p.509-24, 1982.
- TANNEN, D. Oral and literate strategies in spoken and written narratives. *Language*, v.58, n.1, p.1-21, 1982.
- _____. Relative focus on involvement in oral and written discourse. In: OLSON, D., TORRANCE, N., HUDYARD, A. (Ed.) *Literacy, Language and Learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

ORDENAÇÃO DE CONSTITUENTES NA SENTENÇA: UMA INTERPRETAÇÃO FUNCIONAL

Erotilde Goreti PEZATTI¹
Roberto Gomes CAMACHO²

- RESUMO: Este trabalho apresenta uma interpretação funcional para a ordem de palavras no português falado, demonstrando que as motivações pragmáticas para os padrões funcionais SVO e VSO realmente em uso os relacionam a uma possível mudança na classificação tipológica do português do Brasil de VSO para SVO.
- PALAVRAS-CHAVE: Ordem de palavras; classificação tipológica; ordem SVO; ordem VSO.

Palavras iniciais

A classificação tipológica das línguas, uma das preocupações da lingüística atual, vem procurando, por um lado, agrupar e ordenar os dados, inventariar as diferentes estruturas e subestruturas existentes ou possíveis e, por outro, fornecer resultados globais relativos ou a todas as línguas ou a um tipo determinado de língua.

O trabalho pioneiro de Greenberg (1963) sugere uma tipologia sintática com base na ordem dos constituintes da sentença. Examinando trinta línguas diferentes, formula uma tipologia com base na posição relativa do sujeito (S), do verbo (V) e do objeto (O). Das seis possibilidades lógicas, há três dominantes: VSO, SVO e SOV. A esses três tipos se associam características sintáticas, como o uso de preposições (Pr) ou de

1 Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

2 Departamento de Teoria Lingüística e Literária – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

posposições (Po), a posição do adjetivo (A) e do genitivo (G) em relação ao nome (N), e o uso de partículas interrogativas e de auxiliares. Formula ainda um número de universais implicacionais do tipo: dado x numa língua particular, então y. Se uma língua tem, por exemplo, a ordem VSO como básica nas orações declarativas, o genitivo sempre seguirá o substantivo regente. Com base nessa tipologia, o português pode ser classificado como língua SVO, com preposição (Pr), em que o genitivo e o adjetivo seguem o substantivo (NG) e (NA).

Keenan & Derbyshire (apud Dryer, 1991) e Pullum (1977) apresentam, por seu lado, evidências para o acréscimo das outras três ordens logicamente possíveis VOS, OVS e OSV, que, no entanto, Vennemann (1973) e Lehmann (1973) resumem a apenas duas, OV e VO. Essa redução implica que o parâmetro fundamental é a ordem do verbo e do objeto, já que, para eles, o verbo é central nas línguas humanas e sua combinação com o objeto – o argumento interno – é a construção básica, tendo menor importância a posição do sujeito – o argumento externo. Assim VSO, VOS e SVO são especificações do tipo geral VO em contraposição a OV.

Outros pesquisadores da área, como Comrie (1989) e Hawkins (apud Dryer, 1991), criticam essa posição, alegando haver evidências fortíssimas contra a afirmação de que as línguas SVO são semelhantes às VSO e VOS. Além disso, há línguas, como o português, em que a ordem do sujeito tem relevância pragmática, não parecendo justificar-se, portanto, uma abordagem tipológica que descarte esse constituinte.

Classificar o português como língua SVO, com base na tipologia de ordem básica de Greenberg (1963), tomando por referência a ordem do verbo (V) em relação ao sujeito (S) e ao objeto (O), implica uma metodologia que leve obviamente em conta orações com verbos de dois argumentos, deixando, todavia, na obscuridade a ordem em construções com um único argumento. A classificação de Greenberg não esclarece se as seqüências SV e VS estariam implícitas nas três estruturas básicas apreendidas – VSO, SVO e SOV. Outros pesquisadores, como Pullum (1977), Pak (1973) e Ross (apud Pak, 1973), também não fazem referência aos verbos intransitivos e essa posição parece pressupor que verbos de um argumento têm o mesmo comportamento dos verbos de dois.

Os estudos sobre a ordenação de constituintes do português do Brasil têm-se concentrado, de modo geral, também nas estruturas de sentenças declarativas com verbos de dois argumentos. Considera-se a seqüência SVO a ordem não-marcada com base na frequência de uso, conforme é possível constatar em Pádua (1960), que aborda a ordem do português arcaico; em Lopes (1981), que trata da inversão sujeito-

predicado na percepção de sentenças; em Braga (1986) e em Bentivoglio & Braga (1988), que tomam por escopo a ordem OSV ou OV ao tratarem das construções de tópico.

A seqüência VS, por outro lado, é considerada uma ordem excepcional, pouco freqüente, por isso marcada, e tem sido enfocada sob diferentes perspectivas, cada qual apresentando uma explicação própria para o fenômeno. Na perspectiva da Gramática Relacional, Souza e Silva (1981) postula a hipótese do objeto inacusativo para demonstrar que, tanto na estrutura superficial quanto na profunda, o SN posposto exerce a função de objeto direto. Esse é também o posicionamento assumido por Tarallo & Kato (1989) dentro dos parâmetros da teoria gerativa: se há algum tipo de inversão com verbos ergativos, ela não seria motivada por posposição do sujeito, mas por alçamento do argumento interno do verbo (objeto) à posição de argumento externo (sujeito), ocupado inicialmente por uma categoria vazia.

O estudo de Bittencourt (1980), que também se inclui nos quadros da abordagem gerativa, restringe-se aos predicados constituídos por verbos intransitivos e copulativos, já que a transitividade verbal, segundo a autora, constitui uma restrição à inversão do sujeito. Decat (1983) propõe, por sua vez, que não ocorre concordância verbal com nenhum SN em orações com sujeito posposto, permanecendo o verbo na 3ª pessoa do singular, como os impessoais; em sua interpretação, o verbo é o tópico e, como é esse elemento que rege a concordância, não há como estabelecê-la.

Uma alternativa para explicar a natureza da estrutura V+SN é a funcionalista, quadro teórico em que se incluem vários trabalhos, além dos de Braga e Bentivoglio & Braga já mencionados. Seguindo Givón (1976), Pontes (1982) conclui que a ordem VS é marcada em contraposição à ordem SV, considerada normal, havendo ainda maior freqüência da primeira na língua escrita que na oral. Votre & Naro (1986) consideram, por sua vez, que VS é uma ordem invertida, constituindo VS e SV variantes em distribuição complementar. Em trabalho descritivo, Urbano (1987) depreende a freqüência da ordem VS em relação aos tipos de verbos, verificando que SV predomina sobre VS, que é a marcada. Adotando a metodologia sociolinguística-variacionista, Lira (1982, apud Lira, 1986) depreende alguns fatores relativos ao próprio SN sujeito que favorecem a posposição.

Outros trabalhos, como os de Duarte (1992), Berlinck (1989), reservam-se, *grosso modo*, a tarefa de tratar cada qual de um aspecto do complexo de fenômenos que envolvem a ordem VS; já Decat (1989) examina a ordem SVO, procurando detectar as pressões estruturais que levaram as construções de tópico, antes examinadas por Pontes (1987) e

Braga (1986), a serem reanalisadas em alguns casos como sujeito. No geral, há mais convergência e complementaridade entre esses três estudos do que divergência, já que partem de uma perspectiva diacrônica do fenômeno envolvido, que compatibiliza o enfoque variacionista e o gerativista.

Apesar de ser um tema já muito investigado na literatura, a ordem de palavras na sentença mantém-se ainda não suficientemente explicada. Parece-nos que a razão disso reside no fato de que cada autor aborda esse fenômeno como um aspecto particular no âmbito da teoria adotada, sem preocupar-se em fornecer um quadro geral mais abrangente e, portanto, mais adequado, no qual se inserem as estruturas sentenciais do português do Brasil (doravante PB), relativamente à ordem de palavras. Em geral, os trabalhos sobre o assunto consideram que o PB tem uma orientação básica SVO, constituindo-se os casos de ordem VS os que exigem maior atenção, justamente por se afastarem do que é considerada a ordem canônica. Argumentos alternativos, como anteposição do verbo (V-FRONT) e posposição de sujeito, são postulados para explicar o mesmo fenômeno, tal como se observa em Kato (1987), para estruturas que apresentem um movimento desencadeado por algum elemento contido em COMP.

Fornecer uma descrição mais adequada a respeito da ordem no português falado no Brasil significa, para nós, relacionar dados empíricos a bases teóricas de natureza funcional, com uma metodologia em que o tratamento da função dos constituintes sentenciais permita que as generalizações de ordem formal, sintática, sejam necessariamente decorrentes de generalizações dos níveis pragmático e semântico. A opção pelo modelo de Dik (1981a e 1989), justifica-se no fato de ser esse autor pioneiro na tentativa de propor uma teoria funcional completa, embora ainda em fase de elaboração.

Ao assumirmos uma perspectiva funcional para a linearização de constituintes, não defendemos a idéia de que o português falado tenha necessariamente uma única ordem básica. Não apenas falta razão empírica para esse postulado, como também não há razão teórica, nos quadros da Gramática Funcional (doravante GF), para adotá-lo. Isso não significa favorecer o extremo oposto e fornecer uma enumeração de todas as ordens de constituintes que se atualizam no uso. O que pretendemos é tentar explicar o assunto em termos de alguns princípios gerais com validade trans-sistêmica, que se apliquem ao português falado (Dik, 1981a, b). Esperamos que, além de abrangente, seja esta abordagem também tão exaustiva quanto possível e coerente com o quadro teórico que a sustenta.

A aplicação da GF não apresenta novidade, já que o próprio Dik (1981b) interpretou a ordenação dos constituintes no português, restringindo-se, porém, à variedade de Portugal (doravante PP). Considerando que o sujeito pode ocorrer em posição pré- e pós-verbal, Dik discute criticamente duas explicações alternativas para esse fenômeno: 1) de acordo com Perlmutter (1976), Sujeitos pós-verbais não são Sujeitos reais, já que perdem suas propriedades definidoras mediante uma regra de rebaixamento, posição a respeito do SN pós-verbal compartilhada por outros pesquisadores de orientação formalista; 2) de acordo com Brito & Duarte (apud Dik 1981b), Sujeitos pós-verbais devem ser definidos como Sujeitos reais, mas a posição pré-verbal é considerada básica, sendo necessário, portanto, postular uma regra de posposição. Embora Dik compartilhe com Brito & Duarte o argumento de que ocorrem Sujeitos reais em posição pós-verbal, ele a considera também uma posição padrão para o Sujeito em português, não submetida a qualquer tipo de transformação.

Ainda que em alguns aspectos sua análise inclua o PB, há construções consideradas inaceitáveis no PP, mas perfeitamente naturais no PB. Dessas diferenças resultam conseqüências teóricas importantes, que serão posteriormente discutidas neste trabalho.

A grande maioria das línguas tem diversas ordens alternativas com uma predominante; nem por isso há razão para considerá-la a única ordem básica. Sendo assim, de acordo com o enfoque da GF, que prevê a co-existência de diferentes estruturas, usadas em diferentes condições e para diferentes propósitos, postulamos aqui que, no PB, predominam dois padrões igualmente relevantes de ordenação. Argumentaremos ainda que, de uma perspectiva diacrônica, o PB se enquadra primitivamente num tipo VSO, como atesta a perenidade da construção VS, categórica em construções ergativas, apresentando, no entanto, uma forte tendência evolutiva para SVO.

Para tanto, será primeiramente necessário apresentar alguns princípios teóricos relevantes que fundamentam nossa posição, de que se trata na seção 1. A seção 2 apresenta o escopo do presente trabalho em função dos pressupostos teóricos e o universo da pesquisa. Em seguida, nas seções 3 e 4, argumentaremos, com base em evidência empírica, que existem dois padrões em uso, ambos funcionalmente relevantes para o PB, com uma distribuição diferente para os diferentes tipos sentenciais. Na seção 5, discutiremos as conseqüências do posicionamento assumido para classificação tipológica do PB e para o sistema gramatical atualmente vigente em face de evidência diacrônica, fornecida pela literatura.

Fundamentação teórica

Para tratar adequadamente dos objetivos deste trabalho, conforme exposto acima, cabe, a título introdutório, discutir alguns princípios fundamentais da GF de Dik (1981a e 1989) a respeito de ordenação.

A estrutura abstrata de oração é considerada não ordenada: a apresentação dos constituintes na estrutura subjacente não é diretamente relevante para a ordem linear em que aparecem atualizados nas expressões lingüísticas. As estruturas subjacentes são vistas como estruturas relacionais em que o estatuto dos constituintes é codificado em seus rótulos funcionais e as diferenças de escopo são codificadas por meio de parentetização; o mesmo é válido para a estrutura dos termos.

Para chegar às expressões lingüísticas, regras de colocação atribuem posições aos constituintes da estrutura subjacente na seqüência linear em que se atualizam. Segundo Dik (1989), tais regras fazem parte do componente de expressão da GF, isto é, a ordem dos constituintes serve como um dos meios de expressar formalmente relações e funções da estrutura subjacente. Considerar regras de colocação como um mecanismo de expressão equivale a postular teoricamente a funcionalidade da ordenação de constituintes, de modo que ordens alternativas podem expressar certas distinções nas estruturas subjacentes.

Outro princípio geral que é necessário considerar é que, à luz do postulado de que uma GF deve evitar transformações de qualquer tipo, as regras de colocação não movem um constituinte de uma posição a outra: servem para designar uma posição a constituintes que não dispõem ainda de lugar, organizando linearmente estruturas subjacentes não ordenadas. O impedimento de regras de movimento tem uma importante conseqüência: uma vez que tenha sido atribuída uma posição a um constituinte, ele não pode ser movido para qualquer outra na seqüência. Isso significa que todas as diferenças, tradicionalmente descritas em termos de reordenação, inversão, permuta, posposição etc. devem ser tratadas como colocações alternativas que são sensíveis, por sua vez, a diferenças na estrutura subjacente da oração.

A ordenação de constituintes não constitui uma propriedade profunda das línguas naturais, mas representa um mecanismo de expressão superficial que pode ser empregado, em maior ou menor grau, para codificar relações subjacentes em seqüências atualizadas. Esse princípio tem conseqüências relevantes: 1. não sendo uma propriedade profunda, as estruturas subjacentes de oração das diferentes línguas não diferem necessariamente quanto à ordenação dos constituintes, o que adiciona uma validade transistêmica para a noção de estrutura subjacente e para

a adequação tipológica da teoria; 2. não há razão para postular uma única ordem básica para uma determinada língua; o que há é a co-existência de diferentes padrões a serem usados em diferentes condições e para diferentes propósitos; 3. não há uma separação entre línguas de ordem relativamente livre e relativamente fixa.

Dik (1989) se reúne aos que criticam a tendência dos seguidores de Greenberg em empregar os rótulos VSO, VOS e SVO como se fossem nomes de tipos lingüísticos holísticos, supostamente unificados, quando o próprio Greenberg afirma que "*the vast majority of languages have several variant orders but a single dominant one*" (1963, p.76). Além disso, essa tripartição torna-se destituída de significado porque línguas SVO, em contraste com os dois outros tipos, não constituem um tipo unificado e, por isso, podem-se inferir poucas correlações de ordem de constituintes a partir do conhecimento de que uma língua dispõe de ordem SVO (1989). Esse comportamento característico das línguas do tipo SVO é que torna pouco operacional a simplificação de Vennemann (1973) e Lehmann (1973): segundo Dik, se a oposição VO-OV for tomada como um princípio explanatório, apenas aproximadamente 50% de todas as línguas se enquadrariam numa ou noutra tipologia. As demais línguas seriam misturas deles ou estariam em curso de mudança de um para outro tipo. A principal razão disso é, uma vez mais, que o tipo SVO não constitui um grupo unificado de línguas e, portanto, não pode juntar-se ao tipo VSO.

Em vez de penalizar tantas línguas por não se conformarem a um simples princípio, Dik considera que o princípio é simples demais para dar conta da real complexidade dos fatos. Postula, então, que os padrões de ordenação devem ser descritos e explicados em termos de preferências e princípios interatuantes e possivelmente em competição, que constituem uma teoria multifuncional da ordenação de constituintes (Dik, 1989, p.337).

A idéia básica subjacente à visão que tem a GF da ordem de constituintes é a de que os padrões manifestos que se encontram nas línguas diversas resultam de três forças principais interagindo entre si com certo grau de tensão: (i) a preferência por manter constituintes com a mesma especificação funcional invariavelmente na mesma posição estrutural; (ii) a preferência por atribuir certas posições específicas – particularmente, a posição inicial da oração – a certas categorias gramaticais e a constituintes na função de Tópico ou de Foco; (iii) a preferência por uma ordenação de constituintes da esquerda para a direita conforme o grau crescente de complexidade categorial: a posição mais favorável a um pronome é antes de um SN e a de uma oração subordinada, após quase

todos os demais constituintes. Para dar conta de (i), a GF estabelece um ou mais padrões funcionais que definem as posições que podem assumir os constituintes de um estatuto funcional dado; para dar conta de (ii), adiciona certas "posições especiais" a esses padrões funcionais e fornece regras que especificam qual o tipo de constituinte que pode ser colocado nessas posições especiais e sob que condições; já a preferência em (iii) se traduz em termos de princípios universais de ordenação (Dik, 1981a).

Assim, a teoria de ordenação de constituintes da GF, brevemente resenhada acima, sustenta que cada língua tem um ou mais padrões funcionais, conforme o esquema geral em (1).

(1)P2, P1 (V) S (V) O (V), P3³

As regras de colocação inserem os constituintes da predicação subjacente em suas respectivas posições nesse esquema e nenhum movimento subsequente é permitido, depois que um constituinte tiver recebido lugar na estrutura. P2 e P3 são as posições reservadas, respectivamente, para Tema (*Theme*) e Antitema (*Tail*) e as vírgulas indicam pausas entonacionais.

Os termos *Tema* e *Antitema* são empregados para designar os constituintes interpretados na literatura como deslocamento à esquerda e à direita respectivamente e que, na GF, não fazem parte da predicação propriamente dita. São elementos que a precedem ou a seguem, estando com ela conectados por razões pragmáticas. O constituinte Tema deve apresentar um domínio ou universo discursivo em relação ao qual é relevante enunciar a predicação subsequente, enquanto o constituinte Antitema deve apresentar um pensamento ulterior (*afterthought*) à predicação, informação especificada para esclarecê-la ou modificá-la, em relação a algum constituinte nela contido.⁴ Quanto à predicação pro-

3 Os parênteses indicam aqui posição variável do constituinte V; mais adiante, voltaremos a empregá-los para constituintes, como O, que podem vir ou não a ocorrer, conforme exige a valência do verbo. Outro aspecto é que SV(O) ou VS(O) são esquemas estruturais que incluem também construções com cópula.

4 Convém explicitar que, na GF, *Antitema* traduz o que Tarallo & Kato chamam de *Antitópico*, que é o resultado de uma regra de inversão livre, em que "o sujeito é um pronome resumptivo zero, anafórico de um SN em posição adjunta a S, não-argumental" (1989, p.30). A despeito da diferença de terminologia, o *Antitema* é também uma posição não-argumental e, portanto, adjunta a S, em termos gerativos. Conforme sugestão contida em Pezatti (1992), traduzimos por *Antitema* o termo *Tail*, de Dik, que além de representar posição não-argumental, como o Tema, o SN que ocupa essa posição final de adjunção a S realiza uma função oposta à exercida pelo SN na posição de Tema.

priamente dita, são relevantes as duas funções pragmáticas de Tópico e Foco. Um constituinte com função Tópico apresenta a entidade sobre a qual se faz uma predicação, enquanto o constituinte com função Foco apresenta a informação relativamente mais importante ou saliente da predicação de acordo com a informação pragmática de que dispõem emissor e receptor.

Entre as vírgulas, encontram-se os possíveis padrões para a oração propriamente dita, que constitui uma predicação completa, conforme o esquema *Tema, Predicação, Antitema*. As regras de colocação determinam em primeiro lugar que constituintes devem ou podem ir para a posição P1: verifica-se primeiramente se há algum constituinte-P1 na predicação, como palavras-QU, pronomes relativos e conectores subordinadores. Se nenhum constituinte desse tipo estiver presente, então podem ser colocados na posição P1 constituintes com função de Foco ou de Tópico. Aplicadas as regras de P1, todos os demais constituintes da predicação assumem as respectivas posições estruturais, indicadas por S, O, V e outros símbolos possíveis, como X, usados especialmente para indicar posições de satélites.

Algo muito próximo de um preenchimento de todas as posições previstas no esquema em (1) seriam sentenças como (2); conforme explicitado acima, S é levado, em virtude de sua propriedade tópica, para a posição P1.

(2) *No Brasil, ele evoluiu muito, o teatro.*

P2,P1/ S V X, P3

O escopo do presente trabalho

O estudo pioneiro de Greenberg (1963) restringiu-se, vale repetir, a estruturas de sentenças declarativas com SNs plenos, isto é, lexicalmente preenchidos, com verbos de dois argumentos. Este trabalho pretende incorporar outros fatores, considerados relevantes para o assunto, dentre eles, as estruturas com verbos de um argumento.

Em certas línguas, a ordem encontrada em orações principais difere da que se encontra em orações subordinadas. É então possível interpretar tal distinção como uma codificação de diferenças sintáticas fundamentais entre as duas orações. Também essa distinção será levada em conta no presente trabalho.

Outro aspecto é o da diferença entre tipos de sentenças. Uma teoria da ordenação de constituintes não deve restringir-se a orações decla-

rativas independentes, mas incluir também outros tipos sentenciais, como sentenças interrogativas parciais e subordinadas, e tentar explicar a funcionalidade das diferentes ordens, se houver, na distinção desses tipos sentenciais.

Todos os enfoques de ordem de constituintes se baseiam, explícita ou implicitamente, em alguma espécie de distinção entre uma ordem neutra, não-marcada, e outra não neutra, marcada. Como essa diferença mostra uma forte motivação intuitiva, uma abordagem da ordem de constituintes deve procurar explicá-la.

Outro aspecto relevante a considerar é a distinção entre argumentos e satélites. Ainda que haja a mesma ordem dominante dos constituintes S, V e O, as línguas podem diferir em relação à posição que atribuem a constituintes satélites, indicados por X na GF. No português falado, é comum satélites ocuparem a posição P1, sendo, por isso, necessário considerar a relevância desses constituintes na ordenação das sentenças.

Por fim, deve-se lembrar a vocação profundamente empírica da GF, de modo que a seleção de dados realmente manifestos acompanhe necessariamente sua interpretação. O universo de pesquisa é uma amostragem representativa do *corpus* mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, composto pelos inquéritos a seguir, no qual se operou uma seleção das estruturas sentenciais pertinentes sob um ponto de vista qualitativo, de acordo com seu estatuto funcional.

de Porto Alegre: EF-278, DID-045, D2-291

do Rio de Janeiro: EF-379, DID-328, D2-355

de São Paulo: EF-405, DID-234, D2-360⁵

de Recife: EF-337, DID-131, D2-005

de Salvador: EF-049, DID-231, D2-098.

O padrão funcional VSO

Conforme o roteiro anteriormente estabelecido, apresentaremos, em primeiro lugar, evidência empírica e funcional para o padrão de ordenação de constituintes incluído em (3) a seguir. Postulamos que esse pa-

5 Com relação a São Paulo, vale observar que foram considerados, além dos inquéritos do *corpus* mínimo do PGPF, os seguintes inquéritos, conforme publicados em Castilho & Preti (1986-1987) e Preti & Urbano (1988): D2-255, 333, 396,346,62; DID-18, 161, 251, 137, 208, 235, 242, 250 e EF-377, 338, 124, 156,153.

drão se mostra adequado para dar conta de estruturas sentenciais do PB, com a configuração V+SN, muito discutida na literatura como posposição de sujeito. Acreditamos que uma explicação funcionalista como a que segue dá conta satisfatoriamente do fenômeno sem criar soluções provisórias.

(3) P2, P1 V S (O), P3

No esquema de (3), P2 e P3 são, vale repetir, as posições reservadas, respectivamente, para Tema e Antitema, e as vírgulas indicam pausas entonacionais. Convém também reafirmar que a função extraracional Tema é geralmente tratada como Tópico na literatura. Entre as vírgulas encontram-se os possíveis padrões para uma predicação completa.

Considerando que há casos em que não há razão pragmática para colocar o Sujeito em P1, já que ele não tem função de Tópico, essa posição permanece vazia, ou é preenchida com outro elemento compatível com ela, assim, em (5c), P1 é preenchida por um constituinte Foco. Os casos que se incluem tipicamente nesse padrão dizem respeito às construções ergativas com verbos existenciais e apresentacionais, como em (4a-b) e (5a-c), respectivamente, que exibem, portanto, o padrão P1 V S.

(4) a *existem bairros sem água* (D2-RE-05)

b *não existe passado, presente e futuro* (EF-SP-124:58)

(5) a *veio um preto de quase dois metros de altura* (DID-SP- 208 96)

b *sáiram uns, uns temperos mais, mais novos* (D2-POA-355)

c *aqui entra o meu ponto de vista* (EF POA-278)

Esse padrão funcional pode incluir também outras construções ergativas, como as de (6a-d).

(6) a *cabia um ovo de galinha* (DID-SP-308 100)

b *umenta o pengo aumenta o controle* (D2-SP-343 60)

c *expirou o prazo* (D2-SP-360 152)

d *morreu um colosso de gente aqui em São Paulo* (D2-SP-396 216)

Nessas construções, reluta-se frequentemente em categorizar como Sujeito o SN em posição pós-verbal. Kato (1987), por exemplo, alega que "o SN à direita do verbo é um objeto direto não-acusativo, que pode alçar-se para a posição de sujeito, originariamente uma categoria

vazia não-referencial (= um pro expletivo)" (p.243). Seguem essa orientação Berlinck (1989), Decat (1989) e Tarallo & Kato (1989). No entanto, a GF não reluta em categorizar esse SN posposto como Sujeito real, aplicando a construções, como (6c), o seguinte padrão funcional.

(6c) Ø *expirou o prazo*

P1 V S

O esquema funcional incluído em (3) acima encontra plena justificativa no fato de que se aplica a uma ordenação praticamente categórica do PB, quando se trata de construções ergativas; além disso, aplica-se também satisfatoriamente às construções de (7-9), similares às de (4-6). A vantagem teórica, nesse caso, é que o enfoque funcional adotado é compatível ainda com as exigências de generalidade.

(7) a. *onde é que estão os economistas?* (EF-POA-278)

b. *sabe quanto é que está saindo o meu financiamento mensal?* (D2-RJ-355)

(8) a. *aqui é adverso o clima para ele.* (D2-SP-360:156)

b. *hoje está todo mundo louco.* (DID-SP-234:112)

c. *Ali moram os meninos.* (Tarallo & Kato, 1989)

(9) *Cem mil cruzados faturou nossa barraca.* (Votre & Naro, 1986)

Essas construções são tratadas como casos de V-FRONT por Kato (1987) e Tarallo & Kato (1989). Nessa análise, o verbo é anteposto ao sujeito (V-FRONT) e esse movimento é desencadeado por algum elemento em COMP, posição ocupada por elementos focais como palavras-QU em (7a-b), advérbios dêiticos em (8a-c) ou ainda SNs em (9). Na GF, COMP nada mais é que a posição especial P1, não havendo necessidade de deslocamento de qualquer constituinte, uma vez determinada sua posição na estrutura da sentença. Desse modo, as construções contidas em (7-9) se enquadram perfeitamente no padrão geral exposto anteriormente em (3), já que a posição P1 ora é ocupada por um constituinte-P1, ora por um constituinte com função de Foco ou de Tópico. O mesmo é aplicável à sentença existencial em (10), em que o dêitico locativo é Foco.

(10) *então realmente lá tem aquelas noites prateadas.* (D2-SP-62:64)

Em todos os casos de (7-10), o constituinte colocado em P1 exerce função de Foco. Observe-se que essa função é duplamente marcada em (7a-b): além de palavra-QU, há um marcador específico, muito comum no PB, expresso por uma clivagem. Fortes razões parecem sustentar que

há pouca motivação para que o Sujeito seja alocado na posição pré-verbal, quando um constituinte focal ocupar a posição P1.

Outra construção denominada V-FRONT se refere à ordem VS com verbos não-ergativos, em que o sujeito é indefinido como em (11a); a explicação é a mesma para construções com verbos *dicendi*, como a expressão grifada de (11b), em que é obviamente definido o SN pós-verbal representado pelo dêitico pessoal.

(11) a. *Telefonou um cliente.* (Tarallo & Kato, 1989)

b. *normalmente existe...acredito eu...um colegiado.* (DID-RE-131)

Uma análise formalista é obrigada a admitir que haja necessariamente um elemento em COMP, considerado, neste caso, a categoria FLEX não manifesta. Parece-nos ser essa uma interpretação *ad hoc*, principalmente porque, para Tarallo & Kato (1989), “o efeito funcional dessa regra em português é que o sujeito nessa nova posição passa a ser naturalmente interpretado como parte do foco da sentença” (p.29).

A análise funcionalista aqui adotada nos parece uma alternativa mais viável e menos provisória para a interpretação desses casos. Como todo predicado manifesta de fato informação nova, não há razão funcional alguma para preencher a posição P1, destinada, em nosso enfoque, primordialmente a Foco e secundariamente a Tópico. Em outros termos: o SN *um cliente*, além de não ser Tópico, não constitui sozinho o Foco, não podendo, por isso, ocupar a posição P1, destinada a constituintes com função pragmática.

Como toda a sentença constitui informação nova, adotaremos, para estruturas de (10), como também para as construções ergativas de (4-6), a denominação de *frase-comentário*, proposta por Pezatti (1992). Nessa subclasse de construção VS, o verbo e seu único argumento constituem uma unidade fechada que, ao descrever um estado de coisas, não especifica qualquer elemento como Tópico, ou seja, como o constituinte da predicação sobre o qual se afirma alguma coisa.

Observe-se a interpretação alternativa para duas estruturas sentenciais diferentes contidas em (12a-b) em que o constituinte *aqui*, na perspectiva de Tarallo & Kato (1989, p.22), recebe as funções de Foco e de Tópico respectivamente.

(12) a. *Aqui dormem as crianças.*

b. *Aqui, as crianças não dormem.*

No primeiro caso, o esquema funcional é P1VS. Como na GF o constituinte na posição inicial é Foco, as duas interpretações coincidem.

Entretanto, nosso enfoque postula uma posição P2 para o primeiro constituinte de (12b), que é seguido de pausa entonacional, conforme o esquema P2, P1/SVO, em que P2 é Tema, não Tópico ou Foco, para os quais seria reservada a posição P1, onde se insere o Sujeito.

Além dos casos aqui discutidos, o padrão P2, P1VS(O), P3 permite dar conta de outras estruturas especiais, comumente denominadas Construções de Tópico (CTs), observadas especialmente em Pontes (1987). Essa autora chama a atenção para um tipo de estrutura muito recorrente no PB, exemplificada em (13), em que o SN anteposto ao verbo se comporta como um sujeito, provocando inclusive em alguns casos a concordância verbal.

- (13) a. *O meu carro furou o pneu.*
b. *O Carlos André cresceu o nariz.*
c. *A Sarinha tá nascendo dente.*
d. *O jasmim amarelou as pontas.*
e. *Minha casa deu ladrão.*
f. *Essa torneira aí não sai água?*
g. *Essa janela não venta muito.* (p.35)

Estruturas como essas são similares às construções ergativas com verbos de processo de (6b-d); o que as difere é que as sentenças contidas em (13a-g) manifestam também um constituinte com função de Tópico ocupando a posição P1; o constituinte Sujeito, por seu lado, permanece em sua posição pós-verbal, categórica nessa modalidade de construção, conforme o esquema para (13a).

- (13) a. *O meu carro furou o pneu.*
P1 V S

O padrão funcional SVO

O padrão funcional P1VS(O) aplica-se aos casos de ordenação V+SN, em que, como se viu, não há razão pragmática para colocar o Sujeito na Posição P1, que é deixada vazia, ou preenchida por algum outro constituinte com função de Foco ou de Tópico. Se essa interpretação é verdadeira para essas construções, então também o é, *mutatis mutandis*, para os casos opostos de ordenação: as construções SN+V serão vis-

tas agora como casos em que se coloca o Sujeito em P1, em virtude de ter função de Tópico.

Uma mesma sentença pode conter ao mesmo tempo as funções de Foco e de Tópico, como ocorre em (14), construção com verbo existencial em que o Sujeito topicalizado encontra-se em posição não-marcada, que é obviamente a anteposta ao verbo e o Foco, incidindo sobre o dêitico *hoje*, permanece na posição P1.

(14) *hoje isso não existe* (D2-RJ-355)

A sentença (15), por seu lado, embora pareça manter um comportamento sintático similar a (14), tem a posição de Sujeito preenchida por um dêitico pessoal no papel de indeterminador, que não exerce função tópica. O esquema funcional que se aplica a ambos os casos é P1SV(O).

(15) *hoje você paga o dobro ou o triplo.* (D2-RJ-355)

O português tem sido considerado uma língua SVO, como já se afirmou no início deste trabalho. Essa ordem, predominante em orações com verbos transitivos (16), intransitivos (17), e cópulas (18), é decorrente de um padrão primitivo P1VS(O), em que o constituinte Sujeito em função de Tópico passou a ser colocado na posição P1, própria para constituintes com função pragmática, quando não há nenhum outro constituinte-P1 na predicação.

(16) *Mackenzie criou cursos técnicos de...de grau superior.* (D2-SP-62:84)

(17) *a::produção cresceu muito...* (EF-SP-153:94)

(18) *a igreja é clara.* (EF-SP-405:54)

Resultou, por conseguinte, um novo padrão funcional, representado em (19), para dar conta da tendência de topicalização do Sujeito, vigente atualmente no PB.

(19) P2, P1 S V (O), P3

Assim a construção comumente considerada mais neutra em português apresenta a estrutura SV(O), com o constituinte S ocupando, na verdade, a posição de Tópico. Desse modo, as sentenças (16-18) acima são mais bem descritas com o padrão P1/ SVO que explica também outras estruturas predominantes, como demonstramos abaixo.

Há uma diferença muito relevante entre a interpretação que aqui fornecemos dos dados do PB e a que fez Dik (1981b) dos dados do PP. Em sua análise, Dik entende que somente o constituinte Sujeito pode ser co-

locado na posição P1, sendo atribuída a função Tema a todos os demais constituintes que podem aparecer na posição inicial da oração. Esse modo de interpretação se fundamenta nas construções em que, além de Tema, há um clítico anafórico com atribuição de Caso, como se observa em (20): subtraído o Tema em P2, a predicação, como se vê, fica completa.

(20) *Esse filme, o João viu-o ontem.* (Dik, 1981-b, p. 170).

Essa interpretação, no entanto, não se estende igualmente ao PB. Na variedade falada, raramente se encontram construções como (20), mais freqüentes na modalidade escrita e nos registros falados mais formais. O mais próximo de (20) é (21), em que há, no lugar do clítico, um pronome tônico de caso nominativo na função de Objeto da predicação.

(21) *Esse filme, o João viu ele.*

O esquema funcional que se aplica mais adequadamente a (21) é P2, P1SVO, em que P1 é deixada vazia, uma vez que o constituinte na função de Tópico é o Objeto, representado pelo pronome correferente ao Tema. O Sujeito que, nesse caso específico, representa o ponto de vista da predicação não converge, em termos estruturais, com a posição P1, já que não exerce função de Tópico.

Considerando que P1 faz parte da predicação, diferentemente do Tema, é mais natural interpretá-la como uma posição para constituintes em função pragmática de Foco ou de Tópico, com diversas funções sintáticas, conforme observado por Braga (1986), e que se pode verificar, por exemplo, em (22a-c). Nessas construções, em que P1 é ocupada respectivamente por constituintes na função de objeto direto, de objeto indireto e adjunto adnominal, o esquema que se aplica é P1SV(O).

(22) a. *esse eu não vi.* (D2-SP-333:252)

b. *“Caiu o Ministério” eu gostei bastante* (DID-SP-234:104)

c. *a última eu não lembro o nome* (DID-SP-234:104)

Por outro lado, é também possível aplicar a estrutura *Tema, Predicação* a construções comumente denominadas “anacoluto” (Pontes, 1987), como em (23a-b e 24a-c).

(23) a. *o gado de leite ele é muito mais delicado.* (DID-SP)

b. *o gado de corte a raça base é o zebu.* (DID-SP-18:28)

c. *filme eu gosto mais de comédia.* (DID-SP-234:104)

(24) a. *mercado de capitais existem alguns.* (D2-SP-62:80)

b. *elementos técnicos tem campo para eles.* (D2-SP-62:84)

Em (23a-c) aplica-se o esquema P2, P1/ SV(O), visto que o Sujeito exerce função de Tópico na predicação, sendo às vezes correferente ao Tema, como ocorre em (23a); já em (24a-b), a posição P1 fica vazia e o Sujeito permanece na posição pós-verbal, conforme é comum ocorrer em construções com verbos existenciais.

Outro caso de estrutura *Tema, Predicação*, comum no PB, se refere às construções (25a-c), em que o constituinte colocado na posição mais à esquerda do Verbo é um Sintagma Adverbial (SAdv).

(25) a. *em Paris* você vê a *Vênus de Milo.* (DID-SP-137:76)

b. *na Itália* nós sentimos muito (a *desorganização*). (DID-SP-137:84)

c. *em Poços de Caldas* você sabe lugar pequeno o pessoal vai mesmo muito mais a *cinema.* (DID-SP-234:112)

O SAdv é um constituinte não-argumental ou *satélite* (Dik 1981a; 1989). Reconhecendo a diferença no estatuto argumental dos constituintes da predicação, Dik introduz em seu modelo três níveis de representação: o da predicação nuclear (*nuclear predication*), em que se inserem os argumentos, e os da predicação central (*core predication*) e predicação estendida (*extended predication*), em que se inserem satélites de diferentes níveis de incidência na predicação. Em razão da óbvia relevância funcional do satélite, esta análise inclui o nível da predicação estendida.

Há construções em que o satélite ganha estatuto funcional de Foco, como ocorre em (26a), que inclusive apresenta duas marcas formais, a clivagem e o advérbio de inclusão/exclusão (Ilari et al., 1990) *só*, e em (26b), caso de Foco contrastivo, função exercida por *aqui em São Paulo*; nesses casos, em que faz parte da predicação, o satélite deve ocupar a posição P1.

(26) a. *através de jornais só que* o teatro é divulgado. (DID-SP-234:116)

b. *em Campo Grande foi no teatro da cidade agora aqui em São Paulo elas foram apresentadas...no Teatro Rui Barbosa da Universidade Mackenzie.* (DID-SP-161:48)

O esquema funcional que se aplica às sentenças contidas em (25) e (26) é, como se vê, P2, P1SV(O).

É possível observar que a ordenação de constituintes no PB segue regras muito complexas e variadas de colocação, fortemente marcadas por razões pragmáticas. São essas razões que motivam a inserção de

constituintes em posições extrapredicacionais, como Tema e Antitema, e em posições predicacionais, como Foco e Tópico.

Todos os casos analisados aqui dizem respeito às orações declarativas independentes, em cuja classe se podem incluir as interrogativas totais. Passaremos a considerar agora as orações subordinadas em geral e as interrogativas parciais, construções em que a primeira posição da predicação é obrigatoriamente preenchida por um constituinte-P1: palavras-QU, pronomes relativos e conectores subordinativos em geral.

Às orações subordinadas relativas, como (27), em que pronome conector na predicação encaixada exerce função sintática de Sujeito, aplica-se normalmente o padrão funcional P1/SV(O).

(27) *até eles comerem todas as coisas que fazem parte do café eles demoram*. (DID-SP-360:144)

Quando, por outro lado, o pronome conector exerce qualquer outra função na predicação encaixada, aplica-se a ela outro esquema funcional. Em orações, como (28a), o padrão P1VS(O), contido em (3) acima, aplica-se de modo similar às outras construções V+SN do PB, até aqui consideradas. Conforme demonstrado anteriormente, as regras de colocação determinam, em primeiro lugar, que um constituinte-P1 deve ir para a posição P1. No caso das orações relativas, o pronome conector ocupa necessariamente a posição P1, podendo S ficar facultativamente em posição pós-verbal.

(28) a. *ela é de certa maneira a...a arte mestra...à qual deveriam se sujeitar as demais*.

Entretanto, a versão alternativa (28b), muito mais comum, consiste numa construção encaixada em que o Sujeito ocupa a posição pré-verbal.

(28) b. *ela é de certa maneira a...a arte mestra...à qual as demais deveriam se sujeitar...*(EF-SP-156:48)

Nesse caso, o comportamento de orações relativas é similar ao de interrogativas parciais, conforme se verifica em (29).

(29) *que tipo de assistência jurídica o sindicato presta?* (DID-RE-131)

Conforme se constata em Kato (1987), é variável no PB e categórica no PP a estrutura da interrogativa parcial. No PP, a ordenação é fixa, similar ao que ocorre nos exemplos de (7a-b) acima, com uma ordenação V+SN; já no PB é variável, embora predomine P1SV(O), uma construção

mais tardia, decorrente do processo cada vez mais marcante de topicalização que levou S a ocupar a posição P1, conforme acima demonstrado.

Nas relativas em que o conector não exerce função de Sujeito e em construções interrogativas parciais, o Sujeito/Tópico não pode colocar-se na posição P1, que já se acha ocupada por um constituinte-P1; nesse caso, o Sujeito permanece na posição pré-verbal não-marcada. Em outros termos, o Sujeito, como também constituintes em outras funções, pode ser Tópico em sua posição canônica, já que, para a GF de Dik, o Tópico não ocupa necessariamente a posição inicial.

Fenômeno similar ocorre com outras estruturas sentenciais encaixadas, como (30b-c), em que os conectores ocupam a posição P1 e S, a posição imediatamente anterior ao verbo, cuja estrutura é similar à relativa de (30a).

- (30) a. *uma cadeia de supermercados da qual você é assessor*. (D2-RE-05)
- b. *eu acho que eles têm mais preparo*. (DID-SP-234:183)
- c. *quando eu comprei o apartamento*. (D2-RJ-355)

Conseqüências teóricas dos padrões funcionais

Dados diacrônicos sugerem um progressivo “enrijecimento” da ordem SV, que, com exceção de construções com verbos existenciais, passou a dominar aos poucos os contextos antes compartilhados com a ordenação VS, conforme se observa em Berlinck (1989). A linha central do processo, conforme propõe a autora, é a passagem de uma orientação funcional, antes definida pelo estatuto informacional do referente do SN, para uma orientação formal, definida, agora, pelo tipo de verbo predicador. Suas observações convergem para um mesmo ponto: o desaparecimento de pronomes clíticos em função de Objeto.

Esse aspecto é também muito valorizado na análise de Decat (1989). Diferentemente de Berlinck, Decat compara dados da situação atualmente vigente com dados diacrônicos, enfocando especialmente as Construções de Tópico (CTs), antes analisadas por Braga (1986) e Pontes (1987). Observa Decat que predominam no *corpus* diacrônico clíticos correferentes das CTs em comparação à freqüência de não-clíticos. Observa ainda que a principal diferença entre os dados sincrônicos e os diacrônicos aponta para a seguinte direção: como as CTs provocam naturalmente uma inversão na ordem dos constituintes, sua tendência é

desencadear co-referência preferencial com clíticos, que ainda permanecem na língua escrita em decorrência da necessidade de tornar visíveis as funções temáticas.

Conforme já transparecia nos dados discutidos por Braga e por Pontes, foi-se perdendo essa função dos clíticos de visibilizar as funções temáticas, em consequência do enfraquecimento progressivo do sistema de casos da língua. Desse modo, o clítico acusativo passa a ser substituído por um pronome de caso nominativo ou é suprimido, ocasionando os casos de anáfora zero. Em consequência desse processo, as CTs configuram uma ordem intermediária TVO para o português, conforme postula Vennemann (1973), antes de se enquadrar na tipologia SVO. Decat conclui que, da ordem SOV do latim clássico, o português chegou à ordem SVO das línguas românicas, passando antes pela fase TVO.

A análise fornecida por Decat considera que é o Tópico que vai para uma posição vazia de sujeito, conforme o enfoque gerativista que adota. Nossa análise para esse caso conduz a uma direção coincidente, mas formalmente contrária: diacronicamente o sujeito é que foi ocupando a posição P1, quando Tópico. Decat considera que a sentença (31) é uma construção declarativa comum desprovida de Tópico. Já em nossa análise, no constituinte pré-verbal coincidem as funções de Sujeito e Tópico.

(31) *O menino leu o livro.* (Decat, 1989, p.135)

O PB permanece de fato em uma fase de transição cuja direção parece apontar para uma consistente ordenação P2, P1SVO. No nível da predicação, em que a cabeça é o verbo, o português é considerado uma língua tipologicamente posposicional do tipo P1VSO (Dik, 1989). Em línguas posposicionais, a reinterpretação de P1 como posição básica de Sujeito conduz a um novo padrão SVO. Como P1 é considerada uma posição universalmente relevante, a necessidade de adicionar uma nova posição P1 provoca o surgimento do padrão P1SVO. Foi justamente esse processo de reinterpretação que ocorreu no PB: nas sentenças em que o Sujeito/Tópico ocupa a posição pré-verbal, esta pode ser considerada pragmaticamente não-marcada.

Além disso, segundo Greenberg (1963), as línguas VSO sempre dispõem de SVO como ordem alternativa, estando, por isso, intrinsecamente sujeitas a certa pressão para evoluírem para SVO. O fato de que somente línguas com verbo em posição inicial são sensíveis ao processo de reinterpretação de P1, conforme já discutido, é um forte argumento para a análise desenvolvida aqui a respeito do PB.

Como uma consequência teórica importante que se deduz dessa hipótese, postulamos que, com o já atestado desaparecimento dos clíticos, o português necessitou reestruturar-se, marcando o caso sintático por meio da ordem de palavras. A posição pré-verbal vem-se tornando progressivamente uma marca formal para o Sujeito e a posição pós-verbal, uma marca formal para Objeto.

Passemos agora à discussão de alguns casos especiais, que parecem indicar a transição de um padrão funcional para outro. Um deles é a emergência de estruturas “especiais” no PB como (32), em que a concordância é engatilhada pelo Tópico, interpretado como Sujeito, por estar na posição pré-verbal.

(32) *Minhas gavetas não cabem mais nada.* (Decat, 1983, p.21)

Observe-se que essa mesma interpretação se aplica a estruturas como (33), em que o sujeito da predicação encaixada atua como se fosse sujeito do verbo mais alto, com o qual mantém concordância número-pessoal, sendo o complemento expresso por um infinitivo não-flexionado.

(33) *As crianças parecem estar cansadas.*

Perlmutter (1976) interpretou essa sentença como derivada da estrutura subjacente (34), mediante uma regra de alçamento de sujeito, com a ressalva de que somente sujeitos pré-verbais podem ser submetidos à regra.

(34) *Parece que as crianças estão cansadas.*

Em (32), um constituinte satélite é colocado em P1, posição ocupada geralmente pelo Sujeito quando Tópico, parecendo receber uma espécie de promoção para uma função argumental. Em (33), o processo é o mesmo, com a diferença de que o constituinte Sujeito da oração encaixada é alocado na posição P1 da oração principal. Trata-se, nos dois casos, de um constituinte com função de Tópico.

Fenômeno similar, numa imagem especular, concerne a construções V+SN, em que a ausência de concordância com o verbo indica uma reinterpretação do SN sujeito como objeto, exatamente em razão da posição pós-verbal, que vem configurando então posição não-marcada de objeto, como se observa em (35).

(35) *falta elementos técnicos.* (D2-SP-62:84)

Outro indício da transição de um padrão para outro é a perda progressiva do chamado *parâmetro do sujeito nulo*, tendência em curso no

português falado contemporâneo de preencher a posição pré-verbal com algum elemento vazio de conteúdo. Essa pro-forma está muito próxima sintaticamente de um elemento expletivo, típico de línguas de sujeito não-nulo, como o inglês e o francês, que necessitam preencher a posição de sujeito. Evidência empírica de que a posição vazia de sujeito já não é tão produtiva foi fornecida por Tarallo (apud Kato & Tarallo, 1986). Seus dados diacrônicos mostram que o padrão dominante é sujeitos vazios e objetos preenchidos; já os dados sincrônicos indicam o oposto: os sujeitos passam a ser preenchidos e os objetos é que se tornam vazios. Como a mudança não se completou ainda, o processo permanece variável.

Esse fenômeno se difunde por várias partes do sistema gramatical, conforme se observa nas construções (36a-b) que tendem a alternar-se com os casos tradicionais de indeterminação de sujeito.

(36) a. *eu posso representar graficamente.* (EF-POA-278)

b. *tu sente(s) a pimenta, o gosto da pimenta.* (D2-POA-278)

As formas grifadas não se referem às pessoas do discurso, contextualmente determinadas. Tanto é verdade que as duas sentenças poderiam ser parafraseáveis respectivamente como (36c) e (36-d).

(36) c. *pode-se representar graficamente.*

d. *sente-se a pimenta.*

Atua concomitantemente um processo de centração dêitica mediante o qual o preenchimento da posição de sujeito se faz com o uso de pronomes referentes aos participantes do ato de fala. Quando esse processo de centração dêitica não atua, o preenchimento nos casos de indeterminação submete-se à pressão de pontos mais baixos de uma hierarquia de animacidade com o emprego de mecanismos lexicais que indicam traços de genericidade, conforme se observa em (37) (Camacho, 1994).

(37) *Um indivíduo não tem condições...de resolver: todas aquelas questões.* (DID-RE-131)

Um caso ainda mais significativo, que parece favorecer a interpretação de expletivo para o constituinte ocupando a posição de sujeito numa construção de indeterminação, é o que se observa em (38), em que a forma grifada não é co-referente de nenhuma outra no contexto textual, nem se refere a pessoa alguma da situação discursiva.

(38) *Doc. e como é que a senhora acha que é elaborada uma peça de teatro antes dela ser apresentada?*

Inf. *ah aí você pegou porque eu não sei não como é elaborada?...deve ser como na televisão eles preparam o o o:...o a peça...* (DID-SP-234:108)

A forte proeminência das pessoas do discurso, vinculada a essa tendência de preenchimento formal da posição de sujeito, fornece às vezes alternativas, como (39a), para construções apresentacionais, que deveriam, por definição, ter o sujeito na posição pós-verbal, como a paráfrase contida em (39-b).

(39) a. *são as deficiências de tudo quanto é cidade desse país você tem problemas básicos não acredito que haja problemas de abastecimento.* (D2-RE-05).

b. *tem (há) problemas básicos.*

Essa direção, que aponta para o desaparecimento do clítico indefinido *se* e conseqüente substituição por formas lexicais ou pronominais, se encaixa na tendência geral, já mencionada, de um fenômeno mais abrangente no PB que é o desaparecimento dos clíticos, conforme já observado por Kato & Tarallo (1986). Pode-se dizer então que o clítico, ainda remanescente nos registros formais e na modalidade escrita, representa uma forma expletiva do Sujeito, como se observa em (40), cuja configuração seria P1SV(O).

(40) *todos os dias se tira o leite.* (DID-SP-18:28)

Para comprovar ainda mais a aplicação desse esquema a construções remanescentes de indeterminação com *se*, bastam as placas espalhadas por todo o país em que se observa a tendência para não interpretar como Sujeito o SN colocado em posição pós-verbal em construções como (41) em que P1 permanece vazia.

(41) *Vende-se frangos.*

Como se sabe, a Nomenclatura Gramatical Brasileira insiste em diferenciar formalmente essa construção dos demais casos de indeterminação, interpretando-a como caso de passiva. Na interpretação funcionalista que adotamos, aí também o clítico *se* é analisado como um expletivo na posição de sujeito. Não havendo nenhum elemento para ocupar P1, essa posição fica vazia; assim, o padrão funcional que se aplica a construções como (41) é P1VSO.

Uma pergunta que se coloca naturalmente é se, também em termos tipológicos, o PB deveria enquadrar-se na classe de línguas VSO, ou SVO, como se sustenta comumente na literatura. Passaremos a examinar essa questão a partir de outros parâmetros tipológicos, vinculados à ordenação de constituintes.

Considerando a tipologia com base na ordenação de constituintes, Greenberg (1963) arrola 24 tipos logicamente possíveis de línguas, baseando-se na combinação de quatro parâmetros, que aqui repetimos: 1. o da ordem de constituintes sentenciais: VSO/ SVO/ SOV; 2. línguas com preposições (Pr) e línguas com posposições (Po); 3. ordenação entre a cabeça nominal (N) e o genitivo (G): NG/ GN; 4. ordenação entre a cabeça nominal (N) e o adjetivo (A): NA/ AN. Dessas 24 possibilidades lógicas, a amostragem de Greenberg atesta realmente quinze. Ao final, em apenas quatro tipos, é possível serem enquadradas muito mais línguas que em qualquer um dos onze restantes, conforme se observa em (42).

- (42) a. VSO/ Pr/ NG/ NA
b. SVO/ Pr/ NG/ NA
c. SOV/ Po/ GN/ NA
d. SOV/ Po/ GN/ NA.

Em relação aos parâmetros não-sentenciais, o português se incluiria na classe das línguas Pr/ NG/ NA, compatível com os dois padrões funcionais aqui descritos para o PB, VSO e SVO. Considerando-se ainda outras generalizações, verifica-se que, com exceção da posição do sujeito, os tipos a e b são idênticos. Essa espécie de generalização, que considera a ordem do sujeito irrelevante, elaborada por Lehmann e Venemann, já mencionada anteriormente, conduziria a uma convergência entre os tipos a/b e c/d, fornecendo, respectivamente, duas classes tipológicas: VO/ Pr/ NG/ NA e OV/ Po/ GN/ NA (Comrie, 1989).

Se os tipos são tendências universais não absolutas, parece justificável pelas evidências empíricas enquadrar o português, incluindo aí o PB e o PP, numa tipologia VSO, tendo em vista principalmente que as variações detectadas em diversos setores da gramática apontam para uma fase de transição cujas mudanças ainda não se completaram. Além disso, enquanto a existência de ordem com o verbo em posição inicial ou do tipo SOV parece correlacionar-se fortemente com vários outros parâmetros tipológicos de ordem de constituintes, a existência da ordem SVO não parece correlacionar-se particularmente com nenhum outro (Comrie, 1989). Em outros termos: saber que uma língua é VSO ou VOS permite predizer seu valor em relação a outros parâmetros; saber, por

outro lado, que uma língua é SVO não permite predizer virtualmente nada.

Esses argumentos de Comrie reforçam a idéia de que a generalização VO/ OV não é perfeitamente justificável para incluir línguas SVO. Entretanto, apontam para outra direção, que é o caráter flutuante das línguas SVO, caso específico do PB, que apresenta evidência disso nos setores da gramática sujeitos à variação. Sem especulação, parece inquestionável que VSO é, de uma perspectiva diacrônica, a ordem primitiva, da qual SVO se derivou, tendo em vista a harmonia que esses dois tipos mantêm com outros parâmetros de ordenação de constituintes.

Palavras finais

O objetivo específico deste trabalho foi apresentar uma explicação para uma série de fenômenos interligados que vêm ocorrendo no PB, vinculados à ordenação de constituintes e que, até então, ou receberam interpretação parcial, aplicada a fenômenos localizados, ou receberam interpretação em quadros teóricos alternativos. Com relação a esse último caso, o enfoque funcionalista aqui adotado pôde fornecer, acreditamos, um tratamento mais abrangente desses fenômenos, na medida em que incluiu em seu escopo uma grande variedade de construções formalmente diferentes.

Defendeu-se a idéia de que o PB conta com dois padrões funcionais para a ordenação de constituintes que configuram os esquemas simplificados P1VSO e P1SVO. Avançou-se a hipótese de que o português se enquadrava, no passado, no padrão VSO, conforme, aliás, comprova a existência ainda de estruturas VS remanescentes.

A gramática do PB requer um padrão geral de ordenação, conforme o esquema P2, P1(S)V(S)OX, P3, definido, como se viu, pelas características especialmente variáveis das posições pré- e pós-verbais, o que determina necessariamente a existência dos dois padrões funcionais postulados.

A interpretação dos fatos permitiu sustentar a hipótese de que o período atual do PB representa uma fase de transição, comprovada por fatores existentes em partes diversas do sistema gramatical, que dizem respeito aos seguintes fenômenos:

1 O preenchimento da posição inicial, primeiramente pelo SN na função de Sujeito/Tópico em P1 e, posteriormente, pela colocação de uma espécie de sujeito vazio, sem atribuição de função semântica.

2 A tendência ao esvaziamento dos clíticos parece indicar um enrijecimento da ordem SVO e, em termos do esquema funcional adotado, a criação progressiva de uma nova posição P1. Nesse caso, a posição pré-verbal não mais convergiria com P1 e configuraria, então, um espaço para a marcação de Caso Nominativo em PB, reservando-se para a posição pós-verbal a atribuição de Caso Acusativo.

3 Realização ou não da regra de concordância verbal, em termos de número, seja com o SN pós-verbal, seja com o SN pré-verbal de CTs.

Convém esclarecer que esta interpretação aponta para duas tendências aparentemente opostas: por um lado, um sistema Sujeito/Objeto gramaticalmente enfraquecido parece conduzir para a especialização das posições pré- e pós-verbal, respectivamente, para Sujeito e Objeto; por outro, o preenchimento de posições especiais possibilita um sistema de regras mais forte e mais rico para exploração pragmática. Não constituem tendências conflitantes, mas perfeitamente complementares e com grande chance de se estabilizarem num sistema harmônico de convivência. De uma forma ou de outra, essa natureza instável e variável é, desnecessário dizer, uma característica própria dos sistemas em transição.

PEZATTI, E. G., CAMACHO, R. G. Sentence word order: a functional interpretation. *Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp., p.99-126, 1997.

- *ABSTRACT: The aim of this paper is to provide a functional interpretation of the sentence word order of spoken Brazilian Portuguese. It demonstrates that the pragmatic motivations for SVO and VSO functional patterns, actually in use, relate both of them to a possible change from VSO to SVO type in Brazilian Portuguese typological classification.*
- *KEYWORDS: Word order; typological classification; SVO order; VSO order.*

Referências bibliográficas

- BENTIVOGLIO, P., BRAGA, M. L. Espanhol, português e ordem de palavras. *D.E.L.T.A. (São Paulo)*, v.4, n.2, p.163-82, 1988.
- BERLINCK, R. A. A construção V+SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 1989.

- BITTENCOURT, V. O. Considerações sobre as condições sintáticas de posposição do sujeito em português. *Ensaio de Linguística (Belo Horizonte)*, v.3, p.72-86, 1980.
- BRAGA, M. L. Construções de tópico de discurso. Rio de Janeiro, 1986. (Relatório final do projeto subsídios sociolinguísticos do projeto censo à educação – FINEP).
- CAMACHO, R. G. Estrutura argumental e ponto de vista. SEMINÁRIO DO PROJETO DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS FALADO, 8, 1994, Campos de Jordão. (Mimeogr.).
- CASTILHO, A. T., PRETI, D. (Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986-1987. 2v.
- COMRIE, B. *Language Universals and Linguistic Typology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.
- DECAT, M. B. N. Concordância verbal, topicalização e posposição do sujeito. *Ensaio de Linguística. Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura (Belo Horizonte)*, v.5, n.9, p.9-48, 1983.
- _____. Construções de tópicos em português: uma abordagem diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal: In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 1989.
- DIK, S. C. *Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1981a.
- _____. The interaction of subject and topic in Portuguese. In: BOLKESTEIN, A. M. et al. *Predication and Expression in Functional Grammar*. New York: Academic Press, 1981b.
- _____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Holland, 1989.
- DRYER, M. SVO languages and the OV:VO typology. *Linguistics*, v.27, p.443-82, 1991.
- DUARTE, M. E. L. A perda da ordem VS em interrogativas QU no português do Brasil. *D.E.L.T.A. (São Paulo)*, v.8, n.esp., 1992.
- GIVÓN, T. Topic, pronoun and grammatical agreement. In: LI, C. N. (Ed.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- GREENBERG, J. H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: _____. (Ed.) *Universals of Language*. Cambridge: MIT Press, 1963.
- ILARI, R. et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp-Fapesp, 1990. v.1. p.63-141.
- KATO, M. Inversão da ordem SV em interrogativas no português: uma questão sintática ou estilística? *D.E.L.T.A. (São Paulo)*, v.3, n.2, 1987.
- KATO, M., TARALLO, F. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, O, SILVA-CORVALÁN, C. (Org.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986.

- KEENAN, E. L. Towards a universal definition of "subject". In: LI, C. N. (Org.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- LEHMANN, W. P. A structural principle of language and its implications. *Language*, v.49, p.47-66, 1973.
- LI, C. N., THOMPSON, S. A. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C. N. (Org.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- LIRA, S. de A. Subject postposition in Portuguese. *D.E.L.T.A. (São Paulo)*, v.2, n.1, p.17-36, 1986.
- LOPES, D. K. O papel da inversão sujeito-predicado na percepção de sentenças. *Estudos Linguísticos (Araraquara)*, v.4, p.71-89, 1981.
- PÁDUA, M. P. C. M. *A ordem das palavras no português arcaico*. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos, 1960.
- PAK, T. R. On the order of sentence constituents. *Lingua*, v.32, n.4, p.325-32, 1973.
- PERLMUTTER, D. M. Evidence for subject downgrading in Portuguese. In: SCHIMIDT-RADEFELT (Ed.) *Readings in Portuguese Linguistics*. Amsterdam: North Holland, 1976. (North-Holland Linguistic Series, 22).
- PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Araraquara, 1992. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- PONTES, E. A ordem VS em português. *Ensaio de linguística*. Cadernos de Linguística e Teoria Literária (Belo Horizonte), v.7, p.90-137, 1982.
- _____. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 1987.
- PRETI, D., URBANO, H. (Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- PULLUM, G. K. Word order universal and grammatical relations. In: COLE, P., SADOCK, J. (Ed.) *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1977. v.8.
- SOUZA E SILVA, M. C. P. Sintagmas nominais pospostos: sujeitos ou objetos diretos? *Estudos Linguísticos (Araraquara)*, v.4, p.334-46, 1981.
- TARALLO, F., KATO, M. Harmonia transistêmica: variação inter- e intra-linguística. *Predição – 5*. Campinas: RG, 1989.
- URBANO, H. A ordem do sujeito no português falado. *Estudos Linguísticos (Campinas)*, v.14, p.41-56, 1987.
- VENNEMANN, T. Explanation in syntax. In: KIMBALL, J. (Ed.) *Syntax and Semantics*. New York: Academic Press, 1973. v.2.
- VOTRE, S., NARO, A. Emergência da sintaxe como efeito discursivo. Rio de Janeiro, 1986. (Relatório final de subsídios sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação – FINEP).

ISOMORFISMO INFORMACIONAL ENTRE PERÍODO SIMPLES E PERÍODO COMPOSTO

Maria Conceição PAIVA¹

- RESUMO: Este artigo analisa o efeito do princípio de fluxo informacional em duas formas de expressar causalidade no discurso oral: as orações subordinadas introduzidas por "porque" e o sintagma preposicionado "por causa de". A hipótese central é a de que a seqüência de segmentos que expressa causa e efeito é governada pelo mesmo princípio discursivo, isto é, a informação velha precede a informação nova. A análise estatística do estatuto informacional dos segmentos de causa e de efeito confirma a hipótese.
- PALAVRAS-CHAVE: Relação causal; ordem; informação.

Introdução

Uma tese possível quanto ao funcionamento da linguagem é a de que a ordenação de palavras, na estruturação das cláusulas, e de cláusulas, na estruturação dos períodos, é regida pelos mesmos princípios. Do ponto de vista comunicativo, tanto a posição relativa de sintagmas quanto a de cláusulas seriam mecanismos postos a serviço da coesão, estratégias para evitar rupturas e descontinuidades discursivas. Dessa forma, fenômenos ligados à organização sintagmática da cláusula e do período podem encontrar soluções, se não idênticas, pelo menos semelhantes.

De acordo com essa formulação, pode-se supor que o princípio de distribuição de informação influencie de forma semelhante a organização linear dos períodos simples e dos períodos compostos. No âmbito

1 Departamento de Linguística – Faculdade de Letras – UFRJ – 21941-590 – Rio de Janeiro – RJ.

das abordagens funcionalistas, esse princípio ocupa lugar de destaque pelo seu alcance explicativo de uma ampla gama de fenômenos linguísticos. Há relativo consenso quanto ao pressuposto de que a forma de “embalagem” do discurso repercute diretamente sobre a organização sintática dos enunciados, em especial, no que se refere à ordem de palavras.

Evidências para tal hipótese podem ser encontradas na comparação da flexibilidade de dois segmentos que expressam nexo causal: os sintagmas preposicionais causais e as cláusulas causais. No discurso oral, esses dois segmentos possuem posição variável, podendo antepor-se ou pospor-se aos segmentos com que se relacionam. O principal objetivo deste artigo é, através de uma análise comparativa, mostrar que, do ponto de vista da distribuição de informação, há isomorfismo entre períodos simples com sintagmas preposicionais causais e períodos compostos com cláusulas causais.

Na primeira seção deste artigo, teço algumas considerações sobre o princípio de distribuição de informação e sua importância para os estudos linguísticos. Na segunda seção, exemplifico o fenômeno em foco e, na terceira seção, mostro sua correlação com o princípio de distribuição de informação. Na conclusão, retomo a hipótese inicial à luz dos resultados obtidos.

Princípio de distribuição de informação

Não é minha pretensão fazer uma revisão exaustiva da literatura sobre distribuição de informação. Pretendo apenas explicitar e situar alguns conceitos que foram, neste trabalho, utilizados como instrumentos heurísticos.

A relevância do princípio de distribuição de informação só pode ser bem compreendida no interior de uma tradição que remonta à Escola de Praga: a de que a língua é um conjunto de meios apropriados a determinados objetivos. Dentre esses objetivos, destaca-se a transmissão de informação entendida aí como uma categoria primitiva.

A correlação entre distintas formas de ordenação das unidades linguísticas e diferentes formas de distribuição de informação é salientada, primeiramente, por Mathesius (1923), para quem a aparente liberdade de ordenação de palavras nas línguas eslavas se explicaria em termos de um princípio comunicativo mais geral, a Perspectiva Funcional da Sentença, que prevê um relativo isomorfismo entre a organização do

conteúdo oracional e os objetivos de transmissão de informação. Segundo Mathesius, em muitas línguas "*l'ordre des mots présente ou montre l'état de l'information*" (Anscombe & Zaccharia, 1989, p.12-5). No interior dessa perspectiva, toma vulto a dicotomia tema/rema cuja articulação não é bem definida em Mathesius.

A perspectiva funcional da sentença avança com Firbas (1964). Baseado no pressuposto de que as unidades linguísticas se distribuem em uma escala de dinamismo comunicativo, o autor propõe uma divisão tripartida tema-transição-núcleo que procura dar conta do fato de que o grau de informatividade de um elemento não reside em si mesmo, mas sim na sua relação com os outros elementos do discurso. O princípio de dinamismo comunicativo se concretiza na organização linear da oração em harmonia com as características da apreensão humana: uma oração se inicia com elementos de baixo grau de hierarquia comunicativa, passando gradualmente para elementos de grau mais alto. No quadro teórico de Firbas tema e informação velha não se identificam necessariamente. O tema caracteriza-se por ser o elemento de menor grau de informatividade.

Tanto Mathesius quanto Firbas tomam a frase como unidade de análise da estrutura comunicativa discurso. Defendendo uma outra posição, Danes (1964) propõe três níveis distintos de análise, sendo dois deles (gramatical e semântico) relativos à frase e o terceiro (nível de organização da estrutura) relativo ao enunciado, evento lingüístico contextualizado. A transmissão de informação determina a organização dos enunciados, e não propriamente das frases. Em última instância, Danes situa o desenvolvimento da informação e, conseqüentemente, da articulação tema/rema no próprio texto. A distinção das categorias novo e velho se superpõe à oposição contextualmente dependente/contextualmente independente, na medida em que constituem componentes do dinamismo do texto.

Nas posições aqui esboçadas ressalta a divergência em relação à equivalência das dicotomias tema/rema, por um lado, e velho/novo, por outro. Firbas, por exemplo, insiste na distinção entre tema e informação velha, partindo do pressuposto de que a propriedade essencial do tema não o impede de transmitir informação nova. Danes, ao contrário, salienta que o tema apresenta, de forma quase categórica, informação velha, sendo, portanto, desnecessário desvincular as duas dicotomias.

Uma outra questão é relativa aos critérios de definição de novo e velho. Na tradição inaugurada pela Escola de Praga a vinculação dos elementos da sentença com o seu contexto é fator determinante do seu valor informativo. Segundo Danes, por exemplo, o *status* dado não

se define com relação ao falante ou ao ouvinte, isoladamente, mas sim com relação à ligação entre os dois numa determinada situação comunicativa.

Em proposta mais recente, Halliday (1985) acentua a importância das intenções do falante na definição de *status* informacional. No ato de discurso, o falante “decide” embalar uma informação como não-recuperável, ou seja, nova. Ou decide embalá-la como recuperável, seja anaforicamente, seja da situação imediata. Essa decisão é traduzida linguisticamente por marcas prosódicas: informação nova é acentuada, informação velha, não acentuada. A pressuposição de relativo isomorfismo entre nível informativo e nível prosódico pode resultar em circularidade: a informação nova é acentuada por ser nova ou é informação nova por ser acentuada. Difícil definir a causa e o efeito.

Numa perspectiva diferente, Chafe (1976, 1979, 1987, 1988) enfatiza a relação falante/ouvinte como ponto de origem do *status* informacional das unidades linguísticas. Novo/velho não são conceitos primitivos aplicáveis diretamente às unidades linguísticas. Eles decorrem de outros conceitos nucleares que suportam uma posição teórica acerca da relação entre linguagem e pensamento.

Na formulação de Chafe, informatividade é uma propriedade associada às “idéias”, ou seja, representações mentais de objetos, estados e eventos. As idéias se situam em diferentes estados de consciência de acordo com a sua acessibilidade: ativo (informação velha), semi-ativo (informação acessível) ou não ativo (informação nova). O ato de comunicação constrói uma ponte entre as representações mentais do falante e ouvinte. O falante organiza seu discurso em consonância com expectativas acerca das representações mentais já ativadas, não ativadas ou semi-ativadas na mente do ouvinte. A embalagem das informações não depende dessas avaliações. Chafe reconhece que os esquemas mentais pré-existentes ao discurso e a capacidade inferencial do ouvinte são fatores preponderantes na estruturação do fluxo discursivo.

Os conceitos (ou idéias) encontram sua concretização linguística em unidades entonacionais que “carregam” o valor informacional. A relação entre unidade informacional e unidade prosódica está sujeita às restrições do princípio de “*one-idea-at-a-time*”: cada unidade entonacional se limita à expressão de um único foco de consciência ou de uma única informação nova.

Chafe não reduz informação à dicotomia velho/novo, mas admite o caráter escalar de informatividade ao propor a categoria acessível.

Enquanto a abordagem de Chafe possui uma base cognitiva, Prince (1981, 1992) propõe uma taxonomia de informação que conjuga crité-

rios cognitivo e textual. Tanto o texto quanto o contexto situacional (conhecimento compartilhado por falante e ouvinte) constituem caminhos de acesso à identificação dos referentes. Sua classificação prevê, além da possibilidade de velho, novo e inferível, diferentes graus de “novidade” e “velhice” da informação codificada pelos referentes. Um referente não mencionado no discurso anterior, mas disponível para o ouvinte por conhecimentos já compartilhados (“unused”) seria um tipo de novo diferente daquele que dá entrada no discurso no momento da sua enunciação e não está disponível por conhecimentos pragmáticos (*brand-new*).

Tomar o texto como quadro de referência para a definição do *status* informacional de um elemento lingüístico requer considerar o dinamismo textual e a forma como se desenvolve a seqüência de enunciados. Sob certos aspectos, informação velha se identifica com segunda menção de uma entidade, ao passo que informação nova dá entrada no texto no momento da sua enunciação.

As abordagens cognitiva e textual se equivalem apenas parcialmente. Assim, por exemplo, uma entidade nova do ponto de vista do ouvinte é necessariamente nova no texto. O contrário não é, no entanto, verdadeiro. Uma entidade nova no texto pode ser velha do ponto de vista do que já está ativado na mente do ouvinte. O que não torna as duas abordagens incompatíveis.

As diversas propostas de categorização do *status* informacional de idéias/conceitos/referentes codificados em sintagmas nominais culminam na formulação de um princípio funcional segundo o qual, em situações não marcadas, informação velha precede informação nova (Halliday, 1985; Chafe, 1976, 1987). Esse princípio subjaz a diversos fenômenos de ordenação de sintagmas, deslocamentos de constituintes, pronominalização, supressão, topicalização. No que tange à questão da ordenação, o princípio de distribuição de informação associa a posição inicial com unidades lingüísticas que carregam informação velha e a segunda posição com elementos que carregam informação nova.

Bidirecionalidade das cláusulas e sintagmas preposicionais causais

No português oral, os sintagmas preposicionais causais e as orações denominadas causais admitem posição variável, podendo antepor-

se ou pospor-se à consequência com que estão relacionadas. Haja vista os exemplos a seguir:

ANTEPOSIÇÃO

- (1) *Por causa da gravidez dela* eu parei de estudar.
(2) Eu precisei desse dinheiro pra comprar material então vim aqui.

POSPOSIÇÃO

- (3) Eu costumo fazer bolo por causa das crianças lá em casa.
(4) A maioria da classe média sem dúvida alguma come em casa porque os restaurantes são proibitivos.

Do ponto de vista da ordenação, são paralelos os exemplos 1 e 3, por um lado, e 2 e 4, por outro. Nos enunciados causais 1 e 3, tem-se um esquema causa-efeito e, nos enunciados 2 e 4, um esquema efeito-causa.

Antes de passar ao ponto que me interessa, algumas explicações se fazem necessárias. A primeira delas se refere à acepção com que é empregada a palavra *causa*. Esse termo está sendo utilizado em sentido mais amplo, recobrando sob a denominação de causal relações outras como as de explicação, justificativa, evidência. São analisados conjuntamente exemplos do que Anscombe (1984) denominou de explicitação do elo de causalidade e de exploração do elo de causalidade, ou seja, a relação argumento/conclusão. Essa opção, discutível, sem dúvida, se justifica pelo próprio recorte deste estudo: causa, explicação, justificativa, todas elas admitem flexibilidade de ordenação.

Um segundo esclarecimento se refere aos dados que serviram de base para a verificação da hipótese colocada inicialmente. Sob a denominação de sintagmas preposicionais causais, estão incluídas, além da locução por causa de, a mais claramente associada à idéia de causa, outros sintagmas que têm por núcleo a preposição por e outras (devido a, com, de) possibilidades ilustradas a seguir.

- (5) E eu, infelizmente, por uma série de circunstâncias, ou certo, ou errado, eu num sei, tá entendendo? eu procurei fazer minha vida de uma maneira e a minha vida foi pro outro lado.
(6) Agora, devido a igreja, eu, as vez, eu num estou em casa...
(7) E, atualmente, com essa mistura de alcool a gasolina, diafragma não aguenta mesmo.
(8) Eu acho que contra a China eles perderam de pura bobeira.

O rótulo cláusulas causais, por sua vez, não se restringe unicamente às cláusulas subordinadas introduzidas pelo conector *porque*. Consideramos a relação de causalidade em termos estritamente semânticos, admitindo que ela pode se realizar sob diversos aspectos formais: justaposição, coordenação, subordinação. Como já tivemos oportunidade de mostrar (Paiva, 1992), no discurso oral, a anteposição ou a posposição de uma cláusula causal corresponde, via de regra, a diferentes estruturas sintáticas e a diferentes conectores. A anteposição se dá, mais freqüentemente, através da coordenação (conectores então, aí, por isso), e a posposição, através da subordinação (conectores que, porque). Não estamos ignorando, evidentemente, a possibilidade de anteposição de uma cláusula introduzida por porque. Exemplos como (9) são, no entanto, muito escassos na língua falada e colocam problemas de análise bastante particulares.² (Paiva, 1992).

(9) Porque o elevador estava parado, eu descí as escadas.

Finalmente, requer explicação a análise de *status* informacional de cláusulas, uma vez que conceitos como velho/novo/inferível parecem ser categorias de análise restritas a sintagmas nominais. Uma extensão dessas categorias para o nível da cláusula é proposta por Chafe (1984), ao analisar as diversas possibilidades de realização de algumas cláusulas adverbiais. Examinando as formas de conexão dessas cláusulas, o autor verifica que a sua flexibilidade de posição está diretamente associada ao seu *status* informacional. Conclui ainda que, nos períodos compostos, com cláusulas ligadas entonacionalmente, a progressão da informação se dá no sentido de velho para novo, ou, nos termos do autor, de familiar para não-familiar. De forma menos explícita, a possibilidade de analisar o *status* informacional das cláusulas como um todo aparece em outros autores (Givon, 1987; Van Dijk, 1984).

Admitindo essa possibilidade de extensão das categorias de *status* informacional para o nível do período, faz sentido comparar a flexibilidade na ordenação de sintagmas preposicionais causais e a ordenação de cláusulas causais sob o prisma do princípio de distribuição de informação. O pressuposto subjacente, tese central deste artigo, é o de que o princípio de distribuição de informação atua de forma semelhante sobre os dois fenômenos de ordenação, sendo, portanto, independente do nível sintático.

2 Os dados analisados neste artigo foram coletados em duas amostras de fala carioca: a Amostra Censo da Variação Linguística no Rio de Janeiro e numa parte da Amostra NURC-RJ.

Verificando a hipótese

Adotei na classificação do *status* informacional tanto dos sintagmas preposicionais causais quanto das cláusulas causais um critério exclusivamente textual. O discurso do falante é tomado como quadro de referência para a definição do grau de informatividade dos segmentos causais. Embora não esteja isento de problemas, esse procedimento implica uma dose menor de interpretação das reais intenções do falante na construção do discurso.

Informação nova se identifica com informação não mencionada e não inferível do discurso anterior à ocorrência de um segmento causal (sintagma preposicional causal ou oração causal); e velho se identifica com informação já mencionada no discurso anterior ao segmento causal. Uma terceira possibilidade é a de que a informação, embora não explicitamente mencionada no discurso anterior, possa ser inferida deste.

A título de exemplificação, tomemos o seguinte dado com sintagma preposicional causal:

- (10) pretendo tocar o barco prá frente nos estudo, né? Mas tive que interromper um pouco por causa da gravidez da minha mulher. (Dav., 42)

Tanto a informação contida na locução causal (por causa da gravidez da minha mulher) quanto a informação transmitida pela consequência dão entrada no discurso no momento em que o falante apresenta a relação causal entre “interromper os estudos” e “a gravidez da mulher”. Os dois segmentos do enunciado codificam, segundo a perspectiva adotada, informação nova, não mencionada no discurso anterior.

O falante prossegue seu discurso percorrendo sobre o fato de ter interrompido seus estudos e, um pouco à frente, retoma a relação causal citada em (10), agora sob a forma (11).

- (11) E esse ano eu não pude estudar. Por causa da gravidez dela, eu tive que parar.

Do ponto de vista da relação causal tudo é velho: tanto a causa como a consequência já foram mencionadas no discurso anterior e são apenas retomadas pelo falante.

O enunciado (12) ilustra a possibilidade de uma cláusula causal ser inferida do discurso anterior.

- (12) Eu tenho uma vontade doida de ir no Canecão. Ah, mas doida. Perdi o Roberto Carlos. Agora, a segunda vez também perdi *porque não tinha quem ficasse com ela*.

Em vários pontos do discurso anterior à seqüência focalizada em (12), a falante menciona os empecilhos que coloca uma filha pequena e o fato de que não possui empregada, não deixa a filha sozinha com os irmãos maiores e a sua mãe mora muito longe. Todas essas informações autorizam a inferência de que o fato de ter perdido o *show* de Roberto Carlos no Canecão é apenas a aplicação de uma situação mais geral, no caso, não ter quem fique com a menina.

A análise do *status* informacional foi feita em duas dimensões:

- a) considerando o *status* informacional do segmento causal separadamente;
- b) considerando a relação de *status* informacional entre o segmento causal e o segmento conseqüência. Essa segunda dimensão de análise busca verificar a relevância do princípio que prevê a forma de progressão da informação no discurso.

Os dados foram submetidos ao pacote de programas estatísticos Varbrul com o objetivo de aferir o peso relativo das diferentes categorias de *status* informacional sobre a ordenação de segmentos causais. Os enunciados com sintagmas preposicionais causais e com orações causais foram analisados separadamente, o que, sem dúvida, impõe restrições sobre a interpretação dos resultados estatísticos.

É necessário ressaltar, antes de tudo, que o levantamento estatístico aponta a posposição do segmento causal como a ordem não-marcada, no discurso oral, tanto para as cláusulas causais quanto para os sintagmas preposicionais causais. Apenas (20,21%) das 2.216 cláusulas causais analisadas e (19%) dos 229 sintagmas preposicionais analisados são antepostos à conseqüência. Diante dessa maciça predominância da posposição do segmento causal, optei por analisar a forma marcada de ordenação, ou seja, a anteposição do segmento causal.

As Tabelas 1 e 2 reúnem os resultados para anteposição de orações e sintagmas preposicionais causais. Os resultados da Tabela 1 se referem a *status* informacional do segmento causal e os da Tabela 2, à interação entre *status* informacional da causa e da conseqüência.

Os resultados estatísticos da Tabela 1 tornam evidente a diferença de comportamento entre cláusulas e sintagmas preposicionais causais. Tomando apenas os resultados da coluna de cláusulas, a configuração das probabilidades mostra que a anteposição da cláusula causal está associada à categoria informacional desta: são preferencialmente antepostas (62) as cláusulas que codificam uma informação já mencionada no contexto discursivo anterior. As causas que apresentam uma informação não mencionada anteriormente (nova) tendem a ser pospostas à conseqüência.

Tabela 1 – Anteposição e *status* informacional do segmento causal

	Cláusulas			Sintagmas prep.		
Causa nova	304/1615	18,82%	,40	22/99	22,00%	,52
Causa inf.	69/358	19,27%	,48	6/36	17,00%	,51
Causa velha	75/243	0,86%	,62	16/94	17,00%	,47
Total	2216			229		

Tabela 2 – Anteposição e interação informacional entre causa e consequência³

			Cláusulas			Sintag. prep.		
	ca.	ef.						
Menção	-	+	286/1023	27,79%	,34	2/50	4,00%	,22
	+	-	143/191	74,87%	,70	49/61	89,32%	,74
	+	+	35/52	67,31%	,52	25/39	64,10%	,58
	-	-	328/592	55,40%	,44	8/49	36,32%	,46

A categoria dos inferíveis apresenta um comportamento similar ao dos segmentos causais novos. Há indicações de que qualquer informação não explicitamente mencionada pelo falante no seu próprio discurso é por ele tratada como nova.

Essa correlação entre *status* informacional e ordenação de cláusulas corrobora conclusões de outras pesquisas que procuram encontrar no discurso as explicações para a ordenação de cláusulas no período (Chafe, 1984; Thompson, 1985; Ramsay, 1987; Ford & Thompson, 1986; Ford, 1988; Paiva, 1992; Braga et al., 1994). Ressalta nessas diversas análises a dicotomia funcional entre cláusulas antepostas e cláusulas pospostas, principalmente no que se refere às adverbiais. As primeiras, cláusulas antepostas, possuem uma função coesiva saliente, estabelecendo a ligação entre um determinado ponto do discurso e o discurso precedente.

Os resultados para os sintagmas preposicionais causais contradizem as expectativas iniciais. Pelas estatísticas da Tabela 1, o *status* in-

3 A diferença no total da dados das Tabelas 1 e 2 se deve ao fato de que, na Tabela 2, considerei apenas as categorias novo e velho, excluindo os dados de inferíveis.

formacional do sintagma preposicional não possui efeito significativo sobre a ordenação desse constituinte.

A comparação das duas colunas da Tabela 1 coloca problemas para a hipótese de isomorfismo entre período simples e período composto. A irrelevância de categoria informacional para a ordenação dos sintagmas preposicionais causais poderia invalidar a hipótese inicial e indicar que fenômenos de ordenação em níveis distintos sofrem restrições particulares. Tal atitude me parece, porém, precipitada, em face dos resultados obtidos para a segunda dimensão de análise de *status* informacional.

Os resultados dessa análise que considera o fluxo informacional no interior do enunciado causal estão sumarizados na Tabela 2. Revela-se nos resultados uma simetria interessante entre períodos compostos por cláusulas causais e períodos simples com locuções preposicionais causais. Nos dois níveis, transparece a mesma correlação entre posição do segmento causal e fluxo informacional. Um segmento causal não mencionado anteriormente ligado a um segmento consequência já mencionado no discurso anterior é mais freqüentemente posposto. A anteposição, ao contrário, é predominante no contexto em que um segmento causal já mencionado (velho) se liga a um segmento consequência não mencionado (novo). Essa tendência independe da forma sintática do segmento causal: cláusula ou sintagma preposicional. A simetria da Tabela 2 pode ser visualizada no Gráfico 1, em que, no eixo horizontal, estão opostas as duas possibilidades de fluxo informacional: novo/velho e velho/novo.

O Gráfico 1 permite a conclusão de que o princípio de distribuição de informação atua, de forma relevante, sobre a ordenação do segmento causal, seja ele um sintagma preposicional causal ou uma cláusula causal. O enunciado causal parte de um *background* comum e progride para o acréscimo de novas informações. Tanto no período simples quanto no período composto, a anteposição do segmento causal é um recurso que permite a coesão discursiva. Do ponto de vista da distribuição de informação, os dois tipos de enunciados causais são isomórficos.

Deve ser ressaltada também a interdependência informacional entre os dois segmentos causa e consequência, principalmente nos enunciados constituídos por sintagmas preposicionais causais. O *status* informacional de cada um dos segmentos isoladamente parece ser menos relevante para a compreensão da ordenação do que a interação informacional entre causa e consequência. Somente nesse caso transparece nitidamente o isomorfismo entre os dois tipos de enunciados causais e o poder explicativo do princípio de distribuição de informação.

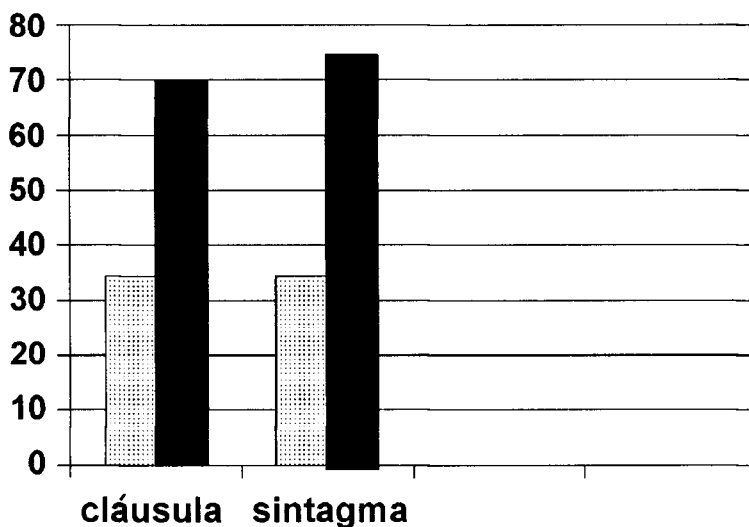


GRÁFICO 1 – Efeito do princípio de distribuição de informação sobre a ordenação de cláusulas e sintagmas preposicionais causais.

Conclusão

A hipótese colocada inicialmente pôde ser confirmada nos dados aqui analisados: tanto a ordenação de sintagmas preposicionais causais, no interior da cláusula, quanto das cláusulas, no interior do período, se submetem às restrições impostas por princípios mais gerais de organização discursiva, no caso específico, o princípio de distribuição de informação. A ordenação mais marcada causa-efeito, na forma de período simples ou de período composto, atende às exigências de manter a coesão discursiva, colocando em primeiro lugar a informação já mencionada. Os enunciados causais estão em harmonia com um princípio mais geral de que a informação velha ocupa a posição à esquerda e a informação nova, a posição à direita.

Essa conclusão é, sem dúvida, pontual, na medida em que repousa na comparação de segmentos em que está envolvida a mesma relação semântica. É possível, entretanto, extrapolar os limites do fenômeno analisado e afirmar uma hipótese mais forte de que os princípios restritivos da ordenação de elementos lingüísticos são mais gerais e indepen-

dentos, atuando sobre unidades de nível sintático distinto. Nesse caso, princípios responsáveis pela ordenação de constituintes na cláusula seriam estendidos para a ordenação de cláusulas no período.

PAIVA, M. C. Informational isomorphism between simple and complex sentences. *Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp, p.127-140, 1997.

- **ABSTRACT:** *This article analyses the effect of the informational flow principle on two forms of expressing causality in oral speech: the subordinate clauses introduced by "porque" ("because") and the prepositional phrase "por causa de" ("because of"). The central hypothesis is that the sequence of segments expressing cause and effect is governed by the same discursive principle, that is, old information precedes new information. Statistical analysis of the informational status of the causal and effect segments confirms the hypothesis.*
- **KEYWORDS:** *Causal relation; order; information.*

Referências bibliográficas

ANSCOMBRE, J. C. La représentation de la notion de cause dans la langue. *Cahiers de Grammaire*, v.8, p.3-53, 1984.

ANSCOMBRE, J. C., ZACCARIA, G. *Fonctionnalisme et pragmatique*. Milão: Edizioni Unicopli, 1989.

BRAGA, M. L. et al. Fluxo informacional e ordenação de cláusulas no português do Brasil. CONGRESSO DA ASSEL, 3, 1993, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFF, 1994. p.139-46.

CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view. In: LY, C. N. (Ed.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976. p.25-55.

_____. The flow of thought and the flow of language. In: GIVÓN, T. (Ed.) *Syntax and Semantics*. New York: Academic Press, 1979. v.12.

_____. How people use adverbial clauses. MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 10, 1984, Berkeley. *Proceedings...* Berkeley, 1984. p.437-50.

_____. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. (Ed.) *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987.

- CHAFE, W. Linking intonational units. In: HAIMAN, J., THOMPSON, S. A. (Ed.) *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1988. p.1-28.
- DANES, F. A Three level approach to syntax. *TRAVAUX LINGUISTIQUES DE PRAGUE*, 1, 1964.
- FIRBAS, J. On defining the theme in functional sentence perspective. *TRAVAUX LINGUISTIQUES DE PRAGUE*, 1, 1964.
- FORD, C. *Grammar in Ordinary Interaction: The Pragmatics of Adverbial Clauses in Conversational English*. Los Angeles, 1988. Dissertation (Ph.D) – University of California.
- FORD, C. E., THOMPSON, S. A. Conditionals in discourse: a text-based study from English. TRAUOGOTT, E. et al. (Ed.) *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p.353-72.
- GIVÓN, T. *Beyond Foreground and Background*. 1987. (Mimeogr.).
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold Publ., 1985.
- MATHESIUŠ, V. *Jazyk, Kultura, a slovesnost* [língua, cultura e literatura]. Praga: Odeon, 1982.
- PAIVA, M. C. A. *Ordenação de cláusulas causais: forma e função*. Rio de Janeiro. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PRINCE, E. On the given: new distinction. *Chicago Linguistic Society*, n.15, 1981.
- _____. The ZPG letter: subjects, definiteness, and information status. In: MANN, W. C., THOMPSON, S. A. (Ed.) *Discourse Description: Diverse Linguistic Analysis of a Fund Raising Text*. Amsterdam: John Benjamins. 1992.
- RAMSAY, V. The functional distribution of preposed and posposed "if" and "when" clauses in written narrative. In: TOMLIN, R. S. (Ed.) *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p.144.
- THOMPSON, S. A. Grammar and written discourse: initial vs final purpose clauses in English. *Text*, v.5, p.55-84, 1985.
- VAN DIJK, T. *Texto y contexto: semántica y pragmática del discurso*. Madrid: Editora Catedra, 1984.

DISCURSO DIRETO E A ONOMATOPÉIA: A MÍMICA VERBAL NA FALA COTIDIANA

Rosália DUTRA¹

- **RESUMO:** Este artigo examina algumas propriedades funcionais e gramaticais daquilo a que a literatura se tem referido como *linguagem expressiva*. Proponho que sentenças completas, ou conjuntos de sentenças, usados como discurso direto, comumente ocorrem na fala coloquial como linguagem expressiva. Uma comparação com o mais expressivo de todos os enunciados – a onomatopéia – mostra que os discursos diretos compartilham com a linguagem onomatopaica propriedades gramaticais e funcionais similares. Quanto ao tratamento teórico, este estudo pretende levantar a questão da intenção em que a língua pode minimizar seu conteúdo proposicional em favor de uma força mais expressiva. Um exame cuidadoso dessa questão pode realmente mostrar que os aspectos proposicional e expressivo da língua necessariamente interagem como forças igualmente importantes na configuração das línguas naturais.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Onomatopéia; discurso direto; língua oral.

1

Um dos objetivos deste trabalho é mostrar que o discurso direto e a onomatopéia não-lexical – isto é, a reprodução de ruídos de vários tipos – são usados na fala cotidiana, mais especificamente em trechos narrativos, como estratégias discursivas responsáveis pela manutenção do fluxo informacional entre seqüências não contíguas no discurso. Essas seqüências podem ocorrer separadas por longos intervalos de texto –

¹ English Department – Faculty of Arts and Science – University of North Texas – UNT – 70.203.

como é tipicamente exemplificado pela onomatopéia não-lexical, ou por menores intervalos de texto – como é o caso de algumas seqüências em discurso direto. Ambas as construções funcionam, todavia, como uma estratégia discursiva de longo alcance no texto oral. Isto é, uma estratégia que opera além de várias unidades oracionais, relacionando e estruturando o discurso de maneira específica.

Este trabalho propõe ainda que se considere os enunciados em discurso direto – sejam eles frases, uma oração ou série de orações – linguagem usada especificamente para ressaltar o lado *expressivo* (Lucy, 1993; Bloomfield, 1958) e não o lado proposicional do enunciado. Propõe-se, assim, que o discurso direto faça parte do conjunto de formas – partículas expletivas, exclamativas, marcadores discursivos de vários tipos, vocativos, contornos entoacionais, qualidade de voz etc... – que caracterizam a linguagem em interação.

Os trechos narrativos aqui apresentados, tanto para o português do Brasil como para o inglês americano, foram retirados de gravações espontâneas, em áudiocassete, de conversação entre duas ou mais pessoas. O uso de exemplos em duas línguas distintas busca mostrar ainda que o fenômeno aqui descrito não se restringe a determinadas línguas como o português ou o inglês, mas ocorre, na realidade, em várias outras línguas (Lucy, 1993).

2

O uso constante do discurso direto na fala cotidiana – isto é, o fato de se estar aparentemente repetindo *ipsis litteris* as palavras de uma outra pessoa para relatar um certo acontecimento – tem levado pesquisadores a concluir que o discurso direto, em oposição ao discurso indireto, é usado de uma maneira geral para tornar mais “real”, mais “vivo”, mais “presente” o acontecido. Em outras palavras, o discurso direto é utilizado para imitar, reproduzir ou demonstrar, e não para descrever (Clark & Gerrig, 1990); para tornar a fala mais efusiva, mais dramática, promovendo, conseqüentemente, maior envolvimento entre os interlocutores (Tannen, 1989; Mayes, 1990); para enriquecer o texto com uma sucessão de vozes distintas (Volosinov, 1973); para apresentar o discurso do ponto de vista do ato a ser relatado, e não do ponto de vista do relato em andamento (Lucy, 1993, p.9-32, 91-125). Outros trabalhos revelam ainda que a informação codificada em discurso direto é tida, em relatos policiais

e tribunais de justiça, por exemplo, como informação mais fidedigna, mais confiável, funcionando como uma espécie de evidência, que requer, portanto, dos jurados, juiz e advogados, atenção especial (Philips, 1986; Mayes, 1990). Em suma, no contexto do resto da fala, o discurso direto se apresenta como uma seqüência bastante marcada, que se sobressai do resto do discurso.

Ligado a esse aspecto marcante do discurso direto está o fato de essa construção ser usada especialmente para ressaltar o lado *expressivo*, em oposição ao lado *proposicional*, da Linguagem, ou seja, aquelas formas e funções do enunciado em questão que não podem ser lexicalizadas (Lucy, 1993; Banfield, 1973). Assim Lucy (1993, p.91-125), por exemplo, observa que em yucatec, língua maia falada no sudeste do México, o discurso direto é usado para codificar certos elementos expletivos, imperativos e diferenças dialetais. Adicionam-se ainda a essa lista expressões formulaicas, contornos entoacionais, qualidade de voz, tempo e ritmo do enunciado, vários tipos de marcadores discursivos que ocorrem tanto no início como no final da citação, bem como certas construções sintáticas que não podem ser convertidas para o discurso indireto sem que se perca parte significativa da mensagem. Dessa forma, o discurso direto também é acionado para codificar aspectos da comunicação que não possuem tradução efetiva correspondente na linguagem proposicional.² Resumindo, a ocorrência dessa construção no discurso resulta da necessidade de se fazer que a mensagem pareça corresponder o mais exatamente possível ao que o falante apresenta como sendo o original,³ tanto por questões funcionais ligadas ao papel do enunciado no discurso quanto por questões ligadas à impossibilidade de se codificar de outra forma certos aspectos expressivos da linguagem em interação.

A Tabela 1 apresenta um resumo das funções normalmente atribuídas a essa construção:⁴

2 Ver discussão apresentada em §3 a seguir.

3 Note-se que o discurso direto não é tanto uma "citação", mas freqüentemente uma "construção" do discurso pelo falante. Por exemplo, o discurso direto é usado freqüentemente para indicar a fala de terceiros (ou do próprio falante) em situações imaginárias, para indicar fatos ocorridos não só no passado, mas também no presente ou no futuro. O discurso direto ocorre ainda na construção de diálogos fictícios envolvendo, por exemplo, animais ou bebês, bem como na descrição de comportamentos não-verbais, como certas reações inesperadas ou exageradas (Tannen, 1989, cap.4).

4 Ver Chafe (1994) para uma ênfase mais cognitiva do fenômeno.

(1)

Tabela 1 – Funções atribuídas ao Discurso Direto em oposição ao Discurso Indireto

Discurso direto	Discurso indireto
Tornar o discurso mais “real”, mais “vivo”	Fornecer informação de suporte
Imitar, reproduzir ou demonstrar	Descrever
Emprestar dramaticidade ao relato	---
Promover maior envolvimento	Promover menor ou não-envolvimento
Polifonia ou sucessão de vozes distintas	Monofonia
Codificar aspectos expressivos da língua	Codificar aspectos proposicionais (isto é, referenciais e predicacionais)
Objetivo/evidenciável	Subjetivo/não evidenciável

Neste trabalho, procuro, no entanto, ressaltar a função coesiva dessa construção na fala cotidiana, argumentando que, tanto o discurso direto como a onomatopéia não-lexical – isto é, seqüências usadas como verbos de ação (por exemplo, “tibum” “mergulhar ou cair dentro d’água”, “creque” quebrar ou partir, “fuuuu” “soprar” etc.) – são estratégias discursivas usadas para direcionar a atenção do ouvinte para certos trechos do discurso. A esse respeito Lucy (1993, p.91-125) observa que o discurso direto é usado em yucatec para “marcar os elementos importantes do enredo e os temas principais da narrativa como um todo”.⁵ Em conseqüência, trechos assim marcados passam a constituir uma unidade discursiva, o que por sua vez permite a manutenção do fluxo informacional entre partes não adjacentes no discurso.

Outras estratégias discursivas de manutenção do fluxo informacional podem ser observadas no âmbito interoracional, por exemplo, quando sintagmas nominais plenos são sistematicamente codificados em certas funções sintáticas, dependendo do papel que virão a desempenhar no resto da fala. As funções de sujeito e objeto, por exemplo, são reservadas a sintagmas nominais ligados, respectivamente, à manutenção ou à introdução de informação no discurso. Da mesma forma, no âmbito oracional, a necessidade de se atribuir a um novo sintagma nominal a função de tópico da oração produz sistematicamente a ocorrência de construções sintáticas, tais como deslocamento para a esquerda,

5 No original “to mark the crucial elements of the plot and the key themes of the narrative as a whole” (Lucy, 1993, p.116).

topicalização e passivização. Partindo, portanto, do princípio de que o discurso direto se apresenta como uma seqüência bastante marcada, responsável pela manutenção do fluxo informacional entre trechos não-contíguos, gostaria de propor a seguinte estratégia discursiva:

- (2) O Discurso Direto (doravante DD) é usado para marcar certas seqüências, geralmente não contíguas, criando uma relação específica de dependência ou complementação entre trechos assim codificados no discurso.

Perguntas e respostas, por exemplo, formam pares complementares ou dependentes. Declarações ou afirmações inesperadas ou surpreendentes que pressupõem uma certa reação do interlocutor se caracterizam, também, como seqüências dependentes ou complementares. Dessa forma, se uma pergunta se apresenta no texto em DD, a eventual resposta a essa pergunta será também codificada em DD. Se uma afirmação inesperada ou surpreendente for codificada em DD, as alterações que se seguem em decorrência dessa afirmação serão igualmente codificadas em DD. A noção de dependência entre partes de um texto será retomada mais adiante, no contexto dos exemplos a serem apresentados. Antes, porém, é necessário examinar a onomatopéia e, em seguida, mostrar que além de desempenharem funções paralelas no discurso, gramaticalmente também essas duas construções apresentam comportamento bastante semelhante.

3

Entende-se por *onomatopéia* o conjunto de palavras cuja pronúncia pretende imitar o som natural dos ruídos produzidos por seres animais ou não.⁶ Sob esse rótulo encontram-se normalmente itens lexicais que refletem vários estágios do processo de lexicalização: itens como “latir”, “tique-taque”, “tíbum”, “au au” e “pum”.

A riqueza e a complexidade desse fenômeno ainda muito pouco estudado são tais que, mesmo aqueles que se ocuparam desse estudo ainda que superficialmente, como Bloomfield (1958), por exemplo, foram levados a propor uma distinção *entre formas imitativas* ou *onomatopai-*

6 Assim, o Novo dicionário da língua portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira define onomatopéia como “Palavra cuja pronúncia imita o som natural da coisa significada (murmúrio, sussurro, ciclo, chiado, mugir, pum, reco-reco, tique-taque...)”.

cas – em português, seqüências como “miau”, “au au”, “có corio có”; e formas simbólicas – seqüências como “zumbido”, “sussurro”, “chacoalhar” etc.⁷ Segundo Bloomfield, formas simbólicas se distinguem de itens lexicais comuns à medida que dão a impressão de “ilustrar o significado da palavra de maneira mais imediata”.⁸ Por outro lado, formas onomatopaicas não significam, mas tipicamente denotam um som ou objeto. Ambas as formas fazem parte de um conjunto maior que Bloomfield denominou de *formas intensivas*.

O contínuo existente entre, de um lado, itens lexicais de origem onomatopaica, os chamados verbos ou vozes imitativas (Almeida, 1964; Cegalla, 1980, tais como “gargare”, “sussurrar”, “chacoalhar” e, de outro, seqüências onomatopaicas como “pum”, “tibum”, “creque” etc. é discutido por Du Bois (1986), para o inglês, num estudo extremamente interessante sobre a semiótica de “cartoons” ou tirinhas e revistas em quadrinhos. Nesse trabalho, Du Bois levanta questões interessantes sobre a natureza de certos fenômenos lingüísticos ao observar como cartunistas manipulam a linguagem em dois espaços cognitivos diferentes: o espaço dentro e o espaço fora do balão.⁹

Dentro do balão é onde se registra a interação verbal cotidiana, dialógica, convencional, gramatical. Nesse âmbito, Du Bois observa, a linguagem se, caracteriza por unidades discretas, finitas, não-reduplicadas, atribuíveis a seres “humanos, portanto volitiva, proposicional, social e locutória. Por outro lado, fora do balão estamos no âmbito da ação ou interação não-verbal: seqüências representando vários tipos de sons, ruídos e vibrações. Algumas já padronizadas, como “zzzz” para indicar uma pessoa ou animal dormindo, outras bastante específicas, como o barulho de uma espada cortando o ar – zzzwhit, outras ainda formadas por linhas em zigue-zague e/ou estrelas, indicando normalmente dor, impacto, vibração ou velocidade. Em suma, tipicamente, fora do balão encontram-se seqüências não-lexicais, parcialmente ou totalmente reduplicadas (por exemplo, “toc toc”, “plim plim”), contínuas (por exemplo “zzzz”, “pliiim”), normalmente de origem não-humana, portanto

7 Os exemplos citados por Bloomfield para o inglês incluem, como formas onomatopaicas, *coo-doodle-doo* (cócorio có), *meow* (miau), e *baa* (bêee), e como formas simbólicas *bump* (encontrar alguém ou algo repentinamente) *bang whack, thwack* (ir de encontro ou bater em algo ou alguém produzindo um certo ruído forte).

8 No original: “*have a connotation of somehow illustrating the meaning more immediately than do ordinary speech forms*” (Bloomfield, 1958, p.156).

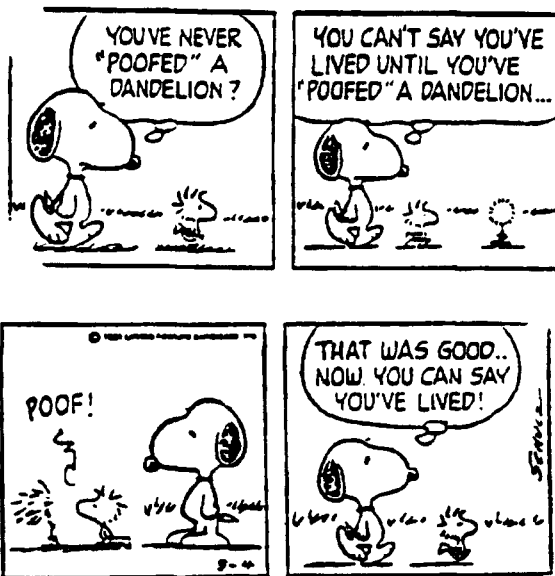
9 Du Bois discute ainda vários outros aspectos da semiótica de histórias em quadrinhos, tais como aspectos representacionais ligados ao tamanho, forma, cor, configuração, graus de simbolismo sonoro etc. das seqüências dentro e fora do balão. Neste trabalho, atendo-me unicamente aos aspectos estruturais e funcionais do fenômeno como por ele apresentados.

não-volitivas, objetivas (isto é "reais"), pois localizadas no mundo físico e não locutórias.

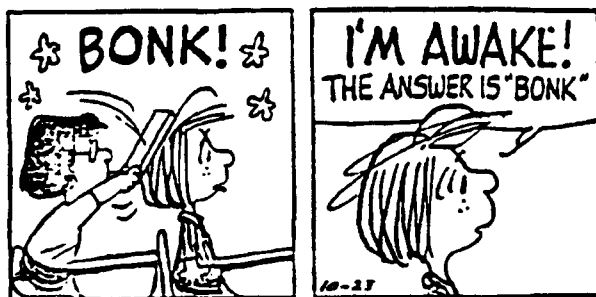
Encontra-se ainda fora do balão uma série de palavras possíveis, que se ajustam ao sistema fonológico da língua, mas que geralmente ainda não se encontram registradas nos dicionários (por exemplo, "creque", barulho ao pisar em alguma coisa que se quebra ou range). O inglês, particularmente, é uma língua bastante rica nesse aspecto, com uma tendência a transformar seqüências onomatopaicas em verbos de ação regulares. Alguns dos exemplos citados por Du Bois para o inglês incluem "bonk" (barulho amortecido de alguma coisa em choque com outra), "boing" (barulho de alguma coisa em choque com outra, indicando certa vibração ou continuidade), "vap" (barulho de alguma coisa em choque com outra sobre uma superfície plana), "splop" (barulho de algo caindo em líquido, ou barulho de algo que, ao cair, se espalha), "thunk" (barulho amortecido de coisas maiores em choque umas com as outras) etc. O estado semilexical dessas onomatopéias pode ser observado ainda na falta de uniformidade dos julgamentos que falantes nativos geralmente apresentam com relação a essas e outras seqüências semelhantes: o que constitui palavra para uns, não constitui palavra para outros. Conseqüentemente, esses falantes apresentam julgamentos diferentes quanto ao fato de essas seqüências constituírem, ou não, entradas lexicais em dicionários da língua. Mesmo aqueles que afirmam que "bonk", por exemplo, é uma palavra, não conseguem afirmar com a mesma certeza se essa palavra já se encontra registrada nos dicionários ou não.

As várias características atribuídas às seqüências dentro e fora do balão podem ser apreciadas mais nitidamente quando o que ocorre dentro é usado fora do balão, e o que ocorre fora é usado dentro do balão. Nesses casos, o que se observa é que a linguagem cotidiana, ao ocorrer fora do balão, passa a nomear ações, adquirindo características tipicamente atribuídas a seqüências onomatopaicas. Seqüências onomatopaicas, por sua vez, ao ocorrerem dentro do balão, se ajustam, em vários graus de integração, ao sistema lingüístico, exibindo comportamento gramatical característico da categoria lexical ou do sintagma em que são incorporadas. Pode-se observar, ainda, segundo os exemplos de Du Bois para o inglês, que as seqüências onomatopaicas com maior chance de ocorrerem dentro do balão são aquelas que constituem palavras possíveis na língua. Seguem-se dois exemplos desse último fenômeno para o inglês, conforme apresentados em Du Bois (1986), ilustrando a ocorrência das seqüências "poof" (soprar com certa intensidade) e "bork" (barulho amortecido de alguma coisa em choque com outra) dentro e fora do balão na mesma tirinha:

(3)



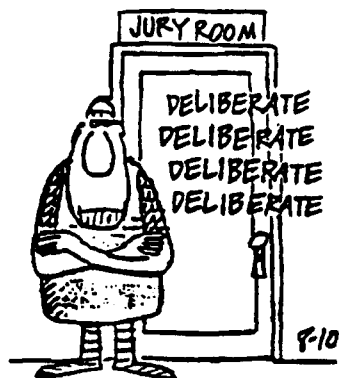
(4)



Dentro do balão acima, as onomatopéias “poof” (soprar com certa intensidade) e “bonk” (barulho amortecido de alguma coisa em choque com outra) ocorrem, em (3), como verbo principal de um tempo verbal composto, com flexão típica de verbos regulares em inglês e, em (4) como complemento do verbo de ligação “be/is” (ser/é).

Freqüentemente também encontram-se fora do balão itens lexicais convencionais, como nos exemplos (5) e (6) a seguir. (Observe-se que, quanto menos onomatopaica é a origem do item lexical, maior é o efeito humorístico).

(5)



(6)



Ao serem usados fora do balão, os itens lexicais dos exemplos acima – “deliberate” (deliberar), em (5), e “cook” (cozinhar), “stir” (mexer panela), “grease” (untar), “stew” (cozer), “peel” (descascar), “bake” (assar), “sauté” (refogar) e “sizzle” (fritar), em (6) – adquirem automática-

mente as características associadas a seqüências onomatopaicas: tomam-se “extra” gramaticais, ou seja, incapazes de exibir suas propriedades lingüísticas convencionais. Por exemplo, a perda da flexão e da possibilidade de se juntarem a outras formas verbais para indicar duração, continuidade ou simultaneidade da ação é suprida nos quadrinhos pela reduplicação do item lexical, e/ou pela variação gráfica atribuída à configuração das letras. Assim, em (5), a reduplicação de “deliberate” (deliberar) indica duração, e, em (6), cabe à disposição e à configuração dos itens lexicais indicar simultaneidade. Nesses exemplos, as palavras são usadas para demonstrar uma ação, em vez de significá-la. A Tabela 2 abaixo apresenta um resumo das propriedades exibidas por seqüências dentro e fora do balão, segundo Du Bois (1986):

(7)

Tabela 2 – Propriedades exibidas por seqüências dentro e fora do balão

	Fora do balão	Dentro do balão
Estrutural	extragramatical (inerte)	gramatical (combinatória)
	não-lexical (criativa)	lexical (convencional)
	contínua	discreta
	sem limites	finita
	reduplicável	não-reduplicável
Funcional	linguagem não-verbal	linguagem verbal
	natural	cultural
	não-humana	humana
	objetiva	ideacional
	não-volitiva	volitiva
	localizada no mundo físico	localizada no mundo social
	não-locutória	locutória

Concluindo, do trabalho de Du Bois é importante ressaltar que o universo físico, objetivo “de fora” e o universo lingüístico-cognitivo “de dentro” são mediados através da linguagem. Isso pode ser observado nos quadrinhos da seguinte forma:

- a) os sons não-verbais do mundo que nos rodeia são retratados por uma série de letras cujos sons resultam em seqüências que se aproximam

em maior ou menor escala das combinações permitidas pelo sistema fonológico da língua em questão. Em outras palavras, os sons não-verbais do mundo que nos rodeia são filtrados através da paleta sonora da língua em questão;

- b) essas seqüências, oriundas do mundo “de fora”, freqüentemente emigram para dentro do balão, passando a constituir linguagem verbal;
- c) itens lexicais regulares, por sua vez, podem ser transformados em sons não-verbais, em linguagem não locutória, quando o cartunista usa o léxico como se fosse onomatopéia, transportando assim o mundo lingüístico para o mundo físico de ações e acontecimentos.

Esse entrecruzamento dos mundos externo, de um lado, e interno, de outro, através da linguagem, é de especial importância não só para o estudo de uma língua no contexto de *cartoons* e histórias em quadrinhos, mas também para o estudo da linguagem expressiva, de uma maneira geral, na fala cotidiana. Da mesma forma que o cartunista importa a onomatopéia para dentro do balão com certa finalidade, também o falante recorre ao uso de seqüências onomatopaicas não-lexicais ou quase-lexicais para organizar e construir o discurso de maneira específica. Nesse sentido, tanto o falante como o cartunista usam a linguagem para explorar e reduzir a fronteira entre o mundo exterior, objetivo, “de fora” e o mundo interior, lingüístico-cognitivo “de dentro”. Os exemplos a seguir ilustram o entrecruzamento de fora para dentro do balão, bem como a semelhança funcional desempenhada por esses dois tipos de linguagem expressiva: a onomatopéia e o discurso direto.

4

Uma comparação entre as funções normalmente atribuídas ao DD, em (1), e as propriedades exibidas por seqüências onomatopaicas, segundo Du Bois (1986), em (7), revela semelhanças interessantes. A mais óbvia é que o uso dessas construções pretende emprestar ao relato em andamento uma característica “realística”, factual, ainda que imitativa, teatral ou representacional. Assim, de um lado, o DD pretende reproduzir ou demonstrar em vez de descrever e, de outro, a onomatopéia nomeia em vez de significar. Outra semelhança entre essas construções é que, em ambas, o discurso passa a ser caracterizado como discurso de outro (ou de algo). Nas palavras de Volosinov (1973), o texto resultante

apresenta uma sucessão de vozes distintas da voz do falante. Em oposição à monofonia, esse aspecto polifônico, por sua vez, tem o efeito de desenfaturar a natureza volitiva do discurso, realçando o aspecto não-volitivo que, em parte, essas construções emprestam ao relato em andamento. Tanto a onomatopéia quanto o DD trabalham ainda o lado expressivo do comportamento verbal: o DD codificando aspectos entoacionais, dialetais e discursivos da linguagem em interação e a onomatopéia, as modulações sonoras dos ruídos e ações assim representados (por exemplo, força, duração, intensidade, velocidade).

Outra semelhança entre, de um lado, a onomatopéia e, de outro, o DD está no comportamento extragramatical que essas duas construções exibem em certos contextos lingüísticos. Conforme observa Du Bois, verbos usados fora do balão não apresentam comportamento gramatical próprio dessa classe de palavras. Essa perda das propriedades gramaticais de uma determinada seqüência lingüística pode também ser verificada com relação ao DD.¹⁰ Acredita-se que o DD admite, de uma maneira geral, uma paráfrase para discurso indireto, daí o rótulo discurso *direto*, em oposição a *indireto*. Nesse sentido, Ross (no prelo) observa que o DD não ocorre em todos os subcontextos sintáticos em que o discurso indireto ocorre. Partindo do pressuposto de que o DD ocorre como complemento pós-verbal de verbos transitivos como “dizer”, “falar” etc. Ross observa que, enquanto a passivização de (8a) e (9a), a seguir, é possível, a passivização de (10a), por sua vez, resulta numa construção agramatical:

- (8a) Os professores disseram muitas coisas nessa reunião.
- (8b) Muitas coisas foram ditas pelos professores nessa reunião.
- (9a) Os professores disseram nessa reunião que não há política educacional no país.
- (9b) Que não há política educacional no país foi dito pelos professores nessa reunião.
- (10a) Os professores disseram “Não há política educacional no país!”.
- (10b) * “Não há política educacional no país!” foi dito pelos professores.

10 Cf. Banfield (1973), Goffman (1981), Ross (1979), para uma discussão de processos sintáticos bloqueados por vários tipos de linguagem expressiva como: formas expletivas, exclamativas, vocativas, reduplicadas, certos marcadores discursivos etc., ou seja, seqüências caracterizadoras da linguagem em interação. A complexidade desse fenômeno merece um estudo mais cuidadoso e detalhado do que o que aqui apresento brevemente.

Outros contextos em que o esperado paralelismo sintático não se verifica incluem:

- *Topicalização*

(11a) Que não há política educacional no país os professores nunca disseram.

(11b) *"Não há política educacional no país!" os professores nunca disseram.

- *Deslocamento para a Esquerda*

(12a) Que não há política educacional no país os professores nunca afirmaram isso.

(12b) *"Não há política educacional no país!" os professores nunca afirmaram isso.

- *Alçamento de Objeto ('Tough' Movement)*

(13a) Que não há política educacional no país foi difícil explicar.

(13b) *"Não há política educacional no país!" foi difícil explicar.

Uma outra regra, que não envolve movimento para o início da oração, é a *Elipse Verbal (Gapping)*. Enquanto a *Elipse Verbal* é possível no contexto de sentenças introduzida pelo marcador oracional "que", ela não é possível ao anteceder construções em DD:

- *Elipse verbal (Gapping)*

(14a) Eu pensei que ele estava doente e ela que ele estava cansado.

(14b) *Eu pensei "Ele tá doente" e ela "Ele tá cansado".

Da mesma forma, quando o complemento de um verbo transitivo é uma expressão onomatopaica, regras como passivização, topicalização e alçamento de objeto são bloqueadas:

- *Passivização*

(15a) O grande relógio da sala marcava "tic-tac, tic-tac".

(15b) *"Tic-tac, tic-tac" era marcado pelo grande relógio da sala.

- *Topicalização*

(16a) O relógio da igreja fez "bong, bing, bong".

(16b) *"Bong, bing, bong" o relógio da igreja fez.

- Alçamento do Objeto

(17a) É difícil imaginar esse menino fazendo “buéé, buéé”.

(17b) *“(Buéé, buéé)” é difícil imaginar esse menino fazendo.

Também a Elipse Verbal apresenta problemas. O símbolo \geq nos exemplos a seguir é usado para indicar que (18) é melhor do que (19), que por sua vez é melhor do que (20). Ou seja, à medida que o complemento que antecede a elipse se torna mais onomatopaico, pior é a oração resultante.

(18) Eu ouvi um grito e ela um barulho estranho do lado de fora da porta. \geq

(19) Eu ouvi um zumbido e ela um miado do lado de fora da porta. \geq

(20) Eu ouvi um “aaai” e ela um “uuui” do lado de fora da porta.

Em conclusão, tanto o DD quanto a onomatopéia apresentam comportamento gramatical que reflete um menor grau de incorporação dessas construções ao sistema lingüístico em questão.

Outra semelhança gramatical entre vários tipos de linguagem expressiva – do DD até onomatopéias lexicais e não-lexicais, passando por um conjunto de várias outras expressões discursivas (cf. nota 10) – é sinalizada em algumas línguas, como yucatec, por exemplo, através de morfologia específica. Em yucatec, conforme observa Lucy (1993), o morfema *ki-* é usado não só para marcar o DD, mas também seqüências não-proposicionais de vários tipos como gritos, sons produzidos por animais e onomatopéias significativas – por exemplo, *aii kih*, usado para indicar o barulho de um prego rinchando. O mesmo morfema *kih*¹¹ ocorre ainda para indicar comportamento não-verbal, como gestos e expressões faciais – assim o falante, por exemplo, produz um determinado gesto e logo a seguir diz *kih* (Lucy, 1993, p.92). Yucatec, portanto, oferece evidência morfológica de que o contínuo entre, o DD direto, de um lado, e, de outro, seqüências onomatopaicas não lexicais pode ser estendido para abranger inclusive gestos.

Dadas as semelhanças funcionais e gramaticais aqui apontadas entre o DD e a onomatopéia, gostaria de revisar a estratégia discursiva proposta em (2) para incluir seqüências onomatopaicas. O termo *mimético* compreende aqui construções em DD e seqüências onomatopaicas:

11 *Kih* é variante de *ki*, e indica terceira pessoa do singular “ele ou ela disse”.

- (21) Expressões miméticas são usadas sistematicamente no discurso para marcar seqüências geralmente não contíguas, criando dessa forma uma relação específica de dependência ou complementação entre trechos assim codificados no discurso.

Em outras palavras, se uma determinada seqüência no discurso for codificada por uma expressão mimética, então o mesmo tipo de expressão mimética será usado subseqüentemente, na codificação de trechos decorrentes ou relacionados à seqüência inicial. Os exemplos que se seguem ilustram a estratégia discursiva proposta em (21), ao mesmo tempo que enfatizam a natureza expressiva do DD ao co-ocorrer com a onomatopéia e mesmo com gestos significativos – exemplo, (22), linha 42 – no discurso oral.¹²

5

Considere (22), a seguir. Nesse trecho, o falante chega ao desfecho da história: um grande beliscão que levou de uma freira, quando ela ainda era adolescente. Como fazia habitualmente, a freira tinha ido à casa de seu pai para pedir doações para o colégio.

(Cada linha numerada na transcrição que se segue corresponde a uma unidade oracional. Os trechos em DD estão em **negrito**. Material entre parênteses () constitui fala ou alguma reação do ouvinte. Material sublinhado indica ênfase. Repetição de vogal indica alongamento da sílaba em que a vogal ocorre.)

(22)

- 1 (...) Ai a madre foi bateu o olho na Santa Ceia assim
- 2 já tinha ganho uma porção de coisa ali/ (Risos)
- 3 cadeira giratóooria/
- 4 cadeira giratória que era do escritório dele
- 5 a mesinha do escritório com a cadeira giratória
- 6 tudo deu pra irmã.
- 7 (...) Ai na hora que ela bateu o olho assim na/ na Santa Ceia
- 8 ela vira pro papai
- 9 e fala assim

12 Não seria de se surpreender, portanto, se o uso sistemático de videocassete na coleta de dados vier a demonstrar uma maior incidência de gestos no contexto da linguagem expressiva, especialmente no contexto do discurso direto.

- 10 **"Ô seu Tenuta//, e essa Santa Ceia?**
11 **O senhor num vai me/ o senhor num vai oferecer pro colégio essa Santa Ceia?"** (Risos)
12 Hora que ela falou assim "Pronto!"
13 Papai falou assim
14 **"Pois não irmã, com muito prazer, eu mando levar pra senhora."**
15 Santa Ceia de mamãe que ele mandou
16 embalar
17 pra mandar pra mamãe.
18 Ele ele falo/ ele num negou pra irmã. (Hum Hum)
19 ele ia dar pra irmã
20 como deu ne?
21 E eu virei pra irmã,
22 eu/ perto do papai falei assim
23 **"Ô irmã/ hu hu a senhora já ganhou tanta coisa aqui (Risos)**
24 **papai já deu muita coisa pra senhora**
25 **já assinou no livro de ouro**
26 **já deu** isso,
27 **já deu** aquilo"
28 enfilerei de coisa
29 que tinha que papai tinha dado nessa hora
30 **"e a senhora ainda quer a Santa Ceia**
31 **que é de mamãe?**
32 **Essa Santa Ceia não.**
33 **Essa Santa Ceia ai vai pra Belo Horizonte.**
34 **Essa Santa Ceia é de mamãe.**
35 **Ela pediu**
36 **pra não deixar.**
37 **Essa Santa Ceia num essa Santa Ceia não pode não,/Sabe?(Humhum)**
38 Papai num falou nada comigo
39 só me olhou assim
40 Ele/ aí ela falou assim
41 **"Não, essa Santa Ceia seu pai já me deu me deu, menina**
42 **Olha aqui"** [gesto de beliscão]
43 torceu meu braço (QUE ISSO? (Risos))
44 Um beliscão duuuro aqui em mim/ torcido
45 falou pra mim assim
46 **"Menina, você/ seu pai num é pão-duro**
47 **você é meia pão-dura, né menina?**
48 **Seu pai num é pão-duro assim como você."**
49 torceu meu braço assim na frente dela
50 que eu dei um grito sabe?/ (Risos)
51 Falei **"Ai meu braço!"**
52 Gritei com ela ainda (Risos)

53 E papai/ na vista/ tudo isso na vista de papai
54 e ele ficou quieto menina
(...)
55 Madre Cirrute/ ela já morreu
56 me deu um beliscão aqui
57 de torcer meu braço.

Observe-se que o DD só ocorre nessa narrativa quando o narrador dá início ao desfecho da história. Depois de ter feito vários pedidos e ganho várias coisas, a freira faz mais um pedido – linhas 10-11 – que o narrador considera abusivo. Tanto o pedido, feito em forma de pergunta, quanto a resposta a esse pedido – linha 14 – são codificados em DD. As alterações que se seguem entre o narrador e a freira, em consequência das linhas 10-11 e 14, ocorrem todas em DD: linhas 23-27, 30-37 protesto do narrador; linhas 41-42, e 46-48 – reação da freira ao protesto e linha 51 reação final do narrador. A complementação ou continuidade entre essa série de orações pode ser observada mais diretamente se eliminarmos a maioria dos trechos não codificados em DD:

(23)

10 (...) “Ô seu Tenuta//, e essa Santa Ceia?
11 **O senhor num vai me/ o senhor num vai oferecer pro colégio essa Santa Ceia?”/ (Risos)**
(...)
14 “Pois não irmã, com muito prazer, eu **mando levar pra senhora.**”
(...)
23 **“Ô irmã/ hu hu a senhora já ganhou tanta coisa aqui** (Riso)
24 **papai já deu muita coisa pra senhora**
25 **já assinou no livro de ouro**
26 **já deu** isso,
27 **já deu** aquilo”
28 enfileirei de coisa
29 que tinha que papai tinha dado nessa hora
30 **“e a senhora ainda quer a Santa Ceia**
31 **que é de mamãe?**
32 **Essa Santa Ceia não.**
33 **Essa Santa Ceia ai vai pra Belo Horizonte.**
34 **Essa Santa Ceia é de mamãe.**
35 **Ela pediu**
36 **pra não deixar.**
37 **Essa Santa Ceia num essa Santa Ceia não pode não,/ Sabe?** (Hum hum)
(...)

- 41 **“Não, essa Santa Ceia seu pai já me deu me deu, menina**
 42 **Olha aqui”** [gesto de beliscão]
 (...)

46 **“Menina, você/ seu pai num é pão-duro**
 47 **você é meia pão-dura, né menina?**
 48 **Seu pai num é pão-duro assim como você”**
 (...)

51 Falei **“Ai meu braço!”**

Observe-se ainda que nas linhas 28 e 29 o narrador interrompe o DD quando o que se segue não é pertinente à seqüência que vinha sendo narrada em DD: nesse trecho não são os objetos em si que são relevantes, mas o fato dela já ter ganho, só naquele momento, várias coisas. A transição gradual de DD para discurso indireto é feita, por sua vez, através do uso do que Tannen (1989) denomina “referentes vagos ou não específicos”, isto é, expressões como isso e/ou aquilo – linhas 26 e 27: “já deu isso, já deu aquilo”- pragmaticamente agramaticais nesse tipo de confrontação face a face. É exatamente através da listagem exaustiva dos objetos doados que o narrador, na realidade, confronta a freira. Nessas situações, o uso de expressões contendo referentes vagos ou não-específicos é evitado por estes não possuírem a força pragmática de uma listagem exaustiva. Assim, Tannen observa que a seguinte seqüência é pragmaticamente impossível em inglês:

(Falante criticando o pai pelo hábito de lhe dar ordens em público.)

He was sending me out to get tools or whatever

Ele ficava me mandando ir lá apanhar ferramentas ou coisas do tipo

→ [imitating father] “Go get this

→ [imitando o pai] “Vai pegar isso

→ and it looks like this and the other”

→ e (isso) parece assim e assado” (apud Tannen 1989, p.118)

Tannen conclui que o uso dessas expressões – “get this” (pegar isso), “looks like this and the other” (parece assim e assado) – não seria suficiente nem mesmo para o próprio pai encontrar os objetos de que precisava, quanto menos a filha.¹³ A ocorrência de isso/aquilo nas linhas 26 e 27 em (22) ou (23), dentro de uma unidade em DD, indica transição gradual para o discurso indireto, transição essa motivada pela necessidade de se reservar o DD para o desfecho ou partes diretamente ligadas ao desfecho da história. Como Lucy observa para as narrativas orais em

13 Isso, por sua vez, reforça o argumento que Tannen desenvolve em seu trabalho, de que o DD não é bem uma citação, mas, em grande parte, uma (re)construção do que foi dito.

yucatec, o DD é reservado: “para marcar os elementos cruciais do enredo e os temas centrais da narrativa...” que vem sendo construída.¹⁴

Observe-se ainda que o falante retoma imediatamente o formato de DD na linha 30 não só por razões de ordem pragmática, mas também por questões sintáticas e prosódicas, que têm a ver com a estrutura e entoação do período iniciado na linha 23. A seqüência (NP) já V (NP) e (NP) ainda V (NP), como em

*a senhora já ganhou tanta coisa aqui (...)
e a senhora ainda quer a Santa Ceia que é de mamãe?*

forma uma unidade com entoação específica marcando as duas metades da construção: entoação ascendente no final do primeiro segmento, indicando continuidade, por exemplo,

a senhora já ganhou tanta coisa aqui

e entoação ascendente, tipo pergunta, no final do segundo segmento, marcando o término do enunciado, por exemplo,

e a senhora ainda quer a Santa Ceia que é de mamãe?

A entoação ascendente e o tom alto de ambas as metades carregam ainda comunicação afetiva de espanto e/ou indignação. Codificar somente a primeira metade dessa seqüência em DD e a segunda metade em discurso indireto seria violar não só a estratégia discursiva proposta em (21), mas também quebrar uma unidade sintática e prosódica. O resultado seria algo como (24), a seguir, em que as linhas 30 e 31, ao serem convertidas para o discurso indireto, perdem sua força coesiva, pois deixam de rimar sintática e prosodicamente com as linhas 23-27.¹⁵

(24)

23 “Ô irmã/ hu hu a senhora já ganhou tanta coisa aqui
24 papai já deu muita coisa pra senhora
25 já assinou no livro de ouro
26 já deu isso,
27 já deu aquilo
28 enfileirei de coisa

14 No original: “to mark the crucial elements of the plot and the key themes of the narrative as a whole” (Lucy, 1993, p.116).

15 É interessante observar que o mesmo acontece ao se tentar traduzir piadas, um registro calcado no DD, para o discurso indireto. Tanto o desfecho da piada como as seqüências que levam a esse desfecho ocorrem normalmente em DD. Perde-se totalmente o humor ao se tentar converter o DD para o discurso indireto nesse registro.

- 29 que tinha que papai tinha dado nessa hora
→ 30 e perguntei se ela ainda queria a Santa Ceia
→ 31 que era de mamãe.

As reações da freira que se seguem à acusação e ao protesto veemente da menina, nas linhas 23-37, são todas codificadas em DD. Note-se ainda que, na impossibilidade de se manter o discurso direto para codificar um comportamento não-verbal como o beliscão da freira, o falante recorre ao uso da mais imitativa das expressões para o desfecho da história: o uso de gestos. O gesto do beliscão é introduzido na linha 42 por uma expressão catafórica apresentadora: "Olha aqui", co-ocorrendo com o DD nas linhas 46-47. A reação de protesto da menina ao beliscão, linha 51, também é codificada em DD, marcando o final da seqüência narrativa que leva ao desfecho da história.

Considere agora um exemplo que ilustra não só o uso do DD segundo a estratégia proposta em (21), mas também o uso do outro tipo de expressão mimética, isto é seqüências onomatopaicas. No trecho a seguir, o narrador conta a estória do que aconteceu a um viajante que tentou convencer seu pai, comerciante incrédulo e cabeçudo, a comprar xícaras de plástico inquebráveis:

(/ indica interrupção abrupta; reticências ... indicam pausa preenchida pela vogal da sílaba anterior. Material entre parênteses () constitui fala ou alguma reação do ouvinte. Onomatopéias e DD em **negrito.**)

(25)

- 1 Ah tem uma outra do papai também na loja/ é...mil mil novecentos é.. mil novecentos e/ quarenta mais ou menos na loja
- 2 quando us/ é é... as mercadorias a maioria delas eram importadas.
- 3 Tuudo até caneca de de de plástico de de baquelite de aquelas boneca de... (Celulóide.) Celuloide.
- 4 Era tudo importado.
(...)
- 11 então o viajante chegou lá
- 12 e...e.. começou a falar assim
- 13 **"Seu Melchs/ eu vou provar ao senhor**
- 14 **que essa xi/ (Risos) xícara não quebra!"**
- 15 O papai **"Ahh/ é ...cês vem com esses negócio de../ invenção americana isso aí**
- 16 **que num quebra o quê!**
- 17 **O o outro viajante que teve aí**
- 18 **eu jo/ joguei o copo no chão**
- 19 **o copo rachou."**

- 20 que era plástico né?
 21 **"Não, mas essa aqui seu Melchs não quebra!**
 22 **O Senhor quer**
 23 **ver?"**
- 24 Pegou a xícara **chaaaa**
 25 tampou no chão
 26 a xícara saiu pulando/no cimento assim
 27 não quebrou.
 28 O o papai olhou
 29 falou assim "Êe!"
 30 **"E o senhor pode botar água fervendo!**
 31 **Arranja uma chaleira**
 32 **e põe água fervendo na xícara**
 33 **que o senhor vai vê**
 34 **se racha!"**
 35 O papai foi lá
 36 mandou a Halaerce/
 37 ir lá na Edith
 38 apanhar uma chaleira de água fervendo né? (Risos)
 39 A (Risos) Halaerce vem com a chaleira de água fervendo
 40 [imitando a Halaerce com voz receosa e amedrontada] **"Aqui Tio Mi-**
quinho aqui aqui a a...água." (Risos)
- 41 Papai botou *chiii*
 42 despejou/a água fervendo na xícara...
 43 **"Uai, nué que o negócio num racha mesmo!?"**
 44 **Mas aqui/ escuta aqui**
 45 **eu posso jogar essa xícara no chão?"**
 46 **"Pode jogar."**
- 47 O papai (Risos) com toda força *piiim*
 → 48 a xícara saiu pulando
 49 não quebrou.
 50 **"Êé. Não./ Me dá aqui."**
 51 Foi lá pra Edith// sabe? (Com a xícara)
 (...)
 56 foi lá pra casa da Edith
 57 e disse
 58 **"Edith me dá uma brasa aí!"** (Risos)
 59 A Edith veio com um toco de (Risos) um toco de lenha... o toco de lenha
 aceso com a brasa
 60 deu pra ele
 61 ele soprou soprou
 62 quando a br/ (Risos) a brasa tava vermelhinha
 63 ele joga dentro da xícara

- 64 e sopra **fuuuu**. (Risos)
 65 E sopra sopra a a brasa na xícara
 66 aí a a xícara queimou.
 (...)
 73 Chegou lá pro viajante
 74 **"Aqui ó! O Senhor falou**
 75 **que num coisa aqui ó!"** (Risos)
 76 O viajante olhou pra dentro da xícara
 77 e virou assim
 78 **"Mas que qui o senhor colocou aqui dentr/ (Risos) Que qui o se-**
nhor colocou aqui dentro da xícara?"
 79 *Aí ele falou*
 80 **"Coloquei uma brasa!"**
 81 *Aí ele falou*
 82 **"O senhor por acaso bebe brasa? (Risos)**
 83 **O senhor é muito ignorante!**
 84 **O senhor é um grandessíssimo ignorante!**
 85 **O senhor bebe brasa?"**
 86 (*Ficou com raiva do papai*)
 (...)
 92 O papai teve de pagar a xícara.

Segundo a estratégia discursiva proposta em (21), se um tipo de expressão mimética, no caso uma seqüência onomatopaica, for usada inicialmente para codificar uma ação (ou evento), então ações semelhantes ou relacionadas também se apresentarão no texto subsequente em forma onomatopaica. Em (25), o narrador recorre sistematicamente à onomatopéia – linhas 24, 41, 47 e 64 – toda vez que o vendedor, ou o pai, tenta destruir a xícara. Primeiro o vendedor tenta quebrar a xícara jogando-a no chão: **chaaaa** linha 24, em seguida o pai tenta rachá-la com água fervendo: **chiii** linha 41. Na linha 47, a xícara é jogada novamente no chão: **piiim** e, finalmente, na linha 64, o pai tenta furar a xícara, soprando uma brasa incandescente: **fuuuu**.

Além disso, observe-se que as onomatopéias marcam o desfecho final de cada segmento em que se tenta quebrar a xícara. Em cada um desses segmentos as onomatopéias são precedidas por uma série de orações em DD que culminam na ação codificada pela onomatopéia. Cada onomatopéia, por sua vez, é recodificada sistematicamente por uma expressão ou item lexical que ocorre, nesse exemplo, imediatamente depois da seqüência onomatopaica, finalizando cada segmento: "tampou no chão" recodifica (chaaa), "despejou" recodifica (chiii), "saiu pulando" recodifica (piiim) e "sopra" recodifica (fuuuu). Repito os tre-

chos relevantes do exemplo acima em (25a), a seguir, para a conveniência do leitor:

(25a)

- Primeiro segmento: O vendedor tenta quebrar a xícara.

13 (...) **"Seu Melchs/ eu vou provar ao senhor**
14 **que essa xi/ (Riso) xícara não quebra!"**
15 O papai **"Ahh/ é ...cês vem com esses negócio de../ invenção americana isso aí**
16 **que num quebra o quê!**
17 **O o outro viajante que teve aí**
18 **eu jo/ joguei o copo no chão**
19 **o copo rachou.**
20 que era plástico né?
21 **"Não, mas essa aqui seu Melchs não quebra!**
22 **O Senhor quer**
23 **ver?"**

- 24 Pegou a xícara **chaaaa**
- 25 tampou no chão
- 26 a xícara saiu pulando/ no cimento assim
- 27 não quebrou.

- Segundo segmento: O pai tenta rachar a xícara.

28 O o papai olhou
29 falou assim **"Ée!"**
30 **"E o senhor pode botar água fervendo!"**
31 **Arranja uma chaleira**
32 **e põe água fervendo na xícara**
33 **que o senhor vai ve**
34 se racha!"
(...)
40 [imitando a Halaerce com voz receosa e amedrontada] **"Aqui Tio Mi-quinho aqui aqui a a a...água."** (Risos)

- 41 Papai botou **chiiii**
- 42 despejou/ a água fervendo na xícara...

- Terceiro segmento: O pai joga a xícara no chão.

43 **"Uai, nué que o negócio num racha mesmo!?"**
44 **Mas aqui/ escuta aqui**
45 **eu posso jogar essa xícara no chão?"**
46 **"Pode jogar."**

→ 47 O papai (Laughter) com toda força **piiiim**

→ 48 a xícara saiu pulando

49 não quebrou.

• Quarto segmento: O pai queima a xícara.

50 "**Éé. Não./ Me dá aqui.**"

(...)

58 "**Edith me dá uma brasa aí!**" (Risos)

59 A Edith veio com um toco de (Risos) um toco de lenha... o toco de lenha aceso com a brasa

(...)

63 ele joga dentro da xícara

→ 64 e sopra **fuuuu**. (Risos)

→ 65 E sopra sopra a a brasa na xícara

66 aí a a xícara queimou.

A mesma sistematicidade no uso de seqüências onomatopaicas pode ser observada também para o inglês. O exemplo a seguir é parte de uma estória na qual o narrador e seu amigo de infância resolvem roubar gasolina dos carros na rua. No trecho transcrito em (26), eles estão sendo perseguidos por um bando de adolescentes:¹⁶

(26)

- | | |
|--|--|
| 1) (...) I was cutting though people's back yard and stuff | 1) (...) Eu tava cortando caminho pelo quintal das casas das pessoas |
| 2) and/ back them days they didn't have too many fences | 2) e/ naquela época ninguém tinha cerca. |
| 3) I cut through one yard | 3) Eu passei por um quintal |
| 4) and in the back it was just pitch-black | 4) e nos fundos do quintal estava um breu de escuro |
| 5) I was moving I was I was moving fast/ | 5) Eu tava correndo eu tava eu tava correndo mutio depressa/ |
| 6) barely touching the ground | 6) quase nem encostando no chão |
| → 7) I lo and behold waaaahhhiiiiing . | 7) E aí não é que waaaahhhiiiiing . |
| 8) I hit a clothesline. | 8) Eu bati num varal de roupa. |
| 9) You can't see them in the back in the people's backyard | 9) Você não consegue ver varal de roupa no fundo de um quintal |

16 Esse exemplo foi retirado de uma gravação feita por Linda Lewis, aluna de graduação da Universidade do Norte do Texas. A ela, meus agradecimentos.

10) it stretched my/ it hit me about the shoulders	10) esticou meu/ bateu na altura do meu ombro
11) stretched around my neck	11) pegou no meu pescoço
12) took my feet right off the ground	12) e me suspendeu tirou meu pé do chão
13) I mean ah that that that clothesline stretched wheeeeing	13) Ah aquele varal esticou wheeeeing
→ 14) when I hit the ground blop!	14) quando eu cai no chão blop!
15) when I sss/ man, dang near broke my neck	15) quando eu/ cara quase quebrou meu pescoço.
16) I was so disoriented	16) Eu fiquei desorientado
(...)	(...)
21) and I heard Mark Pauley my next door neighbor	21) e eu ouvi o Mark Pauley meu vizinho
22) here he come	22) lá vinha ele
23) he was running too	23) correndo também
(...)	(...)
27) Next thing you know	27) De repente
→ 28) I heard wheeeeing	28) eu ouvi wheeeeing
29) I hollered	29) Eu gritei
30) "Mark, Mark, Mark lookout for/ lookout."	30) "Mark, Mark, Mark cuidado com/ cuidado."
31) It was too late.	31) Tarde demais.
→ 32) He hit the ground blommmm! (Risos)	32) Ele caiu no chão blommmm! (Risos)
(...)	(...)
36) and here come these guys from the high schoolers	36) e aí vêm aqueles caras adolescentes do ginásio.
37) They were chasing us.	37) Eles estavam atrás da gente.
38) They were running full speed.	38) Eles estavam correndo a mil.
39) All I heard wheeeeeeeeing .	39) Eu só ouvi wheeeeeeeeing .
40) Boy they/ got them	40) Cara eles/(o varal) pegou eles
→ 41) I heard blaaam!	41) eu só ouvi blaaam!
42) Well, I stayed there for about thirty minutes	42) Bom, eu fiquei ali mais ou menos trinta minutos
43) underneath that fig tree	43) debaixo daquele pé de figo
44) pitch black couldn't see nothing	44) um breu de escuro não via nada
(...)	(...)

Tanto o encontro em velocidade com o varal de roupa – **wheeeeeing** – do narrador, de seu amigo e dos adolescentes que os perseguiam (linhas 7, 28 e 39) quanto os tombos resultantes – **blöp**, **blommm** e **blaaam** (linhas 14, 32 e 41 respectivamente) são codificados por seqüências onomatopaicas. Como no exemplo (25) em português, as onomatopéias no exemplo (26), em inglês, marcam o clímax e o desfecho final de três segmentos narrativos distintos:

a) o encontro – linhas 7 e 13 – e o tombo do narrador – linha 14:

- | | | |
|---|---|---|
| → | 7) I lo and behold waaaahhhhiing . | 7) E aí não é que waaaahhhhiing . |
| | 8) I hit a clothesline. | 8) Eu bati num varal de roupa. |
| | (...) | (...) |
| → | 13) I mean ah that that clothesline s'cretched wheeeeeing | 13) Ah aquele varal esticou wheeeeeing |
| → | 14) when I hit the ground blöp! | 14) quando eu caí no chão blöp! |
| | 15) when I sss/man, dang nearbroke my neck | 15) quando eu/ cara quase quebrou meu pescoço |

b) o encontro – linha 28 – e o tombo do amigo – linha 32:

- | | | |
|---|--|---|
| | (...) | (...) |
| | 27) Next thing you know | 27) De repente |
| → | 28) I heard wheeeeeing | 28) eu ouvi wheeeeeing |
| | 29) I hollered | 29) Eu gritei |
| | 30) "Mark, Mark, Mark lookoutfor/lookout." | 30) "Mark, Mark, Mark cuidado com/ cuidado." |
| | 31) It was too late. | 31) Tarde demais. |
| → | 32) He hit the ground bloomm! (Ris-
sos) | 32) Ele caiu no chão bloomm! (Ris-
sos) |

c) e finalmente o encontro – linha 39 – e o tombo dos adolescentes – linha 41:

- | | | |
|---|---|---|
| | 36) and here come these guys from the high schoolers. | 36) e aí vêm aqueles caras adolescentes do ginásio. |
| | 37) They were chasing us. | 37) Eles estavam atrás da gente. |
| | 38) They were running full speed. | 38) Eles estavam correndo a mil. |
| → | 39) All I heard wheeeeeeing . | 39) Eu só ouvi wheeeeeeing . |
| | 40) Boy they/ got them | 40) Cara eles/ (o varal) pegou eles |
| → | 41) I heard blaaam! | 41) eu só ouvi blaaam! |
| | 42) Well, I stayed there for about thirty minutes | 42) Bom, eu fiquei ali mais ou menos trinta minutos |

A sistematicidade no uso dessas seqüências e a força coesiva que estas exercem nos textos em (25) e (26) podem ser comparadas ao uso sistemático que normalmente se faz de itens lexicais regulares na construção da coesão em um texto. A distribuição e escolha do mesmo item lexical, de itens lexicais semelhantes ou sinônimos e de itens lexicais diferentes são estratégias sem as quais torna-se impossível manter o fluxo informacional entre segmentos não-contíguos num texto. Da mesma forma, o uso sistemático de seqüências onomatopaicas na fala cotidiana – sejam elas seqüências semelhantes como “wheeeeing” e “blop, blommmm e blaaam” em (26), ou distintas, como “chaaa, piiiim, fuuu” em (25) – revela a mesma preocupação em concatenar o discurso de maneira específica. A diferença entre o uso de itens lexicais regulares e o uso de onomatopéias não-lexicais está no fato de esta última constituir, como o discurso direto, uma seqüência marcada, “de fora”, extragramatical. Ou seja, uma seqüência que, além de concatenar e estruturar o discurso, salienta os eventos que constituem o clímax ou desfecho da narração.

6

Este trabalho buscou mostrar que o DD deve ser estudado como parte do conjunto de expressões numa língua usadas para ressaltar o lado *expressivo* e não *proposicional* do enunciado.

Do conjunto de formas que caracterizam a linguagem verbal expressiva, partículas expletivas, exclamativas, marcadores discursivos de vários tipos, vocativos, contornos entoacionais, qualidade de voz, diferenças dialetais etc., a onomatopéia é a mais transparente dessas formas, uma vez que pretende imitar ou ilustrar diretamente, em vez de significar. Essa qualidade ilustradora ou expressiva de seqüências onomatopaicas pode ser observada claramente ao se comparar as seqüências que ocorrem dentro e fora do balão em estórias em quadrinhos. Nesse contexto, fica claro que é perfeitamente possível emprestar a itens lexicais regulares, não-onomatopaicos, a força expressiva de uma onomatopéia. Da mesma forma, é também possível revestir uma oração, ou conjunto de orações, de força expressiva semelhante, ao usá-las em construções em DD. Assim, se a onomatopéia ilustra ou nomeia, em vez de significar, o DD reproduz ou demonstra, em vez de descrever. Ao adquirirem força expressiva, tanto o DD quanto seqüências onomatopaicas perdem, no entanto, em expressão gramatical. Nesses casos, como diria

Du Bois, a linguagem não está necessariamente nem dentro nem fora do balão lingüístico, mas à margem desse sistema.

Quando enunciados lingüísticos são revestidos de características tão curiosas ou peculiares, não é de surpreender que sua ocorrência no discurso constitua uma seqüência marcada. Assim, quando o cartunista usa um item lexical regular fora do balão como onomatopéia não-lexical, esse uso em si tem conseqüências humorísticas. Da mesma forma, quando o falante altera a prosódia e a sintaxe da sua voz para incluir a voz de outos(s), sua fala passa, por definição, a sobressair do resto do discurso. Esse aspecto marcante de seqüências onomatopaicas e de construções em DD permite, por sua vez, que elas desempenhem uma função coesiva de longo alcance no texto, mantendo o fluxo informacional entre trechos não-contíguos, separados, na verdade, por longos intervalos de texto.

A descrição de outras estratégias discursivas de longo alcance em operação no texto oral, a relação que elas possam vir a ter com o lado expressivo da linguagem em interação e, finalmente, as conseqüências, para a gramática de uma língua, da existência de linguagem só parcialmente integrada ao sistema lingüístico são algumas das questões que este trabalho pretende levantar para uma pesquisa futura.

DUTRA, R. The direct speech and the onomatopoeia: the verbal mimic in everyday speech. *Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp., p.141-169, 1997.

- *ABSTRACT: This article examines some functional and grammatical properties of what has been referred to as expressive language in literature. I propose that complete sentences, or sets of sentences, used as direct speech, generally occur in everyday language as expressive language. A comparison with the most expressive of all utterances – namely onomatopoeia – shows that direct speeches share with onomatopoeic language similar grammatical and functional properties. As for the theoretic aspect, this study intends to raise the question related to the extent to which language can minimize its propositional content in favor of a more expressive force. A careful consideration of this question can indeed show that the propositional and the expressive aspects of language necessarily interact as equally important forces in the shaping of natural languages*
- *KEYWORDS: Onomatopoeia; direct speech; oral language.*

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1964.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- MELO, G. C. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- BANFIELD, A. Narrative style and direct and indirect speech. *Foundations of Language*, v.10, n.1, p.1-39, 1973.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Henry Holt and Co., 1958.
- CHAFE, W. *Discourse, Consciousness, and Time*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CLARK, H. H., GERRIG, R. J. Quotations as demonstrations. *Language*, v.66, n.4, p.764-805, 1990.
- DU BOIS, J. W. The pragmatics of marginality: illocutionless language. CARTOON SEMIOTICS. UCLA COLLOQUIUM, April 18, 1986.
- GOFFMAN, E. *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- LUCY, J. A. (Ed.) *Reflexive Language*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1993.
- MAYES, P. Quotation in spoken English. *Studies in Language*, v.14, n.2, p.325-63, 1990.
- PHILIPS, S. U. Reported speech as evidence in an American trial. In: TANNEN, D., ALATIS, J. E. (Ed.) *GURT'85 Language and Linguistics: The Independence of Theory, Data and Application*. Washington: Georgetown University Press, 1986. p.154-70.
- ROSS, J. R. *Search of the Sounder: Paper Presented at the Chicago Linguistic Society*. Parasession on the elements. Chicago, 1979. (Mimeogr.).
- _____. *The Forest Primeval Constraint*. (Em andamento).
- TANNEN, D. *Talking Voices*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- VOLOSINOV, V. N. *Marxism and the Philosophy of Language*. New York: Seminar Press, 1973.

ANÁFORAS EM RELATIVAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Maria Cecilia MOLLICA¹

- RESUMO: Este trabalho, baseado em um banco de dados da língua oral, se centra especificamente em duas funções mais importantes do uso de pronomes anafóricos em orações adjetivas. Em primeiro lugar, aponta a relevância desses elementos como enfatizadores dos elementos da cláusula relativa. Em segundo, mostra como esses pronomes funcionam como um expediente produtivo que torna mais fácil o empacotamento da informação e o processamento das sentenças no fluxo contínuo do discurso.
- PALAVRAS-CHAVE: Pronomes anafóricos; orações adjetivas; traços semânticos.

Objetivos

O português falado na região do Rio de Janeiro vem apresentando variação de uso em construções sintáticas em geral e, em especial, nas cláusulas relativas. A variação de que trato ilustra-se em construções como:

- 1a) Eu conheço um carpinteiro que *ele* trabalha muito bem;
- 2a) Aquele é o rapaz que eu estava falando *dele* ontem.

Estas sentenças são variantes de formas tradicionalmente aceitas pelo padrão culto:

- 1b) Eu conheço um carpinteiro que trabalha muito bem;
- 2b) Aquele é o rapaz de quem eu estava falando ontem.

1 Departamento de Linguística – Faculdade de Letras – UFRJ – 21941-590 – Rio de Janeiro – RJ.

A diferença entre (1a) e (1b) e entre (2a) e (2b) se caracteriza pela presença, em sentenças (a), e pela ausência, em sentenças (b), do pronome anafórico, cópia do sintagma nominal antecedente da cláusula encaixada relativizada. Como hipótese, creio que esse elemento correferencializador do SN antecedente é introduzido variavelmente com certo papel relevante e definido do ponto de vista discursivo-pragmático.

O estudo abrange a análise de dados de todas as funções sintáticas que o relativizador exerce na sentença encaixada – sintagma sujeito, sintagma complemento (preposicionado ou não) – e considera a possibilidade que o relativizador tem de apresentar a cópia do SN cabeça da relativa. O quadro varacional pode-se resumir como se segue:

- (3) a O menino que estuda aprende
b O menino que *ele* estuda aprende
- (4) a O livro que eu comprei é bom
b O livro que eu comprei *ele* é bom
- (5) a Os filmes que gostamos são muitos
b Os filmes que gostamos *deles* são muitos

Não se encontra na amostra pesquisada (língua falada semi-espontânea) a forma culta

- c O filme de que gostamos são muitos

O estudo que realizei considera tão-somente as variantes binárias (a) e (b) em 3, 4 e 5, pois (c), em 5, não possui estrutura paralela com cópia. *Os filmes de que gostamos deles são muitos.

Após o meu estudo sobre o assunto (Mollica, 1977, 1981), Tarallo, em 1983, atesta a mesma variação em São Paulo. Segundo Galves (1985), a ocorrência variável do pronome sombra em relativas é um dos marcos diferenciadores entre o português falado no Brasil e o português de Portugal.

Neste texto, tenho o objetivo de demonstrar que a anáfora pronominal nos exemplos em (b) constitui estratégia enfática do sistema do português brasileiro com vistas a focalização de entidades de referentes nominais e à facilitação de processamento sintático. Vou me valer da pesquisa que realizei no trabalho supramencionado que, naquele momento, teve como escopo teórico-metodológico a Teoria da Variação (Labov, 1969), utilizando-me portanto da análise de correlação de variáveis a variantes linguísticas, de base quantitativa.

As variáveis relevantes

A natureza morfo-semântica do SN antecedente da cláusula relativa constitui uma das pistas para a descoberta das variáveis que contextualizam o emprego das anáforas em questão e sua conseqüente funcionalidade na comunicação. SNs de base pronominal não estão sujeitos a processo de anaforização, enquanto os de base nominal submetem-se variavelmente ao processo. Então, (6) não é encontrado, já (7) é plenamente possível no português de hoje.

(6) *Aquele dia eu tava com pressentimento do que *ele* ia acontecê.

(7) Tem um senhor também que *ele* reza a pessoa.

Em (6), a explicação é bastante evidente: a língua não costuma pronominalizar elementos com o mesmo traço categorial, pois seria mera redundância, desprovido de valor funcional.

Database

Os fatores foram testados em estudantes do então MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), considerados como amostra representativa da classe semi-escolarizada da população carioca. Como a incidência da variável em estudo é muito baixa em falantes de maior nível de escolarização, a população mobaralense (composta de analfabetos, praticamente) prestou-se melhor para a investigação.

A amostra pesquisada restringiu-se a quatro indivíduos da amostra global em Competências Básicas do Português (Lemle & Naro, 1977).² Eles foram escolhidos aleatoriamente dentre os vinte utilizados na referida pesquisa, uma vez que a única variável social relevante era o nível de instrução comum a todos e o estudo acerca da anáforas envolvia tão-somente fatores estruturais. São sete entrevistas de duração média de uma hora com cada um dos falantes. Embora apresentassem diferenças entre eles, esses sujeitos se mostraram relevantes, pois apresentaram um número estatisticamente significativo, requisito necessário à testagem dos dados em VARBRUL (Sankoff, 1975).

2 Trata-se de pesquisa realizada com estudantes do MOBREAL do Rio de Janeiro, a fim de comparar a competência linguística constatada na fala de adultos em fase de alfabetização, cujos objetivos restringem-se ao ensino da base indispensável para a compreensão e produção de textos escritos, de dificuldade média.

A importância do nível semântico

Eliminadas as ocorrências categóricas, as características semânticas do SN antecedente apontam na direção das motivações de uso das anáforas, bem como sua posição em relação à fronteira inter-sintagmática. SNs antecedentes de traço (+ humano), (- especificado) e (+ coletivo) reúnem as pré-condições ótimas à emergência das anáforas. Examinem-se os exemplos (9), (10) e (11), em que os referidos traços estão presentes, concomitantemente ou não.

(9) Tenho uma colega que (*ela*) é doidinha por lá.

(10) Ele é um cara que (*ele*) não gosta de nada.

(11) Tem gente que (*eles*) sai até choranu.

A característica (+ humano) inclui também (+ animado), razão por que não é preciso isolar esse traço separadamente. A codificação dos casos de especificação considera a presença de artigos definidos, de pronomes possessivos e de pronomes demonstrativos, para (+ especificado), e de artigos indefinidos, pronomes indefinidos e de vocábulos com idéia indeterminada, tal como *gente*, *pessoa*, *coisa*, para (- especificado). O traço (+ coletivo) imprime-se através de nomes como *gente*, *pessoal* e por meio da marca morfêmica de plural.

Tabela 1 - Características semânticas do SN antecedente

Fatores	%	Prob
- humano	593/662 = 89%	,32
+ humano	602/637 = 94%	,68
- especificado	536/556 = 96%	,65
+ especificado	659/742 = 88%	,35
+ coletivo	445/475 = 95%	,65
- coletivo	740/824 = 98%	,35

Das 1.299 cláusulas utilizadas na pesquisa, um número elevado de 1.195, correspondente a 92%, apresenta ausência da cópia, o que confir-

ma a baixa ocorrência do pronome sombra mesmo em indivíduos como os do universo pesquisado

A constatação estatística de que SNs humanos são favorecedores à emergência do pronome sombra corrobora princípio mais geral das línguas segundo o qual a pronominalização de nomes (+humano) são mais aceitáveis. Admite-se mais a passagem de

(9) Pedro cresceu
para

(10) Ele cresceu
do que de

(11) O bolo cresceu
para

(12) Ele cresceu

Há um total de 90% de SNs pronominalizados (+humano) nas entrevistas analisadas. Trabalhos posteriores como o de Omena (1978), sobre formas variantes com função acusativa, e o de Braga (1986), sobre anáforas em construções de tópico, confirmam a universalidade do princípio, pelo menos no português.

Pelos resultados numéricos, fica também constatado o fato de que o traço (+especificado) inibe o uso da cópia. Sendo o SN antecedente (+esp) marcado semanticamente pelo traço (+referencial), há menos probabilidade de ser copiado, já que o pronome teria a função apenas de enfatizar redundantemente a referencialidade. O SN antecedente não especificado apresenta maior probabilidade de ser copiado, porque neste caso a cópia tem a função precípua de reiterar a referencialidade do antecedente.

O traço (+coletivo) do SN antecedente favorece, conjuntamente com os demais traços anteriormente discutidos, o uso mais frequente da anáfora (Tabela 1). Essa tendência parece corresponder novamente à necessidade ou não de marcar a referencialidade do SN cabeça da cláusula relativa, tornando seu referente mais explícito. Comparem-se as sentenças

(13) Ten uns caras que são malcriado

(14) Lá em casa tinha um rapaz que *ele* ia tocá violão

Na sentença (13), em que o SN antecedente é (+col), não há necessidade de tornar clara a referencialidade do SN antecedente, uma vez que se desejam indiferenciados os sujeitos aos quais se refere; em (14), no entanto, o que se deseja é exatamente tornar o SN mais explícito.

Outra explicação possível para justificar-se a tendência observada do traço (+col.) vir a favorecer o emprego da anáfora pode-se desenvolver no nível do processamento morfológico do pronome cópia. Observe-se então.

- (15) É um pessoal que eu falo.
- (16) É um pessoal que eu falo com *eles*.
- (17) É um pessoal que eu falo com *ele*.

O SN cabeça *pessoal* (que contém idéia plural) deixa dúvidas quanto à codificação da forma gramatical do pronome sombra: sentenças (16) e (17). A língua portuguesa admite ambas as possibilidades, sendo a dubiedade morfológica eliminada quando são preferidas frases do tipo (15), de relativização cortadora, pois não há riscos de erros quanto ao processamento morfológico da cópia.

Função psicolinguística

A anáfora nas relativas, assim como inúmeros outros usos do português oral, acha-se a serviço de estratégias de processamento no nível da memória de curto termo. Para a comprovação dessa afirmação, controlei a relação entre o núcleo cabeça da cláusula e a fronteira inter-sentencial. A variável em jogo distribui os dados em (a), com distância, e em (b), sem distância. Em (a), agrupam-se os enunciados nos quais há elementos intervenientes entre o SN antecedente e o relativizador, sejam eles adjetivos, pronomes possessivos, pausa, pronome indefinido, presença de outra cláusula encaixada, marcadores e outros que tais; em (b), estão reunidos os dados em que não há nenhum elemento entre o SN cabeça e a fronteira inter-clausal. Vejam-se os exemplos.

- (a) Essa é a mulher *dele* (pausa) que *ela* morô com ele.
- (b) Essa moça tem uma filha que tem estudo.

Há outros exemplos tipo (a) que arrola a seguir.

- (c) Tenho uma amiga – *uma madame né* – (pausa) que *ela* é muito amiga minha.
- (d) Ela tinha um médico *certo* (pausa), *tinha um médico dela* (pausa), *justamente*, que tratava dela.
- (e) Ela é uma professora *que*, (pausa) *vou lhe dizer*, *ela* não faz pelo aluno o que ela não pode.

Tabela 2 – Distância do SN antecedente

Fatores	%	Prob
s/dist.	289/369 = 81%	,28
c/dist.	897/931 = 96%	,72

Essa variável mostrou-se particularmente relevante para o caso em exame (conferir os quantitativos na Tabela 2). Admito pelo menos dois motivos que concorram para explicar a tendência de a pronominalização se dar mais nos casos caracterizados como (c/dist.): (a) o primeiro está ligado à questão de processamento do discurso oral: não havendo a cópia, ficam obrigados falante e ouvinte a reter de memória o antecedente, durante todo o tempo de enunciação dos elementos intercalados entre o SN núcleo da matriz e a fronteira inter-sentencial; (b) o segundo se relaciona à intenção de ênfase, patente no uso daqueles elementos intercalados e reforçada, na mesma direção, pela cópia.

Vale lembrar que essa variável se mostrou pertinente em inúmeros trabalhos de variação desenvolvidos sobre o português falado. A título de ilustração, ver Braga (1986), Scherre (1988), Silva (1988), Mollica (1986, 1989, 1995). Presentemente, também, o tamanho de constituintes tem sido discutido pelos funcionalistas à luz do subprincípio da quantidade, decorrente do princípio da iconicidade (Votre, 1992). Em recente trabalho, Braga (1994) aborda o tópico ao discorrer sobre a relação entre sentenças clivadas e a dimensão dos constituintes no português do Brasil.

Conclusões

Os quatro parâmetros testados formam um conjunto complementar condicionador favoravelmente à emergência das anáforas nas relativas. Se a cópia tem a *função* (Givón, 1979) de focalizar o referente do SN antecedente da cláusula relativa, tem maior probabilidade de ocorrer quando esse vier envolvido por ambiente que propicie o seu emprego, a saber: (1) conter traço semântico mais facilmente pronominalizável, segundo tendência natural da língua; (2) ser indefinido para que a anáfora o referencialize de forma mais saliente; (3) ter idéia singular para que o referente seja facilmente diferenciado de um grupo; (4) vir acompanhado

de elementos intervenientes de modo que a cópia surja como papel de facilitador no processamento de curto termo, no nível interno da sentença

Levando em conta os fatores estruturais apontados como relevantes à emergência de anáforas em relativas, acredito ter demonstrado que a propalada linguagem popular, se bem que algumas vezes redundante, é carregada de contraparte semântico-funcional expressiva. Sabe-se que, ao longo do tempo, algumas inovações nas línguas acabam sendo assimiladas pela norma, outras refreadas. No caso das relativas, não se pode descartar a hipótese de previsão de crescente emprego de formas anafóricas tidas como populares, especialmente daquelas que em prestam ao discurso maior expressividade e conseqüente aumento na eficácia comunicativa. Assim, neste texto, mostrei que o processo de pronominalização do SN antecedente nas orações adjetivas é motivado e codifica-se funcional e variavelmente em cadeias de fala (em menor escala), em certo perfil de falante e de estilo sociolinguístico no português do Brasil

MOLLICA, M. C. Anaphora in the relative clause in Brazilian Portuguese. *Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp., p.171-179, 1997.

- **ABSTRACT:** *This paper, based on a spoken database, focuses specifically on two major functions of the usage of anaphorical pronouns in adjective clauses. First, it outlines the relevance of those elements as emphaziers of the relative clausal elements when the NP head has specific semantic features. Second, it shows how those pronouns function as a productive device which makes it easier the information packaging and processing of the sentences in the continuous flow of discourse.*
- **KEYWORDS:** *Anaphoric pronouns; adjective clauses; semantic features.*

Referências bibliográficas

BRAGA, M. L. Construções de tópico de discurso. In: NARO, A. J. *Relatório final FINEP/UFRJ*, Rio de Janeiro, 1986. (Mimeogr.).

_____. A dimensão dos constituintes no português do Brasil. In: MOLLICA, M. C., MOITA LOPES, L. P. *Linguagem, interação e sociedade. Tempo Brasileiro*, n.117, p.27-44, 1994.

- GALVES, C. *Português do Brasil e de Portugal*. Campinas, 1985. (Mimeogr.).
- GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- LABOV, W. Contraction, deletion and inherent variability of the English Copula. In: _____. *Language in the Inner City*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1969.
- LEMLE, M., NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro, 1977. (Relatório final apresentado às instituições Fundação Ford e Movimento de Alfabetização – MOBRAF).
- MOLLICA, M. C. *Estudo da cópia nas construções relativas em português*. Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica.
- _____. La copie dans les constructions relatives en Portugais. In: SANKOFF, D., CEDERGREN, H. (Ed.) *Variation omnibus*. Canadá: Linguistic Research, 1981. p.329-34.
- _____. Os supra-segmentos de fronteira: principais causas e funções. In: MACEDO, A., RONCARATI, C., MOLLICA, C. (Org.) *Varição e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- _____. *Queísmo e dequeísmo no português do Brasil*. Rio de Janeiro, 1989. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. *(De) que falamos?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- OMENA, N. P. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Rio de Janeiro, 1978. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica.
- SANKOFF, D. *VARBRUL version 2*. Montréal: Université de Montréal, 1975.
- SILVA, V. L. P. *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. Rio de Janeiro, 1988. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro, 1988. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- TARALLO, F. L. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Pennsylvania, 1983. Dissertation (Ph.D) – University of Pennsylvania.
- VOTRE, S. *Linguística funcional: teoria e prática*. Québec: Université Laval, 1992.

CONCORDÂNCIA NOMINAL E FUNCIONALISMO¹

Maria Marta Pereira SCHERRE²

- **RESUMO:** Neste trabalho defendemos que a variação na concordância de número no sintagma nominal em português do Brasil não se explica pelo princípio de economia linguística, no sentido de que “quanto mais imprevisível a informação, mais material que a codifique é necessário” (Haiman, 1983, p.802), ou, em outras palavras, “o que é previsível requer menos codificação do que o que não é” (p.807). Apresentamos uma análise de cinco variáveis independentes e concluímos que os elementos flexionais do sintagma nominal apresentam + marcas explícitas de plural se (1) estão em um contexto de mais pluralidade; (2) apresentam mais coesão sintagmática; e (3) apresentam o arquitecção [+saliente]. A partir daí, defendemos que o fenômeno analisado pode ser mais bem explicado por princípios não-informacionais, como o princípio de saliência de Naro, o princípio de coesão de Cornish (1986) e o princípio de processamento com paralelismo (Scherre, 1988a).
- **PALAVRAS-CHAVE:** Concordância nominal; princípios funcionalistas; variação linguística.

Introdução

No português culto do Brasil, os fenômenos de concordância de número plural são considerados obrigatórios e redundantes, uma vez

1 Este texto foi quase todo baseado na análise não-atomística desenvolvida em minha Tese de Doutorado. Todavia, por sugestão das organizadoras deste volume, foram feitos alguns ajustes, o que acarretou novas rodadas, para as quais usamos o pacote Varbrul implementado por Susan Pintzuk (1988). Detalhes sobre o modelo matemático subjacente a esse pacote podem ser encontrados no texto de Sankoff (1988).

2 Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculos – Instituto de Letras – UNB – 70910-900 – Brasília – DF.

que repetem marcas contendo a mesma informação em pontos diversos da cadeia sintagmática. Nos casos gerais, a tradição gramatical brasileira³ prevê o seguinte:

- na concordância dentro do sintagma nominal, colocam-se marcas explícitas de plural em todos os seus elementos flexionáveis quando o núcleo do sintagma for formalmente plural;
- na concordância do predicativo com o sujeito, repetem-se marcas formais de plural em todos os elementos flexionáveis dos predicativos quando o sujeito for formalmente plural; e
- na concordância verbal, colocam-se marcas explícitas de plural no verbo, quando o sujeito for formalmente plural ou quando for composto.

Todavia, pesquisas diversas têm mostrado que, no português falado do Brasil, a concordância de número plural, como ilustram os exemplos a seguir, é um fenômeno de natureza variável, apresentando tanto a preservação das marcas redundantes (variantes explícitas) quanto a perda das marcas redundantes (variantes zero), condicionadas por fatores lingüísticos e não-lingüísticos:⁴

- concordância no sintagma nominal: “suas tias”, “quatro meses”, “doze latinha”, “os cara”, “os meus filhos”, “uns colega meu”, “as boas ações”, “umas casinha bonitinha”, “do meus próprios filho”, “as três coisa mais importante”;
- concordância verbo/sujeito: “eles fazem umas obras lindas”, “as pessoa num pode chegá a um portão”;
- concordância predicativo/sujeito: “eles eram menores”, eles estavam perdidos”, “meus irmãos são legal”, “os vizinho fica doido”.

A perda de marcas redundantes ou a preservação das não-redundantes em fenômenos lingüísticos diversos têm sido normalmente previstas na literatura lingüística à luz de princípios que estabelecem a natureza de codificação da previsibilidade ou imprevisibilidade da informação.

Kiparsky (1972, p. 195), por exemplo, estabelece *condições de distintividade*, afirmando que “há uma tendência para a informação semanticamente relevante ser retida na estrutura superficial”. Na literatura

3 Ali, 1927; Pereira, 1949; Rocha Lima, 1983; Cunha & Cintra, 1985; Almeida, 1992.

4 Amaral, 1920; Marroquim, 1945; Nascentes, 1953; Jeroslow, 1974; Braga & Scherre, 1976; Braga, 1977; Scherre, 1978, 1988, 1991; Ponte, 1979; Nina, 1980; Naro, 1981; Guy, 1981a; Nicolau, 1984; Bortoni-Ricardo, 1985; Rodrigues, 1987; Graciosa, 1991; Dias, 1993; Pereira, 1993.

lingüística variacionista, esta colocação de Kiparsky tem sido denominada de hipótese funcionalista, e uma série de estudos tem sido realizada sob essa óptica, ora buscando, ora apresentando evidências que a fortaleçam (Poplack, 1980a, b, 1981; Guy, 1981a, b; Paredes Silva, 1993; Cameron, 1993).

Fora da literatura variacionista, hipóteses funcionalistas semelhantes também têm sido formuladas. Haiman (1983), por exemplo, afirma que há evidências de que “quanto mais imprevisível for um pedaço de informação, mais codificação ele requer” (p.802) ou, em outras palavras, coloca que o princípio da economia ou a motivação econômica se apóia “na verdade do axioma geralmente aceito de que o que é previsível recebe menos codificação do que o que não é.” (p.807). Também Givón (1991, p.87), ao explicitar o subprincípio da quantidade, inserido por ele no princípio da iconicidade, afirma que “informação menos previsível receberá mais material de codificação” (também Gorsky, 1994, p.41).

Em 1988, discuto em minha tese de doutorado resultados de uma pesquisa sobre a concordância de número no sintagma nominal (SN), apresentando um conjunto significativo de evidências interpretadas como *contra-funcionais*, no sentido estabelecido anteriormente, contrapondo-as a uma série de outras colocações sobre o mesmo tema, inclusive às minhas próprias de 1978, por ocasião de minha dissertação de mestrado. Na exata ocasião da defesa de meu doutorado, o saudoso colega Fernando Tarallo, então membro da banca, passou às minhas mãos um texto de Labov, publicado em 1987 sob o título de “The overestimation of functionalism”, que também apresentava uma série de evidências contra-funcionais na mesma linha. Em 1994, no primeiro volume de sua mais recente obra, *Principles of linguistic change – Internal factors*, Labov retoma o tema no capítulo 19 – “The functional character of change” –, apresentando uma versão ampliada de seu artigo de 1987, ao qual incorpora novas evidências.

Desde 1990, em congressos e em publicações, Naro e eu temos discutido esta questão, e estamos continuando a pesquisa com o intuito de buscar um entendimento global do fenômeno da concordância de número no português do Brasil (Scherre & Naro, 1991, 1992, 1993).

Portanto, dado o interesse que o tema apresenta, considero oportuno retomar alguns resultados de minha tese de doutorado, apresentando ao leitor um conjunto de evidências de que o princípio da economia, no sentido aqui delineado, não dá conta da preservação ou da perda de marcas envolvendo a concordância de número entre os elementos do sintagma nominal (SN) no português do Brasil.

Sobre os dados analisados

Analisei dados de SNs plurais extraídos da fala de 64 falantes do *Corpus Censo* (Silva, no prelo): 48 adultos subdivididos em razão do sexo (24 homens e 24 mulheres), dos anos de escolarização (19 de 1 a 4; 16 de 5 a 8; 13 de 9 a 11) e da faixa etária (16 de 15/25 anos, 15 de 26/49, 17 de 50/71) e 16 não-adultos (7/14 anos) subdivididos em razão do sexo (8 meninos e 8 meninas) e dos anos de escolarização (16 de 1 a 4; 16 de 5 a 8).

Analisei a concordância nominal sob duas perspectivas: uma atomística, em que cada elemento flexionável do SN é uma unidade de análise, e outra não-atomística, em que o SN inteiro é a unidade de análise. Na perspectiva atomística, considerei duas variantes: variante explícita de plural *versus* variante zero de plural, em cada um dos elementos flexionáveis do SN. Na perspectiva não-atomística também considerei duas variantes: SN com todas as variantes explícitas de plural *versus* SN com pelo menos uma variante zero de plural.

Na perspectiva atomística, trabalhei com um total de 13.224 elementos nominais extraídos de um total aproximado de 7.000 sintagmas. Na perspectiva não-atomística, trabalhei com 948 sintagmas de mais de dois elementos dos falantes adultos. O percentual de presença de marcas de plural nos 13.224 é da ordem de 71%. Deste total, 11.083 dados são dos falantes adultos (15/71 anos), com 7.978 com a variante explícita: 72%; e 2.141 são das crianças (7/14 anos), com 1.415 com a variante explícita: 66%. O percentual de SNs de mais de dois elementos com todas as variantes explícitas é, por sua vez, da ordem de 51%.

Discussão das variáveis independentes

Configuração sintagmática do SN

A grande maioria dos pesquisadores que estudaram a concordância nominal em português tem afirmado que, no português falado no Brasil, há uma tendência a se colocar a variante explícita de plural no primeiro elemento do SN e, conseqüentemente, por uma questão de economia, há a tendência a se omiti-la nos demais elementos do SN.

Através de uma análise minuciosa (Scherre 1988a, b e no prelo), considerando também a variável classe gramatical, demonstrei com riqueza de detalhes que a posição linear que o elemento ocupa no SN, como uma variável isolada, não tem a força que se supunha ter. O que há é um jogo complexo de relação entre as classes gramaticais não-nucleares e as nucleares; e das classes nucleares em razão da posição no SN. A análise indicou que a classe gramatical e a posição do elemento no SN não têm efeito independente: as classes nucleares são relativamente sensíveis à posição que ocupam no SN, chegando a apresentar mais variantes explícitas na terceira do que na segunda posição do SN e as classes gramaticais não-nucleares, por sua vez, são mais sensíveis à posição em relação ao núcleo: se à sua esquerda apresentam mais a variante explícita; se à sua direita apresentam mais a variante zero (Naro & Scherre, 1993).

Concluí, portanto, que a influência da variável posição que tradicionalmente se apóia em pressupostos funcionalistas do tipo delineado na introdução deste texto não é tão regular quanto se supunha. No sentido do princípio da economia, a nova forma de analisar os dados tem muito pouco de funcionalista.

Em busca do entendimento da forte influência da posição, da classe gramatical e da relação entre as classes, vistas como uma só variável, busquei uma nova visão do fenômeno, através da análise da variável configuração sintagmática do SN sob a perspectiva não-atomística, que, por ora, envolve apenas os SNs de mais de dois constituintes produzidos pelos falantes adultos. A análise inicial dos dados revelou de imediato contrastes interessantes que podem ser observados nas Tabelas 1 e 2.

A Tabela 1 contém quatro subagrupamentos de configurações sintagmáticas contrastantes entre si. Nessa tabela, focalizo a classe gramatical que ocupa a última posição do SN: um substantivo ou um não-substantivo (adjetivo, possessivo ou um quantificador *todo*). Sistemáticamente, sempre que o SN tiver um substantivo como o seu último constituinte, ele tende a se apresentar com todas as variantes explícitas de plural.

Os três subagrupamentos na Tabela 2, aos pares, mostram ainda que a maior incidência de SNs com todas as variantes explícitas de plural é também função do tipo categorial do primeiro elemento do SN, ou seja, evidenciam também sistematicamente que, se o SN tiver um artigo definido como seu primeiro constituinte, o percentual de marcas se eleva; mas, se tiver uma categoria diferente do artigo definido, este percentual se abaixa.

Tabela 1 – Frequência de SNs com todas as variantes explícitas de plural em função da classe gramatical do elemento que ocupa a última posição no SN

Tipos de configuração	Total de SNs com todas as variantes explícitas	Total de SNs analisados	Percentual de SNs com todas as variantes explícitas
1a) {quant.+art.def.+ subst. } (todas as coisas)	62	78	82%
1b) {art.def.+subst.+ quant. } (as coisa toda)	7	18	39%
2a) {art.def.+poss. subst. } (os meus filhos)	95	136	70%
2b) {poss.+subst.+ quant. ou adj. } (minhas prova todinha)	3	11	27%
2c) {-art.def.+subst.+ poss. } (três colega meu)	2	8	25%
3a) {art.def.+card.+ subst. } (as duas pista)	46	92	50%
3b) {cardinal.+subst.+ adj. } (quatro quarto reservado)	5	23	22%
4a) {+art.def.+adj.+ subst. } (as más patroas)	14	26	54%
4b) {-art.ind.adj.+ subst. } (umas boas palmadas)	19	33	56%
4c) {+art.def.+subst.+ adj. } (as pena bonita)	86	216	40%
5a) {dem.+adj.+ subst. } (esses pequenos trabalhos)	7	14	50%
5b) {dem.+subst.+ adj. } (essas estradas nova)	16	44	36%

Tabela 2 – Frequência de SNs com todas as variantes explícitas de plural em função da classe gramatical do elemento que ocupa a primeira posição no SN

Tipos de configuração	Total de SNs com todas as variantes explícitas	Total de SNs analisados	Percentual de SNs com todas as variantes explícitas
1a) {+ artigo definido +poss.+subst.]} (os meus filhos)	95	136	70%
1b) { poss. +card.+subst.]} (meus dez dias)	6	13	46%
2a) {+ artigo definido +subst.+adj.]} (as pessoas ricas)	45	92	49%
2b) {- art. definido +subst.+adj.]} (umas pessoas ricas/ dois risco verde)	41	124	33%
3a) {+ artigo definido +subst.+quant.]} (os pano todo)	7	18	39%
3b) { poss. ou dem. +subst.+quant.]} (meus filho todo/ esses bairro todo)	15	86	17%

É interessante observar ainda que o tipo de SN que tende a se apresentar com todas as variantes explícitas é o que apresenta a configuração {quant.+art.def.+subst.} (*todas as coisas*), que contém dois ele-

mentos de referência globalizante juntos, altamente definidores: 82% dos SNs desse tipo têm todas as variantes explícitas de plural. É oportuno observar também que todos os falantes de qualquer nível de escolarização apresentam essas estruturas com um índice alto de variantes explícitas: os de 9 a 11 anos de escolarização com 83%; os de 5 a 8 com 81%; e os de 1 a 4 anos com 76%. Em verdade, as diferenças no comportamento linguístico dos falantes com respeito ao fenômeno estudado são mais quantitativas do que qualitativas, principalmente com respeito à influência do tipo sintagmático do SN. A configuração [dem.+subst. +quant.] (*essas coisa toda, aquelas vantagens todas*), que é uma das configurações com menos variantes explícitas, apresenta-se, por sua vez, respectivamente, com os seguintes percentuais de variantes explícitas em todos os elementos: 35%, 13% e 4%, ou seja, apresenta-se com todos os percentuais de concordância baixos, comparativamente aos percentuais da configuração [quant.+art.def.+subst.]. As diferenças internas são função do grau de escolarização do falante e não do tipo sintagmático em jogo.

Os resultados apresentados nas Tabelas 1 e 2 evidenciam que o índice de SNs com todas as variantes explícitas de plural é função da classe gramatical do primeiro e do último constituinte do SN. Generalizando em razão destes dois aspectos, a variável foi categorizada em sete grandes fatores. Os dois últimos fatores buscam também captar a influência da relação composição que se pode estabelecer entre substantivo + adjetivo ou entre substantivo + substantivo. A decisão de colocar esses SNs em fatores separados ocorreu em razão de a própria tradição gramatical brasileira registrar a variante zero de plural no substantivo dos compostos substantivo + substantivo nas situações em que o "segundo ... limita a significação geral do primeiro" (Rocha Lima, 1983, p.78), em casos como *bananas-maçã; canetas-tinteiro*. Interessante se faz notar que, dos apenas três casos compostos com todas as variantes explícitas, dois se iniciam por artigo definido, do total de 10 (20%) ocorrências com esse determinante em primeira posição, e um se inicia por não-artigo definido, de um total de 21 (5%). Observo também que os SNs que não têm um substantivo como núcleo – normalmente recuperável pelo contexto – ficaram também separados dos que terminam em substantivo, objetivando-se assim verificar as semelhanças de comportamento entre esses casos e os demais. Eles perfazem um total de apenas 14 dados e são todos eles iniciados por um artigo definido. A exemplificação e os resultados dos sete fatores propostos podem ser vistos na Tabela 3.

A análise feita permitiu estabelecer as seguintes conclusões (Scherre, 1988a, p.308-10; 1994):

1 A presença de artigo definido ou do quantificador *toda*, na primeira posição do SN, e a presença de substantivo, na última posição do SN, são

duas forças poderosas no sentido de provocarem a presença de todas as variantes explícitas de plural em todos os elementos flexionáveis do SN.

2 A presença de qualquer outra classe gramatical que não seja artigo definido ou quantificador *todo*, na primeira posição do SN, e a presença do adjetivo, do possessivo ou do quantificador *todo*, na última posição do SN, são igualmente duas forças poderosas no sentido de desfavorecerem a presença de SNs com todas as variantes explícitas.

3 O cruzamento das categorias mencionadas em 1 e 2 evidencia um relativo equilíbrio das duas forças: enquanto a diferença entre os fatores mais polarizados é de 0,33 (0,63 versus 0,30), a diferença entre os fatores que cruzam as duas categorias é da ordem de 0,18 (0,59 versus 0,41).

4 A configuração sintagmática com artigo definido seguida de dois adjetivos (14 casos), sem a ocorrência explícita de um núcleo substantivo, comporta-se como a configuração que tem como seu último constituinte um substantivo.

5 A configuração sintagmática composta desfavorece a existência de SNs com todas as variantes zero de plural, mas, na presença de um artigo definindo, o desfavorecimento é ligeiramente menor (0,14) do que na presença de um não-artigo definido (0,09).

Tabela 3 – Influência da configuração sintagmática do SN

Categorias	Total de SNs com todas as variantes explícitas	Total de SNs analisados	Percentual de SNs com todas as variantes explícitas	Peso relativo
[+art.def. ...+subst.]				
[+quant. ...+subst.] (os meus filhos/todos os dias)	261	398	66%	0,63
[-art.def. ...-subst.] (aquelas rendas todas/três colega meu)	57	212	27%	0,30
[-art.def. ...+subst.] (tantas outras famílias/esses trinta dia)	90	166	54%	0,59
[+art.def. ...-subst.] (as danças todas/os camarada meu)	61	128	48%	0,41
[+art.def.+adj.+adj.] (os melhores possíveis/os maiores prejudicado)	12	14	86%	0,74
Composto com art. def. (os piores nomes-feios/os médico-pediatra)	2	10	20%	0,14
Composto sem art. def. (esses médicos-psiquiatra/três banana-prata)	1	20	5%	0,09
Total	484	948	51%	

Os resultados da configuração sintagmática, que constituem em parte uma outra forma de ver a relação entre classe gramatical e posição, trouxeram para a análise um dado novo: a influência do tipo categorial do primeiro elemento do SN. Tendo isso em mente, levantei algumas hipóteses que pudessem explicar a influência da classe e da posição, agora refletida na variável configuração sintagmática.

A primeira delas consiste em pressupor que a quantidade de variantes explícitas de plural presentes no SN é também função do tipo de relação que se estabelece entre os elementos dentro do texto. Os SNs com menos variantes explícitas de plural seriam aqueles claramente redundantes – os que se remetem explicitamente a elementos já presentes no contexto anterior – ou aqueles quase vazios da carga semântica de pluralidade – os que apenas marcam uma continuidade do discurso, exercendo uma função puramente fática. A grande maioria deste tipo de SNs inicia-se por demonstrativos.

Essa hipótese, de base claramente funcionalista na linha do princípio da economia, se fortaleceu pelo fato de eu ter observado inicialmente nos dados que, de 80 SNs de estrutura [demonstrativo+ substantivo+quantificador] (*essas coisa toda/esses homi todo*), 50 eram resumitivos (62%) e, destes 50, apenas cinco (10%) eram totalmente marcados. Por outro lado, de 76 SNs do tipo [quantificador + artigo definido + substantivo] (*todas as coisas*), apenas quatro (5%) eram resumitivos e, destes quatro, dois (50%) eram totalmente marcados. Decidi então propor uma variável denominada *função do SN*.

A outra hipótese levantada, também de base funcionalista, mas num sentido mais lato, diz respeito ao *status* informacional do SN (Prince, 1981; Gorsky, 1985; Naro & Votre, 1986). Uma vez que os SNs com artigo definido apresentam-se mais com todas as variantes explícitas do que os SNs com não-artigo definido, e uma vez que se considera que a informação velha tende a ser veiculada pelos SNs definidos e a informação nova pelos SNs indefinidos, decidi analisar também a influência do *status* informacional do SN, buscando mais uma vez uma interpretação de base funcional para a influência da configuração sintagmática. Se o fenômeno aqui sob análise tiver alguma influência do *status* informacional do SN na direção funcionalista esperada, é de se supor que os SNs que veiculam informação nova exibam mais variantes explícitas de plural do que os que veiculam informação velha.

Observo, todavia, que a influência da forma de embalar a mensagem, que tem muito a ver com a ordem dos elementos na estrutura, num plano sintático-discursivo, está sendo observada para um fenômeno de natureza morfossintática, de forma indireta. Observo também que todos

os SNs analisados têm pelo menos uma marca de plural, nem que seja veiculada pelo numeral. Mesmo assim considerarei importante fazer esse tipo de análise.

Buscando evidências funcionalistas outras, levei também em consideração a possibilidade de haver influência da posição do SN na oração, levantando a hipótese de que sintagmas à esquerda, em posição tópica, pudessem vir com mais todas as variantes explícitas de plural.

A possível influência das variáveis correlacionadas a essas duas últimas hipóteses é de certa forma conflitante (Gorsky, 1994, p.46-7), tendo em vista a expectativa de que os sintagmas à esquerda da oração e os sintagmas que veiculam informação nova apresentem mais variantes explícitas, e a constatação de que as informações novas tendem a vir à direita do verbo (Naro & Votre, 1986, p.469). O suposto conflito, mesmo se observado, poderia ser interpretado nos termos de Du Bois (1984) como evidência de “motivações em competição”.

Se essas variáveis agora focalizadas – função do SN, *status* informacional do SN e localização do SN – tiverem relação estreita com a variável configuração sintagmática e se elas derem conta do porquê de sua influência nítida e marcante, é de esperar que, numa análise que envolve todas elas, a variável configuração não seja considerada como estatisticamente significativa e que o peso relativo de seus fatores seja atribuído aos das outras variáveis sob consideração. Caso contrário, interpreta-se que a variável configuração tem efeito independente de considerações funcionalistas como as aqui explicitadas.

A função do SN

Com base no grau de ligação explícita das idéias dentro de um texto, refletida pela estrutura sintagmática, separei, por um lado, três tipos de sintagma: (1) os que são quase vazios de significado plural, exercendo mais uma função fática – de iniciação, fechamento ou continuidade do discurso; (2) os que estabelecem uma relação inequívoca de retomada resumitiva de estruturas já enunciadas; (3) os que estabelecem uma relação inequívoca de retomada não-resumitiva de estruturas já enunciadas. Esses sintagmas perfazem um total de 89, e 57 deles não exercem nenhuma função sintática, por não se encontrarem sintagmaticamente ligados às orações constitutivas do discurso. As construções a seguir exemplificam essa categorização.

- Hoje, é tudo na base da cruzinha, do... né? (...) Eu já (...) vi... em colégios aí... Já fui apanhá o garoto, essas coisa toda, e o professor tá falando, tá uma bagunça... e gozam o professor ...
- Já saímos de melindrosa, de Pedrita, de... Que mais? Empregadinha. Essas bestera toda.
- Conheço uma pução de praia, sabe? Rio das Ostras, Iguaba, essas praia toda eu já fui em excursão, né?

Todos os demais sintagmas formaram um fator à parte.

Focalizando apenas as percentagens associadas a estes fatores (Tabela 4), pode-se verificar que todos os SNs vazios de significado plural ou de informação claramente redundante desfavorecem a ocorrência de todas as variantes explícitas. Os demais SNs, por sua vez, favorecem mais SNs com todas as variantes explícitas. Todavia, os pesos relativos – que medem o efeito conjunto de todas as variáveis em jogo – não evidenciam a mesma polarização observada nas percentagens e, além disso, a diferença entre os pesos relativos dos dois fatores (0,11) não foi considerada estatisticamente significativa (pesos relativos entre parênteses).

Tabela 4 – Influência da função do SN

Categorias	Total de SNs com todas as variantes explícitas	Total de SNs analisados	Percentual de SNs com todas as variantes explícitas	Peso relativo
SNs fáticos ou de retomada	22	89	25%	(0,40)
Demais casos	462	859	54%	(0,51)
Total	484	948	51%	

Alteração na polarização dos resultados de frequência e pesos relativos indica sobreposição de variáveis. E configuração e função se sobrepõem porque quase todos os SNs fáticos e de retomada têm a configuração [demonstrativo + substantivo + quantificador] (*essas coisa toda*). Como a variável configuração sintagmática continua sendo considerada estatisticamente mais poderosa, os pesos relativos são atribuídos aos fatores da variável configuração e retirados da variável função. Além disso, a variável função apresenta sobreposição com uma outra variável – formalidade do SN (não constante deste texto). Muitos dos SNs

fáticos e de retomada são também informais (53/ 88 = 60%) e a variável formalidade também foi considerada mais significativa estatisticamente, retirando, portanto, o peso que seria atribuído à variável função. Quando a análise estatística se inicia, os dois fatores ora focalizados apresentam pesos relativos polarizados: 0,24 *versus* 0,53, respectivamente; com o cruzamento com a variável configuração, a polarização se reduz em 0,12: são atribuídos os pesos relativos 0,35 e 0,52 para os dois fatores. Com o cruzamento com a variável formalidade do SN, a polarização se reduz um pouco mais, ficando os pesos relativos em 0,40 *versus* 0,51. Todavia, esta diferença de 0,11 – que persiste até o final da análise – não é considerada estatisticamente. O efeito da variável função que se observa nas frequências em direção a uma provável eliminação de redundância é aparente. Em verdade, esse efeito aparente constitui apenas um reflexo do efeito da configuração sintagmática e da formalidade do SN.

Conseqüentemente, refuta-se a primeira hipótese levantada: a variável função não explica parte do forte condicionamento exercido pela configuração sintagmática.⁵

Status informacional do SN

A análise aqui proposta apresenta relação bastante estreita com as categorias de Prince (1981, p.223-55) e as de Gorsky (1985, p.44-7) sobre a forma de embalar a mensagem. Considerarei, portanto, a seguinte categorização: (1) informação nova-(nova não-ancorada, nova ancorada e nova disponível); (2) informação inferível, (3) informação velha e (4) não-entidade.

Como a própria denominação indica, a informação nova não-ancorada é introduzida pela primeira vez no discurso sem nenhuma ân-

5 Lobato (1994) reanalisa alguns resultados de minha pesquisa à luz da teoria de princípios-e-parâmetros de forma bastante interessante, mas diferente do que tenho proposto até o presente momento. Uma das generalizações feitas por Lobato é a de que o que importa com relação a essa variável é se o SN exerce ou não uma função sintática, opondo os SNs fáticos e resumitivos (sem função sintática) às demais categorias (com função sintática). Embora essa hipótese seja bastante tentadora, observo que a variável função do SN só foi considerada estatisticamente significativa na análise atomística dos dados. Como a análise não-atomística por ora envolve um número menor de dados, voltarei a essa discussão quando dispuser da análise não-atomística para todo o conjunto de dados. É também sedutora a hipótese de Lobato a respeito da interpretação da posição dos elementos não nucleares à esquerda ou à direita do núcleo do SN em termos de estrutura de adjunção ou de complementação. Como será visto na conclusão deste texto, a influência da posição à esquerda se verifica em termos sintagmáticos e em termos discursivos. Então, como dar conta de forma integrada desses dois aspectos?

cora, não sendo também previsível no texto, nem disponível e nem inferível, cultural ou situacionalmente. Entre os 948 SNs analisados, só encontrei 29 casos deste tipo. O pequeno número de dados deste tipo é compatível com as colocações de Gorsky (1985, p.83) e Naro & Votre (1986, p.469) de que o SN novo não-ancorado é raro, pois o falante, para manter a coesão do discurso, ou seu alto grau de textualidade, introduz poucas informações totalmente novas. As informações tendem a ser velhas e, se novas, tendem a ser fortemente ancoradas. Braga (1986), em seu trabalho sobre construções tópicas, encontra muitos SNs novos ao analisar a variável *status informacional do referente do SN* mais à esquerda, porque inclui na categoria novos todos os casos denominados de novos não-ancorados, novos ancorados e novos disponíveis (não usados) (p.402), consoante com as idéias expostas no texto de Braga & Silva (1984, p.33) de que

uma lista de referentes novos não usados parece-nos uma solução ingênua ... Sugerimos que a categoria novo não usado seja abandonada e que se utilize apenas a categoria totalmente novo ou, simplesmente, novo com as suas ramificações: ancorado e não ancorado.

Os SNs novos classificados como ancorados perfazem um total de 127 dados e são caracterizados em termos de se apoiarem na pessoa do falante através de pronomes possessivos, ou de virem introduzidos através de outros tipos de âncora como orações relativas e adjuntos adnominais. Esses casos foram assim classificados quando inseridos pela primeira vez no discurso. Caso contrário, classificaram-se ou como inferíveis ou como velhos.

A informação nova disponível (Gorsky, 1985, p.64-6) se caracteriza pelo fato de ser facilmente acessada pelo ouvinte, embora não se trate de informação já mencionada ou inferível do contexto. Esses SNs são depreensíveis do contexto cultural que rodeia o falante e podem vir com artigos definidos sem que haja qualquer estranhamento por parte do ouvinte. Segundo Gorsky (1985, p.66), "entidades deste tipo estão disponíveis no universo espacial e cultural dos participantes do discurso". Em nossa amostra, há um total de 56 casos deste tipo.

Nas passagens a seguir, o leitor encontra sublinhados alguns exemplos categorizados como novos.⁶

6 Sei que esse tipo de classificação não é fácil. As fronteiras entre uma categoria e outra nem sempre são claras. Sabendo disso, procurei ter um cuidado especial nessa classificação. Em meu texto de 1988a, tenho resultados mais detalhados, mas, por sugestão das organizadoras deste volume, reduzi o número de categorias na apresentação deste texto.

- Entrevistador: – E a política por aqui? Falante: (...) – Eu tenho assim uma simpatia por ela. Pela Sandra. Mays eu acho que eu não vô votar nela não. (...) Votá em branco. Acho que é melhor.
- Entrevistador: – Vai dexá em branco também? Falante: – Acho que vô dexá. Se num me derem umas ixplicações muito correta, pra mim ver se intendo um pouquinho, eu dexo (...) em branco.
- Tem pessoas que você se dá melhor do que com otras, né? (...) Agora se é uma cabeça boa, se tem uma visão mais aprofundada dos valores humanos, elas [as filhas] se relacionam perfeitamente, nunca tiveram problemas de relacionamento. Elas chegam a...mesmo a fazer todas as baguncinhas que todo mundo faz normalmente.

A informação inferível se caracteriza por ser dedutível do contexto via raciocínio lógico ou através de elementos morfologicamente explícitos, sem que se faça a repetição ou substituição dos itens léxicos. O caso sublinhado no texto a seguir é um bom exemplo dessa forma de embalar a mensagem:

- Ela [a casa] tem um terraço, tem um terreno aqui por trás, tem goiabeira que me dá umas goiabas bunitas. Num deu esse ano, porque eu fui podá e não sei podá, e estraguei a goiabeira, sabe?

A informação velha, no sentido apenas de velho textual, é a que já foi mencionada no contexto precedente. Exemplificando:

- Essa semana mesmo o Paulo...ganhô e deu pra ele uns pés de coqueiro. (...) Já tinha dado uns três pés pra ele, agora demo mais três. E carambola...

O último fator desta variável é constituído por todos os SNs que são não-entidades. Ele engloba todos os casos do tipo:

- Há uns três anos atrás, nosso barraco...
- Uma cervejinha lá deve tá uns duzentos e cinquenta cruzeiro.
- Ele tinha uns dez a doze quilo na época.
- Eu não sei fazê nada disso nesses... nesses lugar todo, né?

A variável *status* informacional do SN, cujos resultados podem ser vistos na Tabela 5, não foi selecionada como estatisticamente relevante.

A metodologia estatística usada não seleciona os resultados dos pesos relativos apresentados na Tabela 5 porque considera que suas diferenças foram devidas ao acaso, não refletindo uma real distinção nos dados analisados. Então refuta-se também a hipótese de que a forma de embalar a mensagem possa contribuir para a explicação do efeito da variável configuração sintagmática.

Tabela 5 – Influência do *status* informacional do SN

Categorias	Total de SNs com todas as variantes explícitas	Total de SNs analisados	Percentual de SNs com todas as variantes explícitas	Peso relativo
Novo	125	212	59%	(0,52)
Inferível	34	69	44%	(0,46)
Velho	200	451	44%	(0,46)
Não-entidade	125	216	58%	(0,56)
Total	484	948	51%	

Posição do SN na oração

A posição do SN na oração foi também considerada com o objetivo de entender a influência da configuração sintagmática do SN. Subjacente a esta variável encontra-se a hipótese de que os SNs à esquerda da oração, numa posição de tópico (Pontes, 1986, p.16-9, 177-236; 1987, p.11-40; Naro & Votre, 1986, p.454-66), tenderiam a se apresentar com todas as variantes explícitas. Exemplos e resultados podem ser vistos na Tabela 6.

Tabela 6 – Influência da posição do SN na oração

Categorias	Total de SNs com todas as variantes explícitas	Total de SNs analisados	Percentual de SNs com todas as variantes explícitas	Peso relativo
SN à esquerda do verbo (Todas as ruas , né? Pintaram...) (As outras pessoas taca garrafa...)	112	178	63%	0,61
SN à direita do verbo (A gente não consegue levar todas as informações , né) (Pelé teve seus momento bão)	349	712	49%	0,48
Localização indistintiva (Eu devia ter o quê? Uns dezolto anos ...) (Que nem os nosso pai)	23	58	40%	0,43
Total	484	948	51%	

Os resultados dessa variável são consistentes em termos discursivos: os SNs à esquerda, na posição de tópico, são os que mais se apresentam com todas as variantes explícitas de plural. Os da direita e os de posição não definida são os que menos se apresentam com todas as va-

riantes explícitas. Os resultados são interessantes, mas também em nada afetam a variável configuração sintagmática. Ambas as variáveis têm efeito completamente independente, nitidamente explicitado pela análise passo-a-passo, efetuada pelo programa computacional utilizado na análise dos dados.⁷

Portanto, verifiquei que a variável posição do SN na oração, embora relevante, também não constitui explicação para a influência da variável configuração sintagmática. A variável posição, além de não excluir a variável configuração, é a última a ser selecionada entre 12 analisadas e nove selecionadas.⁸

A Pluralidade do Contexto

Analisando os dados da amostra MOBREAL, Guy (1981a) propõe, para a concordância nominal numa abordagem atomística, uma outra variável de base funcionalista no sentido da economia linguística, que diz respeito ao efeito do local da informação adicional de plural. Segundo Guy (p.192-3),

os resultados estão de acordo com a tendência previamente notada neste dialeto [o português dos falantes mobralsenses] de marcar a pluralidade na primeira oportunidade, e então omiti-la em situações subsequentes redundantes. Isto segue no mínimo uma linha funcionalista: há uma taxa baixa de marcas de plural num contexto onde a marca teria uma carga funcional mais baixa.

Com relação a essa variável, testei sua influência na abordagem não-atomística e só obtive resultados estatisticamente significativos quando eliminei, a título de teste, a variável mais significativa da análise dos dados sob essa perspectiva: a pluralidade do contexto (Scherre, 1988a, p.283-301), hoje denominada paralelismo discursivo (Scherre & Naro, 1991, 1993). Nesse caso, o local adicional da informação de plural era sempre a última variável a ser selecionada. Considerando as duas juntas, a variável local adicional da informação de plural nem chegou a ser selecionada como relevante.

7 Para detalhes da análise, ver Scherre (1988a, p.345-7).

8 Na análise não-atomística foram consideradas as seguintes variáveis: 1) pluralidade do contexto (paralelismo discursivo), 2) configuração sintagmática do SN, 3) anos de escolarização do falante, 4) sexo, 5) saliência fônica, 6) grau e formalidade do SN, 7) pluralidade do SN, 8) posição do SN na oração – selecionadas nesta ordem; e 10) definitude do SN, 11) status informacional do SN, 12) faixa etária, 13) função do SN e 14) animacidade do SN, ainda não selecionadas como estatisticamente significativas e também eliminadas, nesta ordem.

Pela análise da pluralidade do contexto na abordagem não-atômica, cheguei à conclusão oposta à de Guy (1981a): um contexto nominal com mais variantes explícitas favorece sintagmas com todas as variantes explícitas, enquanto um contexto nominal sem todas as variantes explícitas desfavorece sintagmas com todas as variantes explícitas, e um contexto misto ou com sintagmas isolados têm efeito intermediário, independentemente dos anos de escolarização dos falantes (Tabela 7).⁹

Tabela 7 – Influência da pluralidade do contexto no nível discursivo

Falantes → Categorias		Todos os falantes	Falantes de 1 a 4 anos de escolarização	Falantes de 5 a 8 anos de escolarização	Falantes de 9 a 11 anos de escolarização
SNs com todas as variantes explícitas antes e ou depois do SN analisado	Freq.	170/220=77%	35/58=60%	55/68=81%	80/93=86%
	Peso relativo	0,72	0,70	0,79	0,64
SNs com pelo menos uma variante zero antes e/ou depois do SN analisado	Freq.	23/112=21%	9/52=17%	9/40=22%	5/19=26%
	Peso relativo	0,27	0,32	0,28	0,18
SNs isolados ou mistura de variantes antes e/ou depois do SN analisado	Freq.	291/616=46%	68/204=33%	91/203=45%	132/311=50%
	Peso relativo	0,46	0,49	0,43	0,47
Total		484/948=51%	112/314=36%	155/311=50%	217/314=69%

Essa influência, vista sob o prisma discursivo, também foi verificada no plano sintagmático (Tabela 8), quando da análise atômica.

No plano sintagmático, cheguei às seguintes conclusões:

1 variantes explícitas na primeira e segunda posições do sintagma favorecem variante explícita na terceira posição (as maiores **privações**/ umas pessoas **ricas**), bem como variantes explícitas na primeira, segunda e terceira posições do sintagma favorecem variante explícita na quarta posição (as partidas todas **iguais**);

2 variante zero na segunda posição tem efeito quase categórico no sentido de favorecer variante zero na terceira posição (umas **borracha grande**/ dois **risco verde**/ as **casa** mais **antiga**/ as **ota menina**), bem

9 Estou apresentando a análise exatamente como feita por mim em 1988a. Posteriormente, Naro e eu reanalisamos essa variável, modificando alguns aspectos, cujos resultados encontram-se em Scherre & Naro (1992). Os resultados de ambas as análises são bastante semelhantes.

como variante zero na terceira posição tem efeito igual para a quarta posição (as perna toda **marcada**/ os piores nome **feio**);

3 mistura de variantes – variante zero e variante explícita, nesta ordem, (do meus **tios**) ou mistura de marcas – variante explícita e numeral ou numeral e variante explícita – (as dez **horas**/ dez **sinhoras** lá **sentada**) tem efeito intermediário sobre a presença de variante explícita de plural;

4 uma só variante explícita precedente (os **meninos**; as **pessoas** ricas) favorece menos a variante explícita seguinte do que duas ou mais variantes explícitas precedentes; seu efeito é semelhante ao efeito da mistura de marcas;

5 o numeral precedente na primeira posição favorece variantes explícitas mais do que a presença de variante explícita precedente nessa mesma posição (seis **anos**; dez **sinhoras** lá sentada).

6 o núcleo semântico mais alto com plural formal (milhares de **coisas**) ou sem plural formal mas seguido de variante explícita (um **grupo de crianças** **abandonadas**) favorece variante explícita seguinte, enquanto o núcleo semântico mais alto sem plural formal (uma **porção de carro**) e/ ou seguido de variante zero (uma **porção de coisa interessante**) desfavorece variante explícita seguinte, contraste semelhante ao verificado entre os *fatores variantes explícitas imediatamente precedentes* (fator 1 da Tabela 8) ou *pelo menos uma variante zero precedente* (fator 2 da Tabela 8).

Em linhas gerais, verifica-se no plano sintagmático a mesma influência observada no plano discursivo: a de que um contexto de mais variantes explícitas favorece mais variantes explícitas e um contexto de variantes zero favorece mais variantes zero.¹⁰

10 Esse efeito no nível discursivo não é específico desse fenômeno e nem específico do português do Brasil. Em 1988, fiz um levantamento de todo o material bibliográfico disponível (Scherre, 1988a, p.378-425) até aquela época. A variável pluralidade do contexto no nível discursivo também é detalhadamente apresentada em 1988a (p.283-301), com farta exemplificação. A variável pluralidade do contexto no plano sintagmático (marcas precedentes) foi toda baseada no trabalho de Poplack (1980a) para o espanhol de Porto Rico e ambos os resultados são muito semelhantes. Na minha tese, faço considerações detalhadas a respeito do trabalho de Poplack e também sobre essa variável que neste texto está sendo sucintamente apresentada. Resta observar que a variante zero na primeira posição favorece categoricamente a variante explícita na segunda posição, mas isso ocorre de forma sistemática numa estrutura específica (artigo + possessivo + substantivo – nas minhas coisas – que envolve interpretações outras (Scherre, 1988a, p.181, 187-9), que não serão abordadas aqui.

Tabela 8 – Influência da pluralidade do contexto no nível sintagmático
(marcas precedentes ao elemento nominal analisado)

Falantes → Categorias		Todos os falantes	Falantes de 1 a 4 anos de escolarização	Falantes de 5 a 8 anos de escolarização	Falantes de 9 a 11 anos de escolarização
1) Variantes explícitas imediatamente precedentes	Freq.	294/418=70%	68/116=59%	96/135=71%	130/167=78%
(as <u>peçoas ricas</u>) (essas estradas <u>nova</u>)	Peso relativo	0,69	0,74	0,71	0,63
2) Pelo menos uma variante zero precedente a partir da primeira posição.	Freq.	14/225=6%	4/98=4%	5/91	5/36=14%
(umas <u>borracha grande</u>) (as <u>perna toda marcada</u>) (as <u>casa mais antiga</u>)	Peso relativo	0,08	0,12	0,06	0,09
3) Mistura de marcas ou de variantes.	Freq.	235/441=53%	55/160=34%	97/164	83/117=71%
(as <u>dez horas</u>) (dez <u>sinhoras lá sentada</u>)	Peso relativo	0,46	0,41	0,52	0,52
4) Uma variante explícita de plural imediatamente precedente	Freq.	2532/4768=53 %	666/1743=38%	938/1742=54%	916/1271=72%
(os <u>meninos/as peçoas ricas</u>)	Peso relativo	0,49	0,50	0,49	0,48
5) Só numeral precedente na primeira posição	Freq.	1032/1787=58 %	295/672=44%	334/716=61%	301/397=76%
(seis <u>anos dez sinhoras lá sentada</u>)	Peso relativo	0,59	0,58	0,60	0,59
6) Núcleo semântico mais alto com plural ou seguido de variante explícita	Freq.	11/17=65%	2/6=33%	3/4=75%	6/7=86%
(milhares de <u>coisas</u>) (um <u>grupo de crianças abandonadas</u>)	Peso relativo	0,67	0,47	0,81	0,83
7) Núcleo semântico mais alto sem plural formal e ou seguido de variante zero	Freq.	82/256=32%	22/99=22%	36/105=34%	24/52=46%
(uma <u>porção de carro</u>) (uma <u>porção de coisa interessante</u>)	Peso relativo	0,31	0,32	30,0	0,26
Total		4200/7912 =53%	1112/2894 =38%	1609/2957 =54%	1465/2047 =72%

As variáveis pluralidade do contexto, no nível sintagmático e discursivo, têm recebido na literatura lingüística pertinente uma denominação mais ampla de paralelismo lingüístico, que, nos termos de Schiffrin (1981, p.55-6), é interpretada como “uma tendência de formas gramati-

cais particulares ocorrerem juntas". Com base no caráter geral desta variável – influencia fenômenos diversos de línguas diversas –, propus em 1988 a incorporação pela lingüística de um outro princípio de natureza externa, denominado princípio do processamento com paralelismo, cuja real natureza ainda está por ser devidamente estabelecida (Scherre, 1988a, p.378-425).

Conclusão

Diante do exposto, verifica-se de forma sistemática que variáveis de natureza informacional, associadas a princípios funcionalistas que buscam dar conta da codificação da previsibilidade ou imprevisibilidade da informação nos termos de economia lingüística, não têm papel de destaque nos fenômenos de concordância de número plural no português do Brasil falado em áreas urbanas. A influência do paralelismo lingüístico no nível sintagmático e no nível discursivo, evidenciando a tendência de formas semelhantes ocorrerem juntas, é claramente contra-funcional no sentido informacional do termo.

Além disso, as variáveis função do SN e *status* informacional do SN, estabelecidas como uma tentativa de buscar interpretação informacional para a influência da variável configuração sintagmática, não se mostraram estatisticamente significativas. Para dar conta da variável configuração, na perspectiva não-atomística, considerei em 1988(a) duas outras hipóteses. Uma delas tem a ver com a presença do traço [+definido] do artigo definido. Esse traço é discursivamente mais saliente e, portanto, coerente com a noção mais ampla de saliência estabelecida por Naro (1981) de que quanto mais saliência mais concordância, quanto menos saliência menos concordância. Na linha dessa interpretação, poder-se-ia também generalizar a influência da posição do SN à esquerda da oração favorecendo a concordância por ser ela uma posição de tópico, e também mais saliente, como estabelece Naro (1981) para a concordância verbal e para a concordância nominal com base em amostras de fala de pessoas semi-escolarizadas.

Buscando mais generalização e procurando integrar a análise atomística com a não-atomística, relembro que a variável configuração é, em parte, uma forma diferente de ver a influência da variável posição, classe e relação entre as classes. Como já coloquei no início deste texto, verifiquei na análise atomística dos dados que os elementos não-nucleares que se encontram à esquerda da núcleo recebem mais marcas explí-

citadas do que os elementos não-nucleares à direita do núcleo. E como o SN que se encontra à esquerda da oração também tende a vir com mais marcas explícitas do que o que se encontra à sua direita ou em posição indistinta, constata-se então a influência da posição, quer em termos discursivos, quer em termos sintagmáticos.

Em verdade, é possível generalizar-se ainda mais a influência da posição. Lemle & Naro (1977), Naro (1981) e todos os outros pesquisadores que analisaram a concordância verbal no português do Brasil concluíram que o sujeito à esquerda do verbo propicia mais variantes explícitas nos verbos correspondentes do que o sujeito à sua direita. A variante de plural zero em verbos com sujeitos à sua direita também já está se manifestando mesmo na escrita-padrão (Scherre, 1993), como ilustram os casos “**Segue abaixo as especificações**”; “**Sairá** das AD's **caravanas** de docentes para participarem deste evento” e “No pagamento de junho **será distribuído** a cada servidor **dois contracheques**”. A ocorrência da variante zero na escrita-padrão se constata igualmente em casos de concordância nominal, não registrados pela tradição gramatical brasileira, quando há alteração de ordem entre os elementos das construções, ficando o controlador da concordância à direita, como também ilustram os dados “...É **exigido** dos candidatos **a comprovação** de que tenham cursado Doutorado nas respectivas áreas, demonstrem experiência e dominem uma língua estrangeira”; “Os empresários consideram **inadequado os critérios adotados** pelo estado para medir a poluição do ar e não querem pagar as multas”; “A Reitoria denuncia e torna **públicas as ameaças**...”.

Resta ainda interpretar o contraste entre as estruturas cujo último constituinte ou é um substantivo ou é um não-substantivo. Em 1988(a), levantei a hipótese de que a diferença de explicitação das marcas de plural em razão da configuração sintagmática dos SNs tem correlação com coesão sintagmática entre os elementos do SN, relacionada à noção de distância estrutural de Cornish (1986, p.187; Scherre, 1988a, p.362-8). Verifiquei que os únicos sintagmas que aceitam elementos entre eles, modificadores ou não, são os que têm como último constituinte a categoria não-substantivo. Não são raros os SNs do tipo *os irmãos **mais** novos, esses políticos **af** chaguistas, aquelas pessoas **assim bem** esquisitinha, as mulheres **ainda muito mais** antiga, as conta **muito** certa, as conta **quase** toda, os documento **dela** todinho*. Todavia, entre os constituintes dos SNs que têm como último elemento um substantivo, raramente se encontra qualquer modificador ou segmento interveniente. Encontrei apenas um caso deste tipo: *os meus **mais** velhos amigos*. A quase totalidade dos SNs do tipo *os meus filhos, todas as pessoas, algu-*

mas outras coisas não apresenta segmentos intervenientes entre seus constituintes.

Os SNs cujos constituintes aceitam ser separados por elementos de natureza diversa têm uma relação sintagmática menos coesa; e o menor número de marcas nesses casos deve ser visto como índice de menos coesão sintagmática entre os constituintes dos SNs. Inversamente, os SNs cujos constituintes não aceitam ser separados marcam formalmente essa inseparabilidade por meio de mais explicitação do morfema de plural. Essa hipótese dá conta do fato de os sintagmas que têm o substantivo como seu último constituinte não privilegiarem estruturas do tipo *s00* – variante explícita, zero, zero – (*as ota menina; nos primero capítulo*). Há apenas 15 casos desse tipo num total de 595 – 2% – (Scherre, 1988a, quadro 6.2.3.17, p.190) e essas construções são do tipo mais coeso.¹¹ Há, portanto, de forma geral, uma relação direta entre o grau de coesão sintagmática entre os elementos do SN de mais de dois elementos e o tipo de variante: mais coesão sintagmática mais variantes explícitas; menos coesão sintagmática menos variantes explícitas.

Em síntese, exibem mais variantes explícitas os SNs que estiverem em contexto de mais pluralidade, os que evidenciarem maior coesão sintagmática e os que apresentarem o *arqui* traço [+saliente], ou seja, os que se iniciarem por um artigo definido, os que estiverem em posição tópica e, também (Scherre, 1988a, p.355-7), os que apresentarem pelo menos um de seus constituintes com maior saliência fônica. Portanto, princípios de natureza não-informacional como o da saliência proposto por Naro (1981), o da relação entre coesão e concordância proposto por Cornish (1986) e o do processamento com paralelismo proposto por Scherre (1988a) é que, a meu ver, dão conta de forma mais adequada da variabilidade que envolve o fenômeno da concordância no português do Brasil.¹²

Embora muito já se tenha feito sobre a concordância de número no português do Brasil, considero que reanálises dos dados de meu próprio trabalho e análises de novos dados de áreas rurais e de áreas urbanas precisam ser feitas, a fim de que se possa ter um real entendimento desse aspecto tão característico, tão geral e tão sistemático que envolve o português vernacular do Brasil: a variabilidade da concordância de número.

11 Embora esta seja uma hipótese interessante, não estou segura de que a noção de coesão se aplica aos SNs de apenas dois elementos, os quais ainda estão sendo analisados em termos de configuração sintagmática.

12 Outra generalização importante que merece destaque é o fato de variáveis semelhantes evidenciarem atuação tanto no plano discursivo quanto no plano sintagmático, o que constitui mais uma evidência da necessidade de se ir além do nível oracional, mesmo em casos de fenômenos morfossintáticos, para uma melhor compreensão dos fatos linguísticos e, conseqüentemente, da língua.

SCHERRE, M. M. P. Nominal agreement and functionalism. *Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp., p.181-206, 1997.

- **ABSTRACT:** *In this paper we argue that variation in noun phrase number agreement in Brazilian Portuguese is not explained by the principle of linguistic economy in the sense that "the more unpredictable a piece of information is, the more coding it requires" (Haiman, 1983, p.802) or, in other words, "what is predictable receives less coding than what is not (p.807). We present an analysis of five independent variables and we conclude that the inflectional elements of a noun phrase present more overt plural mark if (1) they are in a context of more plurality; (2) exhibit more syntagmatic cohesion; and (3) present the archi-feature [+salient]. Therefore we contend that the phenomenon we analysed can be better accounted for by non-informational principles such as Naro's salience principle, Cornish's cohesion principle (1986) and Scherre's parallel processing principle (1988a).*
- **KEYWORDS:** *Nominal agreement; functionalist principles; linguistic variation.*

Referências bibliográficas

- ALI, M. S. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1927. 25p.
- ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 38.ed. São Paulo: Saraiva, 1992. 658p.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: O Livro, 1920.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *The Urbanization of Rural Dialect Speakers: A Socio-Linguistic Study in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 1985. 265p.
- BRAGA, M. L. *A concordância de número no sintagma nominal no triângulo mineiro*. Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica.
- _____. *Construções de tópico de discurso*. Rio de Janeiro, 1986. p.393-453. (Relatório final de pesquisa: projeto subsídios do "Projeto Censo" à educação).
- BRAGA, M. L., SCHERRE, M. M. P. A concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro. *ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA*, 1, 1976. *Anais...* Rio de Janeiro: PUC, 1976. p.464-77.
- BRAGA, M. L., SILVA, G. M. O. Novas considerações a respeito de um velho tópico: a taxinomia novo/ velho. *Série Estudos (Uberaba)*, v.10, p.27-40, 1984.
- CAMERON, R. Ambiguous agreement, functional compensation, and non-specific *tu* in Spanish of San Juan, Puerto Rico, and Madrid, Spain. *Language Variation and Change*, v.5, n.3, p.35-49, 1993.

- CORNISH, F. *Anaphoric Relations in English and French: A Discourse Perspective*. Great Britain: Biddles, 1986.
- CUNHA, C., CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIAS, M. C. A. C. *A variação na concordância nominal: um contraste entre o urbano e o rural na fala brasiliense*. Brasília, 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília.
- DU BOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1984. p.342-65.
- GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar: A Prospectus*. Oregon, 1991. (Mimeogr.).
- GORSKY, E. M. *Condições de entrada e continuidade do referente em narrativas orais*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. *O tópico semântico-discursivo na narrativa oral e escrita*. Rio de Janeiro, 1994. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GRACIOSA, D. M. D. *Concordância verbal na fala culta carioca*. Rio de Janeiro, 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GUY, G. R. *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of the Phonology, Syntax, and Language History*. Philadelphia, 1981a. Dissertation (Ph.D) – University of Pennsylvania.
- _____. Parallel variability in American dialects of Spanish and Portuguese. In: SANKOFF, D., CEDERGREN, H. (Ed.) *Variation Omnibus*. Canada: Linguistic Research, 1981b. p.85-93.
- HAIMAN, J. Iconic and economic motivation. *Language*, v.59, n.4, p.781-819, 1983.
- JEROSLOW, E. H. M. *Rural Cearense Portuguese: A Study of one Variety of Nonstandard Brazilian Speech*. Cornell, 1974. Dissertation – Cornell University.
- KIPARSKY, P. Explanation in phonology. In: PETERS, S. (Ed.) *Goals of Linguistic Theory*. New Jersey: Prentice Hall, 1972. p.189-225.
- LABOV, W. The functional character of change: The overestimation of functionalism. *Language and Society*, v.20, p.545-68, 1994.
- LEMLE, M., NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro, 1977. (Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL e Fundação Ford).
- LOBATO, L. M. P. *A concordância nominal no português do Brasil à luz da teoria de princípios-e-parâmetros e da sociolinguística variacionista*. Brasília, 1994. (Mimeogr.).

- MARROQUIM, M. *A língua do nordeste – Alagoas e Pernambuco*. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1945.
- NARO, A. J. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, v.57, n.1, p.63-98, 1981.
- NARO, A. J., SCHERRE, M. M. P. Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, v.9, n.esp., p.437-54. 1993.
- NARO, A. J., VOTRE, S. J. Emergência da sintaxe como um efeito discursivo. In: NARO, A. J. et al. Relatório final de pesquisa do Projeto subsídios do Projeto Censo à educação. Rio de Janeiro, 1986. p.454-81.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2.ed. Rio de Janeiro: Organização, 1953.
- NICOLAU, E. M. D. *A ausência de concordância verbal em português: uma abordagem sociolinguística*. Belo Horizonte, 1984. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.
- NINA, T. J. C. *Concordância nominal/verbal do analfabeto na micro-região de Bragantina*. Rio Grande do Sul, 1980. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica.
- PAREDES SILVA, V. L. Subject omission and functional compensation: evidence from written Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, v.5, n.1, p.35-49, 1993.
- PEREIRA, A. K. *As concordâncias nominal, verbal e nos predicativos em função das situações de fala de um único falante*. Brasília, 1993. (Mimeogr.).
- PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva – curso superior*. São Paulo: Ed. Nacional, 1949.
- PINTZUK, S. *VARBRUL Programs*. 1988. (Inédito).
- PONTE, V. M. L. *A concordância nominal de uma comunidade de Porto Alegre*. Rio Grande do Sul, 1979. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica.
- PONTES, E. S. L. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Pontes Editores, 1986. 287p.
- _____. *O tópico no português do Brasil*. São Paulo: Pontes Editores, 1987.
- POPLACK, S. Deletion and disambiguation in Puerto Rican Spanish. *Language*, v.56, n.2, p.371-85, 1980a.
- _____. The notion of the plural in Puerto Rico Spanish: competing constraints on/ s/ deletion. In: LABOV, W. (Ed.) *Locating Language in Time and Space*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1980b. p.55-67.
- _____. Mortal phonemes as plural morphemes. In: SANKOFF, D., CEDER-GREN, H. (Ed.) *Variation Omnibus*. Canadá: Linguistic Research, 1981. p.59-71.
- PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.) *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p.223-55.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 23. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983. 506p.

- RODRIGUES, A. C. S. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.
- SANKOFF, D. *Variable rules*. In: AMMON, U., DITTMAR, N., MATTHEIER, K. J. (Ed.) *Sociolinguistics: An International Handbook of the Science of Language and Society*. Berlin: Walter de Gruyter, 1988. p.984-98.
- SCHERRE, M. M. P. *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. Rio de Janeiro, 1978. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica.
- _____. *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro, 1988a. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. Relação entre classe gramatical e posição na concordância nominal em português. SEMINÁRIO DE LINGÜÍSTICA DO GEL, 33, 1987. *Anais ...* Campinas, IEL-UNICAMP, 1988b. p.364-73.
- _____. A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos. *Organon*, v.18, n.5, p.52-70, 1991.
- _____. Sobre a leitura dos dados lingüísticos. In: SECCHIN, A. C. (Ed.) *Letra. A crise da leitura*, v.4, p.125-36, 1993.
- _____. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP). Norma e Variação do Português*, v.12, p.37-49, 1994.
- _____. Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: SILVA, G. M. O., SCHERRE, M. M. P. *Padrões sociolingüísticos: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. (No prelo).
- SCHERRE, M. M. P., NARO, A. J. Marking in discourse: birds of a feather. *Language Variation and Change*, v.3, n.1, p.23-32, 1991.
- _____. The serial effect on internal and external variables. *Language Variation and Change*, v.4, n.1, p.1-13, 1992.
- _____. Duas dimensões do paralelismo verbal no português popular do Brasil. *D.E.L.T.A. (São Paulo)*, v.9, n.1, p.1-14, 1993.
- SCHIFFRIN, D. Tense variation in narrative. *Language*, v.57, n.1, p.45-62, 1981.
- SILVA, G. M. O. Variáveis sociais e perfil do Corpus Censo. In: SILVA, G. M. O., SCHERRE, M. M. P. *Padrões sociolingüísticos: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. (No prelo).

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Classificação tipológica, p.99
- Concordância nominal, p.181
- Crítérios, p.79
 - estrutural, p.79
 - funcional, p.79, 181
- Discurso, p.41
 - direto, p.141
 - e gramática, p.15
- Estatuto informacional, p.41, 57
- Gênero, p.79
 - categorização de, p.79
 - do discurso, p.15, 79
- Gramática, p.15, 25
 - funcional, p.15
- Gramaticalização, p.25
- Informação, p.127
- Língua oral, p.141
- Língua portuguesa, p.57
- Onomatopéia, p.141
- Orações adjetivas, p.171
- Ordem, p.41, 57, 99, 127
 - de palavras, p.57, 99
 - posição do sujeito, p.57, 99
 - SVO, p.99
 - VSO, p.99
- Princípios funcionalistas, p.181
- Pronomes anafóricos, p.171
- Propósito comunicativo, p.79
- Relação causal, p.127
- Texto
 - tipo de, p.79
- Traços semânticos, p.171
- Variação linguística, p.25, 57, 181
 - mudança, p.25

SUBJECT INDEX

- Adjective clauses, p.171
Anaphoric pronouns, p.171
Causal relation, p.127
Communicative purpose, p.79
Criteria
 functional, p.79
 structural, p.79
Direct speech, p.141
Discourse, p.15 and grammar, p.15
Genre
 categorization, p.79
Functional grammar, p.15
Functionalist principles, p.181
Grammar, p.15, 25
Information, p.121
Informational status, p.41, 57
Linguistic variation, p.25, 57, 181
 change, p.25
Nominal agreement, p.181
Onomatopoeia, p.141
Order, p.41, 57, 99, 127
 SVO, p.49
 VSO, p.99
 word, p.99
Portuguese language, p.57
Semantic features, p.171
Spoken language, p.141
Subject position, p.57
Text type, p.79
Typological classification, p.99
Word order, p.57, 99

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHORS INDEX

BERLINCK, R. de A., p.57
BRAGA, M. L., p.41
CAMACHO, R. G., p.99
DUTRA, R., p.141
MOLLICA, M. C., p.171
NEVES, M. H. de M., p.15
PAREDES SILVA, V. L. P., p.79

PAIVA, M. C., p.127
PEZATTI, E. G., p.99
SCHERRE, M. M. P., p.181
SILVA, G. M. de O. e, p.41
VOTRE, S., p.25

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A ALFA – *Revista de Linguística* – publica trabalhos originais de autores da UNESP e de outras instituições nacionais ou internacionais, na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Só serão aceitas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e no exterior, nos quatro últimos anos. Cada volume terá um tema central que reúna trabalhos voltados para um assunto em evidência na época da organização da revista. Cabe à Comissão Editorial julgar os trabalhos, aprovando-os ou sugerindo as alterações que julgar necessárias.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em outro idioma. O *Resumo* e as *Palavras-Chave* que precedem o texto, escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto, em inglês (*Abstract/Keywords*).

É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou sua tradução para outro idioma sem a autorização da Comissão Editorial.

Preparação dos originais

Apresentação. Num primeiro momento, os autores enviarão à Comissão Editorial quatro cópias do trabalho impresso por computador, apresentadas em laudas de 30 linhas, 70 toques e espaço 1.5, com uma extensão máxima de 30 páginas. Recomenda-se o uso do programa editor Word for Windows 6.0. Num segundo momento, depois da análise dos trabalhos pela Comissão Editorial e depois de introduzidas as eventuais modificações, os autores remeterão, além do texto em disquete, duas cópias impressas do mesmo.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: *Título, Autor(es)*

(por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *Filiação científica do(s) autor(es)* (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade – sigla, CEP, Cidade, Estado, País); *Resumo* (com o máximo de 200 palavras); *Palavras-chave* (com até 7 palavras retiradas de *Thesaurus* da área, quando houver); *Texto; Agradecimentos, Abstract e Keywords* (versão para o inglês do *Resumo* e das *Palavras-chave* precedida pela Referência bibliográfica do próprio artigo); *Referências bibliográficas* (trabalhos citados no texto); *Bibliografia* (indicar obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto).

Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

■ Livros e outras monografias

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

■ Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

■ Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, Civilização e Trabalho*. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

■ Artigos de periódicos

ARAUJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEunesp (São Paulo)*, v.7, p.59-63, 1991.

■ Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada: sair do informalismo? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Moraes (1955) assinala..." Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Mumford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por vírgula (Oliveira, A. J., Mateus, P. R., Silva, M. F., 1943), e quando tiver mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al., 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13 x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas¹ serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

1 Se o autor necessitar de esclarecimentos sobre as normas para apresentação dos originais, poderá solicitar um exemplar do manual *Normas para publicações da UNESP* à Comissão Editorial da Revista.

OUTRAS REVISTAS CIENTÍFICAS PUBLICADAS PELA EDITORA UNESP

Alimentos e Nutrição (anual)
ARTEUnesp – Revista de Artes (anual)
Ciências Biomédicas (anual)
Ciências Farmacêuticas (anual)
Científica – Revista de Agronomia (semestral)
Didática (anual)
Eclética Química (anual)
Engenharia e Ciências Aplicadas (anual)
Geociências (semestral)
Geografia (anual)
História (anual)
Letras (anual)
Matemática e Estatística (anual)
Naturalia (anual)
Odontologia (semestral)
Perspectivas – Revista de Ciências Sociais (anual)
Trans/Form/Ação – Revista de Filosofia (anual)
Veterinária e Zootecnia (anual)

EDITORA UNESP
Av. Rio Branco, 1210
01206-904 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (011) 223-9560

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Produção Gráfica

Edson Francisco dos Santos (Assistente)

Edição de Texto

Fábio Gonçalves (Assistente Editorial)

Nelson Luís Barbosa (Preparação de Original)

Lucy Caetano de Oliveira e

Carlos Wagner F. dos Santos (Revisão)

Editoração Eletrônica

Lourdes Guacira da Silva Simonelli (Supervisão)

José Vicente Pimenta (Edição de Imagens)

Duclera Gerola Pires de Almeida (Diagramação)

Projeto Visual

Lourdes Guacira da Silva Simonelli

Impressão Digital e Acabamento

Gerhart Sternad

Luís Carlos Gomes